

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

LUIZ CARLOS CHECCHIA

O discurso do capitão:
a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural.

versão corrigida

São Paulo
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

LUIZ CARLOS CHECCHIA

O discurso do capitão:
a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural.

versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza

São Paulo
2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Luiz Carlos Checchia

Data da defesa: 18/ setembro/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Claudia Moraes de Souza

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/dezembro/2023


CLAUDIA MORAES
DE SOUZA

Assinado de forma digital por
CLAUDIA MORAES DE SOUZA
Dados: 2023.12.08 14:40:52
03'00'

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: CHECCHIA, Luiz Carlos. O discurso do capitão: a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural. 2023. 264 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Título: O discurso do capitão: a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

para Camila.

Mais que agradecimentos, assumo aqui minhas dívidas com as pessoas que foram imprescindíveis para a realização deste estudo. Sem elas, não teria conseguido escrever mais que algumas poucas linhas mal elaboradas; foram todas interlocutoras de alto nível. Algumas, ainda, foram verdadeiras apoiadoras nas horas mais enevoadas, sobretudo durante a pandemia.

Assim, agradeço aos camaradas Camila, Iohann e Lavínia, companheiros de cotidiano, de grupo de teatro, e de toda a vida. Obrigado por garantirem todas as condições materiais e emocionais para que eu pudesse estudar, pelos debates, pelas sugestões, leituras e incentivos. Com vocês qualquer mar é navegável.

Agradeço à professora Claudia Moraes de Souza, orientadora e incentivadora de mestrado e doutorado, e que, desde a graduação, generosamente abriu para mim as portas do mundo acadêmico.

Agradeço imensamente ao professor Antonio Almeida, ao doutor Luís Sérgio Rocha e ao professor Wellington Trotta. Intelectuais de ótima cepa, que foram interlocutores imprescindíveis para esse estudo com suas críticas e sugestões.

Agradeço aos colegas que integram o grupo de debate Conversas do Caminho, que manteve encontros remotos semanais durante a pandemia, permitindo assim o fluxo de ideias sobre política, geopolítica, tecnologia, guerras e afins, mesmo em momento tão delicado. Muito do que foi abordado neste estudo teve sementes deitadas e germinadas nesse caminho que tanto vale a pena trilhar.

Agradeço aos camaradas conhecidos e desconhecidos que sozinhos ou em organizações políticas e sociais se dedicaram a superar as condições materiais e subjetivas que propiciam o surgimento dos fascismos pelo mundo.

Este estudo não existiria sem essas pessoas. Todas elas são, em um grau ou outro, responsáveis por ele. Mas não pelos seus erros e equívocos; por esses, apenas eu sou o responsável.

*“Lá vem os eleitores, em massa; deram cem por cento dos votos
a quem os torturam. Não têm pão, não têm manteiga, não têm
casaco.*

Votaram no führer”

Terror e Miséria no III Reich
Bertolt Brecht

RESUMO

CHECCHIA, Luiz Carlos. O discurso do capitão: a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural. 2023. 273 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A presente tese aborda a formação do bolsonarismo, perscrutando-o em três aspectos: sua caracterização a partir de elementos políticos e históricos; os contextos políticos e geopolíticos que propiciaram sua emergência; e, por fim, seu lugar na política nacional. Além disso, a tese também se debruça sobre a guerra cultural empreendida pelo bolsonarismo, analisando-a a partir da construção de seus discursos e das suas representações simbólicas. Assim, foi possível compreendê-la como dispositivo de agenciamento e mobilização popular. Para tanto, a tese ampara-se na teoria desenvolvida pelo sociólogo Raymond Williams, por ele definida como materialismo cultural.

Dessa teoria, destacamos o conceito de cultura comum como principal instrumento de análise. No conjunto, este estudo sobre o bolsonarismo e a sua guerra cultural é feito em longa duração, ou seja busca compreendê-los como parte da história política do Brasil e da sua construção cultural. Busca-se assim combinar estudos históricos e culturais objetivando contribuir com a análise do tempo presente brasileiro.

Palavras-chave: guerra cultural; cultura comum; bolsonarismo; fascismo.

ABSTRACT

CHECCHIA, Luiz Carlos. The captain's speech: the emergence of Bolsonaroism and its cultural war. 2023. 273 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis addresses the formation of Bolsonaroism, scrutinizing it in three aspects: its characterization from political and historical elements; the political and geopolitical contexts that led to its emergence; and, finally, its place in national politics. In addition, this thesis also focuses on the cultural war undertaken by Bolsonaroism, analyzing it from the construction of its speeches and its symbolic representations. Thus, it was possible to understand it as a device for agency and popular mobilization. In order to do so, the thesis is based on the theory developed by Raymond Williams, defined by him as cultural materialism.

From this theory, we highlight the concept of common culture as the main instrument of analysis. As a whole, this study on Bolsonaroism and its cultural war is a long-term one, that is, it seeks to understand them as part of the political history of Brazil and its cultural construction. thus, the aim is to combine historical and cultural studies in order to contribute to the analysis of the Brazilian present time.

keywords: culture war; common culture; bolsonarism; fascism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Hipótese.....	18
Objetivos específicos.....	22
Aporte teórico e metodologia.....	22
Estruturação de apresentação da tese.....	41
CAPÍTULO 1: Bolsonarismo, Caracterização, emergência e seu lugar na política nacional	44
1. Caracterização do bolsonarismo	44
1.1. Bolsonarismo como forma fascismo e situação-fascista.....	44
1.2. A formação da <i>situação-fascista</i> bolsonarista.....	47
1.3. <i>Homo bolsonarus</i> , ou desvendando o cidadão de bem.....	49
1.4. Elementos históricos de formação do bolsonarismo.....	59
1.4.1. Tradição fascista brasileira.....	59
1.4.2. Primórdios da presença nazista no Brasil.....	60
1.4.3. Primórdios da presença do fascismo italiano no Brasil	62
1.4.4. A Ação Integralista Brasileira, o fascismo brasileiro.....	63
1.4.4.1. Reorganização do integralismo.....	71
1.4.4.5. Contracultura e agrupamentos <i>skinheads</i> , continuidade e atualização do pensamento fascista no Brasil.....	74
2. Emergência do bolsonarismo	76
2.1. O ambiente político da Nova República que propiciou o surgimento do bolsonarismo.....	77

2.1.1. Marcos Nobre e o pemedebismo.....	78
2.1.2. André Singer, o lulismo e o pacto conservador.....	82
2.1.2.1. A alma do Sion.....	83
2.1.2.2. A alma do Anhembi e o Pacto Conservador.....	85
2.1.3. Pacto conservador como síntese entre pemedebismo e lulismo.....	87
2.1.4. A emergência da juventude conservadora.....	89
2.2. Disputa campal por significados e narrativas nos atos de 2013.....	93
2.2.1. Jornadas de junho como ninho do bolsonarismo.....	94
2.3. De 2013 a 2018, a emergência do bolsonarismo.....	96
2.4. O quadro geopolítico que tem favorecido a emergência de partidos e políticos de extrema direita e o bolsonarismo.....	98
2.4.1. Geopolítica do imperialismo.....	98
2.4.2. Geopolítica e o bolsonarismo.....	104
3. O lugar do bolsonarismo na política nacional.....	107
3.1 Política internacional.....	107
3.2. Política cultural.....	114
3.3. Política de armas.....	121
3.4. Militarização do Estado.....	126
3.5. A Militarização do sonho olímpico.....	132
CAPÍTULO 2: Guerra cultural. Em busca de um entendimento.....	135
1. Cultura comum e guerra cultural.....	139
1.1. Cultura Comum.....	139

1.1.1. Chaves explicativas.....	144
1.1.2. Cultura comum como categoria de análise da guerra cultural.....	149
1.2. Entender a <i>guerra cultural</i>	149
2. Cultura comum e guerra cultural, aproximações.....	150
2.1. Papa Pio IX e a Questão Romana, o início de tudo.....	151
2.2. “Minha Luta”, cartilha de guerra cultural nazista.....	160
2.2.1. Minha Luta: difusão no mundo e no Brasil.....	166
2.3. A guerra cultural nos EUA.....	171
3. Definindo um entendimento.....	174
3.1. Quatro pontos delimitadores.....	174
4. Trump e Brexit, um estudo de caso.....	175
CAPÍTULO 3: A guerra cultural bolsonarista.....	191
1. Representações da mentalidade bolsonarista.....	196
1.1 - Messianismo.....	200
1.2 Verde-amarelismo.....	209
1.2.1. Verde-amarelismo como vertente modernista.....	209
1.2.2. Verde-amarelo e o mito fundador em Marilena Chauí.....	214
1.2.3. Síntese em outras cores.....	217
2. As redes sociais.....	218
3. A conquista da Educação.....	222
3.1 - Escola sem partido.....	224
3.2 Militarização das escolas.....	228
3.2.1. Escolas militares, uma antiga tradição.....	228

3.2.2. Escolas militarizadas.....	229
3.2.3. A atuação dos monitores-militares.....	231
3.2.4. O envolvimento da família e da comunidade do entorno.....	232
3.2.5. Escolas e territórios.....	235
3.3.6. Quem controla a escola... ..	236
3.3. O <i>currículo oculto</i> do bolsonarismo.....	239
CONCLUSÕES.....	241
BIBLIOGRAFIA.....	257

1. INTRODUÇÃO

“O senhor poderia assinar pra mim? É a declaração de atividades culturais da faculdade. Eu faço pedagogia.” Em 1990 comecei meus estudos em teatro, e em 1997 estreei na função de dramaturgo e diretor. Desde então, assinar declarações para estudantes é parte comum da rotina, comum e feliz, pois apesar de muitos assistirem a espetáculos por “obrigação burocrático-pedagógica”, o fato é que estão lá, acompanhando as peças e os debates. Entretanto, aquela ocasião foi completamente diferente. O ano era 2017, e a apresentação teatral fazia parte da 4ª Mostra Cena Vermelha de Teatro de Rua, organizada e realizada pelo grupo em que trabalho, a Cia Teatro dos Ventos, na cidade de Osasco, na região metropolitana de São Paulo. A mostra estava sob censura imposta pelo governo municipal a partir de uma moção de repúdio aprovada pela câmara municipal, e a estudante que pedia pela minha assinatura era integrante do efetivo de policiais que acompanhavam ostensivamente os espetáculos.

Cada uma das apresentações daquela edição da Cena Vermelha tinha que ser aprovada pela Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano, que exigia receber previamente uma sinopse de cada uma das peças teatrais. Depois de aprovada, a apresentação era acompanhada por cerca de vinte guardas municipais e dez policiais militares, havia em média de seis a oito viaturas postadas ao lado dos espaços de apresentação, e em algumas ocasiões havia pressão dos policiais para que se interrompesse momentaneamente algumas encenações para que viaturas passassem por meio de onde o público se acomodava ou mesmo pelo espaço do cenário. As apresentações daquele ano foram difíceis: além da pressão constante em cada apresentação e a apreensão que muitos artistas sentiam, parte do público estava, pela primeira vez, hostil aos espetáculos e às críticas políticas e sociais que traziam para a cena. Algumas pessoas faziam provocações durante o espetáculo, citando o nome do então pré-candidato à presidência da república, eleito no ano seguinte.

Depois daquele ano nunca mais conseguimos autorização da prefeitura de Osasco para realizar outra edição da Mostra Cena Vermelha de Teatro de Rua.

Aquela situação não foi uma surpresa para mim. Qualquer pessoa atenta perceberia alguns indícios preocupantes: o primeiro deles foi a contínua expansão do número de gangues nazifascistas, o aumento do número de agressões promovidas por gangues nazifascistas em várias cidades do país, destacando-se as ocorridas na cidade de São Paulo¹. Também crescera

¹ ARAUJO, Beatriz; BRITO, José; NETO, Vidal. **Casos de apologia ao nazismo aumentam 900% em dez anos, de acordo a PF.** CNN Brasil. 25 de outubro de 2021. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/em-um-ano-denuncias-de-neonazismo-na-internet-cresceram-607-diz-safernet/>>

o número de bares para o público nazifascista, como alguns ainda em funcionamento em Osasco, onde é comum motoqueiros com insígnias como o número “88” (que representa a oitava letra do alfabeto, “H”, significando “heil Hitler”), muitos deles usam também insígnias com a imagem do *totenkopf*, com letras rúnicas, cruzes de ferro e suásticas, todos símbolos da contracultura nazi. Para além do ganguismo nazifascista, era visível que a animosidade de setores da classe média aumentava e se expressava em declarações públicas contra o governo de Dilma Rousseff, sobretudo ofensas misóginas. Também eram atacados os programas sociais e seus beneficiários, chamados de parasitas e preguiçosos que preferiam receber uma “bolsa-isso” ou “bolsa-aquilo” a trabalhar. A valorização do militarismo também estava presente, e se manifestaram com força durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro, quando atletas brasileiros que treinavam em instalações militares por meio de programas federais voltados para o desenvolvimento do esporte de alto nível prestavam continências à bandeira brasileira quando subiam ao pódio².

Outros tantos indícios se apresentavam naquele período, mas destaco apenas mais um deles: o então deputado Jair Bolsonaro ganhava alguma projeção, graças, sobretudo, a algumas participações no programa humorístico CQC, naquela época veiculado pela Rede Bandeirantes de TV. Apesar de suas declarações execráveis, com o tempo passou a ser uma figura quase carismática para um grupo de pessoas. Forças políticas e a grande mídia passaram então a considerá-lo um possível "presidenciável", e o deputado iniciou a sua “pré-campanha” apresentando seis pontos percentuais em intenções de votos. Muitos me diziam que ele não passaria daquela marca. Mas já começava a me preocupar. Enquanto Bolsonaro “corria por fora”, em 2016 o golpe contra a presidente Dilma é efetivado. Temer assume a presidência para iniciar uma dupla revolução no país: por um lado dar curso a uma economia radicalmente liberal - ou, em outras palavras, dando reinício a um ciclo neoliberal

² A questão da militarização da participação olímpica é abordada na página 132 desta tese.

parcialmente interrompido pelos governos petistas³ -, enquanto iniciava uma agenda social conservadora (SILVA, 2019).

Embora fosse uma peça importante no processo, Temer não tinha condições de se tornar o líder necessário para dar curso a essa estranha revolução que arrastava o país para trás. Políticos de direita e centro-direita tradicionais, como Aécio Neves e Geraldo Alckmin também não tinham sustentação política para assumir aquela tarefa. Os setores econômicos hegemônicos precisavam de alguém que pudesse liderar esse processo, e encontraram essa pessoa justamente naquele caricato político carioca que corria por fora em sua busca pela cadeira presidencial.

Por isso, ainda que parecesse anormal aquela situação em que uma policial destacada para oprimir nossa mostra teatral me pedisse para assinar sua declaração escolar, já fazia parte de um “novo Brasil”.

II

Esta tese é uma tentativa de compreender esse nada “novo Brasil”, que em 2018 escolheu ser governado por um grupo político cujas bases ideológicas são as mais retrógradas enquanto defende uma agenda econômica ultraliberal. Ainda que esse governo tenha sido vencido nas eleições de 2022, obteve 49,1% dos votos, uma diferença de apenas 2 milhões, 139 mil e 643, em um universo de 124 milhões, 252 mil e 796 votantes. E mesmo que tenha perdido a eleição para o executivo, é irretorquível que esse grupo obteve uma vitória esmagadora no legislativo, obtendo uma gigantesca massa de votos nos principais colégios eleitorais, seja para a Câmara Federal, seja para o Senado, onde elegeu 20 senadores em 27 vagas em disputa.

Nesse novo Brasil, pautas que pareciam superadas se tornaram populares como, talvez, nunca havia sido anteriormente, como: a defesa de uma determinada leitura de

³ “Este trabalho procurou abordar o surgimento do governo comandado por Michel Temer a partir de uma perspectiva de rompimento com a normalidade democrática alcançada após o fim do regime militar no Brasil. Este rompimento é motivado pelos interesses de segmentos das elites econômicas e políticas na reestruturação do papel do Estado, que durante a fase dos governos progressistas assumiu importante protagonismo no desenvolvimento nacional. A efetivação passou pela deposição de Dilma Rousseff através da utilização do instrumento legal do impeachment como mecanismo subsidiário do golpe de Estado. A liderança do processo, atingida a partir da presidência do PMDB e da publicação do manifesto “Uma Ponte para o Futuro”, possibilitou o capital político necessário para que Temer assumisse a interinidade da Presidência da República e obtivesse apoio parlamentar à concretização das reformas.

O apoio parlamentar foi pontual e se sobressaiu em torno das medidas impopulares que o Presidente interino dedicou-se intensamente. Dentre essas, com base na iniciativa de intervir na rede de proteção social com o consequente desmonte das políticas públicas, destacam-se a Reforma Trabalhista e a denominada ‘limitação dos gastos públicos’”. (SILVA, Maurício Ferreira. **Governo Temer: uma estratégia de retomada conservadora no Brasil**. Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época), 130, diciembre 2019, pp. 21-36.

conservadorismo e de um programa econômico liberal; a valorização da militarização da sociedade; a aversão a qualquer posicionamento político à esquerda desde suas variações mais moderadas até as mais radicais. Tratam-se das pautas defendidas pelos grupos encabeçados por Jair Messias Bolsonaro, cuja prática política e social consideramos fascista, questão que abordaremos pormenorizadamente a partir da página 44, tanto em seus aspectos históricos quanto teóricos. Pela própria natureza do fascismo, o bloco no poder que governou o país se forma e se mantém graças ao apoio popular que angariou tanto nos anos imediatamente anteriores às eleições de 2018, como durante seu governo, até 2022⁴. Tem sido comum afirmar que esse apoio popular se formou unicamente ou prioritariamente graças à força das redes sociais que teriam sido responsáveis pela disseminação do pensamento que hoje chamamos genericamente de *bolsonarismo*. Pois bem, partimos do princípio que o *bolsonarismo* não se constitui graças à força das redes sociais ou outros meios de divulgação, notadamente o apoio dado pela grande mídia ao então candidato Jair Messias Bolsonaro. Embora esses expedientes e outros mais tenham sido parte fundamental na campanha e consequente eleição do ex-capitão, acreditamos que há na formação da cultura popular aspectos conservadores e mesmo reacionários que se tornam o solo fértil para o surgimento de governos e governantes autoritários. Em outras palavras, o povo brasileiro tende a se identificar e mesmo valorizar políticos que expressam certa postura conservadora, austera, patriarcal.

Assim, essa pesquisa se debruça a esmiuçar as relações entre a cultura e a política e como elas levaram à formação e à ascensão de um bloco forte o bastante para chegar ao governo do país.

⁴ Apoio popular construído a partir da “massa”, compreendendo-a, como colocou João Bernardo, como a condição de desorganização da classe trabalhadora. Em suas palavras: “*As massas populares assentam a existência, enquanto massas, na desorganização da classe trabalhadora. A perda de consciência sociológica da classe trabalhadora e a sua redução a uma entidade meramente econômica é caracterizada, no plano político, por uma conversão da classe em massas. Foi este um dos objetivos básicos do fascismo. A revolução, entendida como destruição da ordem capitalista e sua substituição, ou tentativa de substituição, por outro sistema, é feita pela classe trabalhadora. Mas a revolta no interior da ordem deveu-se às massas populares. Os horizontes estreitos que confinam cada elemento das massas e o impedem de imaginar outra coisa além da possibilidade de ascensão no interior da hierarquia vigente devem-se à fragmentação da classe, com o consequente isolamento recíproco dos seus membros. Nas massas os trabalhadores dispõem apenas da individualidade que lhes foi forjada pelo capitalismo, enquanto na classe cada trabalhador encontra a sua projecção histórica. E nos elos estruturantes da classe, constituídos pelos mecanismos de solidariedade, os trabalhadores encontram uma razão de ser oposta à do capitalismo. Se cada trabalhador vive simultaneamente duas vidas, uma que o insere no capital e outra em que manifesta o seu descontentamento, isto significa que cada trabalhador oscila entre as massas e a classe. É a partir daqui que podemos analisar as formas específicas de organização que os fascistas implantaram nas suas milícias, nos seus partidos e nos seus sindicatos, em que a ausência de qualquer capacidade de iniciativa da base correspondia à sua fragmentação e à sua redução aos indivíduos, assegurando o prevaricamento incontestado das hierarquias.*” (BERNARDO, 2022, pág 18.)

2. Hipótese

Temos por hipótese que o bolsonarismo inaugurou um novo tempo na política da Nova República. Não porque se trate de uma nova direita, como comumente muitos pesquisadores têm apontado, mas porque ele representa um novo arranjo dos setores mais extremados da direita brasileira, o que permitiu que saíssem de uma posição subalterna à direita tradicional. Também acreditamos que esse novo arranjo da extrema direita utiliza-se da guerra cultural como dispositivo de comunicação. Todavia, nem esses setores extremados da direita, nem a guerra cultural são novos em nosso cenário político, por isso, para compreender esse novo tempo inaugurado, é preciso perceber o desenvolvimento histórico de ambos para que possamos compreender o bolsonarismo.

Acreditamos que a eleição do presidente Jair Bolsonaro não foi um ponto fora da curva, mesmo que baseada em discursos de ódio, com uma agenda econômica de reformas ultraliberais e prometendo, se eleito, acabar com diversos direitos trabalhistas e previdenciários. Por outro lado, desacreditamos que sua eleição seja apenas o resultado de uma bem sucedida campanha realizada por meio de redes sociais, ainda que essa campanha tenha tido um importante papel nesse processo. Cremos que a eleição de Bolsonaro foi parte de um processo que se inicia antes dele figurar com parcos 6% de intenções de votos na pré-campanha, ou até mesmo antes que a ideia de ser candidato possa ter passado pela cabeça dele. A sua chegada à presidência de nosso país configurou, primeiramente, o uso indiscriminado da *guerra cultural*, arrastando-a para o primeiro plano das disputas pelo poder no Brasil. E, ainda, a ascensão do fascismo, enquanto *forma política*, em nosso país.

A *guerra cultural* é um elemento rotineiro nas disputas pelo poder no Brasil, mas geralmente ocupando as franjas dos embates políticos e ideológicos, algo marginal e voltado para segmentos restritos do público. Em algumas ocasiões, ganhava maior destaque, sobretudo para provocar algum alarde ou comoção coletiva, como as manchetes anticomunistas publicadas nos jornais ou ditas pelos locutores dos noticiários das rádios e TVs, nos tempos da ditadura empresarial-militar. Mas o bolsonarismo trouxe a *guerra cultural* para o primeiro plano das disputas pelo poder no país, tornando-se não mais um elemento acessório, mas sim a principal arena de debate e embate. A *guerra cultural* tem sido capaz de mobilizar milhares de apoiadores do ex-capitão Jair Bolsonaro, um número de

pessoas que se acreditou não ser maior que 25 ou 30% da população⁵, mas após os resultados eleitorais de 2022 se revelou imensamente maior, não apenas pelos votos que Jair Bolsonaro obteve, mas também pelos seus diversos candidatos ao Congresso Nacional e governos estaduais. Evidentemente não foram apenas os apelos da *guerra cultural* que provocaram essa massa imensa de votos, mas não podemos desprezar que, por exemplo, alguns dos eleitos apoiados por Bolsonaro têm nas pautas da *guerra cultural* seu principal mote, como Nikolas Ferreira⁶, eleito para a Câmara Federal pelo Estado de Minas Gerais, o mais votado no país, com 1 milhão, 492 mil e 47 votos: "mesmo que aconteça aquilo que eu espero que não aconteça [a derrota eleitoral de Bolsonaro] a nossa batalha continua na guerra cultural, com tudo o que ainda precisamos ganhar" (JOVEM PAN, 2022). Além dele, e a despeito de Guilherme Boulos ter sido o segundo mais votado no Brasil, elegendo-se deputado pelo Estado de São Paulo, fato é que em seu colégio eleitoral, os três mais votados depois dele são todos *bolsonaristas* e juntos somam 2 milhões, 228 mil e 863 votos.

Embora a *guerra cultural* não tenha surgido diretamente nas experiências fascistas, foi o fascismo que lhe atualizou os contornos e os expedientes, e que melhor tem se usado da guerra cultural para realizar seus embates. Talvez porque em ambos existam expedientes e princípios comuns, como estarem profundamente conectados às dinâmicas da democracia liberal (na verdade, lhes são contradições próprias); também são totalmente imersos na lógica da comunicação de massas e no comportamento de massas; ambos são, ainda, calcados no desmonte da política (como a disputa entre diferentes posicionamentos e propostas) substituindo-a por uma sociedade de sentido único, ainda que mantenha, em algum grau, uma aparência democrática, seja pela preservação de instituições de Estado - ainda que esvaziadas -, e/ou a pluralidade de vozes, ainda que estritamente limitadas e reprimidas por forças de

⁵ Essa questão foi objeto de reportagens e debates, para ilustrar, cito aqui duas delas, uma sobre a surpresa no público nacional e outra que estampa a surpresa noticiada em alguns dos mais importantes veículos de comunicação da Europa ocidental.

DW Brasil. **Avanço bolsonarista surpreende imprensa europeia**. 03 de outubro de 2022. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/avan%C3%A7o-bolsonarista-surpreende-imprensa-europeia/a-63322642>>

UOL. **Bolsonaro surpreende, encosta em Lula e Presidência será definida no 2º turno**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/02/bolsonaro-surpreende-encosta-em-lula-e-presidencia-sera-definida-no-2-turno.htm?cmpid=copiaecola>>

⁶ Nikolas Ferreira de Oliveira, nascido em Minas Gerais, em 1996, é um político neopentecostal de extrema direita. Em 2020 elegeram-se vereador em Belo Horizonte, com a segunda maior votação da cidade. Nas eleições de 2022, concorrendo pelo Partido Liberal, elegeram-se para a Câmara Federal, com 1,47 milhão de votos, sendo o mais votado naquela eleição em todo o país e o mais votado na história de Minas Gerais. Mais informações podem ser acessadas em: XAVIER, Luiz G. **Nikolas Ferreira é o deputado mais votado do País com 1,47 milhão de votos**. Agência Câmara de Notícias <<https://www.camara.leg.br/noticias/911272-nikolas-ferreira-e-o-deputado-mais-votado-do-pais-com-147-milha-o-de-votos/>>

repressão estatal. Assim, sendo o *bolsonarismo* uma expressão fascista, cumpri-se a tradição e faz-se da guerra cultural um de seus principais dispositivos.

Para muitos ainda soa estranho falar de fascismo no Brasil, mas o fato é que não se trata de uma novidade entre nós. E isso pode ser confirmado com as experiências, ainda nos anos de 1920 e 1930, das seções do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e do Partido Nacional Fascista, bem como a formação da Ação Integralista Brasileira. Assim, a eleição de Bolsonaro e a conseqüente ascensão do facismo no Brasil não é um acidente histórico provocado por uma série de coincidências de fatores desfavoráveis, mas sim, inscreve-se como parte de nossa longa tradição política conservadora. Evidentemente que nossa tradição conservadora é viva, é orgânica, portanto, é afetada pelas determinações políticas de cada contexto histórico. Assim sendo, a ascensão do fascismo que se consolida com a eleição de Bolsonaro é parte dessa tradição expressando-se de forma específica. Mas mesmo essa atualização não é uma novidade visto que a presença de organizações fascistas no país remete às primeiras décadas do século 20. Entretanto, estamos cientes de que afirmar que o *bolsonarismo* é uma expressão fascista exige-nos, primeiramente, que façamos a devida definição do que seja o *bolsonarismo* e, ainda, que abordemos o debate teórico acerca do que é *fascismo*, por isso, ambos os debates não escapam ao corpo desta tese.

A *guerra cultural* e o fascismo não surgem ao acaso nem por geração espontânea. Cada uma de suas experiências históricas teve um contexto e um desenvolvimento específico. No entanto, algo lhes foi comum: suas conexões com as camadas mais profundas de suas culturas. Acreditamos que o fascismo seja a *forma política* que melhor compreende e manipula os aspectos mais conservadores da cultura. Por cultura, compreendemos a ideia de *cultura comum*, como proposta por Raymond Williams e sobre a qual nos debruçamos com atenção nos capítulos a seguir, mas que por ora nos basta atentar-nos para uma de suas principais dinâmicas que é a dialética entre *conservação* e *avanço*. Ou seja, por um lado, a cultura é, sobretudo, conservação de valores e práticas por meio das tradições, memórias, costumes comuns, mas por outro lado, a cultura também sofre processos de avanços e mudanças, provocados por sujeitos formados e treinados nessa mesma cultura. Todavia, tais avanços podem ser regressivos, comungando ao mesmo tempo desenvolvimentos materiais ao passo em que preserva e acirra valores retrógrados e ultrapassados. Isso porque os valores subjetivos comuns, embora sejam elaborados a partir das experiências materiais, desenvolvem, como afirmou Thompson, certa autonomia relativa em relação a elas,

provocando assim os descompassos entre ambos e que são trazidos para a esfera do público provocando tensões de disputas.

Consideramos, então, que ao longo de nossa experiência histórica, a carga conservadora que forma e permeia a cultura brasileira tem sido capturada politicamente por *formas políticas* autoritárias, servido-lhe de mobilizadora e legitimadora. Mesmo políticos progressistas bem sucedidos eleitoralmente precisam, de algum modo, apelar para os valores que formam essa tradição. Portanto, os votos que alçaram Jair Bolsonaro ao governo federal, presidindo o país entre 2018 e 2022, expressam essa dinâmica entre tradição e política, bem como suas raízes profundas em nossa cultura, em nossa história, em nossa formação social. Mas com a emergência do *bolsonarismo*, essa tradição conservadora tomou novas feições, mais contemporâneas, mais acirradas, e com uma participação popular mais ativa e mais aguerrida.

Por outro lado, se nossa cultura forma um solo fértil para o autoritarismo em nossa história política, também está na cultura os elementos e os mecanismos para a sua superação. É na reorganização das atividades culturais, da transmissão dos conhecimentos, das práticas e dos valores visando criar e ampliar espaços de soberania popular, respeito às diversidade, anti-racismo e anti-patriarcado em que se encontra a chave para a superação dos elementos culturais autoritários em nossa cultura. Todavia, nos parece que tem escapado do escopo dos estudos que focalizam a cultura essa relação contraditória entre aspectos conservadores e a potencialidade de reais avanços societários na cultura, bem como o seu agenciamento político. Daí que, mesmo as políticas públicas mais avançadas já desenvolvidas no país, como o programa Cultura Viva, criado durante a gestão do Ministério da cultura encabeçada por Gilberto Gil, tratou a cultura como um elemento apartado da política, muito mais no campo do entretenimento e de desenvolvimento humano do que como elemento fundamental da formação social brasileira diretamente conectada com alguma ideia de projeto nacional. Nos parece que o aumento da presença política da extrema direita no país, do ímpeto social belicista e do ultraconservadorismo é resultado, entre diversos fatores, da forma como a questão cultural ainda é tratada pelo campo progressista, ou seja, como algo importante, mas desconectado das disputas políticas. Enfim, os progressistas e a esquerda no Brasil ainda não perceberam no seu conjunto o papel da disputa política do campo simbólico, como faz, atualmente, a extrema direita. Daí a importância de compreendermos o papel da cultura nas disputas políticas, não apenas como forma de propaganda e de mecanismos de convencimento, mas como dispositivo de formação de uma sociabilidade.

3. Objetivos

Pelo exposto, podemos deduzir dois objetivos principais e seus desdobramentos. O primeiro deles é a caracterização do que seja, de fato, o bolsonarismo. Já o segundo objetivo é caracterizar o que é sua guerra cultural. Como a questão da guerra cultural ainda não é um tema esgotado pelas pesquisas e análises, se faz necessário também a elaboração de uma definição pertinente de guerra cultural.

4. Aporte teórico e metodologia

A hipótese acima apresentada exige que nos debrucemos sobre **três temas inescapáveis**, sendo o primeiro a questão da **guerra cultural**.

A guerra cultural tem sido um termo recorrente nos ditos e escritos de especialistas e leigos nos últimos anos, popularizando-o e alargando seus usos explicativos. Todavia, a elasticidade com que tem sido usado e aplicado em análises, explicações e comunicações faz com que suas definições sejam enevoadas demais, dificultando o uso mais adequado e delimitado categorialmente. Essa situação acaba por prejudicar as análises sobre a guerra cultural no Brasil, em particular, e a atualidade da disputa pelo poder no país, em geral. Assim, torna-se, inicialmente, um imperativo delimitar os significados do termo *guerra cultural*, pensando-o, sobretudo, em seus aspectos históricos e políticos. Sem dúvidas, o ponto de nascimento da guerra cultural é a Igreja Católica, ainda no século XVI, na luta que empreendeu contra os inimigos que passaram a surgir no mundo que nascia com a renascença, bem como, com a necessidade de reafirmar sua hegemonia sobre a Europa e de garantir sua prevalência ideológico sobre os povos que passaram a integrar o então novos domínios coloniais⁷. Depois, já no século XIX, a emergência do mundo burguês enfraqueceu

⁷ Já na renascença, duas novas condições se impuseram à Roma: primeiramente, as críticas internas aos desvios de caráter das altas instâncias da Igreja levaram a dissensões profundas e a consequentes rupturas irreparáveis, que formaram igrejas cristãs protestantes. Além disso, as grandes descobertas e invasões além-mar significaram a formação de um vasto território colonial. Em ambas as situações, era preciso empreender novos esforços para garantir a hegemonia católica, tanto para barrar o crescimento protestante nas nações europeias quanto para garantir que os povos do Novo Mundo adotassem o catolicismo como sua única religião. Foi nesse sentido que o papa Gregório XV fez publicar a bula **Inscrutabili Divinae Providentiae Arcano**, dentre outras providências ela instituiu a *Congregatio de Propaganda Fide*, entidade eclesiástica cuja atribuição central era organizar e centralizar a propagação da fé católica entre as pessoas no Velho e no Novo Mundos, garantindo assim o trabalho unificado e centralizado de todos os agentes de evangelização, onde quer que estivessem. No texto daquela bula escreveu Gregório XV: “Pois não se pode recordar sem lágrimas essas muitas ovelhas dispersas que se desviaram da verdade nestes tempos calamitosos porque foram escravizadas pelos enganos de Satanás e, portanto, nunca conheceram a Santa Igreja Católica e o aprisco de Cristo. Por isso, movidos de compaixão por esses povos, voltamos nossos pensamentos para as imensuráveis multidões de pessoas que, por tantos anos, foram tomadas pela loucura mais impura de toda a raça dos Agarens, e, cegos pelas sombras dos mentirosos, voltaram-se para erros insanos. Estamos abalados de piedade, percebendo como essas raças populosas, virando as costas para os dons do céu, foram transformadas em bestas, e são nutridas e perpetuadas

o mundo católico, o que acarretou, entre outros problemas, à dilapidação dos Estados Papais, restando, tão somente, o Vaticano, sob controle do papa, à revelia da recente República italiana, por décadas, o que ficou conhecido como questão Romana. Mas é no contexto dessa questão que o Papa Pio IX encabeça uma ofensiva que tem como objetivo reconquistar o domínio ideológico católico, ocasião em que o termo “guerra cultural” é cunhado (CLARK e KAISER, 2003; GOMES FILHO, 2019). Os expedientes dessa guerra e os seus sentidos foram retomados, ampliados e atualizados em outras experiências históricas, como os primeiros fascismos e as disputas pela “redefinição” dos Estados Unidos, conforme apresentou o sociólogo James Hunter. Mais recentemente, os vemos nas manifestações em favor do ex-presidente estadunidense Donald Trump, e do ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro. Em todas essas experiências e a despeito das diferenças entre si, constantes são, primeiramente, a crença entre um mundo dividido entre conservadores que desejam preservar a dignidade humana e suas instituições e revolucionários que desejam destruir esse patrimônio, portanto, é necessário combatê-los até o fim. Também, se mantém constante a ideia de que os meios políticos são corruptos e estão a serviço do “inimigo”, mas é preciso “ocupar” tais meios e fazê-los atuar a favor da humanidade, mesmo que, depois de alcançá-lo, a queda e a derrota seja um risco constante. Por tudo isso, é preciso manter-se em prontidão ininterrupta, ou seja, a permanente excitação para a luta e o enfrentamento. Por tudo isso, divide-se o mundo entre os “de bem” e os “inimigos” (CASARA, 2020). Por fim, é constante um aspecto místico em torno de tudo isso, um senso religioso e apocalíptico que permeia todas as relações e disputas políticas (MATA, 2020).

Outro tema inescapável é o campo teórico sobre o fascismo. Assunto complexo, o fascismo tem sido estudado desde suas primeiras experiências nos anos de 1920, na Itália, e 1930, na Alemanha, mas nunca se o considerou esgotado ou para ele se encontrou um ponto definitivo. Para o filósofo da política Gianni Fresu⁸ as pesquisas acerca do fascismo agrupam-se em três diferentes interpretações. A primeira delas afirma que a extremamente

(propagari) para os fogos eternos preparados pelo diabo e seus mensageiros. Entre eles estão aqueles que permaneceram justos—que invocam o nome de Cristo; no entanto, mesmo esses homens foram infectados pelo veneno dessas heresias, de modo que muito poucos reconhecem a verdade, e quase todos esses - pecadores em muitas coisas, não apenas em uma - se voltaram totalmente para o pecado. Enquanto os pecados estão sendo cometidos por nós, o inimigo semeou ervas daninhas sobre as boas sementes em todo o Norte, e assim espalhou infecções terríveis e já destruiu inúmeras almas, províncias e até reinos tomados à força de Cristo e entregues à tirania .”

⁸ “O fascismo é provavelmente o tema que na história contemporânea italiana produziu a maior quantidade de estudos. Uma enorme produção com diferentes abordagens e muitas implicações interdisciplinares. Na historiografia isso tem produzido múltiplos cânones interpretativos, caracterizados por concentrar a atenção sobre este ou aquele elemento - histórico, econômico, social ou moral - constitutivo ou predominante do fenômeno do fascismo”. (FRESU, 2017, p. 81)

bárbara experiência da Primeira Guerra Mundial provocou um profundo rebaixamento da consciência e da civilidade que caracterizariam a cultura europeia, e esse rebaixamento, por sua vez, constituiu solo fértil para o fascismo. Por isso, o fascismo é, antes de tudo, a manifestação de uma “*doença moral da Europa*”. Outra interpretação afirma que o desenvolvimento capitalista em diferentes nações se faz por meios de contraditórios processos em que o autoritarismo e o atraso são elementos que garantem a estabilidade e segurança política propícias à formação da hegemonia burguesa. Por isso, o fascismo seria um “*produto lógico e inevitável do desenvolvimento de alguns países*”. Por fim, há quem interprete que o fascismo seja um dos expedientes da burguesia contra avanços políticos da classe trabalhadora. Localizado no seio da confusa ideologia da classe média, a ascensão do fascismo ocorreria em momentos em que se combinam o acirramento da luta de classes com o enfraquecimento dos partidos burgueses com o avanço da organização da classe trabalhadora que se mobiliza pelas suas demandas econômicas e políticas. Por essa ótica, o fascismo se configura “como produto da sociedade capitalista e como reação antiproletária” (FRESU, 2017). Robert Paxton, autor de uma das análises mais conhecidas sobre fascismo, **Anatomia do Fascismo**, apresenta em seu último capítulo consagradas linhas de interpretação dessa forma política, destacando as diferenças entre elas bem como as insuficiências que as impedem de esgotar o tema, concluindo: “No final das contas, nenhuma interpretação do fascismo parece ter conseguido satisfazer a todos de forma conclusiva” (PAXTON, 2007, pág. 353). Não chegar a um consenso sobre o fascismo não expõe necessariamente fraqueza ou limitação nas pesquisas a respeito, mas confirma tratar-se de fenômeno complexo e que exige abordagens multidisciplinares para dar conta de seus diversos aspectos. A sua definição escapa, ainda, por tratar-se, aos menos para parte dos que o pesquisam, de fenômeno ainda vivo e em movimento histórico. Enquanto for realidade em diversas partes do mundo, o fascismo exigirá de gerações e gerações de pesquisadores e pesquisadoras esforços para sua apreensão e análise. Observando o que chamou de *segunda maré fascista*, nos anos de 1990, o historiador Francisco Carlos Teixeira escreveu

O ressurgimento do fascismo como fenômeno de massa hoje à luz dos fenômenos que pretensamente explicariam o fascismo dos anos 20 e 30 ... assim, a ressurgência do fascismo nos obriga a lançar mais de um novo arsenal teórico e de novos métodos que possam explicar as duas marés fascistas (anos 20/30 e anos 90) ocorridas em nosso século e, mesmo, unificar a teoria explicativa do fascismo, pensando-o em termos mais fenomenológicos, enquanto modelo de reação, organização e participação de amplas camadas populares nas modernas sociedades industriais ou em transição à

industrialização, e muito menos em fenômeno específico da história alemã ou italiana dos anos 20. (SILVA, 2005, p. 121)

Neste sentido, se pretende nesta pesquisa apresentar atualização pertinente à definição da *forma política* fascismo que não pretende, evidentemente, esgotar o assunto, mas contribuir com *referencial teórico* necessário para compreender a *terceira maré* fascista que atravessou e atravessa diversos países no mundo, inclusive os EUA, deixando, naquela nação, entre outros diversos problemas doméstico mais de 400 mil mortos pelo péssimo atendimento à pandemia de COVID que assolou o planeta.

Muitos foram os pesquisadores e analistas que se debruçaram sobre a questão do nazifascismo, fazendo-o por diversos campos teóricos distintos. A diversidade de abordagens, influências, teorias, metodologias utilizadas faz com que os debates sejam muitos, mas dificultam consensos e hegemonias sobre essa ou aquela conclusão. Nossa abordagem tem, por premissa, a elaboração teórica sobre o fascismo realizada pelo filósofo franco-grego Nicos Poulantzas.

Nicos Poulantzas debruçou-se sobre o desenvolvimento das formas autoritárias, sobretudo, a partir da consolidação do capitalismo monopolista, dentre essas formas, o fascismo. No livro **Fascismo e Ditadura** (1971), o filósofo localiza o fascismo como uma *forma política* que emerge da pequena burguesia⁹ que coloca-se como alternativa política à sociedade em situações de crise agudas das relações de produção do sistema capitalista. Ou seja, cenário de ascensão do fascismo (como representação das aspirações políticas da pequena burguesia que na conjuntura assume uma posição reacionária) são justamente aqueles momentos de crise aguda em que os grandes partidos de direita e de esquerda - que representam politicamente a grande burguesia ou operariado, respectivamente - perdem sua credibilidade.

Para isso, ele analisou as situações que precederam a ascensão do fascismo tanto na Itália quanto na Alemanha, identificando tanto as condições econômicas, quanto políticas e ideológicas. Nesse sentido, a definição de fascismo proposta por Poulantzas baseia-se nas

⁹ Ao longo do processo de pesquisa travei interessantes debates com diversos colegas a respeito do termo “pequena burguesia”, sobretudo, ao discuti-lo em termos de realidade brasileira. Um dos principais dos interlocutores que tive a respeito foi com o professor doutor Antônio Ribeiro, da ESALQ/USP, Alguns concordam ser adequado o seu uso, outros dizem que se trata de uma imprecisão. Houve sugestão de uso do termo “classe média”, mas concordo inteiramente com Poulantzas (1975) de que essa classe, em termos teóricos marxistas, não tem sustentação teórica. Outro termo que, esse sim, creio seria possível utilizar é “setores médios da sociedade”. Mas, sendo parte desta tese amparada na construção teórica de Poulantzas, não faria sentido utilizar outro termo que não aquele com o qual ele elabora suas reflexões.

relações de produção do sistema capitalista, são nas instâncias da economia, da política e da ideologia que se encontra o sentido da formação do fascismo.

Em *Fascismo e Ditadura* Poulantzas analisa os contextos que levaram à ascensão do fascismo, todavia, foi no livro **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje** (1975) em que o autor realizou uma sofisticada interpretação das classes dentro da teoria marxista, na qual aborda a questão da pequena burguesia. Um dos aspectos determinantes para compreender a sua interpretação sobre as classes é a percepção de que o econômico não é a única instância de determinação das classes¹⁰. Ainda que subordinadas a ela, as instâncias política e ideológica são essenciais na formação das classes. Além disso, Poulantzas reiteradamente afirma que é imprescindível perceber as classes na condição de luta entre elas, portanto, determinadas historicamente e não como algo *em si*.

Nesse sentido, as classes precisam ser percebidas no lugar que ocupam estruturalmente na luta de classes, ou seja na divisão social do trabalho, o que Poulantzas designa como determinação estrutural de classe - relações de produção, lugares de dominação e de subordinação política e ideológica. No entanto o filósofo afirma que é necessário distinguir a determinação estrutural de classe da posição que a classe assume na conjuntura, situação em que em determinadas circunstâncias uma classe ou uma fração de classe pode assumir uma postura política e ideológica em desacordo com o seu interesse de classe, um exemplo que o autor aponta é o da aristocracia operária que tem, precisamente, nas conjunturas posições de classe burguesa.

Nas sociedades de classe, distinguem-se aquelas que formam as oposições mais radicais em cada uma das formações sociais, constituindo-se nas suas classes principais. Isso posto, ao observarmos a sociedade capitalista de forma concreta percebemos que constituem-se como suas principais classes em oposição: a burguesia e o operariado. Todavia, para além dessas duas classes há a presença de outras que assumem uma posição marginal na estrutura da sociedade capitalista, como a pequena burguesia¹¹.

¹⁰ Nico Poulantzas desenvolve suas pesquisas e reflexões dentro do campo do Marxismo, nesse sentido ele escreve: “*Para o Marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político ideológico, enfim a superestrutura, desempenhou igualmente o papel muito importante. de fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam somente ao critério econômico, mas refere explicitamente a critérios políticos e ideológicos.*” (POULANTZAS, 1975, pág. 14)

¹¹ No Brasil, os debates acerca das classes destacam não a *pequena burguesia*, mas a *classe média*, das quais se destacam as pesquisas da filósofa Marilena Chauí. Todavia, tais abordagens amparam-se em fatores como renda e consumo para fazer a devida distinção entre as classes. Diferentemente disso e para manter a coerência teórica desta tese, optamos pela análise amparada na relação de produção.

Mas, além de destacar a pequena burguesia, Poulantzas, percebe uma distinção em seu seio. De um lado, ele identifica a *pequena burguesia tradicional*, originada em formações anteriores ao capitalismo e que é constituída pelos pequenos proprietários e pequenos comerciantes, sujeitos que participam diretamente da produção. Por outro lado, o filósofo distingue a *nova pequena burguesia* que surge no bojo do capitalismo monopolista do pós Segunda Guerra Mundial. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje** é um estudo primordialmente centrado justamente nessa fração da pequena burguesia. Ela é formada pelos trabalhadores assalariados - sejam eles do Estado ou das empresas privadas -, ocupando postos de trabalho não diretamente ligados à produção e à reprodução da mais-valia. Tratam-se profissionais como engenheiros, gestores, marketing, contabilidade, secretariado, executivos e outros.

Dentre as importantes considerações que o filósofo faz a respeito da localização e das dinâmicas da pequena burguesia, um dos pontos fundamentais para compreendê-la é perceber as disputas que ocorrem no seu interior. Poulantzas distingue que as disputas entre as classes envolvem questões de *poder* e de *submissão*, ao passo em que nas disputas intraclasses apresentam-se as questões de *autoridade* e *hierarquia*. Ainda que existam disputas dentro do operariado, é na pequena burguesia, dada as próprias condições da sociedade burguesa, em que as disputas intra classes são mais acirradas e diversificadas, posto que as possibilidades de conquistas e recompensas são maiores - como aumentos de rendimentos e ascensão à burguesia -, enquanto também os riscos da derrota são consideráveis, como a proletarianização.

A pequena burguesia exerce uma função ideológica fundamental na sociedade burguesa. Para Poulantzas, a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual que surge no desenvolvimento do sistema capitalista leva ao isolamento da ciência como uma forma de conhecimento quase que restrita aos interesses da burguesia. A pequena burguesia, sobretudo a nova pequena burguesia, na figura de engenheiros, técnicos de produção, cientistas etc, torna-se a classe operadora desses conhecimentos no processo de produção. Tanto a obtenção desses conhecimentos técnicos-científicos por meio da educação, quanto a sua operação no cotidiano da produção ocorrem numa dinâmica permanente de disputa entre indivíduos individualizados dentro da classe, instituído pelos locais de *autoridade* e *hierarquia* que, por sua vez, constitui o ordenamento que vigora como senso comum, como ideologia dominante. Dessa maneira, a ideia de ascensão social e econômica é atravessada pela ideia de que as

conquistas são individuais e ocorrem tão somente pelo mérito pessoal de sujeitos que dominam determinada capacidade intelectual restrita às classes dominantes.

Daí a importância que o filósofo atribui aos *aparelhos de Estado* como espaços concretos nos quais a luta de classes se realiza reproduzindo as instâncias econômicas, políticas e ideológicas da formação social. Poulantzas aponta tanto os aparelhos de repressão do Estado, como o exército, a polícia, as prisões, a magistratura, a administração; e os aparelhos ideológicos de Estado, e como a escola, a religião, os meios de comunicação e imprensa, a produção cultural e artística etc. Aponta, ainda, os aparelhos políticos e sindicais e os aparelhos econômicos, que em seu sentido mais escritos são constituídos pela empresa e pela fábrica.

Todavia, por não estar diretamente envolvida na reprodução da mais-valia, a pequena burguesia define-se pela sua *negatividade* em relação às classes principais, ou seja, ela não é a burguesia e não é a classe operária. Em outras palavras, seu lugar na estrutura da sociedade capitalista é definido pela sua exclusão dos demais lugares. Por outro lado, essa situação de definição por exclusão lança luzes sobre seus contornos políticos e ideológicos, que são determinantes para compreendê-la como classe no sistema capitalista.

As ideologias se formam a partir das experiências concretas das classes, por isso a pequena burguesia possui o seu próprio construto ideológico. No entanto, esse construto é carregado de incompletudes dada o distanciamento da pequena burguesia dos processos de produção. Desta feita, estabelece-se uma comunicação entre a ideologia pequeno burguesa e as ideologias da burguesia e a do operariado, e por isso é possível encontrar elementos ideológicos dessas outras classes na ideologia pequeno burguesa; Poulantzas observa, como exemplo disso, o socialismo burguês e a defesa da democracia e do Estado republicano que não percebem a natureza a sua natureza de classe. Disso decorre que politicamente a pequena burguesia se posiciona em função da conjuntura, dito de outra forma, a pequena burguesia assume posições políticas - muitas vezes com algum grau de contrariedade em relação aos seus próprios interesses - de acordo com o contexto político e econômico do momento.

Por fim, o terceiro **tema inescapável** que atravessa esta pesquisa é a questão da *cultura*. Não é possível compreender a ascensão do fascismo como *forma política* no Brasil se não percebemos onde o discurso de ódio do candidato Jair Messias Bolsonaro reverberou com mais força junto à população. Creditar a expressiva votação que o ex-presidente obteve em 2018 apenas às redes sociais e disseminação de *fake news* é erroneamente acreditar que

esses eleitores são facilmente mobilizados por fantasias alheias às suas próprias crenças, valores, cotidianos. Não nos parece que a já notória narrativa da mamadeira em formato de pênis deixasse as pessoas tão temerosas se ter um filho homossexual não estivesse colocado já colocado em uma cultura machista. Se a LGBTfobia não fosse um substrato de nossa cultura, uma narrativa tão pueril para boa parte das pessoas não teria tocado tão fundo outra parte da mesma população. Normalmente tratamos demais o tema de tais narrativas olhando apenas a sua superfície comunicada: a mamadeira em formato de pênis, legalização da pedofilia, kit gay e outras mentiras. Acreditamos que não basta nos perguntarmos o porquê as pessoas acreditaram nelas, mas perguntar quais as correspondências entre tais narrativas e aquilo que as pessoas realmente acreditam. Ainda mais, acreditamos que quem disseminou tais mentiras tinha uma clara ideia de que elas servem como os dedos que tocam as cordas de violão: não vemos o ar sendo vibrado pelas cordas ecoando dentro do instrumento formando o som, e por isso pensamos que são apenas os dedos se mexendo que fazem a música. Propomos neste estudo deixar a mão do músico de lado para nos debruçarmos sobre o ar vibrando dentro do corpo do violão. Enfim, buscar nas camadas mais profundas da cultura o que os indivíduos acreditam, temem e valorizam e como foram afetados pela campanha eleitoral bolsonarista e que continuou sendo mobilizada por suas narrativas. Cada um desses temas inescapáveis aqui apresentados serão mais densamente analisados nas seções específicas desta tese.

Para dar trato a tais temas foi preciso estabelecer uma metodologia de pesquisa capaz de estabelecer conexões entre distintos instrumentos teóricos que deem conta de: 1) abordar a questão da cultura dentro de uma perspectiva capaz de articulá-la com a questão da política; 2) elaborar uma definição de guerra cultural capaz de se sustentar quando aplicada tanto nas experiências históricas quando nas atuais experiências, como a em curso no Brasil; 3) fazer a análise dos sentidos e significados mobilizados pelos discursos do campo político que chamamos de bolsonarismo.

Assim, para abordar adequadamente todos esses pontos foi preciso articular diferentes categorias e campos teóricos de maneira a propiciar um entendimento sobre os temas acima, tanto em seus aspectos diacrônico como sincrônico. Para isso, a abordagem teve como metodologia de pesquisa uma análise que buscou as conexões entre diferentes experiências

históricas, numa perspectiva de *longa duração*¹², como colocada por Fernand Braudel (BRAUDEL, 2019).

4.1. Longa duração

Buscamos estabelecer o intercâmbio entre a longa duração da formação brasileira, a conjuntura e os eventos da breve duração. À primeira, estipulamos as relações entre as classes, as formas como aquelas que dominam as estruturas sociais se mantêm há tantas gerações e como se expressam politicamente por meio de seus agentes, sejam eles suas organizações (partidos, associações etc), suas ideologias e dispositivos de controle. A conjuntura que nos interessa nesta tese é aquela que compreende a Nova República, onde identificamos os elementos que propiciaram a ascensão do bolsonarismo, foram as suas especificidades que engendraram as situações que permitiram tanto a emergência do ex-capitão, quanto do conjunto que formou, sob seu comando, o conglomerado político que ascendeu a bloco no poder, no período de 2018 a 2022, e que se mantêm politicamente ativo. Por fim, buscamos a breve duração nos processos políticos, nas disputas cotidianas, na realização - ou não - de políticas de governo, nos embates políticos cotidianos.

Em nossa perspectiva, é no intercâmbio entre essas três temporalidades que encontramos o sentido do bolsonarismo - “sentido” na acepção dada por Caio Prado (2001)¹³ -, que emerge quando desbastamos do conjunto dos eventos “o cipoal de incidentes secundários os acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível” para encontrar a “linha mestra e ininterrupta de acontecimentos” e a direção a que nos leva. O bolsonarismo, cremos, é um dos eventos desse conjunto histórico, mas, continuamos a crer, ele não faz parte do cipoal de incidentes, mas sim, é parte da linha mestra da história do Brasil.

¹² “*Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica dos preços. Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do "recitativo" tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinqüenta anos. Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo, de longuíssima duração*”. (BRAUDEL, 2019, pág. 44)

¹³ “*Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada direção*.” (PRADO JR, 2001, pag. 19)

Para tanto, nos valem de distintas abordagens. Para a compreensão da longa duração, nosso olhar se volta para parte da historiografia já consagrada - os nossos clássicos - sobretudo, Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré. Deles vem uma compreensão do desenvolvimento do país, seus aspectos econômicos, seu papel no concerto internacional das nações e sua localização subalterna no arranjo capitalista, a manutenção de suas relações coloniais e as suas expressões políticas. Já para análise da conjuntura, nos valem de autores como André Singer, Marcos Nobre, Armando Boito, Plínio de Arruda Sampaio e Virgínia Fontes. Para a breve duração, a ascensão do bolsonarismo e a chegada do ex-capitão ao governo, lançamos nosso olhar a duas abordagens, uma é a bibliografia recentemente produzida a respeito, outra são as reportagens, matérias e notícias veiculadas pelos meios de comunicação e imprensa, que produziram, naquele período farto volume de informações, muitas delas no calor da hora, e, graças à velocidade dos portais eletrônicos, nos minutos imediatos após os fatos terem ocorrido. Essa imediatidade, se por ventura, em alguma ocasiões, deixam as informações em um alto grau de superficialidade, por outro lado nos permite a análise sobre fatos em seu processo. A principal inspiração para o uso desse material de origem jornalística encontra-se no livro **O Jogo da Direita**, de René Dreifuss, publicado em 1989. Na obra, o autor constrói um amplo panorama de formação da nova República, utilizando para isso, justamente de matérias e reportagens afirmando que “afinal, era óbvia a realidade estava ali, na cara, desafiando a nossa paciência” (DREIFUSS, 1989, pág. 8)¹⁴.

Evidentemente que a apreensão de conteúdos e a análise não ocorrem de forma estanque, separando as temporalidades em baías não conectadas. Há muito o que as atravessa, sobretudo, no que diz respeito às permanências de representações, construtos, identidades, ideologias, que atravessam os tempos, se atualizam e se mantêm, e faz parte de nossas tarefas nesta teses reconhecê-las e evidenciá-las.

A abordagem em *longa duração* nessa construção histórica nos permitirá assim observar a formação de uma *mentalidade*, daí nossa abordagem tangenciar a história das

¹⁴ Dreifuss avança ainda mais na questão do uso de material jornalístico para a pesquisa afirmando que: “*Já não havia muito segredo. E eu, de certa forma, andava reagindo à ideia que, atrás da informação e da análise, sempre haveria uma fonte oculta e um detalhe não revelado. O mundo acadêmico, em sua grande maioria, sempre pesquisar em segunda mão, aproveitando o trabalho de campo do jornalistas -tanto dos que assinam suas matérias, quanto dos anônimos repórteres e redatores bom são eles os verdadeiros analistas do dia a dia, que fuçam, questionam e servem de bandeja-como verdadeiros assistentes de pesquisa item a matéria-prima aos pensadores de gabinete.*” (DREIFUSS, 1989, pág. 8)

mentalidades para buscar as mediações e a “relação dialética entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, do outro, a maneira como eles a narram e mesmo a vivem.” (VOVELLE, 1991, p. 24). Essa abordagem nos permitirá, cremos, perceber as conexões entre ideologia e mentalidade e como desta sobressaem e emergem aquela¹⁵: pôr em relevo o construto histórico-cultural que carrega elementos arcaicos de nossa tradição colonial e escravocrata, patriarcal e latifundiária que subjaz nossa contemporaneidade e que, em particular, é capturada pela política e por ela instrumentalizada. A drástica desigualdade que atravessa nossa história desenha com traços fortes as diferenças entre as classes que formam nossa sociedade, ao menos, em seus aspectos materiais e concretos, todavia no campo da subjetividade esses traços distintivos estão mais esfumados, a circularidade entre os extratos sociais é mais intenso, ainda que desiguais, no qual as classes subalternas são inundadas com valores e tradições das classes dominantes, ainda que adaptando-as às suas realidades e limitações de várias ordens. É nesse espaço, nesse campo de circulação desigual entre as visões de mundo das distintas classes em luta em que se forma um campo cultural popular onde o arcaico resiste e subsiste ao contemporâneo, sem nunca ser por ele tragado ou superado¹⁶. Trata-se do *residual*, como nomeou Raymond Williams, para quem o “...residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo no presente” (WILLIAMS, 1979, pág. 125). Uma permanência, portanto, que atravessa gerações, ocultando-se no cotidiano e manifestando-se em representações e mediações.

A realização desta pesquisa em longa duração exigiu, ainda, o uso de um conjunto de categorias teóricas que nos permitiram compreender processos, estabelecer nexos, analisar elementos discursivos manifestos ou latentes. A seguir, apresentamos esse conjunto de categorias.

¹⁵ “A esse nível, as contradições se diluem entre dois esquemas conceituais, cujos aspectos contrastamos: ideologia de uma parte, mentalidades de outra. O estudo das mentalidades, longe de ser um empreendimento mistificador, torna-se, no limite, um alargamento essencial do campo da pesquisa. Não como um território estrangeiro, exótico, mas como o prolongamento natural e a ponta fina de toda história social”. (VOVELLE, 1991, p. 24)

¹⁶ “Assumindo minhas responsabilidades de historiador das mentalidades, sou do que, nesse domínio, longe de se situarem em contraste com a história social, acredito, ao invés, que a história das mentalidades é sua ponta fina e sua conclusão: nível onde as participações se manifestam em atitudes e representações coletivas. É verdade que esse terceiro nível, apoiado em fortes pressupostos, pode bem ser considerado como o das ‘prisões de longa duração’ (Braudel) ou das ‘resistências’ (Labrousse): e nos perguntamos sobre a ‘força da inércia’ das estruturas mentais.” (VOVELLE, 1991, P. 271)

4.2. Cultura comum

A abordagem assim nos permitirá entender a tensa relação entre cultura e política, sendo que, para esse entendimento, nos amparamos na noção de *cultura comum*, proposto por Raymond Williams em seu livro **Cultura e sociedade**, no ensaio **A Cultura É Algo Comum**, ambos de 1958, e outros trabalhos, que nos parece mais adequado que a expressão “cultura brasileira” ou “cultura popular”, geralmente muito vagas. O intelectual galês estabelece uma dialética entre a *tradição* e a *inovação* no processo de permanente desenvolvimento da cultura em que o tradicional se mantém pela força das práticas cotidianas enquanto a inovação é, comumente, provocada pelas contribuições individuais.

Dessa forma, supera-se a dicotomia com que os estudos sobre cultura comumente se defrontam, que pode ser sintetizada nos entendimentos da cultura ou como “modo de vida de toda uma comunidade” ou como atuação criativa de pessoas com algum tipo de talento artístico e intelectual. Para além dessa dicotomia, Williams entende cultura “nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida - os significados comuns -; e para designar as artes e o aprendizado - os processos especiais de descoberta e esforço criativo” (WILLIAMS, 2014, P. 05). Mais ainda, ao especificar a questão da *cultura comum* como um processo localizado no tempo histórico - a ascensão da burguesia -, Williams articula a relação entre sociedade e cultura numa perspectiva política e histórica.

Assim, a cultura constitui, por um lado, todo esse campo da tradição, da perenidade de práticas e significados já ancestrais, costumes, como ainda dizem algumas pessoas, como “faziam os velhos”. Por outro lado, a cultura tem o caráter da inovação, da mudança amparada pela referências culturais promovidas por indivíduos preparados.

A *cultura comum*, segundo Williams, não é apenas a tradição, mas é também a evolução da própria cultura, de seus significados e práticas; a atualização faz parte de sua própria dinâmica. É justamente a possibilidade de questionar a tradição e suas manifestações políticas, de promover o debate, mesmo quando conflituoso visando aceitar os desafios que podem se impor no processo de atualização da cultura em que trataremos o papel de artistas, artesãos e animadores culturais como agentes do processo de enfrentamento ao autoritarismo que atravessa a cultura brasileira. Como a personagem do conto de Guimarães Rosa que se recusa a assumir o lugar do pai numa canoa que nunca aporta, são aqueles que sem negar suas origens se recusam a assumir seu lugar na tradição os que contribuem para a evolução da cultura. No segundo capítulo desta tese apresentaremos com detalhes a questão da *cultura comum*.

Dessa maneira, podemos já, em perspectiva sincrônica, abordar os enunciados que constituem o discurso bolsonarista. Para essa abordagem específica, nos valemos das formulações sobre análise do discurso feitas tanto pelo francês Michel Pêcheux quanto pelo soviético Mikhail Bakhtin.

Análise do discurso

Para Michel Pêcheux, cada pessoa é um *sujeito-falante*, ou seja, aquele que enuncia seu posicionamento por meio da fala, da escrita, de documentos, manifestos e outras formas de comunicação. Mas, a despeito de cada sujeito imaginar que sua fala é absolutamente própria e motivada apenas particularmente, o fato é que seu enunciado manifesta discursos que constituem e são constituídos pelas formações discursivas já existentes. Nesse sentido, ainda segundo o filósofo francês, a formação do *sujeito-falante* ocorre na medida em que ele, enquanto indivíduo, é *interpelado pela ideologia*, situação em que, de fato, se inscreve nas relações sócio-políticas.

A construção teórica de Michel Pêcheux inscreve-se no campo do marxismo, e assim sendo, tem suas premissas no materialismo e na história; por isso percebe tanto a ideologia quanto as formações ideológicas, discursos e enunciados como construções históricas condicionadas pela luta de classes; mas é preciso verificar como Pêcheux analisa tais categorias.

A sobrevivência de cada formação social está na sua capacidade de gerar e manter as *condições de reprodução das relações de produção* que lhes são próprias. Mas, ao fazê-lo, geram também as contradições que podem levar à sua *transformação*, ou seja, à sua superação. Assim sendo, as formações sociais de classes são constituídas pela permanente dinâmica de luta entre elas, sendo que as classes dominantes se esforçam por impôr uma relação de *desigualdade-subordinação* às demais. Nessa relação, a desigualdade social é mantida pela permanente subordinação do potencial transformador/revolucionário da formação social.

Se as sociedades engendram tais *condições de reprodução e transformação das relações de produção*, elas também engendram as suas *condições ideológicas*¹⁷ de

¹⁷ Grifo nosso.

reprodução e de transformação das relações de produção. Por conseguinte, as classes dominantes se esforçam por subjugar ideologicamente as classes dominadas¹⁸.

Daí que para Pêcheux a ideologia não é um ente abstrato, mas uma instância da luta de classes que ocorre por meio de elementos concretos (enunciado, idioma, manifestos etc) e esse é o motivo pelo qual ele defende a análise do discurso como uma teoria da subjetividade sem o subjetivismo do idealismo burguês. Ou seja, a ideologia é a luta de classes acontecendo em uma determinada instância, que é a das relações ideológicas. A ideologia, portanto, é o termo conceitual que designa uma formação ideológica específica, que surge de uma determinada situação da luta de classes. É dessa formação ideológica que emergem *formações discursivas* formadas nas distintas *posições* da luta de classes.. É das *formações discursivas* - discursos - que se materializam os *enunciados* e seus *sentidos* (significações do discurso) proferidos pelos *sujeitos-falantes*. Em outras palavras, nos *discursos* estão os diversos elementos que são selecionados e organizados - como *fiões dos discursos* - as falas, os manifestos, as literaturas, os discursos nas tribunas, os panfletos etc.

Assim, os indivíduos, no momento em que são *interpelados pela ideologia*, tornam-se, de fato, *sujeitos-falantes*. Mas suas falas não enunciam *discursos*, pois estes são já existentes - os *pré-construídos* -, ainda que creem fazer isso. Os sujeitos têm a ilusão de elaborar seus próprios discursos pois uma das funções da ideologia é mascarar sua própria existência, dando ao que existe o caráter de neutralidade e naturalidade: o que existe parece sempre ter existido, e por isso não influencia o pensar e o falar de cada pessoa.

Não sendo um ente abstrato que existe em si e *a priori* da vida concreta, a ideologia existe enquanto prática se realiza no *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado*, dessa forma, esse conjunto complexo não representa a ideologia dominante, nem são uma espécie de reprodutora dessa ideologia, mas é local onde a disputa ideológica ocorre, onde a ideologia da classe dominante, ao impor a desigualdade-subordinação, mantém-se dominante. Enfim, onde os *sujeitos*, assim determinados, atuam expressando *enunciados* que correspondem às suas localizações na luta de classes.

¹⁸ “A dominação da ideologia (dominante), que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção “subjuga” sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada ‘região’ ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões...” (PÊCHEUX, 1995, pág 146)

Dessa forma, a análise do discurso, em Pêcheux, incorre em investigar, a partir dos enunciados (realização prática da luta de classes na instância ideológica), as *formações discursivas* bem como as *formações ideológicas* das quais decorrem. Investigar também as trocas nos possíveis *interdiscursos* que se constituem entre as *formações ideológicas* e, em última instância, como são implicadas pelas *condições de produção e de transformação das relações de produção* da sua sociedade. Isso quer dizer a busca para além do “o que é dito” lançando luzes sobre o “porque é dito”, “por quem é dito”, e “quais interesses atendem ao ser dito”. Sobretudo, fazendo isso por meio da análise das construções discursivas e seus sentidos em perspectiva histórico-política, percebendo como os discursos geram práticas sociais orientadas por sentidos determinados pelos interesses das classes dominantes.

5. Sobre narrativas e fakes news

Há duas lacunas categoriais que precisam ser sanadas que dizem respeito a termos que se tornaram correntes nos anos que envolveram o golpe de 2016 e as eleições de 2022 no Brasil: *narrativas* e *fake news*. São termos já tornados populares e repetidos tanto por políticos, quanto pela imprensa e por muitos intelectuais. *Narrativa* tem sido usada de forma um tanto mais abrangente, ora é uma espécie de mentira, ora é uma espécie de interpretação ou leitura da realidade. Em um artigo no El País, a jornalista e escritora Eliane Brum faz uma reflexão sobre aqueles que não se alinhavam, em 2016, às propostas políticas majoritárias então em voga. O texto conta com colaborações de outros intelectuais e todos utilizam o termo *narrativas* justamente como um posicionamento frente à realidade posta. Brum escreve, logo na abertura do artigo

Tenho dúvidas se não é por isso que uma parte das pessoas, à direita e à esquerda, prefere aderir ao conforto de uma das narrativas, para pelo menos se iludir que há uma resposta, que há alguém que sabe. Aderir como tentativa de estancar a angústia de sentir-se sem chão. Talvez seja o momento de suportar o não saber e acolher as incertezas. Mas em movimento, no movimento da busca. (BRUM, 2016)

O trecho nos apresenta alguns bons indícios para um entendimento sobre como o termo *narrativa* tem sido utilizado. Primeiramente, é como posicionamento frente à realidade, mas também como uma “resposta”, mais especificamente, uma resposta “fantasiosa” que serviria para “estancar a angústia”. Uma resposta, portanto, que apesar de parecer um posicionamento frente a realidade, parece servir mais como um conforto emocional frente à

realidade que parece beirar as raias da insuportabilidade. Um dos participantes do artigo de Brum, o escritor, doutor em filosofia e professor universitário Moysés Pinto Neto escreveu

Não estar em um dos lados não significa não ter posição – sou contrário ao impeachment por questões jurídicas e políticas. Significa simplesmente não subscrever as duas principais narrativas. De um lado, a narrativa oposicionista, que define o PT como uma quadrilha que se apropriou do Estado para se manter no poder, garantindo sua permanência por meio de fraudes eleitorais e manobras populistas. De outro, a narrativa governista, que define o que está ocorrendo como um golpe de Estado travado pelas forças conservadoras, com vistas a atingir o processo de inclusão social levado a cabo nos últimos 12 anos. O problema é que essas narrativas estão incompletas.

A oposição desenha o cenário de modo a transformar o PT em alvo principal e ignora, propositalmente, a dimensão estrutural e universal que está sendo revelada nos processos de investigação da Operação Lava Jato. A situação, por sua vez, prende-se a importantes questões formais, baseadas em instituições jurídicas, mas não enfrenta o mérito de que o estrutural não elimina a responsabilidade de quem se envolveu e aprofundou o processo, muitas vezes blindando de forma idolátrica o partido contra toda e qualquer crítica. (BRUM, 2016)

Moysés Pinto Neto apresenta indícios que aprofundam o que foi colocado por Eliane Brum. No excerto, está reafirmado que uma narrativa é um lado. Mas um lado é uma situação condicional, está condicionada a estar em oposição a algo. Esse algo, como dito acima, é a realidade, mas agora percebemos a realidade como aquilo que está no centro, enquanto as narrativas apenas a orbitam. A realidade é algo que parece ser pleno, enquanto as narrativas são interpretações incompletas. Essa incompletude não é uma falha, mas uma condição constituinte da *narrativa*, pois a narrativa se forma a partir da seleção de determinados elementos da realidade que são organizados de forma a se auto-justificarem e auto-legitimarem e legitimam, ou melhor dizendo, que dão o sentido daqueles que constroem *narrativa*.

O primeiro e ainda basilar estudo ocidental sobre a construção de narrativas é A Poética, conjunto de anotações feitas por Aristóteles, datado no ano 335 antes da era comum. Trata-se de um primoroso estudo acerca da tragédia feita pelos atenienses, e entre seus temas ele destaca a elaboração da narrativa, que chama, na obra, de mito. Para o filósofo a construção da narrativa dramática/literária deve constituir um *todo*¹⁹, formado por

¹⁹ “‘Todo’ é aquilo que tem princípio, meio e fim. ‘Princípio’ é o que não contém em si mesmo o que quer que siga necessariamente outra coisa, e que, pelo contrário, tem depois de si algo com que está ou estará

diferentes ações racionalmente encadeadas entre si²⁰, de tal maneira a formar sentido lógico, que compreenda início, meio e fim. Isso significa, portanto, a seleção das ações que comporão ou que serão descartadas na composição da narrativa. Outro ponto de importância para o filósofo é a *verossimilhança*, que significa que as narrativas necessitam ser coerentes. E ainda que sejam fantasiosas, as ações que constituem seu sentido devem ser articuladas de forma a que a fantasia pareça natural e crível, como as obras de C. S. Lewis, por exemplo, em que, por mais que sejam fantasiosas, todos os elementos que constituem seu mundo de maravilhas têm sentido entre si²¹. Em síntese, Aristóteles está nos dizendo que por narrativa entende-se a seleção de ações que possam ser organizadas e encadeadas entre si a fim de constituir um sentido, uma história verossímil.

Os ensinamentos de Aristóteles se tornaram a espinha dorsal da tradição ocidental, um cânone que é encontrado tanto nas obras mais experimentais do cinema e do teatro quanto nos problemáticos manuais de escrita de roteiros tão em voga atualmente, como os escritos por Robert McKee ou Syd Fields, que pecam excessivamente pelo reducionismo com que tratam os ofícios de roteirista e dramaturgo. Mas evidentemente não se trata apenas de dramaturgia e roteiros, o crítico literário brasileiro, Massaud Moisés, em seu célebre livro *A Criação Literária*, ensina que o romance também é escrito a partir da seleção racional de ações feita pelo autor que são, então, organizadas numa arquitetura narrativa que se encaminha para um sentido, formando o começo, o meio e o fim da história contada²².

necessariamente unido. 'Fim', ao invés, é o que naturalmente sucede a outra coisa, por necessidade ou porque assim acontece na maioria dos casos, e que, depois de si, nada tem. 'Meio' é o que está depois de alguma coisa e tem outra depois de si. É necessário, portanto, que os mitos bem compostos não comecem nem terminem ao acaso, mas que se conformem aos mencionados princípios." (ARISTÓTELES, 2003, pág. 113)

²⁰ "Porém, o elemento mais importante e a trama dos factos, pois a tragédia não é imitação de homens, mas de acções e de vida, de felicidade [e infelicidade; mas, felicidade] ou infelicidade reside na acção, e a própria finalidade da vida e uma acção, não uma qualidade." (ARISTÓTELES, 2003, pág. 111)

²¹ "Tanto na representação dos caracteres como no entreccho das acções, importa procurar sempre a verossimilhança e a necessidade; por isso, as palavras e os actos de uma personagem de certo carácter devem justificar-se por sua verossimilhança e necessidade, tal como nos mitos os sucessos de acção para acção. É, pois, evidente que também os desenlaces devem resultar da própria estrutura do mito, e não do deus ex-machina, como acontece na Medeia ou naquela parte da Iliada em que se trata do regresso das naves." (ARISTÓTELES, 2003, pág. 124)

²² Escreveu o professor Massaud: "Posto o quê, passemos à estrutura interna do romance. O primeiro aspecto que interessa focalizar, diz respeito à acção. Da mesma forma que a novela, o romance apresenta pluralidade dramática, isto é, uma série de dramas, conflitos ou células dramáticas. Em princípio, não há limite numérico para os núcleos dramáticos que podem compor a acção dum romance. Ao ficcionista, importa escolher aqueles que possuam a virtude específica de se organizar harmoniosamente ao longo da obra. E é esta escolha o grande obstáculo com que ele se depara, pois infinitas possibilidades lhe são oferecidas aos simples golpe de vista lançado sobre os acontecimentos diários. A imaginação, transformando-os e transcendendo-os, faz o resto, aumentando ainda mais o número de caminhos abertos à intuição do romancista ... Vem daí que, ao findar a narrativa, mesmo os dramas secundários têm seu encaminhamento garantido, sugerido ou resolvido." (PINTO NETO, 1977, pág. 190)

Esses cânones são os mesmos que estruturam as mitologias, as literaturas, as dramaturgias. Mesmo quando escrevemos um artigo histórico, por exemplo, ainda que o objetivo seja apresentar um estudo e não uma ficção, nos esforçamos em organizar os dados e análises exatamente assim, como um *todo* com começo, meio e fim. Isso porque é da condição humana buscar sentido e lógica no caos, criamos narrativas e elas precisam nos contar algo. Por isso, não é estranho que a palavra *narrativa* tenha se tornado um termo comum na política. Mas, retomando o texto de Eliane Brum recentemente citado, percebemos que hoje o termo *narrativa* tem sido utilizado para explicar algo como ficções políticas. É uma fabulação calcada em fatos concretos, mas que passam por um processo de seleção, aproveitados alguns e descartando outros, e por isso, apenas parcialmente verdadeiros. Se estivéssemos falando de uma peça teatral, como Aristóteles, não haveria problema algum nessa ausência de verdade; mas ao falarmos de disputas políticas que envolvem a realização ou o impedimento do bem estar da maioria da população, então a incompletude das narrativas, nas palavras citadas de Moysés Pinto Neto, é um problema incontornável. Essas, que podemos chamar de *narrativas políticas*, acabam servindo como um simplificador, um mecanismo de explicação da realidade política, mas uma explicação simplória, facilitada, redutora e que atende a interesses de algum grupo político.

Em um tempo em que as informações transitam ininterruptamente e em alta velocidade pelas redes sociais, as *narrativas políticas* encontram seu *locus* ideal nos tweets de 140 caracteres, nos reels ou shots do Instagram e YouTube, respectivamente e nas postagens apressadas do Facebook. Completa esse *locus* os inúmeros compartilhamentos que levam as publicações de uma plataforma a outra formando uma malha comunicacional excessivamente rápida e muito saturada que dificulta a leitura atenta e crítica de todas essas informações.

Deste ponto podemos saltar para a próxima pendência conceitual, que diz respeito às *fake news*, que podemos também chamar de *factóides políticas*. Nos parece que tais factóides são uma extensão das narrativas políticas, são bombas que explodem de imediato e deixam seus ecos e consequências. Um bom exemplo é a anedótica “mamadeira de piroca”, difundida durante a campanha eleitoral de 2018. Passados poucos anos depois daquele pleito é difícil encontrar alguém que ainda creia nessa história, mas na ocasião teve um forte efeito bombástico, pondo muitas pessoas, senão afogadas em credulidade, ao menos imersas em dúvidas que foram suficientes para fazê-las votar em quem denunciou aquele “risco”. As *factóides políticas*, dado que em muitas ocasiões são fáceis de serem desmontadas, parece

que tem por finalidade criar um efeito de imediato, uma comoção coletiva repentina. Há um evento ocorrido durante a ditadura empresarial-militar que nos parece ilustrar adequadamente essas características das *factóides políticas*, trata-se de uma falsa edição especial do jornal O São Paulo, da Diocese de São Paulo, que circulou por um grande número de paróquias paulistanas entre os dias 20 e 26 de agosto do ano de 1982. Essa falsa edição estampava uma entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns, que na ocasião estava longe da capital paulista. Dom Paulo ficou conhecido por sua intensa militância pelos direitos humanos, enfrentando as autoridades militares em defesa dos presos políticos. Na falsa entrevista, ele dizia-se arrependido pelos seus posicionamentos “marxistas”, e assumia o compromisso de reaproximar-se de Cristo, de quem sabia estar há muito tempo distante²³. Em seu regresso à diocese, Dom Paulo rapidamente restituiu a verdade e a falsa publicação foi desmascarada. Mas, no curto espaço de tempo em que circulou, teve um forte impacto junto ao público cristão.

Assim, podemos perceber portanto uma relação íntima entre as *narrativas* e as *factóides* quando usadas nas disputas políticas. Ambas servem como falseadores da realidade, elementos mistificadores. A primeira constituindo uma história perene, constante, capaz de mobilizar pessoas por um longo período de tempo e animar processo políticos de longa duração. A segunda, as *factóides* políticas, servem como explosivos comunicacionais, criam intensas perturbações que tendem a, pela sua própria natureza extravagante, ter uma curta duração, mas mantendo no ar algum grau de continuidade ou consequência.

Deve-se destacar que as delimitações que separam *narrativas* de *factóides políticas* não podem ser vistas de forma demasiadamente estanque. *Factóides* inventadas para um momento específico podem ganhar perenidade enquanto *narrativas* já esquecidas podem ser recuperadas para provocar um frisson para uma determinada situação específica.

Evidentemente que tais caracterizações não são definitivas e carecem de maiores debates e refinamentos. No entanto, para o escopo desta tese certamente são bastante adequadas e suas eventuais insuficiências não incorrerão em nenhum problema para o rigor de nossas análises.

²³ Conferir: Assessoria de Comunicação do CEDEM, da Unesp. **Jornal 'O São Paulo' foi marco da resistência à ditadura militar.** 20/12/2016. Disponível em: <<https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/180/jornal-o-sao-paulo-foi-marco-da-resistencia-a-ditadura-militar/>> acessado em 08 de maio de 2023.

Isso posto, articulando tais categorias em uma perspectiva de longa duração braudeliana podemos nos debruçar, diacronicamente, sobre distintos processos de nossa formação econômica, política e cultural, e perceber como, sincronicamente, ao se encontrarem compuseram o ambiente em que o bolsonarismo emergiu.

Dessa forma, podemos lançar luzes sobre o bolsonarismo, percebendo-o em um tempo histórico que é, nas palavras de Marc Bloch, é um *continuum* ao mesmo tempo em que é "perpétua mudança" (BLOCH, 2002, pág. 55). Um tempo histórico que, ao fim e ao cabo, tem sido a história da dominação burguesa brasileira e seus regimes de "contrarrevolução preventiva".

A percepção que construímos sobre o bolsonarismo se desdobra em duas abordagens. A primeira é sobre a sua própria constituição, a partir da qual elaboramos sua caracterização, seus processos de formação e a sua localização na política nacional. Além disso, como segunda abordagem, nos debruçamos sobre a forma como elabora e conduz sua guerra cultural. Como a própria ideia de guerra cultural ainda carece de maiores definições, prestamos nossa contribuição construindo uma proposta de definição categorial e a aplicamos sobre o caso do bolsonarismo.

6. Estruturação de apresentação da tese

Esta tese e seus resultados estão divididos em três capítulos. O primeiro deles, intitulado **Bolsonarismo. Caracterização, emergência e seu lugar na política nacional**, aborda o surgimento do bolsonarismo como *forma política* tanto em seus aspectos diacrônicos quanto sincrônicos. Diacronicamente observa-se a construção do construto histórico-político-cultural que forma a tradição nazi-fascista brasileira, que engloba desde a formação da célula nazista na cidade de Benedito Timbó, em Santa Catarina, no ano de 1928, até as organizações atualmente em atividade nas redes sociais e nas ruas nas cidades brasileiras. O objetivo é perceber como a emergência do bolsonarismo é parte de uma tradição político-cultural brasileira e não uma excentricidade da conjuntura política nacional. Sincronicamente, observa-se o contexto histórico de formação do bolsonarismo, as circunstâncias da política doméstica e da geopolítica que concorreram para a sua emergência, seus aspectos culturais e o da guerra cultural como parte de sua estratégia.

Para isso, esse primeiro capítulo está formado pelas seguintes seções: 1) **caracterização do bolsonarismo**; 2) **emergência do bolsonarismo**; 3) **o lugar do bolsonarismo na política nacional**.

O segundo capítulo, intitulado **Guerra Cultural**, aborda o tema de maneira conceitual. Sendo um termo repetido continuamente pela imprensa, nas tribunas, em pronunciamentos e outras falas.

Municiado conceitualmente partimos para o terceiro capítulo desta tese, abordando sincronicamente a guerra cultural bolsonarista, propriamente dito. Nesse sentido, observamos seus seguintes aspectos: 1) **as representações da mentalidade bolsonarismo**; 2) **as redes sociais**; e, 3) **a conquista da educação**.

Encerra a estrutura da tese nossa conclusão.

É importante destacar que boa parte dos assuntos tratados nesta tese foram apresentados e debatidos em diversos eventos acadêmicos, ocasiões em que foi possível estabelecer profícua interlocução com outros pesquisadores que generosamente ofereceram suas observações, críticas e sugestões. Os artigos apresentados foram: **Oroboros Conservador - Fascismo e Cultura: Notas de um Estudo**, apresentado no 31º Simpósio Nacional de História promovido pela ANPUH, em 2021; **Apontamentos Acerca da Formação Ideológica Conservadora Estadunidense e seus Mecanismos de Influência**, apresentado no 10º Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais, em 2021; **Do Velho Oeste à Guerra nas Estrelas, a Tese da Fronteira e a Formação Ideológica Estadunidense: Apontamentos**, apresentado no I Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil, 2022; **A Série “A Sétima Arte” da Brasil Paralelo, Apontamentos de Uma Guerra Cultural**, apresentado no ENECULT, em 2023; **A Emergência da forma fascismo Bolsonarista, uma Descrição**, apresentado no XXVI Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-SP, em 2023; e **Notas Sobre Cultura Comum, Guerra Cultural e Ultraconservadorismo no Brasil Atual**, apresentado XI CONINTER, em 2022. Dessas experiências, resultou minha integração ao Grupo de Trabalho História das Direitas, da ANPUH e ao Conselho Consultivo da ANPUH-SP.

Além dessas participações, tive meus artigos **Independência Imaginada: Apontamentos Sobre Nação e Cultura no Brasil** publicado no livro **Brasil, 200 anos de (in)Dependência**, organizado pelos professores doutores Adalmir Leonidio, Antonio Ribeiro de Almeida Jr e Everaldo de Oliveira Andrade, também **Para Frente é Que se Foge, Arte e Direitos Humanos em um Brasil Fascista**, a publicado no livro **História e Ensino de História Hoje**, organizado pelos professores doutores David Maciel e Luiz Sérgio Duarte, e por fim o artigo **Fascismo, Notas Para Atualização e Compreensão**, publicado no livro **Terrorismo de Estado**, organizado pelo Grupo de Trabalho Terrorismo de Estado (Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, seção Brasileira).

Também tive os seguintes artigos publicados em veículos de comunicação: **A Irresistível Ascensão do Fascismo de Coalizão**, publicado pelo Le Monde Diplomatique-Brasil, em maio de 2020, **Fascismo: Não é Só na Ucrânia** e **O Futuro do Bolsonarismo**, ambos publicados pelo portal A Terra É Redonda, em 2022; e **O Bolsonarismo Após a Derrota**, publicada pelo portal Outras Palavras, em 2022.

Além dessas publicações, também pude apresentar os assuntos aqui tratados em três cursos que integraram a grade de cursos de difusão acadêmica oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sendo eles: **Notas Introdutórias Sobre o Fascismo à Brasileira**, ministrado em agosto de 2021; **A Atualidade da Emergência Fascista Brasileira**, em agosto de 2022; e **Guerra Cultural e Fascismo no Brasil Contemporâneo**, em fevereiro de 2023. Esses cursos foram determinantes para o debate sobre os temas com um público amplo e, em boa parte, formado por uma assistência qualificada.

CAPÍTULO 1

BOLSONARISMO

CARACTERIZAÇÃO, EMERGÊNCIA E SEU LUGAR NA POLÍTICA NACIONAL

O bolsonarismo é uma das expressões do fascismo brasileiro. Nossa história é atravessada de momentos em que o fascismo se expressou, seja aos moldes das experiências europeias, seja em feições autóctones. No Brasil, recentemente, houve a convergência de fatores favoráveis em um ambiente que propiciou a emergência do bolsonarismo e, portanto, para entendê-lo, é preciso compreender ao menos: 1) os fatores pelos quais o bolsonarismo pode ser caracterizado e definido como categoria de análise, destacando dentre eles: i. sua existência enquanto *forma fascismo*, ii. seus elementos de formação histórica; 2) os contextos que propiciaram sua emergência; e, por fim, 3) o seu lugar na política nacional.

1. Caracterização

1.1. Bolsonarismo como forma fascismo e situação fascista

Por fascismo entendemos uma *forma política*, ou seja, uma formação social oriunda das contradições de uma determinada sociedade e a sua organização política que passa a existir como alternativa viável enquanto estiverem presentes as condições objetivas e subjetivas para tal²⁴, podendo emergir e tornar-se hegemônica graças à sua força de imposição, seja militar, popular, institucional ou, como geralmente ocorre, na combinação desses três (POULANTZAS, 1972). Também precisamos considerar que uma *forma política*, ainda que superada por outra, pode ressurgir, voltando a ser hegemônica, caso as condições para sua existência não sejam eliminadas por completo, sendo a reversão capitalista que pôs fim à União Soviética o melhor exemplo dessa possibilidade (MARTEN, 2016; HOBBSBAWM, 1994).

O fascismo é uma *forma política* possível ao capitalismo, que surge dos setores mais reacionários da pequena burguesia quando conseguem expressar-se politicamente (POULANTZAS, 1972 e 1975) e angariar força política suficiente para a superação da ordem política vigente. Nem sempre essa fração de classe consegue expressar suas expectativas

²⁴ Nesses termos, uma *forma política*, mesmo que ainda não materializada, é uma possibilidade real, como é o socialismo para as sociedades capitalistas.

políticas, pois desde o alvorecer da modernidade até a consolidação do imperialismo a história da pequena burguesia é a história de seu enfraquecimento econômico e político (DOBB, 1973). Enquanto perdia a relevância social, ela ainda assistiu ao crescimento das duas principais classes do capitalismo, a burguesia e a trabalhadora; e pior ainda, via-se cada vez mais submetida e condicionada por elas (POULANTZAS, 1975). Poulantzas acentua a importância dos estudos acerca da pequena burguesia porque “ao mesmo tempo nas formações imperialistas e nas formações dominadas: sabe-se principalmente que foi essa questão, entre outras, a causa do fracasso do processo socialista do Chile” (POULANTZAS, 1975, pág 209). O filósofo distingue, por um lado, uma pequena burguesia tradicional e, de outro, uma nova pequena burguesia.

No entanto, a pequena burguesia tem condições de apresentar-se como alternativa política quando as crises, comuns ao capitalismo, eclodem de forma aguda e acirram os antagonismos de classes, enfraquecendo, mesmo que momentaneamente, as demais classes e seus representantes políticos. E quando emerge politicamente, os setores reacionários da pequena burguesia o fazem carregados de ressentimentos, regressões e contradições; o fascismo é uma das formas políticas com que tais setores podem se apresentar para a sociedade em geral. Mas a emergência do fascismo como forma política hegemônica não ocorre de maneira mecânica ou idêntica a todas as experiências: os impactos das crises em cada nação, a conformação de suas classes, seus arranjos políticos, seus arcabouços culturais e suas composições societárias vão determinar as particularidades com que o emergirá, inclusive se o fará de forma total ou negociada com outras forças conservadoras. Esses são os *contextos políticos* em que, genericamente, emergiram o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, conforme analisados por Poulantzas e que aqui denominamos de *situação-fascista*, e que nos parecem ser *situações* recorrentes e comuns às *emergências fascistas* posteriores.

Sendo o fascismo uma *forma política* que se materializa em experiências particulares, podemos falar então em *forma fascismo*, entendendo esse termo com a generalização que explica cada uma de suas ocorrências históricas. E cada uma delas só é possível quando um complexo de situações torna possível a sua emergência: não haveria nazismo se um conjunto de iniciativas e eventos, alguns planejados e outros acidentais, não houvesse ocorrido na Alemanha, por exemplo. Pensando assim, percebemos a dialética entre os grandes desenvolvimentos estruturais do capitalismo imperialista, sem as quais as experiências fascistas não teriam ocorrido, e os eventos particulares em cada país e época que levam à sua

efetivação. Dessa maneira, acreditamos evitar a simplista explicação de que o fascismo é fruto unicamente dos interesses do imperialismo, quase como um desdobramento mecânico dele e desprezando especificidades históricas, culturais e políticas. Doutro lado, escapamos daquelas análises que prendem-se tão somente às explicações particulares e terminam por tornarem-se cegas ao amplo espectro da luta de classes em nível geopolítico.

Se essa formulação estiver correta, como acreditamos que esteja, pensamos que acontecimentos recentes formaram em nosso país uma *situação-fascista*. Acontecimentos domésticos e geopolíticos promovidos a partir de um conjunto de fatores, tais como: a crise do capitalismo que eclode em 2008; mudanças nas políticas econômicas da China; a descoberta do pré-sal e o desenvolvimento de tecnologias para sua extração por parte da Petrobras; o fortalecimento de associações transnacionais contra-hegemônicas, como os BRICS e outros mais. Esse contexto intensificou as disputas políticas internas do país, e setores reacionários que haviam estabelecido acordos com o Partido dos Trabalhadores passaram a operar no sentido de tomarem o governo de assalto, sendo a expressão “com o supremo e tudo” sua melhor ilustração²⁵. É interessante, notar como a parte da burguesia que tradicionalmente é o carro chefe da dominação de classe no país (MARTINS, 1975 e 2017; FERNANDES, 1972 e 2015), tendo sua representação política mais acabada no Partido da Social-Democracia Brasileira, (o PSDB), é posto na situação de coadjuvante do processo. Do assalto ao governo, que se configura na deposição da presidente Dilma Rousseff, chegou-se à eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República.

Isso posto, a seguir apresentamos um ligeiro esboço da *situação-fascista* que favoreceu a *emergência*²⁶ da *forma fascismo* no Brasil atual, que podemos designar de *bolsonarismo*. Essa situação é formada por um complexo de fatores que vão desde o lugar do Brasil no contexto da disputa geopolítica até a atualidade da luta de classes no país. Dessa maneira, esperamos prestar, ainda que pequena, uma contribuição à formulação de uma teoria do fascismo e aplicá-la para a compreensão de nosso momento histórico. Isso posto, o

²⁵ A expressão se notabilizou durante o processo de deposição da ex-presidente Dilma Rousseff, ela se tornou pública a partir da publicização do registro de conversa telefônica do então ministro do planejamento do governo Michel Temer. Na conversa, ele falava sobre acordos entre integrantes dos poderes da República para a consecução da deposição da presidente. Ver: BENITES, Afonso. **Gravação derruba Romero Jucá e Dilma diz que escancara “consórcio golpista”**. Portal El País. 24 de maio de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/23/politica/1464033744_760409.html>

²⁶ Escrevi a respeito do que designo *emergências fascistas* no artigo **Fascismo: Não é só na Ucrânia**, publicado no portal A Terra É Redonda, em 27 de março de 2022.

presente capítulo faz uma descrição da situação que possibilitou a emergência da *forma fascismo bolsonarista*²⁷.

1.2. A formação da *situação fascista bolsonarista*

Um conjunto de fatores históricos-políticos concorrem para a formação da situação-fascista que foi favorável à emergência do bolsonarismo. São muitos e distintos entre si, de diferentes temporalidades e intensidades. Talvez, em outras ocasiões e contextos, estivessem longe de constituírem uma situação fascista, mas sua combinação foi explosiva sob o momento de grande crise econômica em escala global²⁸, cujos impactos na economia doméstica foram instrumentalizados por meio de tensionamentos políticos, jurídicos e populares. Resultado disso foi a formação do contexto donde eclodiu a crise política de grande magnitude que culminou na deposição da presidente Dilma Rousseff, na chicana jurídica que levou Luiz Inácio Lula da Silva para a prisão - tirando-o da corrida eleitoral - , e outros eventos que comentaremos nas seções deste capítulo.

Embora a crise política tenha surgido em um cabo-de-guerra entre representantes políticos dos distintos setores da burguesia brasileira que formam o bloco no poder (BOITO, 2018), foram os setores reacionários da pequena burguesia que conseguiram aglutinar forças populares suficientes para, diante do fracasso dos candidatos da burguesia, receber dela o apoio nas eleições de 2018²⁹ (BOITO, 2021). Mas, “Bolsonaro e sua base social, embora estejam a serviço da grande burguesia, não aceitam ser reduzidos - e não reduzem - a um instrumento passivo da classe social que franqueou seu acesso ao poder governamental”

²⁷ Devemos frisar que designar essa experiência fascista com o nome de Jair Bolsonaro não significa que acreditamos que esse feito político seja fruto do gênio e dos atos de uma única pessoa. Os eventos históricos e políticos são frutos de contextos sempre densos e complexos, e ainda que alguns indivíduos cumpram papéis destacados em suas consecuições, eles são apenas parte do enredo. Ainda assim, dado o destaque de alguns sujeitos nesses eventos, é comum que se acabe batizando-os dessa maneira assim personalista para ajudar na sua localização contextual.

²⁸ que entendida por muitos especialistas como crise da estrutura, e não apenas da conjuntura, do sistema capitalista.

²⁹ “O partido político que tradicionalmente representava o campo neoliberal era o PSDB. Ele vinha numa trajetória eleitoral descendente. Sua boa performance na eleição presidencial de 2014 foi, na verdade, uma reação passageira. Em 2018, nem esse nem qualquer outro partido burguês revelou viabilidade eleitoral. Como mostram reportagens da imprensa, principalmente do jornal Valor Econômico, o denominado “mercado” apoiava preferencialmente a candidatura Geraldo Alckmin. Na medida em que tal candidatura foi se revelando eleitoralmente inviável, o grande empresariado foi paulatinamente adotando a candidatura Bolsonaro que, repetimos, até 2017 era uma candidatura da alta classe média e que contava com o apoio de proprietários rurais.” (BOITO, Armando. **O caminho brasileiro para o fascismo**. 2021, pág. 19)

(BOITO, 2021, pág. 20). Pelo contrário, as evidências são de que, mesmo derrotado nas eleições presidenciais de 2022, o bolsonarismo se mantém operante.

Há ainda muitas divergências sobre ser a natureza do bolsonarismo fascista ou não; por exemplo, logo nos primeiros anos da presidência de Bolsonaro circularam artigos de Atilio Borón e Armando Boito, com o primeiro negando que o bolsonarismo possa ser tratado nesses termos, enquanto o segundo, polemizando, apresenta os argumentos que defendem que a natureza política de Bolsonaro é definitivamente fascista. A polêmica não é sobre a natureza autocrática do governo Bolsonaro, mas sim, sobre o uso do qualificativo “fascista”. Nesta tese, nos alinhamos com os estudos de Boito, que seguindo uma tradição analítica sobre o fascismo - amparada em autores como Nicos Poulantzas - entende que “o conceito de fascismo é um conceito geral. Entendemos também que sua definição deve ser teórica e não descritiva, isto é, deve, partindo simultaneamente, tanto dos fatos históricos, quanto de uma teoria geral da política e do Estado, localizar aquilo que é essencial ao fenômeno, oferecendo um rumo para as análises históricas” (BOITO, 2020, pág. 114).

Também nos alinhamos aos estudos sobre o fascismo na América Latina feito por Florestan Fernandes (2015), que critica certas distorções e superficialismo com que o tema é tratado³⁰ que se debruça com maior afinco às principais experiências históricas e, justamente por isso, lhes escapa “uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massas’ e um aparato de propaganda mais rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe de poder estatal e em uma modalidade de ‘totalitarismo de classe’ não seja bem conhecido sociologicamente.” (FERNANDES, 2013, pág. 34). Florestan também aponta que seria um erro supor que as experiências fascistas na América Latina seriam tão somente um traço de nossa existência colonial, ao contrário disso, os fascismos latinoamericanos constituem

Uma força muito moderna e seus objetivos mais recentes estão relacionados com o ‘desenvolvimento com segurança’, um desdobramento da interferência das potências com capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia essa evolução coincide com os

³⁰ “Infelizmente, o estudo do fascismo sofreu dois impactos. Um foi e continua a ser a má aplicação de conceitos como ‘autoritarismo’, ‘totalitarismo’, ‘autocracias modernas’ etc., para esconder identificações ideológicas (ou certos compromissos intelectuais). Regimes claramente fascistas podem ser descritos como ‘autoritários’ ou mesmo como ‘ditaduras funcionais’ desde que se postule que eles são ‘frequentemente instituídos a fim de impedir a ameaça de um golpe por um movimento totalitário’ e tenham ‘uma feição essencialmente técnica’. De outro lado, tem-se dado maior atenção sistemática à análise de tipo de fascismo de ‘alcance’ e ‘significado’ históricos. Espanha e Portugal, por exemplo, foram relativamente negligenciados.” (FERNANDES, 2013, pág. 34).

interesses conservadores, reacionários e contra-revolucionários de burguesias relativamente impotentes, que preferem a capitulação política ao imperialismo a lutar pelas bandeiras tradicionais ou clássicas de um nacionalismo burguês revolucionário. (FERNANDES, 2013, pág. 36).

A percepção do fascismo como “força muito moderna”, como colocado por Fernandes, parece alinhada com o destaque que Armando Boito dá para o fato dos estudos sobre o bolsonarismo como expressão fascista exigirem que se observe as dinâmicas modernas do imperialismo sobre a economia brasileira, coisa que fica fora do escopo dos estudos clássicos da condição subalterna da economia brasileira, que se debruça, especificamente, sobre as décadas de 1950 a 1970. Neste sentido, acreditamos que é um elemento central para estudos que se debruçam sobre a natureza fascista do bolsonarismo atentar-se às especificidades das relações imperialistas, ou dizendo em outros termos, das disputas e tensionamentos da geopolítica, pois suas dinâmicas e atualizações são condições para entender as transformações ocorridas nas dinâmicas políticas brasileiras.

1.3. *Homo bolsonarus*, ou desvendando o cidadão de bem.

Uma das dificuldades encontrada na maneira como Poulantzas opera com a categoria “pequena burguesia” é o seu refinamento em trabalhar com as suas diversas especificidades, compreendendo-a em seu desenvolvimento histórico, o que o levou a buscar distinções no interior dessa classe. É assim que chegou à distinção, já apresentada entre a “pequena burguesia tradicional” e a “nova pequena burguesia”. Desta maneira, ao nos valermos do pensamento desenvolvido por Nicos Poulantzas para entendermos a pequena burguesia brasileira que majoritariamente encampou a candidatura e depois o governo Jair Bolsonaro, nós não estamos fazendo uma transposição mecânica da teoria do filósofo à nossa realidade. Pelo contrário, nossa proposta é a de entendermos metodologicamente essa construção e aplicarmos essa metodologia à realidade da história política recente do Brasil.

Isto posto, nossa principal tarefa é reconhecer os aspectos ideológicos dessa nova pequena burguesia brasileira, lembrando a importância desse aspecto, pois o distanciamento da pequena burguesia dos processos de produção de valor faz com que a ideologia seja um dos elementos essenciais para sua auto percepção no mundo ainda que distorcida em relação à realidade histórica. Nesse sentido acreditamos que importante ponto de partida seja a pesquisa qualitativa realizada pela Fundação Perseu Abramo, no período de 22 de

novembro de 2016 a 10 de janeiro de 2017, intitulada **Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo**³¹. O perfil dos entrevistados era:

- Gêneros: Masculino e Feminino;
- Faixa etária: a) 18 a 24 anos; b) 25 a 34 anos; c) 35 a 44 anos; d) 45 anos ou mais;
- Território: bairros periféricos / comunidades (favelas);
- Renda Familiar Mensal: Faixa 1. até 2 salários mínimos; Faixa 2, mais de 2 e até 5 salários mínimos;
- Religião: evangélicos neo-pentecostais/outras religiões;
- Eleitoral: votou no PT de 2000 a 2012, mas não votou em Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2014, e em Fernando Haddad nas eleições municipais de 2016;
- Beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais/não beneficiários - a amostra contemplou um mínimo de 30% das entrevistas (20) com beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais (BF, MCMV, Prouni, Fies).

Um primeiro ponto de interesse da pesquisa já se revela no recorte do perfil dos entrevistados, um público que já estava em deslocamento ideológico, visto que um de seus recortes são eleitores do Partido dos Trabalhadores entre 2000 e 2012, portanto, votaram em Haddad em sua primeira eleição para a Prefeitura da capital paulista e em Dilma para a Presidência da República, mas não votaram em nenhum dos dois em suas campanhas para reeleição. Outro ponto de interesse está nas hipóteses que animaram a pesquisa, que são apresentados da seguinte forma

Durante as gestões Lula e Dilma, a ampliação dos mercados de trabalho e consumo, combinada à distribuição de renda e à mobilidade social, criaram novas dinâmicas socioeconômicas na periferia de São Paulo.

No momento de expansão e avanço do ciclo econômico novos valores em relação aos costumes e a política foram gestados entre as camadas populares, que passaram a se identificar mais com a ideologia liberal que sobrevaloriza o mercado.

No momento de descenso e retração do ciclo econômico essa camada

³¹ Disponível em: Fundação Perseu Abramo. **Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>

da população passou a reagir informada por horizontes menos associativistas e comunitaristas e mais por diretrizes marcadas pelo individualismo e pela lógica da competição, com uma tônica acentuada do mérito nos discursos.

Neste cenário, as Igrejas neopetencostais parecem ganhar espaço. (Fundação Perseu Abramo, 2017, pág. 3)

Ou seja, havia já a suspeita, confirmada nos seus resultados, que a contração provocada pela crise teve como efeito, sobre um público que experimentou um certo crescimento de consumo - mas não de cidadania -, a formação de uma mentalidade individualista e competitiva, que se organizava a partir de uma noção, ainda que confusa, na ascensão social pelo mérito pessoal.

Os pesquisadores chegaram à conclusões que em alguns pontos são desconcertantes, tais como a ideia de que a ascensão social está ligada a valores como ousadia e coragem em uma dimensão individual e “derivado da força de vontade” (Fundação Perseu Abramo, 2017, pág. 65). A sua base, por sua vez, ampara-se, por um lado, no ensino formal (e não na Educação como valor social), e na igreja, cujo principal papel é delimitar padrões de comportamento, mérito e moral. É interessante notar, ainda, que mesmo os benefícios sociais, como Bolsa Família, são vistos em seu valor mercadológico e não como direitos. O que está correlacionado com o descrédito em relação ao Estado e aos políticos. Por sua vez, e esse é o principal ponto desconcertante, Luiz Inácio Lula da Silva, Silvio Santos e João Dória Jr., por exemplo, são vistos como iguais, dadas as suas histórias pessoais de superação e sucesso, totalmente desprovidos de suas representações políticas e ideológicas³².

³² Os principais resultados da pesquisa são: “A ascensão social está relacionada à coragem, ousadia e disciplina e é tratada como um resultado individual derivado da força de vontade. Muitas vezes isso significa estabelecer um sentimento de solidariedade mais estreito com os próprios empregadores do que com aqueles que partilham a mesma condição de classe. Nesse sentido, a resiliência, mais do que a resistência, é um valor positivo. A lógica mercantil está presente mesmo na interpretação dos direitos trabalhistas e benefícios sociais. As pessoas confiam mais nos programas que oferecem imediatamente recursos financeiros (Bolsa Família/Passo Livre) do que nas leis que orientam direitos. Há uma busca por identificação com histórias de superação e sucesso, é nessa medida que figuras tão díspares como Lula, Silvio Santos e João Dória Jr. aparecem como exemplos. Em muitas circunstâncias a figura de Lula é admirada menos pelas políticas que o governo dele implementou, ainda que essa seja uma dimensão importante, e mais porque ele próprio é um bom exemplo de ascensão social.

Na trajetória e no desejo de ascensão os “estudos” e não necessariamente a educação aparece como um elemento fundamental; de forma análoga a igreja aparece menos na sua dimensão teológica e mais como instituição de apoio para minimizar ou evitar o risco de seguir pelo caminho errado da desocupação e da criminalidade. Voto religioso não é, estritamente, um voto conservador. Os valores religiosos neo-pentecostais podem se relacionar com elementos fundamentais organizativos da vida do trabalhador (meritocracia, teologia da prosperidade, etc), mas não são determinantes. Apresentam-se mais como identidade eletiva. O “sucesso” neopetencostal se daria mais por questões organizacionais, seu papel acolhedor e de sociabilidade na comunidade do que por questões de conteúdo ideológico. Política também é vínculo, acolhimento e identidade – as igrejas nas periferias proporcionam isso. Atenção para o discurso que nega o ‘mérito’ - ele é importante na construção da identidade. A dimensão da

Evidentemente não é possível associar os resultados aos eleitores de Bolsonaro, eleito no ano seguinte da realização da pesquisa, nem podemos pensar que as periferias da cidade de São Paulo constituem uma representação do que seja a totalidade do país, mas como um primeiro indício, nos parece importante considerar tal mudança nas camadas mais populares da maior cidade do país. Seja como for, a formação de um pensamento meritocrático, individualista, centrado na ascensão individual e amparado pela presença das igrejas neopentecostais pode ser entendido como uma mudança ideológica forte e no sentido da construção ideológica pequeno burguesa, que a pesquisa definiu, ainda em caráter não definitivo, de “liberalismo particular das classes populares”. Um ano após esta pesquisa, em 2018, a Datafolha³³ fez uma pesquisa de intenção de voto para o primeiro turno das eleições presidenciais. Ainda que a pesquisa da Fundação Perseu Abramo seja restrita às periferias da capital paulista e a da Datafolha seja de âmbito nacional, há alguns dados que nos parecem dignos de nota em relação à faixa de renda de 0 a 5 salários mínimos. O primeiro desses dados é que, enquanto a pesquisa da FPA demonstrava que os moradores da periferia paulistana inclinava-se no sentido do que foi chamado de “liberalismo particular das classes populares”, o mesmo público, em âmbito nacional, expressa, em sua maioria, votar em Bolsonaro³⁴.

É difícil falar com clareza o que é a pequena burguesia brasileira, suas especificidades a tornam um conjunto complexo de frações de classe, que envolve tanto um conjunto de

vida privada é central para a constituição da subjetividade do indivíduo. O campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas mais consistentes e menos maniqueístas ou pejorativas sobre as noções de indivíduo, família, religião e segurança. Novas pesquisas: investigar mais o papel da religião e explorar mais a diferença sobre elas. Este cenário de descrédito da política, compreensão do Estado como máquina ineficaz somada à valorização da lógica de mercado e a ideologia do mérito abrem espaços para candidatos e projetos como o do João Dória ‘um não político, gestor trabalhador que ascendeu e, por isso, não vai roubar’.” (Fundação Perseu Abramo, 2017, pág. 21). Algo que caracteriza o quanto esses resultados foram desconcertantes é que o Partido Novo, que carrega um forte discurso liberal, divulgou euforicamente os resultados dessa pesquisa em sua página de Facebook, em 28 de março de 2017, disponível em: <<https://www.facebook.com/NOVO30/photos/a-funda%C3%A7%C3%A3o-perseu-abramo-do/1319534841419335/>>

³³G1. “Pesquisa Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região.” *G1*, 3 October 2018, <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml>. Accessed 2 July 2023.

³⁴ Neste item, a pesquisa está dividida nos seguintes valores: na faixa de 0 a 2 salários mínimos, Haddad teve 28% e Bolsonaro 21% das intenções de voto; já na faixa de 2 a 5 salários mínimos, Bolsonaro vence com 39% das intenções de voto, enquanto Haddad teve apenas 18%. Na soma entre ambos os valores, Bolsonaro levou larga vantagem sobre o petista. Bolsonaro venceu também nas demais faixas salariais na pesquisa feita pelo Datafolha, mas como a proposta aqui e a comparação entre essa pesquisa e aquela feita pela Fundação Perseu Abramo, nos limitamos a comparar apenas a faixa pesquisada em ambas.

funcionários públicos que não se percebem como agentes públicos (como³⁵ os altos postos do Judiciário e das Forças Armadas), como também um sem número de pequenos empresários, muitas vezes funcionários de si mesmos, que se viam desguarnecidos pelas políticas de governo. Seja como for, ainda que de maneira difusa, esses também estavam nos atos de 2013 e de alguma forma clamavam por um outro Brasil, ainda que não soubesse muito bem que país seria esse caso fossem atendidos.

Outra interessante pesquisa intitulada **Quem São e em Que Acreditam os Eleitores de Jair Bolsonaro**, realizada pelo Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e coordenada pela antropóloga Isabela Oliveira Kalil³⁶, resultou na identificação de 16 perfis de eleitores de Bolsonaro, sendo eles:

1) **Pessoas de bem**: Instituições fortalecidas para o fim da impunidade; 2) **Masculinidade viril**: Armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos; 3) **Nerds, gamers, hackers e haters**: A construção de um mito; 4) **Militares e ex-militares**: Guerra às drogas como solução para a segurança pública; 5) **Femininas e “bolsogatas”**: Mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”; 6) **Mães de direita**: Por uma escola sem “ideologia de gênero”; 7) **Homossexuais conservadores**: “Homem é homem”, não importa se gay ou hétero; 8) **Etnias de direita**: Minorias perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro; 9) **Estudantes pela liberdade**: Voto rebelde contra a “doutrinação marxista”; 10) **Periféricos de direita**: Os “pobres” que desejam o “Estado mínimo”; 11) **Meritocratas**: O antipetismo dos liberais que “venceram pelo próprio mérito”; 12) **Influenciadores digitais**: Liberais e conservadores “salvando o Brasil de se tornar uma Venezuela”; 13) **Líderes religiosos**: A defesa da família contra o “kit gay” e outros pecados; 14) **Fieis religiosos**: Cristãos pela “família tradicional”; 15) **Monarquistas**: O retorno a um passado glorioso; 16) **Isentos**: “Política não se discute”.

Desses perfis, 5 são compostos por pessoas identificadas como de classes médias, outros 5 são policlasistas, 5 não são identificados pela pesquisa, embora suas características possam ser entendidas como policlassista e apenas um é autoidentificado como “sujeitos periféricos”. Todavia, a pesquisa aponta que o primeiro perfil, o “cidadão de bem” tem uma

³⁵ como aqueles Agentes do correio que queimam uma bandeira do Brasil e uma do Governo dos Trabalhadores imagem economicamente registrada em fotografia

³⁶ KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2018.

abrangência maior, já que atravessa, de uma forma ou outra, os demais perfis e se constituiu como identidade e senso de pertencimento³⁷.

A pesquisa destaca como a construção da noção de “cidadão de bem”, tão antiga, foi trazida à baila pelos manifestantes das jornadas de junho de 2013, quando passaram a ser disputadas por militantes de direita e extrema direita³⁸.

No conjunto, tais perfis denunciam as mesmas características ideológicas identificadas com os setores conservadores da pequena burguesia, como pode-se ver nos complementos às designações: conservadorismo nos costumes e liberalismo na economia, meritocracia, anticomunismo e cristianismo são valores quase que idênticos àqueles que vimos na pesquisa apresentada pela Fundação Perseu Abramo, discutida acima.

A pesquisa coordenada pela cientista social Esther Solano, cujo título é **Crise da Democracia e Extremismos de Direita**³⁹, de 2018, a despeito de não concordamos com o uso do termo “nova direita” - sobre o qual tratamos em nossas conclusões, a partir da página 241 - chegou a conclusões muito semelhantes às anteriores no que diz respeito à formação de uma ideologia que caminha ao encontro daquela da pequena burguesia. Vale a pena destacar que, assim como na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, aqui também tratou-se do deslocamento de eleitores do PT para o então candidato Bolsonaro

³⁷ “O ‘cidadão de bem’ passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são ‘comunistas’, ‘petistas’ ou ‘de esquerda’ - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo.” (KALIL, 2018, pág. 9)

³⁸ “Embora os/as apoiadores/as, simpatizantes e eleitores/as de Bolsonaro componham uma diversidade de pessoas e grupos, é possível apontar determinados valores difusos capturados pela figura do ‘cidadão de bem’, entre homens e mulheres. Embora a ideia do “cidadão de bem” não seja uma novidade na sociedade brasileira (e já foi apontada e analisada por Esther Solano e por Marcio Moretto), esta definição passou a ser mobilizada nas manifestações públicas como um elemento de distinção entre os participantes das ‘manifestações pacíficas’ x ‘manifestações de baderneiros’. Este contraste já era visível em 2013 na comparação feita entre manifestações políticas consideradas legítimas com participantes que ‘respeitam a ordem’ e aquelas consideradas violentas. Esta distinção foi especialmente explorada pela grande mídia como justificativa para o apoio a determinadas manifestações em detrimento de outras. A mensagem amplamente difundida baseava-se na ideia de que há um conjunto de formas adequadas para a participação em manifestações públicas, uma espécie de educação, de ‘etiqueta’ do protesto. As variações do conceito de “cidadão de bem” persistiram no tempo e encontraram, especialmente no ano de 2016, um refinamento de sentido na combinação com o discurso anticorrupção. A categoria antes utilizada para denotar um modo de conduta adequado, seja na vida privada seja na vida “cívica”, passou, assim a ser usada para diferenciar formas de protesto (“violentas” ou “pacíficas”) e em seguida para evocar pautas de reivindicação contra (as pessoas de bem) ou a favor da corrupção (os/as bandidas).” (KALIL, 2018, pág. 8)

³⁹ Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>

Vários dos entrevistados que proclamam seu voto em Bolsonaro, em 2018, admitiram ter votado no PT durante seus primeiros mandatos. Quando questiono o porquê, a maioria coincide: porque pensavam que Lula seria um líder que mudaria o país, estava perto do povo, era carismático, alguém diferente dos políticos de sempre e porque pensavam que ele não era corrupto, ou seja, argumentos muito parecidos com os colocados, hoje em dia, quando tratam da figura de Bolsonaro: proximidade, carisma e honestidade. Quando questiono a distância ideológica, programática, biográfica dos dois, isso parece não ser levado em consideração. O personagem parece ser mais relevante que o sujeito político. (SOLANO, 2018, pág. 25)

A valorização do indivíduo em detrimento ao “sujeito histórico” parece ser uma marca dessa ideologia preliminarmente identificada pela Perseu Abramo de “liberalismo particular das classes populares”. O fato irretorquível é que essa mentalidade desenvolveu-se nos anos posteriores à realização das pesquisas acima citadas, tornando-se nota comum no dia-a-dia, geralmente convertida na ideia de “empreendedorismo”, que, na realidade, tem sido uma forma de “autoprecarização” de trabalhadores - também chamado de uberização (FONTES, 2017) - que passam a atuar com “patrões de si mesmos”.

Tais valores, ainda que apareçam de forma confusa, tais como “mérito individual”, “conservadorismo não elaborado”, “armamento da população civil”, etc são os discursos *pré-construídos* (PÊCHEUX, 1995) que foram e são articulados pelo bolsonarismo, que é, ao fim e ao cabo, uma *formação discursiva* que se torna prática pela sua capacidade de mobilização política. É importante perceber isso porque as formações discursivas, como já comentado na introdução desta tese, surgem a partir das formações ideológicas que circulam no âmbito da luta de classes. Os discursos são construções de classes, e dessa forma, tais discursos que identificamos como de pequena burguesia são, por sua vez, expressam anseios e expectativas daquela classe. O que o bolsonarismo faz, portanto, é aglutinar e organizar tais discursos em formações discursivas. Daí que certa confusão ou desencontros entre depoimentos em algumas pesquisas não demonstram nenhum tipo de fraqueza ou contradição do bolsonarismo, mas pelo contrário, expressam uma situação comum a essa dinâmica. Os apoiadores de Bolsonaro são *sujeitos-falantes* que articulam a ideologia pequeno burguesa em suas falas, mas essa articulação é, em sua natureza, errática, visto que são as formas espontâneas com que esses sujeitos se expressam quando interpelados pela ideologia frente à realidade da política nacional. A articulação refinada desses elementos, ou seja, sua organização em programa político, acontece tão somente quando são elaboradas enquanto *formação discursiva*.

Um ponto que merece destaque na pesquisa de Esther Solano está na sua conclusão:

Os resultados desta pesquisa mostram as razões que levam os cidadãos brasileiros a apoiarem a nova direita. Com frequência, setores progressistas menosprezam estas posturas por considerarem que “pobre que vota na direita é burro”, “seguidor de Bolsonaro é burro” e por aí vai. É um grande erro caricaturar ou desestimar a importância de um fenômeno que tem densas raízes sociais e que pouco tem de trivial ou transitório. (SOLANO, 2018, pág. 26)

Como propomos aqui nesta tese, o bolsonarismo não é um fenômeno de ocasião, pelo contrário, seus construtos - *discursos* - têm raízes profundas na mentalidade brasileira. Se o bolsonarismo é o arranjo desses construtos em um determinado contexto político imediato, ele articula fatores tanto diacrônicos quanto sincrônicos. E a despeito de não concordamos com a pesquisadora em relação à proposição sobre uma “nova direita”, acreditamos que sua preocupação sobre o equívoco em desdenhar o bolsonarismo caricaturizando seus adeptos de forma simplista e superficial é absolutamente pertinente. Talvez o bolsonarismo seja a experiência sociopolítica mais atualizada em nossa história, porque ela é a expressão do sujeito completamente desamparado, condição inerente ao neoliberalismo. O filósofo e professor da USP, Vladimir Safatle, em seu livro **O Circuito dos Afetos** (2016), recupera proposição inicialmente elaborada por Freud para desenvolver uma densa reflexão acerca do desamparo como sentimento primordial da política. Isso porque o desamparo é um sentimento provocado pela percepção, ainda que em níveis mínimos, da incompletude da própria existência e potencialidades. Como consequência, esse sentimento pode empurrar os sujeitos à busca uns dos outros em busca de superação coletiva das limitações individuais, inscrevendo-se, assim, em uma prática política. No entanto, quando esse movimento propositivo não ocorre, a incompletude faz com que a busca pelo outro seja em condição de submissão, o que, na política, significa o desejo por quem possa preencher a ânsia por segurança. Na política, é a submissão ao líder. Assim, o sujeito em desamparo encontra um lugar de segurança e cuidado na comunidade que se reúne sob esse líder. Por consequência, os sujeitos se mantêm dispostos ao que seja necessário para garantir a manutenção da comunidade, mas atentemo-nos, ao fato de que sendo essa relação atravessada pela distorção da autopercepção, faz com que a defesa da comunidade seja entendida como a defesa incontestada do líder que a personifica.

A montagem da peça teatral *Gagarin Way* dirigida por Marco Antonio Rodrigues nos

serve como um ótimo exemplo a respeito⁴⁰. Sua história coloca quatro sujeitos em uma situação inusitada. Dois deles, Eddy e Gary, planejam sequestrar um capitalista japonês, outro é Tom, jovem que trabalha como guarda noturno e acaba sendo envolvido no sequestro. E o quarto sujeito é o próprio sequestrado. No entanto, muitas coisas dão errado, além do envolvimento não planejado de Tom no sequestro, também se enganam e sequestram um capitalista escocês, e não japonês. Ao longo da peça todos discutem suas condições de vida, o vazio, a frustração, a angústia e as diversas formas como tentam escapar de tudo isso. A peça foi publicada primeiramente em 2001, e suas personagens representam as condições de vida e existência dos sujeitos naquela década imediatamente posterior à derrocada do bloco socialista do leste europeu e a vertiginosa consolidação do neoliberalismo. Trata-se de um texto potente, crítico e doloroso. Mas a montagem dirigida por Marco Antonio Rodrigues vai além. Dirigindo-a no começo de 2023, ele teve a oportunidade de colocar em cena a ascensão do fascismo como parte das consequências daquele contexto. Isso nos parece totalmente coerente, afinal, as personagens representam, cada qual à sua maneira, as condições de desamparo e incompletude necessárias para isso. Em sua maioria são personagens oriundas das classes trabalhadoras, todas desencantadas, desorganizadas politicamente, dispostas a irem ao limite. Representam plenamente a condição decadente da classe trabalhadora das sociedades urbanas. E representam também o sujeito propício a ser capturado pelos discursos de extrema direita, dentre elas, o bolsonarismo. São, de certa forma, os “sujeitos curto-circuito”, como definidos pelo crítico Siegfried Kracauer (2009), sujeitos que, diante das incertezas e do vazio, lançam-se com fervor a qualquer tipo de crença, não tanto pelo que se acredita, mas sim pelo desejo em se acreditar em algo. Apostam na possibilidade de superação não por alguma ação religiosa legítima, mas porque a demonstração de crença pode maquiá, para si mesmo, a descrença. E é por isso que seu fervor é muito mais arrebatado, violento e impositivo⁴¹.

⁴⁰A montagem ficou em cartaz no teatro da SP Escola de Teatro (capital paulista), entre os dias 9 a 25 de junho de 2023.

⁴¹ *Consideradas como um tipo, as pessoas curto-circuito talvez penetrem realmente a esfera religiosa com uma parte de seu ser, mas a sua fé não é usada pela amplitude total do eu e, por isso, não invoca totalmente a verdade religiosa. É muito mais uma vontade para a fé do que um deter-se na fé, muito mais uma interpretação precipitada do que um fato consumado. Movidas pelo desespero real sobre o vácuo dentro e em torno delas, essas pessoas vacilam de um campo religioso ao outro, felizes por serem liberadas de suas divulgações tediosas e iludidas e que a sua peregrinação estaria terminada com esse Regresso a casa de modo quase tão feliz como em romance que termina com um noivado. Assim como no romance também a sua peregrinação só encontrou um final aparente, pois não se levando em conta o fato de que agora a vida mais uma vez começa do início elas fugiram de suas dúvidas com muita rapidez para chegarem tão cedo ao primeiro objetivo. Mas o que exatamente constitui o curto circuito que elas produzem e do qual se tornam vítimas exclamação ele consiste no fato de que, reconhecendo a necessidade da fé e consumidas por uma nostalgia impaciente, elas invadem uma área da fé na qual-isso que lhes faltam as condições extensivas, necessárias para sua verdadeira Conquista-só podem manter o seu fundamento artificialmente e graças a autodecepção involuntária. Em suma, o curto*

Se nos é permitido alguma especulação filosófica, o “cidadão de bem” - o homo bolsonarus - é um modelo, um arquétipo, que os seguidores de Bolsonaro perseguem em suas experiências de vida. É um valor social, carrega representações, ou melhor, discursos organizados em uma formação discursiva que se contacta a outras formações do mesmo campo, formando o que podemos definir como discurso bolsonarista. Formações discursivas que formam e são formadas pelos sujeitos-falantes/sujeitos curto-circuito que constroem essa práxis política chamada bolsonarismo. Mas é fundamental repetir e reiterar que o bolsonarismo não é uma formação discursiva nova, nem são novos sujeitos esses sujeitos curto-circuitos. Carregam em si um longo acúmulo de nossa tradição e cultura tradicionalista e conservadora. O que pode ser chamado de novo é o contexto político de crise aguda da Nova República que propiciou sua ascensão. Mas é importante ressaltar que o cidadão de bem é um termo antigo - sem querer fazer relações diretas, ainda que não sejam indevidas - era o nome do jornal distribuído pela Klu Klux Klan, que tem por poder criar uma cisão aguda na sociedade. Assim ocorrendo, a noção de “cidadania”, que carrega e abriga as complexidades inerentes às sociedades modernas, é dividida em duas formando uma oposição de elemento valorados moralmente: de um lado, o cidadão de bem, sujeito de direitos e benefícios; do outro lado, a “bandidagem”, que pode ser desde o despossuído e desprovido, mas também os que querem destruir a sociedade minando a sua célula base - a família tradicional -, tais como os comunistas, comunidade LGBTQIA+ etc (COSTA, 2021). Também enquadram-se nesse termo os críticos, os progressistas etc. Enfim, o termo “cidadão de bem” tem o poder de instaurar no seio da sociedade uma divisão social e simbólica que mascara as divergências reais, como a de classes. Por fim, se a ideia de cidadania, tão cara aos anseios iluministas de universalização dos direitos constitucionais, na sociedade do sujeito curto-circuito/cidadão de bem ela é a própria representação dos valores considerados indesejados e que devem ser combatidos incansavelmente⁴².

circuito neste caso consiste em colher uma fruta que não amadureceu para elas e para qual não estão amadurecidas supondo que uma vez tiveram algo vagamente parecido com uma experiência religiosa, eles viram sobre elas sem dificuldade parentes e isto é, sobre o fundamento muito duvidoso parentes um edifício inteiro destinado a protegê-las contra as tribulações que sofrem no espaço vazio. Mas, ao pretenderem forçar a sua vida repleta em uma posição que não lhe é totalmente adequada-mas por covardia metafísica do que por uma convicção total que reconquistaram recentemente enfim, de forma não somente o seu próprio ser, mas também o mundo de fé revelado A partir dessa posição. A fim de permanecer em Donas da situação, que não é natural e, por isso mesmo, desperta nelas uma desconfiança Secreta em relação a si mesmas, elas precisam se manter em um estado contínuo de ruptura. Tudo que fazem se torna forçado, e assim chega ao fim enfatizando exageradamente a sua fé - um traço em si é um indicio suficientemente claro da fragilidade dessa fé. (KRACAUER, 2009, pág. 157)

⁴² “Como vimos, não se trata de um sujeito concreto, mas de uma figura de linguagem, uma representação discursiva que visa conferir legitimidade a determinadas práticas sociais e, portanto, com a qual diferentes sujeitos podem se identificar. A força dessa representação deriva da capacidade de ocultar contradições e problemas que lhes são constitutivos ao mesmo tempo em que reforça preconceitos e hierarquias sociais

1.4. Elementos históricos de formação do bolsonarismo

1.4.1. Tradição fascista brasileira

A rápida e sólida ascensão do bolsonarismo é um dos indícios da maturidade da presença fascista no Brasil. Uma presença que é longeva e vai muito além da experiência do Integralismo. São muitas as experiências fascistas em nosso solo, desde as mais originais até aquelas que eram seções brasileiras de organizações estrangeiras. Entre elas foi e é comum, às vezes, aproximações e cooperações, e em outras ocasiões disputas pelo mesmo espaço público de manifestação política.

Fato é que o Brasil se tornou destino de muitos imigrantes da Alemanha e da Itália, na virada do século 19 para o 20, que aqui aportaram em distintas e variadas levas, formando um ambiente público propício a receber a influência e atenção dos governos de seus países de origem quando governados pelos nazifascistas. As colônias formadas por esses povos foram, cada qual à sua maneira, pontos de difusão das ideias e ideais das formas-fascismo que emergiram em suas nações de origem a partir dos anos de 1920.

Entretanto, as experiências estrangeiras aqui difundidas por colonos do início do século 20 não são as únicas fontes do fascismo no Brasil. Influenciadas por elas, mas com feições domésticas, surgem aqui experimentos como a Ação Integralista Brasileira, ainda no início dos anos de 1930. Décadas depois do surgimento da AIB, despontam no país outras experiências fascistas, normalmente tratada de forma marginal, geralmente como “tribos urbanas”, equivocadamente consideradas “desimportantes” para o debate político nacional. Dentre eles os agrupamentos *skinheads* que formam uma longa história de convencimento e recrutamento constante de jovens para organizações de longa duração. A esses agrupamentos, juntam-se atualmente dezenas de grupos de motociclistas altamente organizados e centralizados, que têm se tornado base importante para manifestações populares bolsonaristas.

Esta seção faz uma apresentação panorâmica da chegada do ideário nazifascista no Brasil e seu espalhamento ao longo das décadas, até a ascensão do que chamamos de “fascismo-bolsonarista”.

historicamente constituídas. Dialeticamente, a contradição fundamental do ‘cidadão de bem’ não é em relação à figura do ‘bandido’ ou ‘vagabundo’, mas ao próprio ideal de universalização da cidadania.” (COSTA, 2021, pág. 8)

1.4.2. Primórdios da presença nazista no Brasil

A pesquisadora Ana Dietrich, em sua tese de doutorado **Nazismo Tropical**, destaca a formação do primeiro núcleo nazista no Brasil (também o primeiro em terras estrangeiras) na cidade de Benedito Timbó, em Santa Catarina, no ano de 1928. Ou seja, a presença de nazistas organizados é anterior à própria chegada de Hitler ao governo alemão. Por conta do espalhamento de colônias alemãs por diversos países, como é o caso no Brasil, ao tomarem o Estado, os nazistas criaram a *Auslandorganization*, a A.O., órgão político que acompanhava, orientava e disciplinava migrantes alemães ao redor dos países.

Com quase três mil integrantes, a seção brasileira do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães era a maior fora da Alemanha, isso sem contar toda a massa de descendentes germânicos, os teuto-brasileiros, nascidos aqui. Por não terem nascido em terras alemãs, os teuto-brasileiros não eram admitidos ao partido, mas a *Auslandorganization* se preocupou em criar entidades e instâncias para de participação garantindo assim influência sobre eles. A A.O. era uma organização importante para a burocracia nazista, seu dirigente ocupava o terceiro escalão do aparato e mantinha-se em contato direto com seus subordinados imediatos nos países, como ocorria no Brasil. Parte constante das atividades da A.O. no país era a realização de atividades de organização política e de propaganda, festividades tradicionais e de intercâmbio, promovendo inclusive “diversas viagens de autoridades nazistas ao País, e expedições científicas ao interior brasileiro e Amazonas. Os partidários nazistas do Brasil, do alto escalão, também viajavam com frequência para a Alemanha” (DIETRICH, 2007, pág. 37).

Ainda que o regime nazista orientasse seus cidadãos em outros países a não participarem da sua vida política, tanto a Alemanha quanto o Brasil percebiam na população de origem alemã e seus descendentes um alto potencial político dado o seu contingente e grau de organização. Isso gerava uma relação ambígua entre os governos brasileiros e essa comunidade que se iniciou com a chegada dos primeiros colonos, ainda nas décadas finais do século XIX. Um dos motivos dessa ambiguidade era a crença de que aquela comunidade poderia tramar, ou mesmo que já estivesse tramando algo contra o Estado brasileiro. Tratava-se de um sentimento ou sensação que se chamou de “perigo alemão” (GERTZ, 1987). Um dos motivos que alimentava esse medo era a forma como se esforçavam pelo *Deutschtum*, o *germanismo*, que significava a manutenção e defesa das suas tradições e de

seu idioma que, por aqui, os faziam por meio de escolas próprias, publicações em alemão, organizações sociais e culturais e casamentos apenas entre integrantes da sua comunidade. Embora, nunca tenha ocorrido qualquer ação ou que existam documentos que atestem qualquer intuito da comunidade alemã de desestabilizar a política brasileira, o fato é que esse grande contingente de pessoas tinha algum poder de influência, ainda que local, e o Estado alemão, antes e durante o regime nazista, mantinha-se atento a isso.

As atribuições da *Auslandorganization* também se estendiam à função de representação diplomática do regime nazista junto ao Estado brasileiro. Mesmo quando, no âmbito da instituição do Estado Novo, em 1938, todos os partidos políticos foram cassados, inclusive a seção brasileira do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, a *Auslandorganization* continuou atuando clandestinamente no país. Sua presença no Brasil encerrou-se em definitivo apenas em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra.

Entretanto, o Estado Novo varguista não interrompeu em definitivo a longa presença de nazistas no país. Muitos deles continuaram em solo brasileiro em diversas funções e atividades durante a guerra. E ao final dela, o Brasil se tornou refúgio para muitos dos que fugiam do julgamento dos tribunais europeus. Embora não tenha incentivado a imigração de criminosos de guerra nazistas trocando guarida por colaboração técnica e científica, como fizeram EUA e Argentina, por exemplo, o Estado brasileiro não os impediu que entrassem em seu território e vivessem aqui suas vidas em relativa tranquilidade. Muitos conseguiram se estabelecer no país graças a redes de apoio formadas por amigos e apoiadores, muitos deles nazistas já instalados no Brasil. Esse é o caso, por exemplo, de Josef Mengele, Franz Stangl e Gustav Wagner, por exemplo (GUTERMAN, 2016). Mengele, conhecido como “Anjo da Morte de Auschwitz”, se instalou em São Paulo utilizando-se de nome falso, vivendo sem ser importunado até 1979, quando morreu afogado em Bertioga. Franz Stangl, que comandou o campo de extermínio de Treblinka, teve uma vida simples no Brasil, usando sempre seu nome verdadeiro. Se não fosse pela solicitação de extradição feita pela Áustria e deferida pelo STF em 1967, ele continuaria sua vida em nosso país sem ser incomodado. Por fim, Gustav Wagner, conhecido como “a Besta de Sobibor”, foi encontrado em São Paulo, capital, pelo renomado “caçador de nazistas”, Simon Wiesenthal. Todavia, o pedido de sua extradição, também feito pela Áustria, foi indeferido pelo STF, em 1979. Depois de algumas frustradas tentativas de suicídio, Wagner tirou sua própria vida em 1980.

1.4.3. Primórdios da presença do fascismo italiano no Brasil

Assim como os nazistas, o Partido Nacional Fascista italiano manteve em solo brasileiro suas seções, chamadas de *fasci all'estero*. E também como eles, os italianos se aproveitaram da imensa comunidade que aqui formaram desde as imigrações ocorridas nas décadas finais do século XIX. Os debates sobre o papel político das colônias italianas no estrangeiro eram intensos décadas antes da ascensão de Mussolini. Parte desses debates giravam em torno do potencial dessas comunidades em colaborar com o projeto imperialista italiano e de que forma isso poderia ser realizado (BERTONHA, 2008). Assim, quando os fascistas assumiram o poder da Itália, o fizeram já apropriados desse acúmulo, utilizando-o na formação de sua política de atuação no estrangeiro, e que foi chamada pelo pesquisador João Fábio Bertonha de *diplomacia subversiva*. Em síntese, representava a ideia de formar por meio das comunidades italianas no estrangeiro algo como uma Internacional Fascista

capaz de colocar os movimentos políticos próximos aos fascismo na órbita de Roma e influenciar a vida política de outros países (via subsídios, propaganda e outros instrumentos) para tentar aumentar, sem muito sucesso, na maioria dos casos, o domínio político italiano (e ideológico fascista) no mundo. (BERTONHA, 2008, pág. 69).

Os fascistas mantinham no Brasil uma rede de entidades culturais e de lazer que servia como instrumento de propaganda e influência voltados, a princípio, aos italianos e seus descendentes e que, em pouco tempo, também se abriu ao público brasileiro⁴³. A organização social fascista **Opera Nazionale Dopolavoro de São Paulo**, por exemplo, chegou a organizar um time de futebol que disputou na divisão intermediária, em 1938. Devemos destacar, também, que a imprensa voltada aos emigrados italianos e ao público em geral teve papel determinante na propaganda fascista no Brasil: somente o jornal **O Fanfulla**, já um

⁴³ “Por fim, completando o quadro da política cultural do regime destinada ao Brasil entre 1936 e 1940, não podemos esquecer que as atividades culturais dos Dopolavoro, das Casas d’Italia, das seções locais da Dante Alighieri e de associações como a Muse Italiche, foram sendo cada vez menos restritas ao público italiano (como eram, ainda que não de forma absoluta, nos anos 1920), passando a atingir também o público brasileiro e que, portanto, as redes de propaganda italiana para os italianos locais e seus descendentes e para os brasileiros em geral vão acabar se cruzando nessa segunda metade dos anos 1930.” BERTONHA, João Fábio. **A política cultural da Itália fascista no Brasil: O soft power de uma potência média em terras brasileiras (1922-1940)** MODERNIDADE LATINA - Os Italianos e os Centros do Modernismo Latino-americano, 2014. Disponível, em <
http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/anais/modernidade/pdfs/FABIO_PORT.pdf >

tradicional jornal para a comunidade italiana quando Mussolini ascende ao poder, tornou-se um fundamental veículo propagandístico que chegou a ter, em 1934, tiragem de 40 mil exemplares diários (MALATIAN, 2015, pág. 197).

Embora não tenha recebido ampla aceitação pelos operariado de origem italiana no país, o fascismo teve destacada acolhida entre a burguesia e a pequena burguesia brasileiras⁴⁴. Apesar das fragilidades e alguns fracassos do sistema de propaganda fascista para as comunidades de emigrados (BERTONHA, 2008), é inegável que ele manteve significativo grau de influência não apenas dentro da comunidade italiana no Brasil, mas também junto aos brasileiros e que disseminou o ideário fascista para além do final da Segunda Guerra.

1.4.4. A Ação Integralista Brasileira, o fascismo brasileiro

Além das seções dos fascismos alemão e italiano instaladas no país, o Brasil teve suas expressões fascistas autóctones, como a Ação Social Brasileira, Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista, Ação Imperial Patrionovista e a Legião Cruzeiro do Sul (TRINDADE, 1979), mas indubitavelmente a mais destacada delas foi a Ação Integralista Brasileira, a AIB, criada por Miguel Reale, Gustavo Barroso e Plínio Salgado, em 7 de outubro de 1932. A AIB consolidou-se como um movimento político em 1934, durante o I Congresso Integralista, no Estado do Espírito Santo, e tornou-se um partido político no ano seguinte, no Estado do Rio de Janeiro, por decisão de seu II Congresso (LEAL, 2006).

Reale, Barroso e Salgado inspiraram-se tanto no fascismo italiano quanto no Integralismo Lusitano, expressão fascista portuguesa. Geralmente a AIB é lembrada como um agrupamento que “copiava” o fascismo italiano e pelo evento que entrou para a história como “Revoada das Galinhas Verdes”, quando um comício de integralistas, marcado para o dia 07 de outubro de 1934, no centro da cidade de São Paulo foi desbaratado por comunistas, anarquistas e trotskistas. Mas o fato é que, em pouco mais de seis anos de existência legal, teve profunda penetração junto à comunidade brasileira. Para isso, combinou um bem

⁴⁴ “No que se refere à resposta da coletividade italiana do Brasil à mensagem fascista, podemos identificar, sem dificuldade, alguns elementos. Um deles é a firme adesão da elite industrial italiana e as classes médias de origem italiana de São Paulo ao fascismo. Movida pela defesa de seus interesses e por uma busca de prestígio e reconhecimento, a burguesia italiana de São Paulo apoiou, de forma maciça e decisiva, o fascismo. As classes médias de origem italiana do Brasil, por motivos tanto de simpatia ideológica pela ideia fascista, como por sua relação mais íntima (dada sua instrução e posição social) com a ideia nacionalista que este expressava, também apoiaram firmemente a ação fascista no Brasil.” BERTONHA, 2008, p. 103

sucedido programa de propaganda a uma ampla atuação social que veiculavam suas ideias tanto em ações de massa quanto segmentadas por grupos de interesse.

De seus três fundadores, a figura de Salgado é a que desponta como principal liderança e ideólogo do movimento integralista e cuja figura tornou-se mítica e influente até os dias de hoje. Quando fundou a AIB, Plínio Salgado já Também tinha experiência partidária nas fileiras do Partido Republicano Paulista (PRP), e ainda que fosse profundamente insatisfeito com os caminhos do partido, foi por ele que se elegeu deputado estadual no Estado de São Paulo, em 1927. Também já era um jornalista político experiente, tendo passado pelas redações do **Correio de São Bento** e **Correio Paulistano**, além de ser responsável pela redação do jornal político **A Razão**, que fundara com apoio financeiro de Alfredo Egydio de Souza Aranha, em 1931 (LEAL, 2006). Por conta dessa experiência, ele atribuiu acertadamente grande peso ao papel da imprensa na organização da AIB. Por isso, instituiu em sua estrutura a Secretaria Nacional de Propaganda, órgão responsável por coordenar um amplo conjunto de publicações. Boa parte dessa produção era de abrangência nacional, como os jornais **Monitor Integralista** e **A Offensiva**, voltados para o público em geral; revistas, como **Anauê!**, ditas “para a família”, mas que tinha como alvo o público feminino e infantil; e periódicos como **Panorama**, voltado para a intelectualidade e quadros partidários. Todavia, deve-se destacar que além dessas e outras mais publicações nacionais, ainda eram publicados um grande volume de impressos regionais. Cada núcleo integralista que se formava em qualquer lugar do país era obrigado a providenciar a sua própria publicação com feições e conteúdos locais, visando assim aproximar o ideário integralista aos interesses mais imediatos dos distintos públicos (PASCHOALETO, 2011)⁴⁵.

A despeito da incapacidade de manter a periodicidade e longevidade de parte das publicações locais, bem como as variações nas formas de interpretar a doutrina da AIB que algumas delas apresentavam, o fato é que o volume e a continuidade de tais publicações deram condições para que o integralismo se capilariza-se junto aos brasileiros. Enquanto as políticas nazistas e fascistas no Brasil visavam preferencialmente as comunidades alemãs e italianas, o Integralismo tinha por objetivo unificar o país sob uma mesma doutrina política ideológica. dessa maneira, a AIB foi um dos poucos partidos que objetivavam, naquele momento histórico, a unidade nacional sob um mesmo projeto político.

⁴⁵ Em setembro de 1934, a Secretaria Nacional de Propaganda da AIB notícia a formação do **Sigma Jornaes Associados**, consórcio que reunia e coordenava todos os jornais e revistas integralistas, que, naquele momento, compreendia 88 diferentes publicações.

Além da imprensa, a educação também foi uma preocupação constante e central para a AIB, sobretudo quando se considera que os analfabetos adultos poderiam se tornar uma base eleitoral significativa. Por isso a luta contra o analfabetismo foi uma de suas mais altas bandeiras, com os integralistas organizando escolas em diversos pontos do país, atendendo sobretudo crianças e adultos afastados dos bancos escolares. Não esqueçamos que a esmagadora maioria dos brasileiros eram analfabetos e o país não contava com políticas educacionais. Isso significa que os integralistas atuaram em um campo amplo e aberto para conectarem-se com a população (FERREIRA, 2009, p. 104). Dom Helder Câmara, que chegou a integrar a Ação Integralista Brasileira, contribuiu com 9º volume da **Enciclopédia do Integralismo** com o texto **Pedagogia Integralista**, no qual apresenta como ponto central do ensino promovido pela AIB era a formação de uma consciência nacional que naturalizasse a relação de conciliação e harmonização entre as classes sob o controle de um Estado Integral forte. Seria fundamental que essa consciência nacional reconhecesse o papel do Estado total integralista, atribuindo a ele o papel de vigiar e mediar as relações entre as classes. Nas palavras do próprio Dom Helder Câmara

Um estado intervencionista e forte não crerá não em bondade natural do homem ou de grupos, mas sempre vigiará contra os avanços do egoísmo e da cupidez. Só quando todos os grupos estiverem organizados sob tutela de um governo firme, poderemos crer em harmonia e colaboração.” (CÂMARA, s/d, p. 35).

Em seu livreto de propaganda **O que é o Integralismo**, Salgado aponta, em cinco capítulos, um trajeto que vai de um diagnóstico político da sociedade moderna ao papel do Integralismo no processo de transformação social, passando por sumário das condições e necessidades do Brasil. Assim, apresenta o Integralismo como uma síntese entre condições biológicas do ser humano às suas mais altas aspirações espirituais⁴⁶. Mas para a sua efetiva realização é necessário uma ajustada cooperação entre as classes sociais, visando a plena integração de todos os seus elementos no sentido de garantir a produção material e espiritual da vida de forma a atender a todas as pessoas. Isso significa que nem o pobre será tão podre e nem o rico tão abastado, o controle da riqueza e o cuidado com os pobres eliminaria o ódio de classes e a luta entre elas. Mas para isso, é preciso vencer os dois principais inimigos da conciliação: o individualismo liberal e o cooperativismo forçado do socialismo e a luta

⁴⁶ “Nós integralistas tomamos o homem na sua realidade material, intelectual e moral, e por isso, repudiamos tanto a utopia liberalista como a utopia da socialista. A liberal-democracia pretende criar o monstro sem estômago O socialismo marxista pretende criar o estômago que só possui o estômago e o sexo. Em contraposição ao místico liberal e ao molusco marxista, nós afirmamos o homem integral” (SALGADO, 56, p. 36)

econômica que estabelecem entre si pelo controle da sociedade⁴⁷. Apresentado tais reflexões, Salgado passa a fazer a crítica ao Estado liberal centrado no voto do indivíduo desconsiderando a força política de organizações e corporações, tanto de capitalistas quanto de trabalhadores⁴⁸. É interessante notar que neste livreto o ideólogo localiza sua proposta como oriunda da pequena burguesia quando escreve que tanto capitalistas quanto socialistas desferem seu ódio contra “as mentalidades cultas e contra o espírito nobre e elevado da classe média...” (SALGADO, 56, p. 48).

Já as suas críticas ao socialismo centram-se no entendimento de que ao buscar realizar seu principal objetivo, a revolução mundial sob a liderança da classe trabalhadora, uma de suas principais consequências seria o rebaixamento das faculdades superiores do homem. Assim fazendo, perde-se o que o humano tem de mais sofisticado para submetê-lo à uma organização social despersonalizada, quase que animalizada⁴⁹. Além disso, Salgado via o marxismo como uma teoria determinista e, portanto, segundo ele, anti-revolucionária e “antidinâmico porque concebe, no futuro, uma sociedade estática e um homem definido segundo um ponto de vista unilateral” (SALGADO, 56, pág. 52).

O que é interessante e contraditório é que, ao analisar a situação brasileira, o ideólogo do integralismo lança mão do instrumental marxista como base teórica⁵⁰, chegando à conclusão que as mazelas pelas quais passa o Brasil são provocadas pelo imperialismo⁵¹. Ele observa as dívidas contraídas pela nação junto à Inglaterra quando da nossa independência, assim como os compromissos comerciais que foram impostos ao Brasil, atrelando-nos aos seus interesses⁵². Dessa forma, o país assume sua posição subordinada no arranjo capitalista entre as nações, assumindo uma postura econômica de total liberalidade para facilitar e

⁴⁷ “A luta econômica tem sido encarada sob dois critérios: 1o O critério individualista, isto é, o liberal-democrático, baseados nos princípios da Revolução Francesa; 2o O critério coletivista, isto é, o socialista, baseado no marxismo” (SALGADO, 56, p. 29)

⁴⁸ “É isso a liberal-democracia, o regime onde ninguém está garantido: nem o capitalista, nem o operário; nem o industrial, nem o comerciante, nem o agricultor. Compreende-se que, num regime assim, cada qual trate de se salvar por meio de aventuras pessoais, muito embora os ideólogos fanáticos e os fariseus hipócritas clamem pela moralidade administrativa.” (SALGADO, 56, p. 41)

⁴⁹ “Que pretende então o socialismo? Internacionalizar o proletariado; propagar as ideias materialistas, de sorte a destruir a religião, a família, a pátria; facilitar o desenvolvimento da luta de classes, combater, embora não afirme isso, a inteligência, e a cultura, os padrões morais e tradicionais, que constituem tremendos impicilhos (sic) à marcha dialética dos embates classistas” (SALGADO, 56, p. 49)

⁵⁰ “O estudo da vida brasileira deve ser feito sob o critério da metodologia marxista...” (SALGADO, 56, p. 53)

⁵¹ “Analisada, pois, a vida brasileira sob o critério marxista, notamos como temos sido um mero instrumento nas mãos do capitalismo internacional” (SALGADO, 56, p. 54)

⁵² “Mas a liberal Inglaterra queria civilizar-nos fazendo-nos participar das delícias do progresso: e assim, grandiosa e magnânima, impunha-nos, a nós, bárbaros, a abolição do tráfico de negros e a extinção gradual da escravidão. Era uma atitude belíssima, da Grã-Bretanha, como sempre pioneira da liberdade: mas os teares da Inglaterra precisava que consumíssemos os seus tecidos, e, os seus milionários, que lhes tomássemos seu dinheiro a juros.” (SALGADO, 56, p. 54)

garantir o emprego de capitais estrangeiros, mesmo que em detrimento dos pequenos investidores domésticos. Dessa forma, a independência nos tirou do jugo português para nos subordinar ao capital estrangeiro centrado, primeiramente na City Londrina e depois em Nova Iorque. Salgado percebe que a busca por mimetizar o liberalismo inglês nos levou à constituição de um parlamento sem verdadeiros e tradicionais partidos estabelecidos e toda sorte de arranjos e disputas pelo poder. No entanto, essa dinâmica distanciava, cada vez mais, o poder e a população. Justamente a população brasileira que teria, por natureza, apreço pela ordem e pela autoridade e que, portanto, nunca se identificou ao ambiente de disputa e instabilidade típicas do liberalismo⁵³. Ainda, o liberalismo acaba sendo instrumento usado por muitas lideranças regionais nas disputas políticas pelo controle da nação, fragmentando a unidade nacional, ou seja, o liberalismo torna-se, no Brasil, um inimigo do sentimento de nação e da pátria⁵⁴. Os desdobramentos políticos que se seguiram levaram ao fortalecimento de forças políticas regionais e estaduais, concentrando, sobretudo, em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (SALGADO, 56, p. 59). Numa nação assim condicionada, o voto individual, elemento supremo da democracia liberal, não passa de um instrumento sob controle dos poderosos que manipulam as vontades e as ações do cidadão atomizado. Situação que Salgado descreveu da seguinte forma

Nação desorganizada, em que o homem se encontra completamente desamparado, à mingua de toda proteção do Estado; nação dividida em 21 nações, governadas por tiranetes; nação sem finalidade moral, só cogitando do objetivo do lucro pessoal e do comodismo, não podia deixar de ser o teatro das inglórias batalhas das oligarquias, que carregavam no seu bojo a massa amorfa e sem capacidade de reação dos votantes. (SALGADO, 56, p. 63)

Este cenário de fragmentação e falta de sentido nacional é o ambiente em que as ideologias extremistas ganham terreno. E como em uma associação entre o liberalismo e o comunismo, o primeiro deixa o caminho livre para o segundo instalar-se e agir influenciado toda a população já reduzida de sua moralidade e patriotismo. Essa é a situação que leva o Brasil e os brasileiros a abraçarem as causas e as lutas de caudilhos regionais e suas lutas fratricidas. Evidentemente que aqui ele fala dos acontecimentos de 1930, quando uma

⁵³“O fato é que o liberalismo-democrático repugnava a índole do povo brasileiro, o qual vinha da colônia com o velho espírito de caudilhismo local e o alto sentido da autoridade suprema da Nação” (SALGADO, 56, p. 57), e ainda: “Assim, os que apelam para a índole liberal do povo brasileiro, demonstram não conhecer nossas realidades, pois o nosso povo é sedento de ordem e disciplina, subordinando-se espontaneamente à autoridade” (SALGADO, 56, p. 58)

⁵⁴ “O liberalismo impunha, contra o espírito profundo de unidade nacional, o seu sentido de desagregação e de ruína através da ação contínua da advocacia da administrativa, a suprema interessada em manter os grupos estaduais e os cambalachos de bastidores.” (SALGADO, 56, p. 59)

conspiração derrubou o presidente Washington Luís e empossou Getúlio Vargas como novo governante brasileiro. A deposição de Luís foi o resultado da quebra de acordos políticos assumidos entre as oligarquias estaduais e que garantiam o equilíbrio de poder entre elas. O integralismo seria, portanto, a única alternativa política possível para vencer o liberalismo, barrar o perigo de uma revolução socialista e superar em definitivo a fragmentação das forças estaduais em favor da unidade nacional. Nas palavras de Salgado

Somos hoje um povo que acompanha caudilhos e uma turba de caudilhos que trabalha mesquinamente por desmoralizar os valores nacionais que surgem em nome da cultura, da energia do espírito, dispostos a levar o Brasil para melhores destinos. Foi a obra do liberalismo, e é contra ele que se levanta o Integralismo, com a sua concepção de Estado. (SALGADO, 56, pág. 66)

Isso posto, Salgado passa a explicar, no livreto, o que é e o que pretende o Integralismo. Inicia afirmando que a sua emergência é a única reação possível aos riscos da fragmentação e ao socialismo que são, por sua vez, consequências possíveis do liberalismo. Isso porque o Integralismo se constitui como única alternativa verdadeiramente democrática à nação, uma “*democracia de fins e não de meios*” (SALGADO, 56, p. 72), isso porque, ao formar um “Estado total”, evita o antagonismo entre “Estado” e “sociedade”. Nesse movimento, subordinam-se ao Estado a produção, a luta de classes e a autonomia dos Estados, no mesmo passo em que o sistema bancário, a Justiça e a Educação passam a ser centralizados e ordenados de acordo com o interesse da Pátria. Enfim, uma total reorganização societária que tem como objetivo tanto o estabelecimento da unidade nacional e do sentimento de patriotismo quanto afastar o risco do socialismo, em suma, para ele a “Pátria brasileira é a síntese do Estado e da nação.”(SALGADO, 56, p. 75).

Daí que o corporativismo é a grande base organizacional do Integralismo (SALGADO, 56, p. 74), ou seja, a superação do individualismo por meio da subsunção do indivíduo por instâncias coletivas, as corporações. Diferentemente de Estados socialistas, em que a organização coletiva ocorre por meio de instâncias de ofícios ou profissões, enfim, pelo recorte de classe, a corporação tem uma natureza policlassista. Desde que os fascismos não pretendem a superação da sociedade de classes, mas apenas a cooperação entre elas mediadas pelo Estado, as corporações reuniriam tanto os proprietários quanto os gerentes e os trabalhadores de cada ramo. Uma corporação da área de ensino, por exemplo, reuniria donos de escolas, dirigentes, professores e técnicos. Assim, a organização das diversas corporações seria o sustentáculo do Estado corporativista, conferindo-lhe concretude e substância. Essas

corporações existiram também em diversos níveis da sociedade, inclusive, o familiar. A família, no Estado corporativista, é a sua célula *mater* e o primeiro contato do indivíduo com o mundo das corporações. Nessa sociedade, a noção de indivíduo não está em seus direitos como tal, mas em seus deveres. No entanto, como escreveu um dos mais importantes ideólogos fascistas do Estado corporativista, o romeno Mihail Manoilescu, o indivíduo não estaria aprisionado como um sujeito escravizado obrigado àquilo que não quer. Pelo contrário, reconhecendo no Estado a sua comunidade e a sua própria razão de ser, submeter-se ao Estado corporativista seria a única forma de realizar-se como pessoa. Essa submissão voluntária ocorreria, por fim, com o enquadramento do indivíduo em sua funcionalidade, ou seja, na forma como ele poderia efetivamente contribuir com o Estado através de sua função social (MANOILESCO, 1938).

Sem dúvida, uma das grandes influências do Integralismo está na Encíclica *Rerum Novarum*, assinada pelo papa Leão XIII, em 1891, e que tirou a Igreja Católica dos bastidores da luta de classe e a colocou na condição de agente direto desse enfrentamento. A entrada dos católicos nesse conflito ocorreu pelo crescimento dos movimentos organizados da classe trabalhadora em torno de programas revolucionários⁵⁵. Para o papa Leão XIII, a única forma de conter a pressão revolucionária seria os capitalistas assumirem a responsabilidade pelo bem-estar dos trabalhadores. Em contrapartida, os trabalhadores deveriam aceitar a busca pelo lucro por parte dos capitalistas, pois é necessário que as empresas alcancem seus lucros para garantir empregos e salários. A cooperação entre ambas as classes seria o único caminho real e possível capaz de garantir a estabilidade necessária para o pleno desenvolvimento da sociedade⁵⁶.

Essa verdadeira concórdia entre as classes só poderiam ser realizadas pela mediação da Igreja Católica, única força chancelada por Deus e afastada o bastante de ambas as partes

⁵⁵ “Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado.” (LEÃO XIII, 1891, p. 02)

⁵⁶ “O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla.” (LEÃO XIII, 1891, p. 08)

para ter legitimidade e isenção para estabelecer e regular as relações entre elas⁵⁷. O título da encíclica em português é **Das Coisas Novas**, justamente porque a Igreja reconhecia que o momento histórico havia mudado e que novas formas de organizações e compromissos deveriam ser assumidos para que se garantisse a ordem das coisas. Segue o papa indicando a importância da formação de associações diversas para estruturar as relações sociais e colocá-las a serviço do Estado. Dessas associações, a de maior importância são justamente as corporações, sejam aquelas que congreguem indivíduos de uma mesma classe social, sejam as policlassistas⁵⁸.

A composição social da AIB expressa esse espírito de conciliação de classes: ela era formada por indivíduos de todas as classes, da burguesia até as camadas mais populares. Todavia, a distribuição dos postos de direção por entre esses sujeitos demonstrava-se rasgada pela desigualdade: as direções nacionais eram ocupadas por burgueses (11%) e média burguesia (88%); já as direções estaduais eram formadas por burgueses (14%), média burguesia (64%), pequena burguesia proprietária (14,2%) e uma pífia proporção de setores

⁵⁷ “É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, se não apelamos para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de actividade e de esforços; isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que Nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua acção fora da Igreja. E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso.” (LEÃO XIII, 1891, p. 07)

⁵⁸ “Em último lugar, diremos que os próprios patrões e operários podem singularmente auxiliar a solução, por meio de todas as obras capazes de aliviar eficazmente a indigência e de operar uma aproximação entre as duas classes. Pertencem a este número as associações de socorros mútuos; as diversas instituições, devidas à iniciativa particular, que têm por fim socorrer os operários, bem como as suas viúvas e órfãos, em caso de morte, de acidentes ou de enfermidades; os patronatos que exercem uma protecção benéfica para com as crianças dos dois sexos, os adolescentes e os homens feitos. Mas o primeiro lugar pertence às corporações operárias, que abrangem quase todas as outras. Os nossos antepassados experimentaram por muito tempo a benéfica influência destas associações. Ao mesmo tempo que os artistas encontravam nelas inapreciáveis vantagens, as artes receberam delas novo brilho e nova vida, como o proclama grande quantidade de monumentos. Sendo hoje mais cultas as gerações, mais polidos os costumes, mais numerosas as exigências da vida quotidiana, é fora de dúvida que se não podia deixar de adaptar as associações a estas novas condições. Assim, com prazer vemos Nós irem-se formando por toda a parte sociedades deste género, quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões: é para desejar que aumentem a sua acção. Conquanto nos tenhamos ocupado delas mais duma vez, queremos expor aqui a sua oportunidade e o seu direito de existência e indicar como devem organizar-se é qual deve ser o seu programa de acção.” (LEÃO XIII, 1891, p. 22)

populares (3%); por fim, as direções locais e a base militantes era composta por burguesia média intelectual (24%), pequena burguesia proprietária (54%) e uma expressiva participação de setores populares (22%) (TRINDADE, 1971, p. 35). Mas há um detalhe de grande relevância para compreender a AIB e sua capacidade de capilarização: as direções nacionais e estaduais eram hegemônicas por uma elite intelectual. Isso significa que havia uma importância de designar os postos de controle da organização para quadros capacitados e preparados, capazes de pensá-la não somente de forma pragmática visando superar as demandas do cotidiano, mas sobretudo em termos de projeto político nacional.

Talvez seja por isso que a atuação da AIB foi bem sucedida o bastante para noticiarem, em seu periódico nacional **A Offensiva**, que, no ano de 1936, a organização contava com mais de 1 milhão e 300 mil filiados em suas fileiras. Apesar de todo o cuidado que se deve ter com tal informação, que, afinal, foi prestada pela própria AIB, o fato é que a organização manteve uma base popular expressiva e bem capilarizada em diversos estados brasileiros. O seu ocaso veio com a instituição do Estado Novo varguista, que a condenou à clandestinidade, como ocorreu com os demais partidos brasileiros. Mas seus militantes não se dispersaram totalmente: mantiveram algum grau de organização, e quando foi possível, instituíram um novo partido, o Partido Republicano Popular. Com o golpe empresarial-militar de 1964, que impôs o bipartidarismo no Brasil, os integralistas inscreveram-se no ARENA.

1.4.4.1. Reorganização do integralismo

As tentativas de reorganização do integralistas a partir dos anos de 1980 fazem parte da atualidade da presença fascista no Brasil mesmo depois de terem sido desbaratados (primeiramente pela instituição do Estado Novo e depois pelo AI-2). Interessante destacar que a presença dos integralistas não é apenas a manutenção estática de seus princípios e mobilizações, mas trata-se de um processo intenso e multifacetado, com fortes disputas por hegemonia e interpretações das suas doutrinas originais. Atualmente, os seus militantes se definem como a quarta geração do integralismo, surgida por volta de 2005, por ocasião do Congresso Integralismo para o Século XXI. Suas origens remontam aos primeiros anos da década de 1980, quando tentou-se rearticular os centros de cultura integralistas, destacando-se, nessa empreitada, a fundação da Casa Plínio Salgado, em São Paulo. Naquela ocasião, iniciaram-se as disputas pelo legado teórico e pela liderança do movimento de

reorganização dos integralistas. Duas pessoas que estiveram no centro da disputa foram Anésio Lara Campos Júnior e Carmela Patti, viúva de Plínio Salgado e guardiã moral de seu legado. Anésio era, veterano do antigo Partido da Representação Popular, o PRP, e foi responsável, ainda naquele período dos primeiros anos de 1980, por fundar a Ação Nacionalista Brasileira, O Movimento Integralista Brasileiro e a Ação Integralista Brasileira. Houve uma forte reação negativa por parte da família de Salgado e outros militantes integralistas, tanto por acharem que Anésio não estaria à altura do legado da primeira geração da AIB a ponto de estar à frente da reorganização unificada do movimento e, ainda, por ele ser próximo de grupos nazistas, o que os deixavam contrariados.

Diante a irresolução da disputa, militantes integralistas decidiram por realizar um congresso, no ano de 1989, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Estiveram presentes distintas gerações do integralismo, incluindo a família de Salgado, legitimando o processo. Um dos temas centrais nos debates foi a questão partidária: os participantes estavam divididos entre os que queriam a fundação do PAI, Partido de Ação Integralista, inclusive com a intenção de disputar as eleições presidenciais, e outros que eram contrários à formalização do movimento integralista. Por fim, foi decidido que a presidência da organização ficaria a cargo do médico Sebastião Cavalcante de Almeida, apoiado pelos Salgado, ficando Anésio responsável pela vice-presidência. No entanto, rapidamente o ténue equilíbrio alcançado com esse arranjo se rompeu com dois eventos: Sebastião Cavalcante renuncia à presidência da reorganização dos integralistas e, ainda, a ocorrência da morte de Carmela Patti. Ambos os eventos acabaram por concretizar os intentos de Anésio, que era ter o controle sobre o movimento integralista. Porém, a resposta do movimento à nova situação não lhe foi favorável, provocando um refluxo no que até então havia recentemente construído.

Mas a situação não ficou de toda vazia para o movimento. Os anos de 1990 iniciaram-se com novas movimentações, agora por alas mais jovens e revigoradas pelas disputas ocorridas nos anos imediatamente anteriores, ainda que os veteranos das gerações anteriores ocupassem um lugar de relevo e autoridade. Mas tratava-se de um novo momento histórico: a redemocratização, o desmantelamento do bloco socialista no leste europeu e da derrocada da URSS, a ausência de Carmela Patti e novas interpretações da doutrina exigiram dos militantes esforços no sentido de atualizar a doutrina, sem perder a reverência e respeito à sua tradição. Mantinha ainda, todavia, o desentendimento a respeito da fundação de um partido ou a manutenção do Integralismo como uma ideia e não um instrumento de disputa da política institucional. Diversos foram os acontecimentos e desdobramentos naquela década no

processo de reorganização do movimento integralistas, o mais importante deles, sem dúvidas, foi a última grande tentativa de unificação, Congresso Integralismo para o Século 21. Apesar dos acordos alcançados naquela ocasião, contratempos posteriores levaram a um racha entre os participantes. Aqueles acontecimentos podem ser observados em seus pormenores no artigo **Uma velha novidade: o integralismo no século XXI**, de Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro⁵⁹, do qual nos interessa sobremaneira, distinguir dois pontos que dele se mantêm atualmente. O primeiro desses pontos é a ainda incapacidade de unificação do movimento, estando atualmente dividido em três distintas ramificações surgidas entre o final de 2004 e início de 2005. A primeira a surgir é a Ação Integralista Revolucionária, a AIR, que compreende que um dos principais erros cometidos pela primeira geração do Integralismo foi o de se institucionalizar por meio da organização de um partido. Assim, a AIR defende o legado inicial da AIB, e organiza-se em torno de uma luta pela mudança da sociedade por meio de um processo revolucionário. Já a Frente Integralista Brasileira defende um Integralismo ortodoxo. Por fim, o Movimento Integralista Linearista Brasileiro, o MIL-B, quer defender um Integralismo que consiga promover o diálogo entre as bases da sua doutrina e os avanços filosóficos e tecnológicos surgidos desde então, compreendendo que era assim que Plínio Salgado e os demais fundadores da AIB agiriam. Nos sítios eletrônicos da FIB e do MIL-B, acessados em dezembro de 2021, encontramos informações de ações e movimentações recentes de ambas as organizações, inclusive, os informes da I Conferência Regional Integralista do Nordeste, recentemente realizada. Não encontramos o sítio eletrônico da AIR, mas encontramos, no do MIL-B, a notícia da reunião, ocorrida no final de 2020, entre seu líder e o da AIR.

O segundo ponto a se destacar é a aproximação de muitas correntes integralistas a movimentos nazistas, bem como a adesão de outras organizações, como os Carecas do ABC, que abraçaram o Integralismo como ideia e doutrina. Outra aproximação é com a chamada Third Position, movimento ideológico de extrema direita que amalgama diversas linhas de pensamento como o *strasserismo* (corrente radical que integrava o nazismo em sua origem, mas que foi perseguida pela corrente hegemônica controlada por Adolf Hitler), a doutrina Nacionalista Bolchevique (NazBol), o fascismo italiano e outras. No conjunto, se colocam como nacionalistas que rejeitam tanto o pensamento de direita quanto o de esquerda, buscando uma “terceira posição” no espectro político, congregando posições políticas e morais ultra-conservadoras e políticas baseadas em interesses dos trabalhadores.

⁵⁹ CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Uma velha novidade: o integralismo no século XXI**. Boletim do Tempo Presente, no 03, de 12 de 2012, p. 1 - 26.

1.4.5. Contracultura e agrupamentos *skinheads*, continuidade e atualização do pensamento fascista no Brasil

O movimento *skinhead* tem como berço a Grã-Bretanha, em um contexto político e econômico bem definido. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com desenvolvimento das políticas de bem-estar social, aquela nação, por um lado, vivenciou um aumento do padrão de consumo da pequena burguesia e dos setores mais qualificados do operariado. É nessa parcela da sociedade em que emerge um forte movimento de contestação à moral vigente por parte da juventude: amor livre, *rock and roll*, massivo uso recreativo de drogas, formação de comunidades alternativas etc, em suma, o aparecimento do movimento hippie naquela nação. Por outro lado, o esfacelamento do Império Britânico, ao fim da Guerra, colocou a nação em uma situação delicada na competição capitalista internacional. Essa situação forçou a reformulação de seu conjunto industrial, levando ao desemprego uma grande massa de operários de menor qualificação e outros trabalhadores não especializados. Isso fez com que uma parte de sua juventude marginalizada e sem perspectivas futuras começasse a, por um lado, expressar seu descontentamento com o movimento hippie nascente, e por outro lado, buscar a valorização de alguns dos significados do cotidiano operário. Assim, formavam gangues que raspavam suas cabeças (para diferenciar-se dos cabeludos hippies), usavam roupas sóbrias e que remetesse à cultura operária. Exaltavam a masculinidade, o vigor e a força física, valorizavam a vida em grupo e a lealdade aos companheiros de gangue e eram moralistas e conservadores. Viviam pelas ruas dos decadentes bairros operários, delimitando e controlando territórios, e frequentavam os estádios de futebol, onde as gangues se encontravam e invariavelmente, brigavam entre si.

Ainda assim, em sua origem os *skinheads* não eram grupos de extrema direita. No entanto, a falta de empregos e a presença de uma massa de imigrantes com quem tiveram que disputar as poucas oportunidades levaram parte dos *skinheads* a assumirem posições xenófobas. É nesse contexto específico que organizações de extrema direita se aproximam desses jovens inconformados para cooptá-los, aí imprimindo ao movimento *skinhead* toda a sua ideologia extremista, tornando-se um movimento com mentalidade nazifascista, por volta dos anos de 1970.

Nos anos de 1980, formam-se duas grandes organizações *skinheads*, que são responsáveis pela sua massiva disseminação pelas demais nações europeias, além de Estados

Unidos e América Latina, são elas a Hammerskin e a Blood and Honour. É interessante destacar que o meio musical formado por diversas bandas e festivais foram responsáveis pela difusão dessa ideologia na América Latina. Um contexto histórico definitivo para os *skinheads* é a consolidação do neoliberalismo e o fim das políticas de bem estar-social, e o consequente acirramento das crises econômicas e sociais. É nesse ambiente em que ascendem partidos e lideranças políticas de extrema direita na Europa e multiplicam-se as gangues de *skinhead* (HOCKENOS, 1993). Depois da emergência desses grupos e agentes nazifascistas, nas últimas décadas do século 20, a verdade é que o movimento não mais arrefeceu. Lideranças políticas, como Jean-Marie Le Pen e sua filha, Marine Le Pen, lideranças históricas do partido de extrema direita Reunião Nacional (antigo Frente Nacional), e gangues que se formam continuamente, como os alemães Pegida⁶⁰ e o Revolução Chemnitz⁶¹, formados em 2015 e 2018, respectivamente, que perseguem e assassinam imigrantes e com influência bastante para levar milhares de pessoas para manifestações contra as políticas voltadas para a recepção de imigrantes no país.

No Brasil, ocorre uma especificidade bastante inusitada. Desde a origem, *skinheads* nazifascistas e punks são inimigos naturais. Mas em nosso país foram punks insatisfeitos com a despolitização do movimento local, como o uso abusivo de drogas por parte de seus participantes e a falta de disciplina e sentido de seus grupos e coletivos que se aproximaram da ideologia *skinhead*. Assim, na segunda metade dos anos de 1970, ex-punks formam a primeira geração do movimento *skinhead* brasileiro. Aqueles jovens viviam, então, as consequências do fracasso do chamado Milagre Econômico. Como ocorreu com os fundadores do movimento da Grã-Bretanha, padeciam com a falta de oportunidades e de expectativas, pouco lhes restava senão perambular pelas ruas dos bairros operários de da região metropolitana de São Paulo, onde o movimento teve início.

Mas é apenas entre o fim dos anos de 1980 e início da década seguinte que parte desses jovens eles vão abraçar em definitivo com as ideologias fascistas e nazistas graças a, principalmente, o aumento do intercâmbio entre grupos locais e europeus. Os grupos brasileiros se dividem, grosso modo, entre aqueles que abraçam uma postura fascista, com

⁶⁰ **Inteligência Alemã Classifica Pegida Como Inconstitucional.** deutsche welle. 07 de maio de 2021, disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/intelig%C3%A2ncia-alem%C3%A3-classifica-pegida-como-extremista-e-inconstitucional/a-57467432>>

⁶¹ **Alemanha Prende Suspeitos de Ataque a Imigrantes Durante Atos Fascistas.** Folha de São Paulo, 01 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/alemanha-prende-suspeitos-de-ataque-a-imigrantes-durante-atos-fascistas.shtml>>

muitos aproximando-se sobremaneira aos integralistas, e outros que assumem o nazismo como linha ideológica. Destacam-se entre os primeiros os Carecas do Subúrbio e, entre os outros, o movimento White Power (BRACHT, 2005; FRANÇA, 2010).

Desde a sua formação, o movimento *skinhead* brasileiro se diversificou em diversos grupos e agrupamentos, desde gangues nos bairros de periferia, motoclubes, torcidas de futebol, bandas de música, a Frente Nacionalista, etc, muitas são as suas formas de organização. Também deve-se destacar que houve dois momentos recentes que foram determinantes para os *skinheads* brasileiros, o primeiro foi o golpe na Ucrânia, em 2014, que levou grupos nazistas ao governo daquele país e o consequente investimento que fizeram para ampliar o intercâmbio com grupos de outros países, como o Brasil. Depois, a ascensão e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, que lhes deu força e visibilidade. Conta-se, ainda, o recente encontro de parte desses militantes *skinheads* e as igrejas neopentecostais⁶². Se para Bracht (2005), o movimento não possuía relevância política, hoje, indubitavelmente, consegue movimentar uma massa de pessoas nem sempre visível no universo das subculturas urbanas, integrando o “caldo de cultura” que influencia parte da juventude e de jovens adultos⁶³.

2. Emergência do bolsonarismo

⁶² Essa importante informação sobre a aproximação de *skinheads* e as igrejas neopentecostais foi prestada pela antropóloga Adriana Dias, uma das mais destacadas pesquisadoras do assunto em nosso país. diz ela: “Entrevistei alguns nacionalistas do Front 88 [gangue neonazista dissolvida no começo dos anos 2000 que gerou outras gangues como Impacto Hooligan e Kombat RAC], do São Paulo Pátria e de outros movimentos de extrema direita que entraram para a Igreja Universal do Reino de Deus. A gente percebe que eles estão buscando um conservadorismo identitário, mas agora em algo mais palatável à sociedade”. DECLERCQ, Marie. “Esse governo com certeza incentiva a existência de células neonazistas”. Vice. 26 de novembro de 2019. Disponível em <https://www.vice.com/pt/article/j5y73y/esse-governo-com-certeza-incentiva-a-existencia-de-celulas-neonazista-s?utm_campaign=sharebutton>

⁶³ É de se considerar que, apesar de assunto pouco divulgado, salvo quando uma gangue ou outra é flagrada em atos ou tentativas de atos de agressão, o crescimento dos grupos nazi-fascistas, sobretudo com o advento das redes sociais, é fruto de observação, estudos e preocupação por parte das autoridades, imprensa atenta e pesquisadores, desde de, pelo menos, 2013, sendo recorrente, ao longo dos nos, novas matérias publicadas a respeito, como podemos ver em: **Neonazismo cresce no Brasil e prega ódio às minorias**, Observatório do terceiro setor, 30 de junho de 2020, disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/neonazismo-cresce-no-brasil-e-prega-odio-as-minorias/>>; ALESSI, Gil. **Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG**, El País, 09 de junho de 2020, disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>>; KAWAGUTTI, Luis. **Polícia de SP vê aumento de movimentação neonazista e identifica grupos**. BBC News Brasil, 18 de janeiro de 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38603560>>; MELLO, Alessandra. **Internet viabiliza aumento no número de crimes de ódio no Brasil**. Estado de Minas Gerais, 16 de abril de 2013. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/04/16/interna_gerais,372038/internet-viabiliza-aumento-no-numero-de-crimes-de-odio-no-brasil.shtml>

2.1. O ambiente político da Nova República que propiciou o surgimento do bolsonarismo

Caio Prado Júnior (1983) escreveu que a constituição de um Estado traduz o arranjo entre as forças políticas dominantes e como elas exercem o controle do conjunto da sua sociedade⁶⁴. Sendo assim, a atual Constituição Brasileira, promulgada em 1988, única depois da ditadura empresarial-militar, é transparente quanto ao arranjo das forças políticas hegemônicas no Brasil. Seu espírito é liberal, faz limitadas concessões à classe trabalhadora por meio de distintos direitos (trabalhistas, previdenciários etc), e além, mantém respeito e autoridade aos mesmos militares que haviam dado o golpe quase três décadas antes. Mais ainda, apesar de abrir espaços legais para a participação popular, de fato ela coloca poderes suficientes nas mãos dos legisladores para impedir que essa participação se efetive.

Há um claro retrato do equilíbrio desigual entre as diversas forças: os setores da grande burguesia brasileira mantém o controle da *arquitetônica* do Estado determinando e estabelecendo os limites e as pressões sobre a totalidade das relações entre os diversos aparelhos de Estados; associados a eles os diversos setores da pequena burguesia. Estavam todos representados por diferentes partidos políticos, sendo o maior deles o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Também os diversos matizes da classe trabalhadora e da pequena burguesia progressista representados em partidos de esquerda, sendo o mais significativo o Partidos dos Trabalhadores, orbitado por partidos históricos, como o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, e o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Nas eleições de 1989, a primeira sob a nova Constituição, apresentaram-se vinte e dois candidatos à presidência, aglutinando vinte e nove partidos, com quatro coligações. O número de candidaturas aumenta quando se considera a candidatura do comunicador e empresário Silvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro, que foi impugnada ao longo do processo. Os militares quase não participavam diretamente da política nacional, mas eram perfeitamente respeitados pela nova *arquitetônica* do Estado. Fato é que a burguesia se manteve ocupando os grandes cargos do Estado brasileiro, tanto civis quanto militares.

A ascensão do bolsonarismo é mais uma das contradições políticas do Estado brasileiro, instituído em 1988. Desde que a Nova República foi constituída, o seu formato político institucional tem gerado práticas políticas que surgem como verdadeiras negações

⁶⁴ “Uma constituição é sempre a tradução do equilíbrio político de uma sociedade em normas jurídicas fundamentais. Ela reflete as condições políticas reinantes, isto é, os interesses da classe que domina e a forma pela qual exerce o seu domínio.” (PRADO JÚNIOR, Caio, 1983, pág. 53)

dos ideais da Carta Cidadã. Dois estudos nos parecem bastante eficientes na abordagem que fazem sobre duas dessas práticas políticas e eles serão, a princípio, pontos de partida para nossas reflexões sobre o bolsonarismo. O primeiro deles é o livro **Imobilismo em Movimento**, do professor da Unicamp Marcos Nobre⁶⁵, que aborda o que chamou chamou de pemedebismo, uma prática que se forma no seio do Parlamento federal a partir do processo de redemocratização mas que tem suas origens no desenho do Parlamento instituído pela pelo regime militar. O segundo estudo foi apresentado em livro com o título **O Sentido do Lulismo e o Pacto Conservador**, do professor da USP André Singer⁶⁶. Trata-se de denso estudo a respeito do surgimento do lulismo como contradição do que ele chama de petismo. Nas próximas linhas faremos uma rápida apresentação desses estudos para que possamos, a partir de suas reflexões, discutir o bolsonarismo como resultado das conexões entre o pemedebismo e o lulismo.

2.1.1. Marcos Nobre e o pemedebismo

Essa nova *arquitetônica* e suas dinâmicas políticas é bem apresentada pelo filósofo político Marcos Nobre, em seu livro **Imobilismo em Movimento** (2013). Segundo ele, as condições impostas pelo Ato Institucional nº 2, em 1965, para a reorganização partidária, visto que o mesmo ato extinguiu os partidos existentes, permitiu, na prática, apenas a formação de dois partidos políticos, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, que congregou diversas forças de oposição ao regime militar, e a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, formada pelos seus apoiadores. Nobre destaca que o bi-partidarismo surgido naquela ocasião não foi resultado da aglutinação, em cada um dos dois pólos antagônicos, de forças que perceberam coincidências e aproximações em seus programas políticos. Essas forças aproximaram-se apenas como mecanismo de sobrevivência política, eram mais federações partidárias que partidos, agrupando internamente distintas facções políticas, em algumas ocasiões até mesmo adversárias. MDB e ARENA eram frutos não de identificações programáticas, mas tão somente de uma contingência imposta pelo regime militar. Por isso, tratou-se de uma agenda de sobrevivência, e não política, que uniu diversas agremiações sob ambos

⁶⁵NOBRE, Marcos. **O Imobilismo em movimento**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2013

⁶⁶SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

“guarda-chuvas”⁶⁷. Isso fez com que o MDB abrigasse em seu interior desde democratas conservadores não alinhados com o golpe de 1964 até militantes comunistas.

O desenvolvimento das políticas ao longo do regime militar impactaram em diferentes medidas e intensidades ambos os partidos, e quando os bons resultados do Milagre Econômico demonstraram não ser sustentáveis, o MDB passou a atrair os votos populares. Isso levou o regime ditatorial a impor o que ficou conhecido como Pacote de Abril, em 1977, um conjunto de medidas que interrompia o lento processo de distensão do regime em direção à redemocratização sob auspícios do regime militar. Com o Pacote de Abril, a ditadura garantiu a manutenção da maioria dos representantes no Congresso. Mas mesmo com esse artifício, o MDB continuou a ganhar projeção junto à população que o via como uma opção às dificuldades sociais advindas do regime.

Em 1979 ocorre uma nova tentativa de impedir o crescimento do MDB: aprovam-se medidas que, na prática, permitem a formação de novos partidos políticos, extinguindo a prática do bipartidarismo. O objetivo era enfraquecer o Movimento Democrático Brasileiro, provocando sua fragmentação. Esse movimento levou ao fim da ARENA, tornando o Partido Democrático Social, o PDS. O MDB - que acrescentou o termo “Partido” ao seu nome, assumindo a sigla PMDB -, perdeu parte de seus integrantes que fundaram partidos como o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Popular e o Partido dos Trabalhadores. Ainda assim, o partido saiu vitorioso nas eleições indiretas de 1985, quando o colégio eleitoral formado pelo Congresso Nacional escolheu Tancredo Neves, o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964. Neves faleceu pouco tempo depois de eleito e antes de ser empossado, por isso, José Sarney, seu vice, assume definitivamente a presidência da República.

Algumas considerações precisam ser feitas antes de avançarmos nas análises de Marcos Nobre. Quando da composição da chapa presidencial, Sarney era recém filiado ao PMDB. Durante todo o regime militar, ele integrava o partido que apoiava o governo. Quando abriu-se o quadro partidário e o ARENA foi extinto, Sarney integrou o PDS. No entanto, divergências e manobras de bastidores acabaram fazendo com que o partido indicasse, contra a vontade de Sarney, Paulo Salim Maluf como candidato do partido às eleições presidenciais. Contrariados, Sarney e outros importantes políticos deixam a sigla e

⁶⁷ “Em lugar de produção de um sistema político efetivamente organizado em dois polos, o que a engenharia ditatorial conseguiu produzir foram confederações de grupos políticos, confederações de partidos. Isso obrigou as siglas oficialmente toleradas a se organizarem internamente de maneira a permitir a convivência de agremiações e tendências não apenas heteróclitas, mas, muitas vezes, adversárias. As estruturas partidárias resultantes tinham de produzir alguma unidade apesar de suas incompatibilidades internas” (NOBRE, 2013, pág. 39)

estabelecem uma aliança eleitoral com o PMDB. Essa aliança foi determinante para garantir tanto os votos do PMDB quanto de setores ligados ao PDS e outros que seguiam suas orientações. Ou seja, a morte de Tancredo Neves colocou na presidência da República um candidato que, de direito, representava o Partido do Movimento Democrático Brasileiro mas que, de fato, era oriundo dos setores mais conservadores da burguesia brasileira.

Mas antes mesmo que se realizassem as eleições de 1985, o PMDB precisou se esforçar para impedir que houvesse uma saída demasiadamente perigosa de seus deputados e senadores para outras siglas, e por isso, para “conseguir manter dentro de uma mesma sigla partidária correntes e tendências tão heterogêneas, a nova sigla consolidou um sistema interno de regras de disputa cujos primeiros ensaios já tinham sido realizados na década de 1970”. (NOBRE, 2013, pág. 42). Para Nobre, foram justamente essas práticas que se constituíram como base da “cultura política dominante” ao longo de todo o processo conhecido como redemocratização. Essas práticas tinham por objetivo opor-se ao regime militar mas, ao mesmo tempo, impedir que as forças populares, tão ativas nos anos de 1980, ganhassem força e densidade política avançando o processo democrático para além do controle político das elites no real poder. Assim, formou-se um discurso segundo o qual a aglutinação das forças oposicionistas do parlamento seria condição determinante para vencer o autoritarismo, constituindo, dessa maneira, um “progressismo” que, na prática, servia tão somente para garantir que os avanços populares estivessem sempre dentro de limites seguros para a manutenção da ordem. Em suma, formou-se no seio do MDB o progressismo de baixíssima densidade, que serve antes para refrear o ímpeto popular do que para lutar por direitos sociais e participação democrática em amplo espectro. A prática que corresponde a esse discurso progressista é o que Nobre designou pemedebismo, que se trata na capacidade da formação de uma supermaioria no Congresso, fragmentada em sua composição, dividida em distintos grupos de interesses que sabem que apenas a coesão entre eles pode dar-lhes força política diante do executivo. Justamente por isso, esses grupos articulam-se por meio de acordos de ocasião suficientes para que, formada a maioria, possam impor-se politicamente nas negociações de bastidores. Essa condição de unidade fragmentada impediu ao pemedebismo ter uma agenda política unificada, mas, por outro lado, obriga as presidências da Nova República a abrir a mesa de negociações sempre que precisa aprovar algum encaminhamento sensível ao Congresso. Mais ainda, força os governos a integrarem em seus gabinetes diversos representantes dos partidos para garantir a paz política entre parlamento e executivo. A morte de Tancredo Neves não interrompeu essa dinâmica, mesmo “com Sarney

na presidência, o ‘progressismo’ continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista” (NOBRE, 2013, pág. 11).

O batismo de fogo do pemedebismo ocorreu na Constituinte. Na ocasião, foi necessária a unidade dos diversos parlamentares dos diferentes partidos, sendo a maioria deles do PMDB, para enfrentar os movimentos populares, sindicatos e organizações sociais e suas demandas. Nobre explica que “o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los, apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas” (NOBRE, 2013, pág. 11).

Com a deposição do governo Collor, o pemedebismo ganhou um novo contorno, tornam-se não mais apenas a força necessária para impedir mudanças na ordem política, mas também, para a formação de maiorias suprapartidárias que garantam a manutenção dos governos, o que recebeu o nome eufemístico de “governabilidade”⁶⁸.

A Nova República se consolida, desta maneira, como um tabuleiro onde parlamentares que encabeçam grupos de interesses jogam suas fichas associando-se entre si para formar uma grande maioria cujo objetivo é a constante negociação com os governos de ocasião enquanto travam qualquer possibilidade de radicalização democrática no país.

A prática do pemedebismo não visa, como comentado, um programa político ou de governo, ainda que seus parlamentares defendam genericamente posições e bandeiras. O objetivo primeiro é a autopreservação política, garantir a perpetuação no parlamento, o que exige ser reeleito a cada quatro anos. Para isso, organizam-se grupos políticos formados por uma rede formada por deputados estaduais e vereadores, cada qual com seu conjunto de funcionários-cabos eleitorais, que por suas vez exercem algum grau de influência em nichos populares. Tudo isso encabeçado pelo parlamentar federal que ainda conta com seus indicados em gabinetes de governo e, cada um deles, com seu próprio conjunto de funcionários indicados ocupando segundos e terceiros escalões. Cada parlamentar encabeça uma mônada formada por políticos, apoiadores, líderes comunitários etc que operam cotidianamente junto à população oferecendo favores, remédios, facilidades de atendimento em repartições públicas etc. Tudo isso é posto em movimento para garantir a massa de votos necessária para eleger-se, o que é uma operação permanentemente cara, por isso é vital

⁶⁸ “Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. Foi assim que a partir de 1993 foi sendo construído o ‘acordo da governabilidade’ segunda figura da blindagem do sistema político contra a sociedade, segunda figura do pemedebismo”. (NOBRE, 2013, pág. 11)

controlar um grande número de vagas de trabalho no serviço público, reservar fatias dos orçamentos, garantir presença em ministérios e secretarias, nos gabinetes, nas comissões etc. Sobretudo, exige a manutenção de grande influência sobre os governos, seja federal, estadual ou municipal.

Ou seja, o pemedebismo é, antes de tudo, um mecanismo de auto-preservação de grupos políticos na maquinaria de Estado. Para isso, atua na contenção dos avanços democráticos, que diminuiria até o mínimo sua influência, e também impedindo a emergência de um executivo com poderes de realização.

2.1.2. André Singer, o lulismo e o pacto conservador

Mas o pemedebismo não é a única contradição que surgiu com a Nova República. À sua esquerda, naquele momento, o Partido dos Trabalhadores emergiu como uma agremiação que buscava uma oposição popular, centrada no conjunto da classe trabalhadora. Sua origem era as comunidades eclesíásticas de base, a organização sindical que remonta às greves de Osasco e Contagem, no final dos anos de 1960 e às do ABC paulista, no final dos anos de 1970. Também fazia parte de suas origens os militantes que atuaram nos diversos agrupamentos que empreenderam resistência armada à ditadura de 1964-1985, e quadros oriundos do Partido Comunista Brasileiro, além de intelectuais e desquerda. Encabeçar essa construção uma figura que se tornou notória a partir das greves do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva, que está à frente do grupo que se localiza no centro do espectro político interno do partido⁶⁹.

O Partido dos Trabalhadores apresenta complexas especificidades que exigem serem esmiuçadas para que possamos compreender os processos políticos de sua história. Uma das mais fulcrais é a separação entre o petismo e o lulismo. André Singer, professor da USP, tem estudado com profundidade o Partido dos Trabalhadores e suas mutações ideológicas após

⁶⁹ O historiador Lincoln Secco apresentou em seu livro **História do PT** a forma como os diversos agrupamentos que constituem o Partido dos Trabalhadores lutam, desde a formação do partido, pela hegemonia interna. Nessa disputa, seus agrupamentos mais à direita ocuparam os principais postos dirigentes na maior parte do tempo. É ilustrativo destacar o período que antecede as eleições de 1994, em que a o Agrupamento Articulação de Esquerda assume a mesa diretora do partido, todavia, a principal liderança do partido, Lula da Silva, integrante do agrupamento Articulação, passa a realizar um conjunto ações visando construir sua campanha sem dialogar ou considerar a executiva nacional, nas palavras de Secco (SECCO 2012, pág. 165): “*Como vemos, a Nova Maioria eleita no VIII Encontro dirigia o PT mas não guiava seus principais líderes. Insubmissa, a Articulação tinha uma carta sob a manga: Lula. O candidato sobrepôs-se à Executiva e contou na campanha com pessoas de sua confiança*”.

seus primeiros governos federais, daí que entende que há uma divisão cada vez maior entre o que chama de “petismo” e “lulismo”, sendo, o primeiro, uma cultura política de origem operária e popular que caracterizaria o partido, enquanto o “lulismo” é a cultura política que o partido assume quando durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A distinção entre ambos pode ser percebida na distinção que o professor faz entre as duas almas do partido, a do Sion e a do Anhembi.

2.1.2.1. A alma do Sion

O Partido dos Trabalhadores tem como berço um improvável colégio da classe média paulistana, o Sion, local onde, no dia 10 de fevereiro de 1980, se reuniram 1200 pessoas (dentre eles 400 delegados de 16 estados diferentes), para a sua fundação. O Brasil vivia, já há dois anos pelo menos, uma onda de greves e manifestações de trabalhadores que, entre outras consequências, levou à fundação do PT e, em 1983, à fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. O encontro de fundação do Partido dos Trabalhadores ratificou esse espírito; em seu manifesto de fundação⁷⁰, a luta de classes está presente em todas os parágrafos, como, por exemplo

As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

O manifesto, destaca em vários ponto a importância da classe trabalhadora tomar as rédeas de sua luta, e construir seu próprio partido, visando não apenas sua representação dentro do Estado, mas, de fato, a radical transformação do Estado brasileiro: “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. O Manifesto aponta também, claramente, o papel tático das eleições para o partido, quando expressa: “Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”, ou seja, naquele momento, o seu objetivo principal é a

⁷⁰ **Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores**

<<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>, acessado em 05 de janeiro de 2015

organização da classe trabalhadora, condição primeira para a transformação radical da sociedade, e as eleições eram, tão somente, um dos meios para isso.

Ainda mais radical que esse documento, a Carta de Princípios do partido, lançada em primeiro de maio do ano anterior pela sua Comissão Nacional Provisória, fazia duras críticas ao MDB e seu caráter pró-capitalista, bem como afirma que nenhum partido, por mais que se apresente como representante da classe trabalhadora o será de fato, se não for formado por trabalhadores e trabalhadoras, aliás, afirma, peremptoriamente, que não aceitará em suas fileiras ninguém que não seja dessa classe: “(...) o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!”. Afirma, ainda, o valor da democracia para a construção do socialismo e deste para a realização da verdadeira democracia⁷¹. Além desses documentos, outros circularam entre as pessoas que participaram daquele momento histórico e da fundação do PT, direta ou indiretamente. Esse conjunto de ações, manifestações, greves, documentos e registros formaram uma nova consciência entre a classe trabalhadora brasileira e de seu potencial transformador; é a essa consciência, ou melhor, a essa práxis, que Singer denominou como a Alma de Sion.

A passagem da alma do Sion para a alma do Anhembi foi um verdadeiro cavalo-de-pau na orientação política do Partido dos Trabalhadores. Essa manobra tem sua própria história e ela pode ser contada a partir de diversos pontos; começaremos a nossa leitura a partir do momento em que se ouvia por toda a nação a consigna da campanha petista: “A esperança venceu o medo!”. Enquanto Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, subia a rampa do Palácio do Planalto na cerimônia de posse da Presidência da República Federativa do Brasil, em primeiro de janeiro de 2003, a alegria pelas ruas do país disfarçava uma rede de contradições e expectativas difusas que compôs a chegada do ex-metalúrgico e ex-dirigente sindical ao posto máximo do Estado brasileiro. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder faz parte de um curto porém intenso e contraditório processo de construção do partido junto a classe trabalhadora, setores da classe média e de uma então recém-conquistada fatia do meio empresarial brasileiro. Muitos agrupamentos à esquerda do partido ainda acreditava na possibilidade de profundas transformações não apenas nas relações de força políticas institucionais mas, sobretudo, na estrutura econômica interna e externa do país, mas o fato é que a notória “Carta aos Brasileiros” já acenava a

⁷¹ “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. “

capitulação do partido ante a força do capital interno e externo. Evidentemente o Partido dos Trabalhadores sempre manteve compromisso com reformas pacíficas, sem nunca pregar a transformação radical do Estado, mas a “Carta aos Brasileiros” foi mais que a reafirmação de um compromisso de pacificação entre as classes, ela expressava uma profunda guinada do partido rumo ao pragmatismo eleitoral.

2.1.2.2. A alma do Anhembi e o Pacto Conservador

O encontro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, em 2002, coroou o processo de transformismo ocorrido na orientação política e ideológica do Partido (SECCO, 2012). Uma das decisões de maior impacto nesse sentido foi a escolha do então senador por Minas Gerais, José Alencar, do Partido Liberal, para a chapa eleitoral. Primeira vez que a chapa encabeçada pelo PT teve um candidato a vice oriundo de um partido da ordem burguesa.

Eleito Lula e Alencar, enquanto a esquerda petista aguardava mudanças revolucionárias, ainda que por decreto, o governo iniciou um bem sucedido processo de cooptação dos setores posicionados mais ao centro do espectro político nacional. Seu intuito era construir um realinhamento de forças políticas que garantisse tranquilidade na relação entre o Planalto e o Congresso Nacional, o que ficou conhecido como “governabilidade”. Além disso, tal movimento visava o enfraquecimento da oposição de direita, encabeçada pelos partidos PSDB e DEM. É forçoso notar que embora perdesse aliados a esquerda, como PPS⁷² e PCB, bem como quadros internos do partido, seja por processo de expulsão ou por vontade, o PT parece não ter se preocupado em nenhum momento em preservar tais apoios, ainda que históricos e de forte cunho ideológico.

A construção de acordos eleitoralmente favoráveis, ainda que duvidosos no que tange a questões ideológicas, propiciou ao governo Lula a capacidade de governar e implementar políticas que realinharam os mecanismos econômicos nacionais, sem, entretanto, colocar em risco os lucros do grande capital; “como nunca antes na história desse país os banqueiros ganharam tanto dinheiro”, disse Lula repetidas vezes. Ainda assim, é justo e correto dizer que as políticas sociais implementadas, como o Bolsa Família, permitiram a milhões de brasileiros saírem da faixa da miserabilidade, e ainda que estejam distantes da classe média, como afirmava a propaganda dos governos Lula e Dilma, é certo que tais pessoas desfrutaram

⁷² Citamos o PPS como partido de esquerda apenas por uma questão retórica: os posicionamentos do partido ao longo de sua formação, a partir de uma dissidência do PCB, é de um lento e constante alinhamento com os setores mais reacionários do espectro partidário brasileiro, convertendo o posicionamento ideológico do partido em uma prática sectária.

do consumo de bens e serviços que eram, até pouco tempo antes, impensáveis para eles. Além disso, ainda que de forma discutível, programas como PROUNI permitiu o acesso a milhares de jovens e adultos aos cursos universitários oferecidos por instituições privadas, sem contar os diversos campi de universidades federais inaugurados durante o governo da coalizão encabeçada pelo PT, ainda que sob críticas de falta de estrutura básica para o ensino, que provocou a longa greve de professores no ano de 2012.

Essa nova orientação e a aproximação com setores da sociedade antes considerados como inimigos de classe foi denominado por Singer como *pacto conservador*. Neste sentido, dois foram os movimentos principais: o convite a José Alencar para compor a chapa com Lula, como seu candidato a vice-presidente, e a publicação da Carta ao Povo Brasileiro. José Alencar, que ingressou no Partido Liberal para concorrer às eleições ao lado de Lula, era um rico industrial, presidente da Coteminas, um conglomerado de empresas – algumas delas em outros países – já havia sido eleito para o senado brasileiro em 1998, então pelo PMDB. A participação de Alencar na campanha e depois no governo Lula apaziguou até certo ponto os ânimos e as desconfianças do empresariado nacional, sobretudo, aquela fração ligada ao capital produtivo. Por outro lado, a Carta ao Povo Brasileiro, foi a forma encontrada para tornar público um novo compromisso do Partido dos Trabalhadores, não mais diretamente com a classe trabalhadora – que em nenhum momento aparece na carta – mas agora com uma ideia de “povo”, genérica e abstrata, justamente por isso, direcionada a todos que nela encontrarem eco aos seus anseios.

Ainda assim, destinada a uma generalização, a “Carta ao Povo Brasileiro” tinha destinatário bem específico, o empresariado brasileiro. O período de campanha foi acirrado: cotidianamente eram ventiladas factóides, a bolsa de valores sofreu reveses e o mercado financeiro mantinha-se instável. A coordenação de campanha do Partido dos Trabalhadores entendeu que era preciso mandar um recado aos detentores do capital nacional, e assim foi feito. Da Carta destacam-se, sobretudo, o compromisso de respeitar contratos assumidos pelo governo, questão aliás, colocada como premissa do ulterior governo petista. Além disso, é válido mencionar que o PT se dispunha a “dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo”, esse mesmo partido que se recusou a participar do colégio eleitoral de 1985 e de votar favoravelmente o Plano Real, por exemplo, colocava-se como o interlocutor principal da sociedade brasileira visando superar os problemas econômicos do país daquele momento.

Deve-se destacar a forma como a “Carta ao Povo Brasileiro”, a todo o momento, mantém um discurso conciliador – “aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida

a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar” –, bem como reafirma o comprometimento com a manutenção do superávit primário, parte do receituário do Fundo Monetário Internacional, então credor do Brasil. Em todas as suas poucas páginas, a Carta faz apenas uma ligeira e nada politizada menção específica à classe trabalhadora: “Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores”.

2.1.3. Pacto conservador como síntese entre pemedebismo e lulismo

O *pacto conservador* foi o encontro entre o Partido dos Trabalhadores (cuja metamorfose política se completara, ou seja, a alma do Anhembi já havia suplantado a alma do Sion) e a cultura política do pemedebismo. Se as primeiras mudanças internas ocorridas no PT foram o caminho que suas lideranças encontraram para chegar ao poder, já governo empossado perceberam que seria necessário a associação com o baixo clero do Parlamento como forma de garantir a governabilidade. No entanto, a associação entre os governos petistas e os parlamentares não era igual àquela entre esses e os governos tucanos anteriores. Havia entre o PSDB e os partidos no Congresso uma forte identificação de classe e ideológica: de uma forma ou outra todos defendiam o mesmo projeto para o país. Mas essa identificação não existia entre tais partidos e o PT. Além disso, o governo petista precisava isolar os parlamentares tucanos e os partidos que ainda se mantinham aliados a ele. Isso significou um forte esforço no sentido de negociar o máximo possível com o centrão; podemos dizer que saiu muito mais caro negociar com o centrão para o PT do que para o PSDB.

Assim o *pacto conservador* não significou apenas a continuidade do pemedebismo, mas também a sua mudança qualitativa: não se tratava apenas da mudança do partido que encabeça o executivo, tão somente, tratava-se, agora, primeiramente de um partido que buscava apresentar e realizar um projeto político diferente, que colocava uma série de demandas populares na ordem do dia. E ainda, significou a entrada nas estruturas de governo de um partido até então tido como o líder da oposição a todos os governos que aconteceram desde o fim do bipartidarismo imposto pelo AI2.

Essas novidades não dizem respeito apenas ao arranjo institucional do governo, mas também e sobretudo dizem respeito ao espectro político partidário brasileiro: o constante caminhar do Partido dos Trabalhadores para o centro - como disse José Dirceu, um dos

principais articuladores do PT - significou um deslocamento das demais forças políticas. Não é exagero dizer que de alguma forma o Partido dos Trabalhadores inchou o centro do espectro político e deslocou mais à direita partidos como o PSDB, e forçando as pequenas agremiações de direita a assumirem cada vez mais o discurso ultraconservador como bandeira. Isso não se trata apenas de um rearranjo programático ou ideológico dos partidos: não podemos esquecer que os partidos vivem sobretudo dos votos que conseguem amealhar em cada eleição. É por isso que quando uma outra agremiação invade seu nicho eleitoral, é preciso se deslocar para conquistar novos eleitores para recompor sua massa de votos.

Assim o *pacto conservador* não diz respeito apenas à associação entre os governos petistas e os parlamentares do baixo-clero brasileiro. Mais que isso, significou uma profunda mudança qualitativa no cenário político brasileiro. Significou ainda o terceiro momento do pemedebismo; não esqueçamos que para Marcos Nobre o segundo momento dessa cultura política ocorreu com a deposição de Fernando Collor quando deixou de ser apenas um instrumento para refrear o ímpeto das demandas populares e passou a ser um instrumento de governabilidade. Com o *pacto conservador* o baixo-clero encontrou um caminho para camadas mais profundas do poder, aumentando seu poder de negociação e de penetração nos governos. Não é à toa que aumenta cada vez mais a capacidade que essa força política tem de tornar os governos seus reféns⁷³.

Evidentemente que tal associação não era perfeita. Se havia coincidências em muitos pontos de interesse, havia também fortes diferenças programáticas entre os partidos do pemedebismo e o Partido dos Trabalhadores. Isso fez com que o arranjo nunca se completasse no sentido de haver uma absorção de um dos campos pelo outro. Pelo contrário, a dinâmica desses acordos passou por várias mudanças ao longo do curso, justamente porque as disputas políticas entre eles nunca cessaram. Nessa competição o Partido dos Trabalhadores sofreu paulatinamente uma forte diminuição no seu quadro de apoiadores que não foi muito bem percebida pela burocracia do partido pois as eleições continuavam sendo vencidas pelo PT. Mas é fato que com o passar do tempo a bancada parlamentar do partido diminuiu na medida em que crescia a bancada de direita. Em outros termos, o que acontecia era o fortalecimento do baixo clero em detrimento de um lento enfraquecimento do Partido

⁷³ Talvez Jair Bolsonaro tenha sido o presidente que claramente tentou se opor ao pemedebismo, ainda que dele seja oriundo, tentando angariar forças junto à população, mas o início da pandemia impediu o seu intento evidentemente que não falamos de uma oposição verdadeiramente popular e à esquerda mas na manipulação da população para uma agenda claramente fascista. Tive a oportunidade de escrever a respeito para o *Le Monde diplomatique*: CHECCHIA, Luiz C. **A Irresistível ascensão do fascismo de coalizão**. *Le Monde Diplomatique* Brasil. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-irresistivel-ascensao-do-fascismo-de-coalizao/>>

dos Trabalhadores e seus aliados diretos e programáticos que foi de alguma forma obscurecido pelos sucessos eleitorais para a Presidência da República.

Ao nosso ver, é evidente que o lulismo, nos marcos em que foi definido por André Singer, prosperava ao passo em que o petismo entrava em franco declínio. Esse quadro não era suficiente para que a extrema direita entrasse em disputa direta contra o lulismo, isso só foi acontecer quando não apenas acumulou força política suficiente mas também quando o governo passou a sofrer desgaste político suficientemente grande a ponto de levar a uma crise irrecuperável. Até as jornadas de junho de 2013 os governos petistas pareciam ter conduzido o Brasil a uma bem-aventurada realidade sem qualquer possibilidade de retrocessos. Mas a verdade é que os compromissos entre o lulismo e o pemedebismo fizeram com que a sua agenda política para o país, designada por Singer como de forte reformismo, não passasse de um reformismo demasiadamente fraco, como avaliou o mesmo André Singer. Isso fez com que a população, beneficiada pelos programas sociais, se defrontasse com o esgotamento das reformas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores. Esse descontentamento manifestou-se naqueles atos que tomaram as ruas do Brasil, mas também foram naqueles atos mobilizados por uma esquerda já bastante enfraquecida, que a extrema direita soube chocar seus ovos.

2.1.4. A emergência da juventude conservadora

Um dos pontos fundamentais para entender a emergência do bolsonarismo é a formação de uma juventude conservadora brasileira, talvez nem toda ela seja *homo bolsonarus*, mas podemos suspeitar que parte dela sim. O professor João Cezar de Castro Rocha já havia apresentado a questão em seu estudo **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**⁷⁴.

⁷⁴ “*Refiro-me à fissura geracional que permitiu o surgimento de uma numerosa e ruidosa juventude de direita. Pela primeira vez na história republicana, foi possível tornar um aparente oxímoro o motor mesmo de surpreendentes manifestações de rua, que explodiram em 2015 e 2016, mas que foram anunciadas pelas Manifestações de Junho de 2013. Sem maiores suspenses: entre os anos de 2002 e 2016, a presença, democrática e legítima, de um partido de esquerda no governo federal, permitiu o estabelecimento de uma associação nova: ser oposição ao sistema, ao establishment, passou a significar assumir posições de direita. Pouco a pouco os tristes trópicos assistiram à formação de um tipo improvável: o conservador revolucionário, no milagre da proliferação de oxímoros, autêntica “máquina engenhosa e disparatada: arcaísmo e novidade, conservadorismo e revolução” (Por favor! Sei que para você são todos uns reacionários e nada mais... Mas, repare bem, assim nunca entenderemos o que ocorreu no Brasil desde 2013. Estou, num primeiro momento, aceitando a descrição que fazem de si próprios. Sem uma sensibilidade antropológica não chegaremos longe.) Faça comigo um cálculo simples: um adolescente que em 2002 tivesse 14 anos, em agosto de 2016 tinha 28 anos. Se tivesse 18 anos, completou, em 2016, 32 anos. Radicalizemos na aritmética política do talvez quem sabe o inesperado faça uma surpresa: se nosso adolescente modelo tivesse 10 anos em 2002, na saída da presidente Dilma Rousseff, chegou aos 24 anos.”*

Trata-se de um ponto central porque a disputa ideológica passa, necessariamente, pelas questões demográficas, pelo crescimento da população, pelo “encaixe” das novas gerações nos contextos políticos e, sobretudo, pela abordagem dos agentes políticos sobre os jovens, geralmente sem experiência política.

Nesse sentido, o professor João Cezar pondera acerca dos eventos políticos e sociais no Brasil, desde a chegada do Partido dos Trabalhadores e os seus impactos sobre novas gerações surgidas desde então. Uma interessante pesquisa, publicada em 2008, realizada por Lúcia Rabello de Castro, e intitulada **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum**, traz importantes dados sobre a forma como a juventude pesquisada, entre 16 e 28 anos, percebia as possibilidades e potencialidades da participação política. A primeira informação a chamar a atenção é a forma como jovens filiados a partidos políticos, tanto de esquerda como de direita, têm visões muito próximas a respeito dos problemas sociais e das suas soluções possíveis⁷⁵, e, até pela indistinção entre suas visões de mundo, acabam por diferenciar-se de forma negativa, ou seja, afirmando que são diferentes porque não são o “outro”. Ou seja, não tanto uma identificação positiva em termos ideológicos e programáticos, mas sim uma distinção “identitária” (RABELLO, 2008).

Seja como for, um dos principais motivos que parece animar a participação política, seja em partidos ou em entidades estudantis, mais que o ideológico, é a sensação de pertencimento⁷⁶. Além do pertencimento, a crítica comum aos jovens de ambos os posicionamentos é a uma percepção das desigualdades sociais e da decorrente falta de oportunidades para a juventude. Essa percepção vem acompanhada do ímpeto pela ação, de um “ter que fazer”⁷⁷. Os jovens entrevistados para a pesquisa eram todos do Estado do Rio

⁷⁵ “É interessante notar que, entre os jovens com distintas filiações partidárias, não há uma oposição ideológica notável: todos convergem para princípios gerais como ‘melhorar os serviços públicos’, ‘combater a corrupção’, ‘dar melhor educação às crianças e aos jovens’. Não se pôde observar um contraste marcante de idéias entre o jovem de um partido socialdemocrata e o jovem do Partido Comunista. No entanto, a crítica feita aos outros partidos surgiu com frequência nas falas, indicando, assim, uma forma de definir fronteiras ideológicas e de delinear as identidades políticas. Os filiados aos partidos à direita no espectro político criticaram “o blablablá dos da esquerda, que só sabem discutir e não fazem nada” e a ‘máscara do governo da esquerda que caiu, porque era revolucionário e agora está mostrando ao que veio, com tanta corrupção e não fez nada do que prometeu’. Os à esquerda criticaram ‘o neoliberalismo’ dos outros partidos, como uma noção invocada para definir ‘o grande mal’, sem realmente se deterem sobre quais as propostas neoliberais que devem ser combatidas e porquê; defenderam ainda a idéia de ética na política como princípio de que os fins não devem justificar os meios.” (RABELLO, 2008, pág. 258)

⁷⁶ “A construção de um “nós” por meio da filiação aos partidos ou às associações estudantis faz-se por meio da ação e também do delineamento de uma identidade do “nós” em contraposição ao ‘eles’. Parece haver uma tendência à minimização das diferenças intragrupos e ao aumento das diferenças intergrupos, favorecendo que os de fora sejam vistos sempre como mais corrompidos por uma maneira “antiga” de fazer política. Desse modo, as críticas a como se age e a como se faz política sempre cabe aos outros.” (RABELLO, 2008, pág. 261)

⁷⁷ “Em geral, há uma preocupação dos entrevistados a respeito da falta de oportunidades causada pelas desigualdades sociais, aspecto que os motiva a realizar o trabalho social. Essa motivação é sentida como um

de Janeiro, e não seria de se estranhar se alguns deles tivessem participado dos atos de 2013 e dos anos seguintes, mobilizados pelos mesmos sentimentos.

A direita e a extrema direita que emergiram com o bolsonarismo parece mesmo já estarem em gestação àquela época. No mesmo ano de 2008 outra pesquisa, realizada pela Folha de São Paulo e publicada em 27 de julho de 2008⁷⁸, traçou o perfil da juventude brasileira, entrevistando jovens entre 16 e 25 anos. O jornalista Reinaldo de Azevedo⁷⁹, naquele mesmo ano, analisou e sintetizou os resultados da entrevista, destacando como a juventude brasileira era conservadora. Escreveu Azevedo

Sim, senhores: dados os perfis ideológicos que se desenham a partir de certas opiniões, pode-se dizer que a maioria dos jovens brasileiros é de direita. Declaram ter essa posição ideológica, aliás, 37% dos entrevistados (na população como um todo, são 35%). Dizem-se de esquerda apenas 28% (contra 22% do total). No centro, estão 23% (contra 17% no conjunto). Mas notem: não quero me apegar a nominalismos. Parto do princípio de que os jovens possam não ter a exata noção do que tais nomes encerram. Assim, parece-me, é conveniente informar opiniões muito específicas.

Aborto

O ministro José Gomes Temporão e os nossos “pogreçistas” certamente ficam desgostosos, mas o fato é que 68% dos entrevistados não querem mudar a lei do aborto — pretendem que a prática continue a ser considerada um crime, com duas exceções: gravidez decorrente de estupro e risco de morte da mãe. É o mesmo índice do conjunto da população.

Pena de morte

‘ter que agir’, ainda que muitos deles reconheçam que fazem o que seria a obrigação do governo fazer: ‘É, eu acho exatamente isso, que as pessoas, na [sua] maioria, preferem ignorar mesmo o que está acontecendo às vezes diante dos próprios olhos – entendeu? – e falar mesmo que quem tem que fazer isso é o governo e que não têm nada a ver com isso. Bom, de fato não é a minha obrigação estar aqui, mas eu acho que – sei lá! – se o governo não faz, eu não vou simplesmente ficar quieto, entendeu? Eu acho que o maior problema com os jovens de hoje é o fato de eles não lidarem com essa questão social, de eles simplesmente fingirem que não existe’ (F. – Vetur).” (RABELLO, 2008, pág. 262)

⁷⁸ FINOTTI, Ivan. **Perfil é inédito no Brasil. Portal Folha de São Paulo.** 27 de julho de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2707200801.htm>>

⁷⁹ AZEVEDO, Reinaldo. **A JUVENTUDE BRASILEIRA É DE DIREITA.** Portal Veja. 28 de julho de 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-juventude-brasileira-e-de-direita>>

No que respeita à pena de morte, os jovens se mostraram ainda mais severos do que o povo como um todo: 50% se disseram favoráveis (contra 47% no outro grupo). Dizem-se contrários 46% nos dois universos.

Maconha

Acham que deve ser proibido fumar maconha nada menos de 72% dos entrevistados (ligeiramente inferior aos 76% de todos os brasileiros). Apenas 25% acreditam que deve “deixar de ser crime” (contra 20% no outro grupo). Aqui: só uma lembrança ao caderno da Folha: fumar maconha já não pode mais ser considerado um “crime” — traficar é que é. Como se vê, “Uzome da lei” no Brasil são mais laxistas do que os jovens...

Maioridade penal

No caso da maioridade penal, defendem a atual legislação apenas 12% dos ouvidos — 13% no total. Para 83%, a idade deve baixar: 37% acham que pode ser inferior a 16, e 46% a partir dessa idade.

Deus

E Deus, hein? Deus está morto? Parece que não! Apenas 1% dos jovens se dizem ateus, e 10% dizem não ter religião: 59% são católicos; 16%, evangélicos pentecostais, e 8%, evangélicos não-pentecostais. As demais religiões: espírita (2%), judaica (1%), umbanda (1%), candomblé (1%), outras (2%).

Valores

E quais são os valores das moças e moços? Qual é a lista das coisas que acham “muito importantes”? Vejam: família (99%), saúde (99%), trabalho (97%), estudo (96%), lazer (88%), amigos (85%), religião (81%), sexo (81%), dinheiro (79%), beleza (74%), casamento (72%). (AZEVEDO, 2008)

Evidentemente que nem todos os jovens que naquele momento se identificavam com valores e princípios conservadores se manteve assim quando mais velhos. Muito menos se pode inferir que todos aqueles que se mantiveram conservadores arrastaram-se ao extremismo de direita. Mas não é possível negar que, como afirmou o professor João Cezar

de Castro Rocha, que esses que cresceram sob os governos petistas não configurou o surgimento de uma geração ideologicamente mais à direita e crítica às políticas públicas identificadas como progressistas.

2.2. Disputa campal por significados e narrativas nos atos de 2013

Há eventos históricos considerados de grande importância porque figuram os processos pelos quais passam uma sociedade, sendo mesmo a culminância da insustentabilidade das diversas tensões que subjazem às relações cotidianas. E por isso, pela intensidade, esses eventos marcam inflexões nos sentidos dessas sociedades em ebulição. Sob essa ótica, podemos tomar as grandes manifestações de 2013 como um desses momentos históricos (SAMPAIO JR, 2014). O bolsonarismo não começou em 2013, nem o pacto conservador terminou naquela ocasião, mas certamente a maioria daqueles manifestantes, e tão convictos todos eles, não sabiam como as suas escolhas políticas acabariam sendo capturadas pela extrema direita.

Tudo começou com alguns jovens opondo-se ao reajuste das passagens de ônibus na capital paulista, reajustados em 20 centavos. O Movimento Passe Livre convocou um ato naquela cidade no dia 6 de Junho, e a despeito de não contar com um grande número de manifestantes (como viria a ocorrer nos próximos atos), sofreram dura repressão policial⁸⁰.

Os temas da mobilidade urbana, do transporte como direito social, e mais poeticamente "por uma vida sem catracas" (BRAVA, 2013) eram já debatidos há alguns anos. A reportagem intitulada **Saiba mais sobre os protestos em SP contra aumentos de ônibus e metrô**, publicada pelo veículo de imprensa eletrônica G1, em 11 de junho de 2013, apresentou um ligeiro histórico do MPL, destacando que, desde o ano de 2004, os integrantes do coletivo ministravam formações políticas para o alunado de escolas públicas debatendo. A princípio, os debates giravam em torno da gratuidade de passagens para a comunidade escolar, mas com o decorrer do tempo e com a ampliação do seu círculo de apoio e debates, passaram a pautar a sua gratuidade universal. Ou seja, ampliaram a pauta e passaram a promover a crítica à mercantilização do transporte público reivindicando-o como direito

⁸⁰ Conferir sobre a repressão policial dos atos nas reportagens: MELLO, Daniel. **Junho de 2013 foi marco no processo de criminalização de lutas sociais**. Agência Brasil. 4 de junho de 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-foi-marco-no-processo-de-criminalizacao-o-de-lutas-sociais>>; e MELLO, Daniel. **Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos**. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>>

social. Dessa maneira, arrastaram para a luz o que as empresas privadas de transporte gastam fortunas para manter à sombra: a privatização do direito ao transporte. E no bojo dessa crítica, provocaram o transbordamento do debate sobre todos os direitos sociais que são submetidos à lógica dos interesses privados, situação que Silvio Caccia Brava⁸¹, explicou nos seguintes termos: “Essa equação de ‘quem usa é só quem paga’ é perversa porque exclui um terço dos cidadãos das regiões metropolitanas, que não têm recursos para arcar com o preço da tarifa. Estes andam a pé, alguns poucos de bicicleta. Esse modelo consagra a ideia de que o transporte público é uma mercadoria, não um direito. Só tem acesso a ele quem paga. E as empresas que o operam têm de ser lucrativas.”

Ainda que o MPL tenha mobilizado milhares de pessoas pelo país, formando uma multidão de brasileiros inconformados e em protestos contínuos e seguidamente desafiando as autoridades políticas e policiais, o Movimento passou a sofrer com a dura disputa pelos significados dos atos. Setores da direita e da extrema direita passaram a participar dos atos carregando suas próprias bandeiras e reivindicações, e em pouco tempo os cartazes levantados passaram a expor reivindicações cada vez mais confusas e moralistas, chegando ao ponto do discurso chauvinista⁸². Certamente é revelador dessa disputa a abrupta mudança de "opinião" do comentarista político do Jornal da Globo, Arnaldo Jabor, que uma semana após o primeiro ato na cidade de São Paulo, em 13 de junho, afirmou que os jovens nas ruas não passavam de “filhos da classe média” movidos tão somente por “burrice misturada a rancor e sem rumo”. Todavia, inesperadamente, passados apenas poucos dias depois daquela intervenção, em 17 de junho, retratou-se afirmando: “uma juventude que estava calada desde 92, uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou”.

2.2.1. Jornadas de junho como ninho do bolsonarismo

No campo de batalha das ruas do país travaram-se lutas em diferentes camadas, se podermos usar esse termo⁸³. Na primeira dessas camadas lutavam, de um lado, um governo de centro esquerda, cada vez mais corroído ideologicamente por dentro, refém de suas escolhas e acordos, melhor dizendo, refém do *pacto conservador*. Do outro lado, boa parte da grande

⁸¹ Conferir em BRAVA, Silvio Caccia. **Um Brasil sem catracas**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2 de julho de 2013. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/um-brasil-sem-catracas/>>

⁸² BRASILINO, GODOY, NAVARRO. **O Junho de 2013**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2 de julho de 2013. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/o-junho-de-2013/>>

⁸³ ALONSO, GUICHENEY, SOUZA. **Os governos e as ruas**. Le Monde Diplomatique Brasil. 6 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/os-governos-e-as-ruas/>>

burguesia que via no enfraquecimento dos governos do Partido dos Trabalhadores a possibilidade de recuperar o protagonismo político nacional. Noutra camada, lutavam entre si as representações políticas do governo de centro esquerda, capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores, e as organizações de esquerda, partidos, bem como sindicatos e centrais e diversos movimentos e coletivos, todos autointitulados revolucionários e/ou autonomistas. Mas havia ainda outra luta se iniciando: as agremiações de extrema direita - de orientações muito diversas entre si, tais como integralistas, integrantes de organizações ultraconservadoras cristãs, grupos como Movimento Brasil Livre e Estudantes Pela Liberdade e militantes nazifascistas - passaram a se impor e provocar confrontos com as esquerdas na rua. Uma militância de extrema direita que já estava em formação há muitos anos, em pouco tempo os protestos passaram a hostilizar os militantes de esquerda presentes nos atos. O ápice dessa hostilização foi a manifestação ocorrida no dia 20 de junho, na Avenida Paulista. Na ocasião, os militantes de extrema direita vestidos com camisetas de cores verde e amarela insuflavam a população com organizados gritos como “abaixa a bandeira”, “sem partido” e “puta que o pariu, abaixa essa bandeira e levanta a do Brasil”. A massa mobilizada por aquela militância formou um imenso bloco que acuou e empurrou os militantes das organizações partidárias PT, PSOL, PCB, Esquerda Marxista, PSTU e outros rumo à Rua da Consolação, onde se dispersaram sob severas ameaças de agressão física⁸⁴. Esses grupos viriam a representar um outro projeto político que também atendia aos interesses da grande burguesia, ou pelo menos de boa parte dela, mas que não aceitava mais serem seus associados minoritários: a pequena burguesia brasileira.

Evidentemente, a maioria dos atos eram compostos por pessoas não organizadas politicamente, muitas que se animaram pela primeira vez em ir para as ruas, muitas delas influenciadas por acontecimentos ocorridos em outros países; Pessoas movidas pela insatisfação com os problemas econômicos e políticos pelos quais o país passava. Enfim, uma multidão de brasileiros crescidos nos melhores tempos dos governos petistas, mas que carregavam algum grau de insatisfação com o esgotamento do lulismo (SINGER, 2018).

Era uma massa de pessoas que desejavam se manifestar e que estavam ávidas por mudar o mundo. Todavia, a falta de formação política e de experiência organizativa fizeram com que fossem alvo relativamente fácil para os discursos e as narrativas da direita e da extrema direita. Principalmente porque tais discursos e narrativas contavam com o apoio das

⁸⁴ No endereço eletrônico < <https://www.youtube.com/watch?v=3erGo7XJLI8> > pode-se ver o registro de parte do que foi aquela ocasião.

grandes empresas de comunicação e entretenimento que atuaram como amplificador e disseminador de suas palavras de ordem.

O fato é que a extrema direita disputou as ruas e ganhou os corações e mentes. Suas narrativas foram fortes o bastante e amplificadas suficientemente para que fosse vista como uma alternativa política viável para o país. Foi assim que se formou nas eleições de 2014 o parlamento mais conservador desde aquele formado após o golpe empresarial-militar de 1964.

Eufórica pela reeleição da presidente Dilma Rousseff, em 2014, a esquerda não percebeu dois pontos centrais para compreender o Brasil que já estava emergindo à sombra de 2013⁸⁵. O primeiro ponto é a estreita vantagem de votos que Dilma teve sobre a candidatura de Aécio Neves, a mais baixa vantagem até então entre o candidato eleito pelo PT e o segundo colocado desde a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O segundo é o congresso que se formou, ultraconservador, com um grande número de autoproclamados militares e que buscavam um crescimento político⁸⁶.

2.3. De 2013 a 2018, a emergência do bolsonarismo

As perturbações no equilíbrio político no país se agudizaram a partir daqueles grandes atos e serviram como uma espécie de anúncio e de garantia para as forças em disputa de que a hegemonia petista estava em crise. Por isso, abriu-se uma temporada de muitas e acirradas disputas entre diferentes grupos e internamente a cada um deles naquele período, algo comum em momentos de crise de hegemonia. Dentre elas, foi muito importante a contenda para saber quem seria o líder do golpe cujos mecanismos já estavam acionados; essa disputa foi travada pelos três nomes mais importantes do governo, naquela ocasião, depois, evidentemente, da própria presidente, eram eles: o vice-presidente da República Michel Temer, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara Federal, e Renan Calheiros, então presidente do Senado. A contenda terminou com a vitória de Michel Temer, que acreditava ser o próximo líder da

⁸⁵ Segundo publicação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, referente ao Congresso formado em 2014, aquele era até então o mais conservador desde 1964, sobre o qual escreveu: “*O Congresso eleito em 2014, renovado em 46,59% na Câmara e em 81,48% em relação às vagas em disputa no Senado, é pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais.*”. Outra publicação, da mesma entidade, referente ao Congresso formado em 2018, apresenta crescimento no número de parlamentares identificando-se como a direita. Conferir: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília, DF, 2014 e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Novo Congresso Nacional em números: 2019-2023**. Brasília, DF, 2019.

⁸⁶ Na seção militarização do Estado, à página 126, encontra-se o aprofundamento do tema.

nação⁸⁷. Assumi a presidência após a deposição da presidente Dilma Rousseff, mas o próximo líder da nação estava sendo gestado em outro local, ali mesmo em Brasília.

Naquele conturbado processo foi nas mais baixas camadas do congresso que emergiu a figura de Jair Messias Bolsonaro. Foi ele quem conseguiu aglutinar ao seu entorno as diversas forças ultraconservadoras que restavam ainda despertas: ele uniu o baixo-clero, os militares, a tradição nazi-fascista brasileira, os discípulos de Olavo de Carvalho. Além deles, também conseguiu o apoio de setores da grande burguesia, do judiciário “lavajatista”, das grandes empresas de comunicação e entretenimento e, mais importante e em maior peso, do latifundiários do agronegócio.

A inflexão conservadora não ocorreu apenas na forma como a militância de direita e sobretudo de extrema direita invadiu as ruas, a maneira como as autoridades policiais lidaram com a situação também virou, assim como foi virado todo o sentido daqueles atos. A esse respeito, tive a oportunidade de escrever para o periódico *Le Monde Diplomatique*, em sua edição de 20 de maio de 2020: “A atuação das polícias também mudou: pararam de reprimir os manifestantes para defendê-los em suas longas caminhadas. De gritos de palavras-de-ordem passou-se a cantar o Hino Nacional, e o branco tornou-se a cor predominante em diversos atos substituindo o vermelho e negro das vestimentas dos black-blocs”.

⁸⁷ Eduardo Cunha foi um elemento decisivo para a deposição política da ex-presidente Dilma Rousseff. De maneira não oficial, Cunha se colocou em oposição ao governo Dilma, que não o apoiou para a presidência da Câmara, em 2014. O ex-deputado estava à frente de um grande bloco de deputados e seus interesses e, quando chegou à presidência da Casa, soube utilizar seu poder institucional para transformar o parlamento em um instrumento de sua realização. Quando o governo petista passou a afrontá-lo, ele utilizou de suas prerrogativas para pautar a deposição da presidente. Evidentemente que não se trata apenas de disputa entre indivíduos, mas de representantes de grupos políticos e econômicos e seus interesses e disputas mediados, aí sim, pelas habilidades e capacidades dos indivíduos em situação de lideranças políticas. A respeito da trajetória de Eduardo Cunha na presidência da Câmara Federal e as dinâmicas do impedimento ver: PIRES, Carol. **Eternizando Cunha no Poder**. Revista Piauí. 21 de abril de 2016. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/eternizando-cunha-no-poder/>>; PIRES, Carol. **A Ratoeira de Cunha**. Revista Piauí. 6 de maio de 2016. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-ratoeira-de-cunha/>>; BBC Brasil. **Do auge ao processo de cassação: a trajetória de poder de Cunha em 5 capítulos**. BBC Brasil. 7 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36668191>>.

Sobre as disputas entre Temer e Cunha, há as seguintes reportagens: GASPARG, Malu. **Quatro Ases Contra Temer**. Revista Piauí. 12 de junho de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/quatro-ases-contra-temer/>>; GASPARG, Malu. **Lá Vai Flecha**. Revista Piauí. 3 de julho de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/la-vai-flecha/>>; MARTINS, Rafael Moro. **Cunha Quer Falar, Palocci não Para**. Revista Piauí, 11 de junho de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/cunha-quer-falar-e-palocci-nao-para/>>.

Sobre Renan Calheiros naquele contexto, ler: GASPARG, Malu. **Calheiros, Dono do Brasil**. Revista Piauí. 8 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/renan-calheiros-dono-do-brasil/>>;

2.4. O quadro geopolítico que tem favorecido a emergência de partidos e políticos de extrema direita e o bolsonarismo

2.4.1. Geopolítica do imperialismo

Há uma relação entre a ideia de geopolítica e a de imperialismo, embora não seja ambas sinônimo que achamos ser importante para entendermos a ascensão do bolsonarismo no Brasil e, ainda, de outras lideranças de extrema direita em diversos países. Por isso, abrimos essa seção com uma rápida digressão a respeito.

Geopolítica é um termo que tem se tornado de uso comum, facilmente encontrado em estudos acadêmicos, em análises feitas por especialistas, ou ainda em abordagens jornalísticas. Basicamente tem sido usado para tratar das relações entre as nações, destacando o poder que algumas delas exercem sobre as demais, seja pelo emprego das relações diplomáticas, econômicas ou o emprego de suas forças militares. Todavia, o termo geopolítica tem uma origem sombria, bem diferente do aspecto quase neutro usado atualmente. Ele surge a partir dos estudos do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, e foi desenvolvido a partir de sua visita para os Estados Unidos da América, em 1873. Na ocasião ele conheceu e se impressionou com o grande e rápido avanço que aquela nação realizava durante o seu processo de colonização interna, ou melhor dizendo, a dominação do continente desde a costa leste, onde nasce o país com as treze primeira colônias que lutaram contra a dominação inglesa, até se completar com a conquista de todo o continente, até a costa do Oceano Pacífico. Conquistas feitas a altos custos humanos, desde o massacre das comunidades indígenas, guerras contra outras nações, como o México etc. Todo esse processo foi observado pelo alemão, que percebeu aí o papel do território para o crescimento e o enriquecimento de um determinado povo; para ele, havia uma relação direta entre o controle territorial e a formação de um Estado forte. A partir daí, Ratzel elabora a tese segundo a qual a força do Estado assenta-se sobre o seu domínio territorial, ou seja, o Estado forte precisa ter sob seu controle um *lebensraum*, um *espaço vital*. Dessa forma, aquelas nações que não possuem um espaço vital, ou seja, que não dominam um amplo território, estão fadadas a conquistá-lo sob risco de deixarem de existir. A geopolítica, assim formulada, por Ratzel se desenvolve como ciência na Alemanha já imperialista justificando seu ímpeto de conquista. Não é à toa que a formação da mentalidade nazista é legatária da ciência que

nasce com Ratzel e teve como um de seus seguidores, Haushofer, um alto quadro do partido e do Estado nazistas (SODRÉ, 1976).

Já o imperialismo é um conceito desenvolvido, sobretudo, na tradição marxista, sendo o livro de Vladimir Ulianov Lênin, o mais conhecido, cujo título é **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. Mas outros dois importantes autores desta tradição. Ainda que a obra de Lênin seja conhecida como a melhor síntese da tradição marxista sobre o assunto, também Hilferding e Bukharin apresentam importantes reflexões a respeito. No geral, o que a tradição marxista aponta como imperialismo é o desenvolvimento dos monopólios e a consequente concentração de capitais que resulta na superação do capitalismo concorrencial pelo capitalismo financeiro. Lênin publica seu livro em 1916, muito tempo antes, evidentemente, do ponto de desenvolvimento do capital financeiro e das relações entre as nações que surgem daí, ainda assim, a sua antevisão do futuro nos parece bem ajustada ao desenvolvimento da história desde então. Acreditamos que, de alguma maneira, as obras de Lênin, Bukharin, Hilferding e outros autores, marxistas ou não, que se debruçaram sobre o desenvolvimento do imperialismo passam direta ou indiretamente, declaradamente ou não, pela conquista de territórios.

Sendo a geopolítica uma teoria que justifica as incursões de nações imperialistas existem algumas conexões entre ambos os conceitos, no entanto, não afirmamos evidentemente que sejam sinônimos ou correlatas. Ainda assim, acreditamos ser possível uma compreensão das relações entre ambos e abordar esse tema sobre o termo que passaremos a usar a partir de agora como *geopolítica do imperialismo* com o qual queremos expressar que a geopolítica - hoje não mais tratada nos termos de sua origem obscura - é um conceito válido, mas insuficiente se quisermos abordar as suas relações mais profundas que envolvem a luta de classes e como se desdobram nas relações entre as nações. Por outro lado, também queremos entender que o termo imperialismo é perfeitamente aplicável para abordar determinadas questões acerca do capital financeiro e suas dinâmicas transnacionais não suficiente para observarmos como instrumentaliza Estados e nações para suas ações concretas (CARR, 1981).

Pensar a questão em termos de *geopolítica do imperialismo* nos permite pensar a questão do imperialismo a partir das configurações predominantemente econômicas que passa a ter a partir da Segunda Guerra Mundial. Segundo a historiadora Ellen Woods (2014), o fim daquele conflito marcou uma nova conformação das dinâmicas que desenvolvimento do imperialismo cuja centralidade está não mais nos princípios colonialistas clássicos, nos

quais fatores *extra-econômicos* eram determinantes, tais como a dominação militar de amplos territórios e a submissão política de nações. Na nova conformação os *fatores econômicos* constituem o principal instrumento para a dominação das nações centrais sobre as demais⁸⁸.

Naquele novo cenário, ainda segundo Woods, os Estados nacionais assumem papel fundamental, sobretudo, com o advento da globalização⁸⁹, já nos anos de 1990. Indo na contramão daqueles que acreditam no declínio do Estado, a historiadora demonstra como a globalização foi uma reorganização dos capitais em nível geopolítico cuja função foi repassar para as nações do mundo os problemas que os Estados Unidos, nação central do imperialismo, passaram a ter em sua economia, que depois de um longo período de expansão, começou a viver um período de retração⁹⁰. Para dar conta dessas adversidades, foi fundamental que as barreiras de proteção estatais dos países fossem derrubadas, e por conta disso teve-se a impressão da crescente fragilidade dos Estados. Woods demonstrou que, contrariamente a isso, os Estados passaram a ser indispensáveis tanto para intensificar a reprodução do capital quanto para conter as reações internas a essa nova situação. Trata-se portanto do enfraquecimento das políticas de proteção do Estado às intempéries da economia global, mas não do enfraquecimento do Estado, que continua a ser um ente de primeira importância para a reprodução do capital. Por outro lado, essa nova realidade cria mais uma contradição do sistema capitalista: se a força militar não é mais um imperativo para a expansão do imperialismo, aos Estados Unidos da América, como nação central da dominação imperialista, faz-se necessário o contínuo desenvolvimento do seu poderio militar.

⁸⁸ “O novo imperialismo que viria a surgir do naufrágio do antecessor anterior não seria uma relação entre senhores imperiais e súditos coloniais, mas uma interação complexa entre Estados mais ou menos soberanos. O Imperialismo capitalista certamente absorveu o mundo em sua órbita Econômica, que era, cada vez mais, o mundo de estados nação os Estados Unidos saíram da segunda guerra mundial como a maior potência militar e econômica e assumiram o comando de um novo imperialismo governado por imperativos econômicos e administrado por um sistema de múltiplos Estados - com todas as contradições e os perigos que tal combinação apresentaria. Esse Império econômico seria tentado para hegemonia política e militar sobre o complexo sistema de estados, composto por inimigos que tinham de ser contidos, amigos que tinham de ser mantidos sob controle e um terceiro mundo que tinha de ser colocado à disposição do capital ocidental.” (WOODS, 2014, pág 100)

⁸⁹ “Já deve estar claro que, assim como a globalização não é uma economia mundial verdadeiramente integrada, ela também não é um sistema de estados nação em declínio. Pelo contrário, o Estado está no coração do novo sistema global. Como vimos o primeiro capítulo, ele continua desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital; e nenhuma outra instituição, nenhuma agência transnacional começou por enquanto, a substituir o estado nação como garantidor administrativo e coercivo de ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual nem como qualquer outra das condições básicas exigidas pelo capital e sua vida diária.” (WOODS, 2014, pág 106)

⁹⁰ “A economia Global foi forçada a carregar o peso daquele declínio. Depois de décadas impetuosas de crescimento sustentado e produtividade crescente durante a longa expansão, a economia norte-americana entrou num grande período de estagnação e lucratividade decrescente, uma crise caracteristicamente - e unicamente - capitalista de excesso de capacidade e superprodução, inclusive porque seus antigos adversários militares, o Japão e Alemanha, se tornaram competidores econômicos extremamente eficazes o problema agora ela descobrir como deslocar a crise no espaço e no tempo.” (WOODS, 2014, pág 102)

Isso acontece porque no cenário global formado por tantas nações com algum grau de soberania e de disputa política interna, é fundamental para os Estados Unidos manter-se como a maior potência militar do globo. Para a autora, o pálio militar estadunidense serve hoje muito mais para manter os seus aliados submetidos do que para enfrentar as nações consideradas inimigas em potencial.

No mundo dominado pelo “imperialismo capitalista” e centrado no predomínio dos fatores econômicos, foi necessário a formação de uma arquitetura que combinasse tanto a política quanto a força militar, e cujo objetivo era organizar as nações no entorno do núcleo imperialista. Assim, a segunda metade do século 20 foi o período em que surgiram organizações políticas como a União Europeia, o Conselho Europeu, o Banco Europeu o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e a unidade militar Organização do Tratado do Atlântico Norte. Um bom exemplo do poder dessas organizações foi o ocorrido com a Grécia governada pelo partido Coligação de Esquerda Radical, o Syriza. O partido surgiu em 2013, apresentando-se como uma força política de radical reformismo e única capaz de opor-se realisticamente às políticas de austeridade então sendo implementadas, graças aos acordos feitos pelo governo anterior com os credores do país. A eleição de Alexis Tsipras, então líder do partido, foi a forma encontrada pelos gregos para se opor aos acordos e suas nefastas consequências sociais. No entanto, todos os esforços políticos, inclusive um referendo no qual os gregos deixaram claro que queriam renegociar seus acordos, não foram suficientes, e uma força transnacional, que ficou conhecida como Troika, formada pelo Fundo Monetário Internacional, o Conselho Europeu e o Banco Central Europeu, deixou o governo Syriza prostrado e de mãos abanando⁹¹. À época, a grande questão que se formou era como uma força não eleita pôde impor-se a um governo aprovado pelo seu povo e ao seu referendo. O amargo fim desse processo foi o fenecimento do partido e a ascensão da extrema direita na Grécia⁹².

⁹¹ “Parece que os credores conduziram uma luta política contra o governo grego que não levava em conta a destruição do país. Conforme declarou em abril de 2015 no site de informações francês Mediapart Euclides Tsakalotos, então integrante da equipe de negociação do governo com as ‘instituições’ europeias, ‘para mim, trata-se de nos levar, com o esgotamento da liquidez de que dispõe o Estado grego, a um ponto em que teremos de fazer novas concessões’. Buscava-se fraturar por completo a única força política da Europa que havia ousado se opor ao dogma neoliberal gravado no mármore dos tratados europeus e defendido ferozmente pela Alemanha e seus satélites, sem considerar os argumentos econômicos do governo grego. ‘Devo admitir que fiquei muito decepcionado ao descobrir o nível das negociações com Bruxelas. Como acadêmico, quando apresento um argumento em uma discussão, espero que quem esteja diante de mim apresente um contra-argumento. Mas o que nos propuseram foram regras.” DERICQUEBOURG. Baptiste. **Os Dilemas do Syriza**. Nueva Sociedad. agosto de 2016. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/os-dilemas-do-syriza/>> Consultado em 28 de maio de 2023

⁹² Exame. **Conservadores põem fim ao governo de Tsipras na Grécia**. 07 de julho de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/conservadores-poem-fim-ao-governo-de-tsipras-na-grecia/>>. Consultado em 28 de maio de 2023

Entretanto, o advento da globalização não teria sido possível sem a culminância do longo fenecimento do bloco socialista do leste europeu, que resultou na dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991. Sem mais as forças ideológicas que o socialismo real, apesar de todas as suas contradições, colocavam no cenário global, as grandes nações capitalistas puderam colocar suas forças para circular pelo mundo triunfantemente, prometendo ao mundo o livre fluxo de mercadorias e pessoas, numa nova versão do liberalismo, daí que a principal ideologia que emerge no período é o neoliberalismo. A convicção do triunfo do sistema capitalista foi sintetizada pela emblemática frase proferida por Margaret Thatcher e que se tornou o epíteto de toda uma era: *“there is no alternative”*.

Derrocada da URSS, globalização e neoliberalismo fizeram dos anos 1990 a época de duas situações fundamentais para entender a ascensão das extremas-direitas: o primeiro deles foi o início do recuo das esquerdas, consequência inevitável com o fim do bloco socialista. O segundo movimento é o fim das políticas de bem estar social nas nações centrais do capitalismo e a intensificação da exploração da taxa de mais-valia nas nações periféricas. Ambas situações resultaram na intensificação das crises provocadas pelas novas imposições econômicas às nações. Na América Latina, ainda existiu a formação de uma esquerda que se apresentou como alternativa política frente aos impactos das crises econômicas. Mas na Europa, mais intensificamente no leste, foi a extrema direita o campo político que mais cresceu e se apresentou como alternativa (HOCKENOS, 1995).

As determinações do sistema capitalista totalmente financeirizado sob o controle imperialista dos EUA nações associadas espraiam-se sob os interesses nacionais, nas duas décadas seguintes após a emergência da globalização e do neoliberalismo, nos anos de 1990. Se as imposições neoliberais já transformaram muitas delas em economias cronicamente deterioradas, a crise que eclodiu em 2008 terminou por precarizá-las, como ocorreu com a Grécia, além da Espanha e Portugal, apenas para citar algumas das muitas nações que passaram a sofrer com as políticas de austeridades impostas pelas nações centrais para o financiamento de suas recuperações.

Essa situação levou por criar duas ideologias na Europa, a que é chamada de pró-Europa, que significa a fé de que a integração à União Europeia levaria à vantagens econômicas e garantias democráticas liberais; e os eurocéticos, aqueles que desconfiam das vantagens oferecidas pela União Europeia ou que simplesmente creem que não vale a pena

empenhar sua plena soberania em troca de tais benefícios⁹³ (SILVA, 2020). É no seio do euroceticismo que emergem parte das forças nacionalistas em algumas das principais nações europeias⁹⁴. Ser um eurocético não significa alinhamento à extrema direita, mas muitos reacionários apresentam discursos céticos ou contrários à União Europeia e seu alinhamento à globalização.

A segunda maré fascista (SILVA, 2005) que surge na Europa nos anos de 1990 e ganha corpo nas décadas seguintes resultando, entre 2010 e 2022, nas eleições de líderes de extrema direita na Itália, Polônia, Suécia, Reino Unido e Hungria, entre outros, além do aumento da influência e da sua presença política na França e Alemanha, bem como o Brexit.

A ascensão da extrema direita nos países centrais do imperialismo não é uma exclusividade europeia, também nos Estados Unidos da América esse movimento ocorreu. Se é fato que naquele país as ideologias de extrema direita são antigas e fazem parte do processo de sua colonização interna, como o destino manifesto ou a tese da fronteira, também é fato que fazem parte do cenário atualizações dessas ideologias e suas infiltrações nas esferas do poder. Nas últimas décadas, o movimento Tea Party se mostrou eficiente na crítica à globalização e ao neoliberalismo, emplacando Sarah Palin, uma de suas mais importantes lideranças, na composição da chapa do Partido Republicano às eleições presidenciais de

⁹³ “Inicialmente, o euroceticismo surgiu como uma resposta ao crescente aprofundamento da integração europeia, atuando essencialmente do lado da oposição. Contudo, as características do contexto pós-2008 reforçaram a sua importância, e o fenômeno começou a evoluir no sentido de interromper o processo de aprofundamento europeu. Este duplo entendimento praticamente define aquilo que a academia veio a identificar como a evolução do euroceticismo no seio da UE (Vasilopoulou, 2013; Silva e Ferreira-Pereira, 2018). Dito isto, o período de maior aprofundamento consagrado no Tratado de Maastricht, trouxe as perspectivas não só de uma União Económica e Monetária, com o desenvolvimento de uma moeda comum – o Euro –, mas também de uma União Política, cujo primeiro passo seria o estabelecimento de uma Política Externa e de Segurança Comum, que abriria caminho para uma futura defesa comum. Tais perspectivas obrigaram a níveis diferentes de compromisso face ao futuro aprofundamento do processo de integração europeia por parte das elites políticas, que, pese embora duvidosas, não contestaram o princípio da integração europeia, nem o futuro da UE. Assim, a evolução do euroceticismo ficou dependente, entre outros fatores, das idiossincrasias de cada Estado-membro, para as quais muito contribuíram fatores internos relacionados com a politização da UE, bem como, fatores externos, tais como, a crise económica ou a crise migratória que influenciaram a evolução do fenómeno ao longo dos últimos anos. É precisamente sobre o impacto dos condicionantes externos que o euroceticismo evoluiu para o segundo estágio, no qual funciona enquanto promotor da descontinuidade da integração europeia. Não sendo possível ignorar os efeitos do contexto pós-2008, de acordo com Silva e Ferreira-Pereira (2018), a evolução do euroceticismo foi marcada por dois períodos temporais bem estabelecidos. O primeiro situa-se entre 1992 e 2007 e o segundo no período entre 2008 e 2020. Isso significa que o 20 Pese embora, possa ser identificada uma contestação exigua e marginal desde os anos 50, aquando do início da ainda Comunidade Económica Europeia. 36 euroceticismo não evoluiu apenas dentro das ‘fronteiras’ da UE, ao passo que esta veio a integrar novos Estados-membros e novos atores políticos, mas sobretudo, evoluiu em grau e intensidade. Por isso, as autoras (Ibidem) concluem que o euroceticismo evoluiu de uma contestação cooperativa para uma contestação confrontativa, protagonizada por novos atores e discursos, que alimentaram o descontentamento de uma opinião pública cada vez menos permissiva ou complacente em relação à UE.”

⁹⁴ PADINGER, Germán. Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos. CNN Brasil. 26 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>>. Consultado em 05 de dezembro de 2022.

2008, concorrendo à vice-presidência, ao lado de John McCain. Outro segmento a compor o quadro de extrema direita que emerge nas últimas décadas nos EUA foram os protestantes ultra-conservadores, cujo desenvolvimento é rigorosamente apresentado e detalhado pelo jornalista Jeff Sharlet, em seu livro **The Family**, publicado em 2008⁹⁵.

O surgimento de Donald Trump para a política não significou apenas a emergência de um político de extrema direita à presidência dos EUA, mas o fortalecimento de uma corrente dessa orientação dentro do Partido Republicano, já notório por seu grande conservadorismo. Assim, é importante notar que as crises do capitalismo, sobretudo aquelas a partir do advento do neoliberalismo, ensejou disputas acirradas de classe em diversos países, mas não somente entre a grande burguesia e a classe trabalhadora, mas também entre os representantes políticos da pequena burguesia, que apesar de sua pouca força política quando as crises surgiram, ganharam musculatura junto à população tornando-se alternativas políticas viáveis, sobretudo, aproveitando-se do enfraquecimento das esquerdas em seus países.

Esse cenário complexo traz luz sobre dois pontos determinantes, o primeiro deles é a intensificação das ações do imperialismo ao redor do mundo, agindo com cada um deles de uma forma específica, mas que, no conjunto, tem como objetivo provocar alterações nos governos locais de forma a fazer com que atendam aos seus interesses. Do hard power de George W. Bush, ao soft power, de Bill Clinton, ou o smart power, de Barack Obama, passando pela política isolacionista de Donald Trump e a atual política internacional de Joe Biden, os Estados Unidos mantém uma rotina de intervenção nas demais nações. Mas também significou a construção de conexões entre forças de extrema direita das diversas nações onde elas não existiam e a sua intensificação onde já ocorriam.

2.4.2. Geopolítica e o bolsonarismo

Dessa forma, a ascensão do bolsonarismo nos parece algo que faz parte de um cenário político complexo. Não se trata apenas das intervenções do imperialismo no Brasil, mas também, do quanto as disputas que grupos de extrema direita têm realizado em cada um desses países e como elas impactam no poder dos EUA em continuar suas intervenções e o

⁹⁵ Em 2019, a Netflix produziu e estreou o documentário **The Family - Democracia Ameaçada**, baseado no livro de Jeff Sharlet, e no qual as informações sobre o tema são atualizadas, demonstrando as relações entre os grupos protestantes ultraconservadores e Donald Trump e as contribuições que ofereceram para sua eleição, tanto em termos de recursos quanto de influência política.

Brasil em resistir a essas investidas. São comuns as dinâmicas de disputas entre Estados em que um ou todos eles acessam frações descontentes de seus opositores⁹⁶.

Um dos principais fatores que levaram à recente emergência da extrema direita brasileira foi o enfraquecimento do governo Dilma Rousseff, que arrastou consigo boa parte da esquerda brasileira. Na ocasião, o cenário global combinava o governo Barack Obama tentando reconstruir a proeminência dos EUA à frente do arranjo de nações - então muito desgastadas pelos esgotamentos, na opinião pública e na economia, provocados pelo governo Bush -, enquanto, na América Latina, a falência do neoliberalismo havia permitido a ascensão de governos progressistas (os governos petistas eram eles próprios frutos dessa dinâmica), e, por fim, as políticas externas chinesas e a alta dos preços das commodities⁹⁷ permitiram o fortalecimento das relações multilaterais e o fortalecimento das nações em desenvolvimento. Um dos principais resultados do fortalecimento do multilateralismo foi a instituição da organização transnacional que reúne a Rússia, a Índia, a África do Sul e a China, e que foi batizada de BRICS. A relevância geopolítica dessa organização cresceu rapidamente e se tornou mais aguda quando iniciaram as tratativas para a formação de um banco transnacional de investimentos, o New Development Bank (NDB), o que representou, naquela ocasião, uma imensa afronta ao controle econômico da geopolítica mantido pelos EUA. Em matéria veiculada pelo El País (2014), o presidente chinês Xi Jinping falou a respeito do papel dos BRICS: *“aperfeiçoar o sistema de governo mundial e ampliar a representação e o direito de falar sobre assuntos internacionais de todos os países emergentes”*, e a matéria segue apresentando o que pensava a presidente Dilma Rousseff: *“Sobre isto, Rousseff lembrou que o banco não se faz contra o FMI, ‘mas se faz a favor de nós mesmos’, afirmou. ‘O mundo se*

⁹⁶ *“O estado recruta as sessões da sociedade doméstica para suas atividades internacionais. Ao mesmo tempo, ambos, o estado e a sociedade, buscam ganhar apoio para os seus conflitos internos em fontes internacionais. Previamente foi apontado que o conceito institucional de estado torna possível distinguir entre os termos estado, sociedade, governo e nação. Muito da relação entre esses é constituída dentro de sociedades específicas, mas existem muitas maneiras pelas quais essas relações adquirem uma dimensão internacional os estados buscam regular sua própria posição pela obtenção de apoio internacional: os governos virgulas os grupos sociais e os grupos étnicos tentam melhorar sua posição, vis-à-vis seus próprios estados, obtendo auxílio internacional como ajuda econômica e militar e os atores externos buscam avançar contra os estados competidores, estabelecendo ligações diretas com elementos dentro dessa sociedade um caso óbvio que tal interação é o patrocínio de golpes militares em Estados Independentes a promoção de conflitos e governo/Estado. Outro é a promoção de agitação social levante é técnico em países rivais através de dinheiro, armas, transmissão de rádio e apoio diplomático. Por toda parte, a existência da relação estado sociedade permite meios alternativos de conduzir as relações internacionais ela encoraja os estados e a forças sociais a perseguir políticas internacionais que irão incrementar relativamente às suas posições domésticas.”* (HALLIDAY, 2007, PÁG. 100)

⁹⁷ Conferir: PRATES, Daniela Magalhães. **A alta recente dos preços das commodities**. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300001#:~:text=Ao%20longo%20da%20segunda%20metade,os%20pre%C3%A7os%2C%20assim%20com%20a>

*transformou num espaço bilateral e as instituições que o representam devem ser assim', disse*⁹⁸. Mais ainda, os BRICS se movimentavam no sentido de impor um novo sentido às relações internacionais, buscando maior estabilidade para o desenvolvimento global e o fazendo por fora da esfera de influência dos EUA e da Europa ocidental. Não se tratando de uma proposta de ruptura com o capitalismo, ainda assim se coloca em oposição à lógica desregulamentada do neoliberalismo⁹⁹.

Quando eleito para a presidência dos Estados Unidos da América, Obama instituiu o *smart power* como orientação de sua política externa, que, segundo sua secretária de Estado, Hillary Clinton, poderia ser definido como: a

gama completa de ferramentas à nossa disposição – tanto diplomáticas, econômicas, militares, quanto políticas e culturais – escolhendo a ferramenta certa, ou a combinação delas, para cada situação. Com o smart power, a diplomacia será a vanguarda da política externa”. (U.S. Department of State, 2009)

Isso significa desde os elogios rasgados que Obama fez a Lula, ou as fotos em que aparece comendo hambúrgueres com o então presidente russo Dimitri Medvedev, ou o abraço que tentou dar em Raul Castro, até o brutal assassinato de Muamar Kadafi. E para compreendermos os aspectos mais sombrios do *smart power* em solo pátrio citamos as ações de espionagem e sedição contra a presidente Dilma Rousseff. O sítio eletrônico WikiLeaks¹⁰⁰ vazou informações denunciando o aparato de espionagem implantado pelo governo Obama sobre ela e uma série de seus assessores e outros funcionários de altos cargos estatais¹⁰¹, demonstrando o interesse do Estado estadunidense sobre os rumos políticos e econômicos do governo brasileiro¹⁰². Isso posto, não fica difícil entender que a espionagem promovida pelos

⁹⁸ BARCA A. J.; JIMÉNEZ C. **O banco dos BRICS começa a andar**. 15 de julho de 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/15/internacional/1405454630_765296.html>

⁹⁹ BONET, Pilar. **BRICS fortalecem colaboração para combater inquietação econômica**. 09 de julho de 2015. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/internacional/1436458594_428518.html>

¹⁰⁰ Conferir em: <https://wikileaks.org/nsa-brazil/selectors.html>

¹⁰¹ Conferir em: **EUA espionaram Dilma Rousseff e alto escalão do governo brasileiro**. 06 de julho de 2015. disponível em <<https://canaltech.com.br/espionagem/eua-espionaram-dilma-rousseff-e-alto-escalao-do-governo-brasileiro-44591/>>

¹⁰² “*But even more revealing on this new list is the designation next to several of the targeted officials responsible for financial and economic issues. Many of these individuals have a different code next to their phone number — S2C51 — which refers to NSA’s “international financial policy branch.” Brazilians are particularly sensitive to economic espionage by the U.S., both for historical reasons (as a hallmark of American imperialism and domination on the continent) and due to current economic concerns (for that reason, the story of NSA’s targeting of Petrobras was arguably the most consequential of all prior surveillance stories).*” GREENWALD, Glenn, MIRANDA, David. **NSA’s top brazilian political and financial targets revealed by new WikiLeaks disclosure**. The Intercept. 04 de julho de 2015. Disponível em <<https://theintercept.com/2015/07/04/nsa-top-brazilian-political-and-financial-targets-wikileaks/>>

EUA sobre o governo brasileiro foi motivada por interesses econômicos e geopolíticos claros de atentar contra o desenvolvimento de uma força política contra-hegemônica e, ainda, assentar o país em sua posição subordinada ao bloco imperialista sob controle estadunidense, o que se efetivou com a deposição da presidente Dilma Rousseff.

A guerra híbrida¹⁰³ realizada contra o governo brasileiro levou mais a mais do que a deposição da presidente Dilma Rousseff, como visto em seção anterior, as forças políticas destravadas nas ruas acabaram sendo hegemônicas por uma agenda de extrema direita que os representantes políticos da direita tradicional não conseguiram encampar. Isso abriu caminho para a ascensão de políticos de extrema direita, dentre eles a ascensão de Jair Bolsonaro. No entanto, a eleição de Donald Trump, em 2016, acabou por colocar Bolsonaro sob novos holofotes, e de um candidato improvável no cenário global ele passou a ser identificado com o campo político do novo presidente da maior potência do planeta. Mas não se tratou apenas de uma identificação à distância: durante a campanha eleitoral de Bolsonaro, seu filho, Eduardo Bolsonaro, um de seus principais ideólogos, manteve comunicação com a equipe de Donald Trump, sobretudo com Steve Banon, seu mais importante assessor estratégico (tratamos detalhadamente a relação entre a equipe de campanha Bolsonaro e Steve Banon à página 175).

3. O lugar do bolsonarismo na política nacional

3.1 Política internacional

As conexões entre grupos de extrema direita de diferentes países não parece girar apenas em torno de objetivos eleitorais, como as que conetaram Trump e Bolsonaro, por exemplo, como aludimos em nosso estudo de caso, à página 175, entre eles há pautas coincidentes, que se iniciam com a defesa de uma vertente cristã ultra-conservadora, que tem a idealização do modelo familiar burguês convencional a sua centralidade. Desse modelo decorre a aversão a qualquer outro modelo de organização de família. Aversão que também é direcionada a qualquer forma de pensamento que é tido como perigoso a esse modelo, e nesse papel de “inimigo da família” podem ser acomodados quaisquer um: comunistas, defensores de

¹⁰³ A questão da guerra híbrida ainda parece passar ao largo das preocupações políticas tanto dos governos progressistas quanto da intelectualidade e do meio acadêmico brasileiros. Isso é um grande problema e risco, visto que qualquer tentativa de construção de soberania nacional passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento das formas e métodos de investidas das nações hegemônicas contra os demais países.

direitos humanos, progressistas, comunidade LGBTQIA. Há, evidentemente, especificidades e particularidades, como a questão dos imigrantes (nas nações metropolitanas) ou contra as políticas ambientais, no caso brasileiro. As narrativas criadas também são coincidentes, genericamente chamadas de “teorias da conspiração” pelos seus opositores, que giram em torno de ideias como uma organização internacional que obedece irrestritamente a um plano de destruição da família. Fato é que setores ultraconservadores e de extrema direita de diversas nações têm organizado encontros políticos já há muito tempo. Eduardo Bolsonaro teve participação protagonista junto à Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC, na sigla em inglês). Criada em 1974, nos Estados Unidos da América, o CPAC, é considerada a maior organização conservadora do mundo. Eduardo Bolsonaro foi responsável por, em 2019, realizar o primeiro CPAC-Brasil. Em 2021, realizou sua segunda edição brasileira, contando com as presenças de importantes figuras do conservadorismo estadunidense, como Donald Trump Jr¹⁰⁴, filho do ex-presidente dos EUA. Também esteve presente Jason Miller, conselheiro de Donald Trump, que manteve, na ocasião, reuniões com o então presidente Jair Bolsonaro e com o deputado Eduardo Bolsonaro.

Mas não há dúvidas que um dos principais nomes e ideólogos da política internacional bolsonarista foi o seu primeiro Ministro de Relações Internacionais, Ernesto Araújo. Um forte representante do olavismo na primeira composição do governo Bolsonaro, Araújo, formado em letras, língua e literatura francesa, também é diplomata de carreira, ingressando no Itamaraty em 1991. Bolsonaro convidou-o para a chancelaria por recomendação de Olavo de Carvalho, Eduardo Bolsonaro e do assessor internacional do presidente Bolsonaro, Filipe Martins¹⁰⁵. Segundo a artigo de Consuelo Dieguez, intitulada **O Chanceler do Regresso**, e publicada pela revista Piauí, em 15 de abril de 2019, Olavo e Martins se interessaram por Araújo por conta do artigo **Trump e o Ocidente** que o diplomata publicara nos Cadernos de Política Exterior, em 2018, revista semestral do Instituto de Pesquisas Internacionais do Itamaraty. Nestor Forster, ministro-conselheiro da embaixada do

¹⁰⁴ A presença de Donald Trump Jr. ocorreu via videoconferência apenas porque a passagem do Furacão Katrina pelos EUA impediu sua viagem para o Brasil. Segundo ele afirmou em sua participação, já estava embarcado no avião rumo ao Brasil, mas o equipamento foi impedido de levantar voo.

¹⁰⁵ “sugestão do nome de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores partiu de três personagens com grande influência sobre o presidente Bolsonaro: Olavo de Carvalho, o famigerado guru da extrema direita brasileira, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho caçula do primeiro casamento do presidente, e Filipe Martins, um analista político de 31 anos que, no ano passado, ocupava o cargo de secretário de Assuntos Internacionais do PSL e hoje é assessor internacional do presidente – função semelhante à que Marco Aurélio Garcia desempenhava junto ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os três, Araújo parece não ter dúvida de quem foi determinante na sugestão: ‘Quando soube que o professor Olavo tinha indicado o meu nome, fiquei felicíssimo. Sei que foi decisivo.’” (DIEGUEZ, 2019)

Brasil em Washington, amigo de Araújo e de Olavo de Carvalho, entregou ao ideólogo o artigo. Carvalho não apenas gostou, como publicou em seu perfil de Facebook um texto elogioso, e se dispôs a conhecer Araújo.

Em seu discurso de posse está condensado todo o pensamento que Ernesto Araújo levou para o Itamaraty. Em uma fala rebuscada, onde abordou termos em grego e em latim e recitou uma oração católica em Tupi, o diplomata afirma que o mundo está sob assalto da agenda globalista, e que apenas uma postura nacionalista poderia fazer frente a ela. Segundo este, o Itamaraty já não cumpria sua função de defender os interesses nacionais, e por isso, o Brasil estava aprisionado. Apenas a verdade e a liberdade poderiam libertar a nação, e essas só se poderiam conhecer através de um mergulho na identidade nacional, na reconexão com seus mitos fundadores, diz o ministro: “o mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao presidente Bolsonaro”. Para isso, é preciso amor: “É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor decorre, conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação imensa e complexa. Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram, pessoas que disseram coisas como essa que vou dizer agora...”¹⁰⁶ e segue então desfiando uma oração em tupi, conforme traduzida pelo padre José de Anchieta.

Para Araújo, seria preciso então amor, coragem e fé para libertar o Itamaraty, e liberto, a entidade se tornaria então uma instância nacionalista em oposição ao globalismo. Esse percurso tem um sujeito específico: o presidente então recém-eleito Jair Messias Bolsonaro. Diz o ministro a respeito: “O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória.” Para isso, o presidente está armado da palavra: “Os senhores me perguntarão: e como faremos isso? Pela palavra. Acreditem no poder infinito da palavra, que é o logos criador. O presidente

¹⁰⁶ Todas as citações do discurso de posse do Ministro Ernesto Araújo são excertos de seu discurso consultado em: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. **Ernesto Araújo - Discurso de posse**. 19 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>>

Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos”.

Assim como nos discursos de Roberto Alvim, Araújo remetia-se à ideia de um Brasil que estaria nascendo ou renascendo, o que associa com a ideia de uma nova independência: “O presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova Independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos. E deveríamos senti-lo e vivê-lo ainda mais aqui no Itamaraty, onde a história está tão presente. Deveríamos deixar fluir por estes salões e corredores a emoção deste novo nascimento da pátria.”

Um dos grande problemas que Araújo enfrentou em sua jornada como chefe das Relações Internacionais do país surgiu pelo desconforto que criou com os funcionários do Itamaraty com suas críticas constantes. Essas críticas já estão presentes em seu discurso. Para ele, o Itamaraty é mais que um órgão de Estado, ele é um guardião da identidade nacional, em suas palavras: “E eu diria que o Itamaraty, em certo sentido, não é somente um Ministério das Relações Exteriores, é também um Ministério do Tempo. Como talvez nenhuma outra instituição no Brasil, nós temos a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade” (FUNAG, 2021).

Seu discurso também apresenta uma efusiva admiração aos Estados Unidos da América, a Israel, às nações que na ocasião estavam sob governos de extrema direita, e também marca posição contra nações que tiveram ou que ainda mantém Estados em processo de revolução política

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação ,mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas a oikofobia – de oikos, oikía, o lar. Oikofobia é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado. (FUNAG, 2021)

Araújo foi pressionado a deixar o governo pelo conjunto de uma obra composta pela radicalidade com que conduzia a política externa brasileira, criando atritos com nações como a China, o que, durante a pandemia, impactou negativamente a compra de vacinas pelo Brasil. A pressão veio de diversas frentes, tanto do Senado, quanto do corpo de diplomatas do Itamaraty, de prefeitos e outros setores do governo. Não era interesse de Bolsonaro exonerar Araújo, que era o último e mais destacado representante do olavismo em seu governo, mas a situação chegou a tal ponto de insustentabilidade que foi inevitável a sua queda, em 29 de março de 2021.

Mesmo após a queda de Ernesto Araújo e a escolha de um diplomata considerado moderado para conduzir o Itamaraty, a pauta ultraconservadora continuou sendo assunto de Relações Internacionais durante a gestão Bolsonaro. A ministra Damares Alves - à frente da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -, passou a ser sua principal responsável a respeito, atuando como representante do governo em eventos ultraconservadores internacionais. O mais importante deles, a Cúpula Demográfica de Budapeste. Os pesquisadores Felipe Furini Soares e Arlene Martinez Ricoldi, escrevendo a respeito da participação brasileira na III edição do evento, que ocorreu em setembro de 2019, o descreveram da seguinte maneira

A denominação Cúpula de Demografia de Budapeste, em um primeiro momento, pode levar a pensar que se trata de eventos da natureza, como os que foram apresentados na seção anterior. No entanto, apesar da discussão e do formato da cúpula, estes encontros não só acontecem fora do Sistema ONU, como também buscam ser um contraponto. Trata-se de um evento promovido pelo governo de Viktor Orbán, um dos representantes mais paradigmáticos da guinada à extrema direita entre os países da Europa. Já na sua terceira edição, vem angariando crescente apoio entre as lideranças mundiais que se identificam com sua linha política. Com base nos registros dos expositores da cúpula, verificou-se a fala de 29 lideranças políticas (4 chefes de Estado, 12 ministros e 13 representantes do legislativo), 5 religiosos, 13 representantes de organizações da sociedade civil e 2 cientistas. (SOARES e RICOLDI, 2022)

Segundo esses pesquisadores, os representantes de governos presentes àquela Cúpula eram os presidentes da Sérvia, da República Checa, os primeiros-ministros da Austrália e Hungria. Além deles, estavam os ministros dos governos do Brasil, de Bangladesh, de Cabo Verde, dos Estados Unidos, da Hungria, do País Basco, da Polônia e da Letônia. Ainda

estiveram presentes parlamentares da Alemanha, da Austrália, da Bulgária, dos Estados Unidos, de Gana, da Hungria e da Polônia.

Ainda sobre essa diplomacia conservadora (CHADE, 2021), o jornalista Jamil Chade fez uma matéria para o portal UOL acerca da viagem realizada por Angela Gandra, pela então Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para diversos países europeus, sendo destacados Ucrânia, Portugal e Espanha, no período de 2 a 12 de setembro de 2021. Na matéria se lê que Gandra encontrava-se em período de férias, mas manteve encontros com lideranças e organizações de extrema direita, participou e falou em eventos políticos e esteve na embaixada brasileira em Kiev, no dia 7 de setembro, para as comemorações oficiais da Independência do país. Um dos eventos em que Gandra participou e que é destacado por Chade ocorreu em Kiev, tratou-se do Prayer Breakfast, citado anteriormente. Chade ainda evidencia que na capital ucraniana o evento é liderado por Pavlo Unguryan, que “atua em parceria com a Aliança Ucrânia pela Família e tem vínculos com a direita religiosa norte-americana, mantendo relações com Mike Pence, vice-presidente dos EUA sob o governo de Donald Trump” (CHADE, 2021). Angela Gandra também representou o país, desta feita oficialmente, na 4ª edição da Cúpula Transatlântica da *Political Network for Values* (Rede Política por Valores), ocorrida no final de maio de 2022, em Budapeste, capital da Hungria. O portal conservador brasileiro **Gazeta do Povo**¹⁰⁷, em 2 de junho de 2022, noticiou a ocasião da seguinte maneira

Representantes de 30 países participaram de um encontro para discutir políticas públicas e medidas legislativas para o fortalecimento das famílias, defesa da vida, dignidade humana e promoção da liberdade. (Gazeta do Povo, 2023)

Ainda segundo o portal, estiveram presentes representantes das seguintes nações: Argentina, Armênia, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Croácia, República Checa, República Dominicana, Equador, França, Guatemala, Hungria, Irlanda, Quênia, México, Moldávia, Paraguai, Peru, Polônia, Sérvia, Eslováquia, Espanha, Suíça, Holanda, Trinidad y Tobago, Uganda e Uruguai.

No mesmo ano de 2022, em 11 de julho, Bolsonaro recebeu a presidente da Hungria, Katin Novák, de extrema direita. Após reunirem-se, os mandatários fizeram pronunciamentos

¹⁰⁷ Gazeta do Povo. **Brasil e mais 29 países participam de encontro sobre defesa da vida e da família.** 2 de junho de 2022. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/breves/brasil-29-paises-encontro-defesa-vida-familia/>>. Consultado em 2 de fevereiro de 2023.

em que reafirmaram seus compromissos com a defesa do modelo familiar tradicional. Segundo matéria publicada pelo portal do jornal **O Globo**¹⁰⁸, em 11 de julho de 2022, a presidente húngara afirmou que “*Destaquei ao senhor presidente Bolsonaro que devemos, sim, manter essa questão da formação de uma família no ponto central do governo, de modo que possamos prover apoio às pessoas que queiram estabelecer uma família.*” (GULLINO, 2022)

Há ainda muitas questões sobre as conexões do bolsonarismo e organizações ultraconservadoras nacionais e transnacionais. Apenas um bom número de pesquisas poderão apurar e compreender todos esses processos. Mas por ora, nos parece claro que a ascensão do bolsonarismo passa tanto pelos impactos que as movimentações do imperialismo provocaram no país, desde o advento da globalização e do neoliberalismo, combinado com disputas políticas entre os representantes políticos da grande burguesia e da pequena burguesia em diversas nações, dentre elas o Brasil, e as conexões que estabelecem entre si.

Merecem menção, ainda, como exemplo das orientações da política internacional brasileira sob o governo Bolsonaro, a participação do país em três iniciativas. A primeira delas é a Conferência de Varsóvia, iniciativa dos Estados Unidos da América que reuniu diversas nações em busca de resoluções de conflitos entre as nações do Oriente Médio. Apesar da justeza do tema, o fato é que as nações reunidas eram, em sua maioria, alinhadas ideologicamente com os EUA, sobretudo nas questões ligadas àquela região, o que levou o Irã, nação não convidada aos debates, a acusá-lo de impulsionar uma pauta contrária aos seus interesses e soberania. O Brasil chegou a sediar um dos encontros de nações envolvidas, no período de 4 a 6 de fevereiro de 2020.

Outra iniciativa foi a ratificação da chamada Declaração do Consenso de Genebra, acordo não vinculante cujo tema é a defesa da família tradicional, em oposição às uniões homoafetivas e contrário ao aborto. Na ocasião, além do Brasil, foram signatários da Declaração 31 outras nações, destacando-se algumas com os governos mais reacionários naquela altura.

¹⁰⁸ GULLINO, Daniel. **Após reunião, Bolsonaro e presidente da Hungria defendem 'valores familiares'**. Portal O Globo. 11 de julho de 2022. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/07/apos-reuniao-bolsonaro-e-presidente-da-hungria-defendem-valores-familiares.ghtml>> Consultado em 3 de dezembro de 2022.

O Brasil também apoiou a proposta boliviana apresentada em reunião da Organização dos Estados Americanos que defendia “o direito ou a liberdade dos pais de que seus filhos recebam educação moral e religiosa de acordo com suas crenças”. O país também integrou a Aliança Internacional para Liberdade Religiosa, iniciativa do Departamento de Estado dos EUA, sob Mike Pompeo. Apesar de sua carta de princípios de cunho universalista, o foco político principal é a defesa de cristãos - protestantes ou católicos - em nações onde são minoria. Também tem como objetivo o combate ao princípio de laicidade, comum aos Estados liberais ocidentais.

Ainda que apresentadas de forma telegráfica, a menção a essas iniciativas ilustram o estabelecimento de conexões entre nações e a elaboração de políticas transnacionais em torno de uma agenda ultraconservadora tocada por governos identificados como extrema direita. Conexões nas quais o governo Bolsonaro foi um ator global privilegiado.

3.2. Política cultural

A política cultural do governo Bolsonaro é uma das suas iniciativas que mais revelam que tipo de sociedade que tentavam transformar o Brasil. Foram três titulares na Secretaria Especial de Cultura, órgão que substituiu o Ministério, sendo: Roberto Alvim, dramaturgo e diretor teatral; a atriz Regina Duarte, e o ator Mário Frias. Cada um deles recebeu muita notoriedade por motivos diversos: Alvim pelo seu discurso transmitido pela televisão usando uma estética que remetia ao secretário de propaganda do 3o Reich, Goebbels; Regina Duarte pelo seu histrionismo e relativização dos assassinatos perpetrados pelo regime militar, e Frias pela dureza com que conduziu a Secretaria durante a pandemia. Mas a questão deve ser observada para além do caricatural e analisada com frieza e tirocínio.

O escândalo provocado pelo discurso de Roberto Alvim se sobrepôs, infelizmente, ao tema que ele apresentou naquela ocasião. Tratava-se da apresentação do Prêmio Nacional das Artes, com valor total de mais de 20 milhões, que contemplaria sete categorias, divididas em: 5 óperas, 25 espetáculos teatrais, 25 exposições individuais de pintura e 25 de escultura, 25 contos inéditos de literatura, 25 discos musicais originais e 15 propostas de histórias em quadrinhos. Mas, além dos anúncios de números e referências ao discurso de Goebbels, a fala de Alvim também apontava os objetivos do Prêmio: o financiamento de uma produção cultural com uma orientação previamente estabelecida, e que era, em suas palavras

Portanto almejamos uma nova arte nacional, capaz de encarnar simbolicamente os anseios dessa imensa maioria da população

brasileira com artistas dotados de sensibilidade e formação intelectual, capazes de olhar fundo e perceber os movimentos que brotam do coração do Brasil, transformando-os em poderosas formas estéticas. São essas formas estéticas, geradas por uma arte nacional que agora se começará a desenhar. Que terão o poder de conferir, a todos, energia e impulso para avançarmos na direção da construção de uma nova e pujante civilização brasileira (...) Trata-se de um marco histórico nas artes brasileiras, de relevância imensurável. E sua implementação e perpetuação ao longo dos próximos anos irá redefinir a qualidade da produção cultural em nosso país. E é por tudo isso que afirmo a vocês, meus amigos, 2020 será o ano de uma virada histórica, 2020 será o ano do renascimento da arte e da cultura no Brasil¹⁰⁹. (Carlos Augusto, diretor do Jornal Grande Bahia, 2020)

Logo após o discurso o mal estar provocado levou à exoneração de Alvim e ao cancelamento do Prêmio, antes de sua publicação, por isso, não temos como saber por quais critérios as propostas seriam escolhidas. Mas naquele curto período de gestão Bolsonaro vários indícios já demonstraram seus prováveis sentidos. Um deles foi a entrevista que cedeu para o programa Brasil em Pauta, da TV Brasil, em 7 de janeiro de 2020. Em pouco mais de 28 minutos, Alvim respondeu sobre a reorganização da Secretaria Especial da Cultura, financiamento público para a Cultura e aludiu ao Prêmio Nacional da Artes, sem entrar em detalhes. No conjunto de suas respostas destacou-se suas preocupações com o que identificava com a produção artística panfletária, feita por parte da esquerda, utilizando-se de programas de fomento público¹¹⁰. Para evitar essa ideologização, o expediente que a Secretaria passaria a utilizar seria estabelecer critérios de curadoria que localizassem a excelência estética e excluísse o uso ideológico ou “partidário” das obras¹¹¹. É muito importante destacar que, a princípio, recortes estéticos, curadorias e outros critérios e expedientes de seleção são comuns, e imaginar que todos os governos serão neutros em suas escolhas seria algo ingênuo (daí princípios de transparência, equidade, etc serem sempre tão reivindicados), o problema é o percurso seguido para defini-los. Alvim diz que o povo mudou nos últimos anos, libertando-se de amarras ideológicas a que estava, até então, submetido, e

¹⁰⁹ O vídeo encontra-se na íntegra em: Carlos Augusto, diretor do Jornal Grande Bahia. “Discurso de inspiração nazista provoca demissão de Roberto Alvim do Governo Bolsonaro.” *YouTube*, 17 January 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=aNqAiyMxYRw>. Accessed 30 June 2023.

¹¹⁰ “A gente teve um período de cerca de 20 anos, alguns falam até mais do que isso, no qual a arte brasileira, a cultura brasileira ficaram reféns demasiado de pressupostos ideológicos, então a gente teve muito teatro, muitas artes visuais, muito cinema usados como veículo de propaganda ideológica.” (TV Brasil, 2020)

¹¹¹ “Então veja, o que nós estamos tentando fazer agora não tem nada a ver com censura, tem a ver com curadoria. Curadoria é estabelecer um recorte de princípios estéticos na escolha do que o governo vai patrocinar... A obra de arte não será mais um veículo de panfletarismo político, não será mais um palanque partidário, não será reduzida a um veículo de propaganda ideológica... Eu sempre digo: governos de esquerda patrocinam propaganda ideológica, governos de direita patrocinam obras de arte...” (TV Brasil, 2020)

essa mudança se materializou na eleição de Jair Bolsonaro. Ou seja, ao encarnar o novo espírito do povo, Bolsonaro tem dele carta-branca para instituir suas políticas, que no caso da cultura, significa eliminar o que é considerado indesejado sem que haja qualquer tipo de debate a respeito¹¹². Somente assim completa-se, então, uma espécie de processo de renascimento da arte e da cultura brasileira.

Alvim também percebe que não basta criar tais mecanismos de controle no momento do financiamento, mas também seria necessário manter o controle sobre as circulações e exposições. Ainda na entrevista para a TV Brasil, em 7 de janeiro de 2020, ele fala sobre sua participação na inauguração de um aparelho cultural público na cidade de Santos, litoral paulista. Na ocasião, houve uma apresentação teatral para o público infantil que, segundo ele:

começou a ser exibido o espetáculo teatral para crianças, que bombardeava as crianças com ideologia de gênero, com o feminismo mais rasteiro e violento, sendo covardemente enfiado goela abaixo daqueles meninos, daquelas crianças de seis, sete, oito anos de idade. Foi nessa hora que eu percebi o seguinte: que isso foi feito à revelia do prefeito de Santos, por exemplo, que é um cara incrível e com quem eu conversei depois sobre esse assunto e que é uma situação muito complicada. A cultura está tão dominada, tão aparelhada, por indivíduos que fazem, eu repito, propaganda das suas agendas através das suas obras de arte, que a gente não pode só criar os equipamentos, a gente tem que cuidar deles. A gente está criando agora, junto à secretaria de infraestrutura, uma rede de tutores, para as estações de cidadania, para que a gente tenha pessoas lá dentro que cuidem da programação artística, que cuidem da biblioteca, que cuidem do teatro, que cuide do cinema que vai ser exibido ali dentro. Senão, a gente corre o risco seríssimo de criar equipamento e entregá-los para a formação de ativistas políticos e para deformação de nossas crianças. (TV Brasil, 2020)

Também a formação de artistas conservadores foi uma das iniciativas tocadas pela gestão Alvim à frente da Secretaria Especial de Cultura. Ele chegou a publicar edital para o Conservatório Brasileiro de Teatro, que disponibilizava 50 vagas para cursos de direção, dramaturgia e interpretação. Os cursos teriam a duração de um semestre e os aprovados que morassem fora da capital federal receberiam uma ajuda de custo para se manterem durante a formação.

Assim, percebe-se que Alvim tinha em mente formar um amplo espectro de controle e financiamento para a construção de uma mentalidade conservadora por meio da cultura. O

¹¹² “O nosso cliente é a população brasileira, nós estamos trabalhando para responder aos anseios dessa população. O Brasil mudou muito nos últimos tempos, esses anseios encontraram a tradução na eleição do presidente Jair Bolsonaro. ... para promover uma espécie de possibilidade de renascimento da arte e da cultura no Brasil, livre das amarras ideológicas, livre dessa censura que aconteceu, dessa perseguição a vozes dissonantes que aconteceu no Brasil nos últimos 20 anos.” (TV Brasil, 2020)

ex-secretário sempre foi considerado como uma das pessoas de melhor formação intelectual no teatro paulistano, e um progressista, tendo realizado parcerias com Chico Buarque e Vladimir Safatle, entre outros artistas e intelectuais. Também foi responsável pela elaboração de uma estética teatral diferenciada, intelectualizada, densa, e com ela produziu e dirigiu importantes textos, desde os tragediógrafos gregos, peças da grande dramaturgia moderna europeia e clássicos da dramaturgia nacional. Também dirigiu espetáculos experimentais e de sua própria autoria. Mas começou a ter problemas com a comunidade teatral paulistana a partir das críticas que teceu contra a Lei de fomento ao Teatro da Cidade de São Paulo. A Lei disponibiliza, via edital, recursos para grupos de teatro com trabalho continuado. A comissão de seleção que examina os projetos apresentados é formada em parte por funcionários da Secretaria da Cultura da Cidade de São Paulo e em parte por indicados pela comunidade teatral da cidade. Em uma entrevista para o programa Metrópolis, da TV Cultura/SP¹¹³ (2015), Alvim e o também dramaturgo e diretor teatral Mario Bortolotto eram entrevistados numa matéria a respeito das dificuldades que grupos e companhias teatrais enfrentavam para manterem seus teatros abertos, dentre eles estavam os teatros administrados por ambos, o Café Noir e o Cemitério de Automóveis, respectivamente. Durante sua resposta, Alvim disse, aos 7 minutos e 28 segundos do vídeo: “... formando-se uma espécie, e repito, é uma acusação pesada, mas são fatos, uma espécie de cartel, uma espécie de máfia, na qual os mesmos grupos elegem os mesmos jurados, anos após anos, para julgarem, e esses jurados elegem, então, essas companhias que recebem sempre os valores máximos.” Depois, aos 10 minutos e 1 segundo da entrevista ele disse: “Um desses mecanismos é o Fomento ao Teatro, o problema é que como esse esquema do Brasil, de corrupção endêmica que a gente já conhece muito bem, parece que todos os mecanismos de política pública estruturante para qualquer área que seja vão aos poucos se contaminando com uma espécie de câncer no qual as mesmas empresas ou as mesmas companhias vem a ser favorecida todos os anos. Isso é que é complicado”. A produção teatral independente na cidade de São Paulo tem na Cooperativa Paulista de Teatro um espaço principal de organização, mesmo artistas e grupos não cooperados acabam atuando em parceria com a entidade que se tornou, com o tempo, uma representação de fato desse segmento teatral. As escolhas dos representantes da sociedade civil para a comissão de seleção da Lei de fomento ocorre justamente nas dependências da CPT, envolvendo uma boa parte de seus associados. Por isso, as acusações

¹¹³ A entrevista foi realizada em 21 de abril de 2015 e pode ser assistida no canal de youTube do programa Metrópolis: Metrópolis. **Mario Bortoloto e Roberto Alvim** - Metrópolis - 21/04/15 - Bloco 2 disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jhdhi69pQdk&t=636s>>

de Alvim recaíram sobre boa parte daquelas pessoas e daquela entidade. Esse mal estar provocou um distanciamento entre o diretor e o segmento. Dois anos depois dessa ocasião, em 2017, Alvim traduz, adapta e dirige o texto do franco-uruguaio Sergio Blanco, intitulado **Kiev**, que é uma contundente crítica à Revolução Russa e seus desdobramentos. Em nova entrevista ao programa Metrópolis para divulgar essa encenação¹¹⁴, Alvim repete a *narrativa* comum à extrema direita segundo a qual “Stalin matou 20 milhões de pessoas”, e, aos 4 minutos e 30 segundos, disse: “todos os nazistas foram julgados em Nuremberg, sete milhões de judeus mortos em campos de concentração, os 20 milhões de assassinados pelos governos stalinistas nunca foram julgados”. Segundo matéria do jornalista Emiliano Urbim, publicada pelo jornal O Globo, em 26 de setembro de 2019, intitulada **Quem é Roberto Alvim, o artista convertido ao bolsonarismo que atacou Fernanda Montenegro**¹¹⁵, a virada ideológica de Alvim se deu em 2017, quando atribuiu a cura de um câncer a uma intervenção divina. Na ocasião reviu seu ateísmo e se converteu ao catolicismo. A busca por estudos católicos o levou aos vídeos-cursos do padre Paulo Ricardo¹¹⁶ e, sobretudo, o levou às obras de Olavo de Carvalho. Mas a primeira vez em que se declarou publicamente um católico conservador foi - segundo disse em entrevista ao programa católico Na Verdade¹¹⁷, em 20 de julho de 2019 -, no dia seguinte ao atentado contra a vida de Bolsonaro, durante sua campanha eleitoral, em 2018. Ainda segundo o que disse naquela entrevista, Alvim relatou que reviu sua declaração devido ao mal-estar provocado, mas, quando Bolsonaro foi, enfim, eleito, ele se declarou novamente cristão, conservador e apoiador do ex-capitão.

Ainda na entrevista ao Na Verdade Alvim abordou mais alguns indícios do que seria seu projeto para a cultura. Acreditando nas *narrativas* comuns à extrema direita de que haveria uma espécie de complô da esquerda mundial que visa controlar a sociedade por meio da cultura, o que é chamado de “marxismo cultural”, teoria e prática criada por Gramsci e pela Escola de Frankfurt etc, Alvim diz que é preciso então engajar-se na guerra cultural, em defesa pela arte e seus valores.

¹¹⁴Metrópolis. **Espectáculo KIEV - Juliana Galdino e Roberto Alvim**

<https://www.youtube.com/watch?v=DLszsR8m2Wc>

¹¹⁵ URBIM, Emiliano. “Quem é Roberto Alvim, o artista convertido ao bolsonarismo que atacou Fernanda Montenegro.” *O Globo*, 27 September 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/quem-roberto-alvim-artista-convertido-ao-bolsonarismo-que-atacou-fernanda-montenegro-23976446>. Accessed 30 June 2023.

¹¹⁶ Padre Paulo Ricardo é um dos principais propagandistas do ultra conservadorismo católico. Ele ministra cursos a respeito e mantém um sítio eletrônico no qual se encontram diversos cursos, parte deles com temas de guerra cultural: <<https://www.youtube.com/watch?v=jhdhi69pQdk&t=636s>>

¹¹⁷ A entrevista pode ser assistida na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiCv6b10GOA>>

Horas antes do malfadado vídeo de anúncio do Prêmio Nacional das Arte, Alvim participou de uma das tradicionais transmissões ao vivo do presidente Bolsonaro em seu canal de YouTube¹¹⁸. Na ocasião, o ex-capital disse que: "Ao meu lado, aqui, o Roberto Alvim, o nosso secretário de Cultura. Agora temos, sim, um secretário de Cultura de verdade. Que atende o interesse da maioria da população brasileira, população conservadora e cristã (...) Você aí é a cultura de verdade, algo que não tínhamos no Brasil. Tínhamos aqui essa ideia de fazer cultura para uma minoria, tem que fazer para a maioria". Mas as reações negativas às falas tão parecidas às de Goebbels forçaram o presidente a exonerá-lo. Mas, ao que nos parece, Alvim foi o melhor exemplo do que deveria ser a cultura brasileira para o bolsonarismo.

Após a saída de Alvim, o governo buscou outra bolsonarista no mesmo matiz que Alvim, também do meio artístico, se bem que com menor pendor intelectual, a atriz Regina Duarte. Regina teve uma curta e conturbada passagem pela Secretaria, sendo rapidamente exonerada, sem qualquer contribuição, positiva ou negativa, para a pasta. Após ela, o governo empossou Mário Frias para o cargo. Foi o secretário bolsonarista mais longo, e não há como saber o que seria sua gestão no sentido de formar uma mentalidade através da cultura, como objetivava Alvim, porque teve que lidar com a pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 e seus impactos no meio cultural, sobretudo, pela realização da Lei Aldir Blanc, de assistência ao setor cultural na ocasião. Frias serviu à Secretaria como uma verdadeira blindagem ao governo Bolsonaro, com um perfil menos intelectualizado que Alvim, e com uma carreira menos criativa que ele, ou tão notória como a de Regina Duarte, o novo secretário imprimiu uma personalidade mais truculenta e uma disciplina de militante. Enquanto Alvim aludia a uma ideia de arte como uma atividade sublime que aproximaria os homens a Deus e, portanto, a luta contra a esquerda é algo colateral, um imperativo contra quem tenta desviar os homens dessa jornada espiritual, para Frias enfrentamento contra a esquerda é um objetivo em si. Neste sentido, sua atuação na Secretaria teve o objetivo de afastar dos recursos públicos artistas que identificava ao campo progressista e que eram os que conseguiam aprovar projetos em programas de financiamento como a Lei Rouanet. Daí que um de seus maiores esforços foi o de limitar o alcance dos recursos empenhados, limitando cachês pagos

¹¹⁸ Desde o ano de 2009, Jair Bolsonaro mantém um canal de YouTube, no qual divulga vídeos diversos e, durante seu governo, manteve semanalmente transmissões ao vivo expondo ações de governo, provocações à esquerda etc. Abordaremos com maior detalhamento as redes sociais de Bolsonaro na página 218

por meio da Lei para apenas 3 mil reais¹¹⁹. Também se esforçou para garantir o controle da pasta sobre os recursos disponibilizados pela Lei Paulo Gustavo, e quando o Senado manteve a proposta inicial da Lei, que garantia a gestão dos recursos federais pelos estados e prefeituras, recomendou ao presidente Bolsonaro que a vetasse. Por outro lado, se esforçou em ampliar o acesso aos recursos públicos da pasta a projetos que envolvessem a posse de armas de fogo, lutas marciais e outras atividades identificadas com o bolsonarismo.

A passagem de Frias pela Secretaria não teve o perfil de construção da mentalidade conservadora cristã, ele optou por fazer da pasta uma trincheira contra a esquerda e sua “agenda” - aí sim, utilizando as mesmas narrativas de Alvim -, como ideologia de gênero e outras. Por mais conturbada que tenha sido, esse período na Secretaria Especial de Cultura foi suficientemente aproveitado por Mario Frias para angariar notoriedade suficiente no campo bolsonarista e eleger-se Deputado Federal, nas eleições de 2022, pelo Partido Liberal, o mesmo que o do ex-presidente Jair Bolsonaro, com 122.564 votos.

Entre Alvim e Frias há, evidentemente, grandes aproximações ideológicas, comungam das mesmas *narrativas*, se posicionam politicamente no mesmo campo. No entanto, há grandes diferenças entre eles: Alvim é um olavista pleno, vivencia suas *narrativas* de forma olímpica, intelectualizada e messiânica. Crê numa batalha que ocorre em um plano espiritual e se reflete no plano terreno. Seus esforços são pela construção ou pelo resgate do Brasil, recuperando mitos fundadores, criando uma ancestralidade cristã que nos inscreve na civilização judaico-cristã. A luta contra a esquerda não é o cerne de suas aspirações, mas uma demanda imposta pelo inimigo que quer destruir esse futuro predestinado. Frias, por sua vez, comunga das mesmas *narrativas*, mas sem predestinações ou futuros gloriosos. Não há uma escatologia messiânica, e portanto, a luta contra a esquerda é um imperativo. A luta entre o bem e o mal não se dá no plano espiritual, mas no terreno e sua arena é a política. Se para o bolsonarismo olavista a política é um meio, para os bolsonaristas não olavistas ela é um fim em si. Talvez possamos, ainda que superficialmente, separá-los entre bolsonaristas olavistas e bolsonaristas pragmáticos.

Entre Ernesto Araújo e Damares Alves ocorre algo semelhante àquilo que ocorre entre Roberto Alvim e Mário Frias. Araújo é um olavista, sua visão de Brasil é messiânica, Damares é pragmática. Evidentemente que Damares, diferentemente de Frias, é uma líder

¹¹⁹ Poder 360. **Lei Rouanet terá teto de R\$ 3.000 por artista, diz secretário.** 8 de janeiro de 2022.<
(<https://www.poder360.com.br/governo/lei-rouanet-tera-teto-de-r-3-000-por-artista-diz-secretario/>>

religiosa, portanto, a escatologia cristã está presente em seus discursos. No entanto, suas disputas são mais políticas que a do diplomata. Talvez seja pela sua vivência no cristianismo politizado das igrejas neopentecostais, mas é só uma suspeita impossível de ser confirmada concretamente. É mais provável que seja sua experiência de 20 anos como assessora parlamentar no Congresso Federal. O fato é que o pragmatismo e a habilidade de Damares possibilitou que ela se elegeesse senadora da República, pelo Republicanos, com 714 mil, 562 votos, correspondendo a 44,98% do eleitorado do Distrito Federal.

3.3. Política de armas

Talvez a política de armamento civil seja uma das mais sensíveis do governo Bolsonaro. Há dois fatores principais para entender a política de armas do governo Jair Bolsonaro: a primeira delas é a do campo ideológico. Partido de uma interpretação maximalista do liberalismo, a propriedade de armas de fogo é defendida como a realização do direito natural e inalienável à liberdade, pois a liberdade é a expressão máxima da vida, e deve ser defendida pelo indivíduo e, se preciso, ao custo da própria vida. A liberdade é entendida, então, como um direito que deve ser vivido de forma máxima e absoluta. Essa leitura, por sua vez, tem sido levada ao extremo pelos grupos libertarianos, que têm uma visão do liberalismo que chega a defender a máxima Liberdade do indivíduo em todos os aspectos da vida sem nenhuma mediação legal e nenhuma forma de Estado. Esse primeiro aspecto da política do armamento está intimamente ligada às influências ideológicas da cultura estadunidense sobre o bolsonarismo.

O outro aspecto da política armamentista bolsonarista envolve a indústria das armas e grupos políticos alinhados à ela. A ascensão do bolsonarismo e a eleição de Bolsonaro para presidência da República deu notoriedade à pauta do armamento civil como um direito individual à liberdade e à autodefesa. Deixou de ser apenas uma pauta de interesse da indústria das armas e de um público bastante segmentado para despontar em amplos debates públicos, nos mais distintos e às vezes Improváveis espaço, como por exemplo as falas do pastor Augustus Nicodemus, então vice-presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil, que, em conferência para jovens evangélicos, ocorrido em 2018, disse: “Se for para defender minha família, meus filhos, minha mulher, ou minha própria integridade, havendo risco, eu atiro pra matar mesmo”.

Aliás, a ascensão do bolsonarismo fez com que viesse à baila padres como Marcelo Tenório, Edvaldo betioli, Paulo Ricardo, Almir Roma, entre outros, e pastores como o já citado Augustus Nicodemus, Mauro Sérgio Aiello e René Arian que defendem o armamento civil utilizando para isso argumentos retirados da Bíblia. Com o advento das redes sociais tais sacerdotes ficaram muito famosos no período que antecede as eleições de Jair Bolsonaro. Eles apareceram em vídeos que registraram suas pregações, suas falas públicas, entrevistas, suas vídeo-aulas e seus cultos, em todos eles os sacerdotes legitimavam a posse e o uso da arma para a legítima defesa e defesa da propriedade¹²⁰. Há até um vídeo que registra o momento em que um desses pastores benze várias armas de diversos calibres colocados à sua frente¹²¹.

O outro fator de entendimento da política de armas do governo Jair Bolsonaro é o próprio mercado de armas. A defesa do armamento civil feita por Bolsonaro ao longo de sua vida política fez com que as empresas fabricantes de armas vissem nele o legítimo representante de seus interesses. O mercado de armas é formado, por um lado, por consumidores ávidos pelo direito irrestrito de possuir e portar seu armamento, e do outro lado, há empresas ávidas pelo mercado consumidor brasileiro, formado por milhares de pessoas potencialmente compradoras de seus produtos. Entre ambos há a legislação brasileira que faz severa regulação desse mercado no país. Assim, para os polos desse mercado, Bolsonaro não é apenas um defensor, mas alguém cujo governo representou a realização do encontro entre eles.

Todavia, a questão do armamento civil é antiga no Brasil, com as empresas do setor organizando fortes *lobby* de defesa de seus interesses. O governo de Jair Bolsonaro não é o primeiro a ver o setor como um forte segmento industrial sem se preocupar com as consequências da sua produção. Em 2012, por exemplo, o governo Dilma Rousseff realizou grandes incentivos à produção de armas do Brasil, como mostra matéria veiculada pelo portal Agência Pública intitulada **Brasil, Produtor e Exportador de Armas**¹²², em 27 de janeiro de 2012. O mesmo portal, em matéria intitulada **Em Cinco Anos, 4,3 Milhões de Armas Nas**

¹²⁰ MOURA, Matheus. **Pastores Usam a Bíblia Para Defender Posse de Armas de Fogo no Brasil**. Agência Pública. 19 de abril de 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/04/empresas-de-armas-e-seguranca-miram-governo-e-policias-para-lucrar-com-guerra-urbana/>>

¹²¹ **Pastor “abençoa” armas de policiais após culto em Curitiba**. Poder 360. 15 de março de 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/pastor-abencoa-armas-de-policiais-apos-culto-em-curitiba/>>

¹²² VIANA, Natalia. **Brasil, Produtor e Exportador de Armas**. Agência Pública. 27 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://apublica.org/2012/01/brasil-produtor-exportador-de-armas/>>

Ruas¹²³, de 27 de janeiro de 2012, informa que entre 2007 e 2012 mais de 4 milhões e 300 mil armas de fogo foram comercializadas no Brasil, considerando apenas as de fabricação nacional. Esse número foi considerado muito além do que esperavam os especialistas, configurando já naquela época um cenário perigoso. Na mesma matéria informa-se que em evento voltado para empresários do setor de armas, José Genoíno, então ministro da defesa, e Luciano Coutinho, então presidente do BNDES, apresentavam propostas do governo para incrementar um pólo industrial do segmento na região do ABC, no Estado de São Paulo. Pesquisadores da área da Segurança Pública, ainda segundo a matéria do portal Agência Pública, demonstravam grande preocupação a respeito. Eles informaram ao portal alguns números ligados à morte por armas de fogo no país, sendo, um dos mais assustadores, o fato de que a chance de se morrer por arma de fogo era 2,5 vezes maior no Brasil do que em qualquer outro país. Para a mesma reportagem foi consultado o delegado da Polícia Federal Marcus Vinicius da Silva Dantas, da Divisão de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas (DARM), que afirmou que “os responsáveis por abastecer os criminosos brasileiros não são os traficantes internacionais. A maioria são armas antigas que acabaram na clandestinidade. Muitas compradas por ‘cidadãos de bem’ que venderam para conhecidos, que venderam para desconhecidos. Assim a arma chega ao criminoso”.

Percebe-se que as relações entre governos e empresas do setor são antigas, e independem da coloração partidária. No entanto, enquanto o governo Dilma via uma oportunidade que navegava entre o interesse econômico e o compromisso com a Lei 10.826, o Estatuto do Desarmamento, para Bolsonaro não houve oscilação, seu governo foi colocado a serviço dos interesses do setor.

Todavia, a empreitada do governo Bolsonaro não era solitária. Certamente, uma das principais forças políticas desse movimento pelo armamento civil é a chamada bancada da bala. Trata-se do grupo de parlamentares que historicamente coloca-se na radical defesa dessa pauta, além de assumirem uma posição de populismo penal, punitivismo e fortalecimento dos aparelhos de repressão de Estado. O termo bancada da bala surgiu de maneira informal por volta do ano 2000, quando um grupo de parlamentares da época se colocou em oposição ao PL 292/1999 que então passou a tramitar no congresso e que resultaria na lei 10.826, o Estatuto do Desarmamento. A bancada manteve-se, desde então, articulada, e com o passar das eleições - perdendo alguns parlamentares e ganhando outros - esse grupo se tornou cada

¹²³ VIANA, Natalia. **Em Cinco Anos, 4,3 Milhões de Armas Nas Ruas**, de 27 de janeiro de 2012. <<https://apublica.org/2012/01/em-cinco-anos-45-milhoes-de-armas-nas-ruas/>>

vez mais notório dentro do Parlamento, depois junto à imprensa e por fim seu nome generalizou-se junto à opinião pública (MIRANDA, 2019, pág. 41).

Relatório do Instituto Sou da Paz¹²⁴, atualizado em 01 de agosto de 2022, informa que até aquela data já haviam sido mais de 40 decretos assinados por Bolsonaro que facilitaram o acesso à armas - inclusive aquelas anteriormente consideradas de uso restrito -, à munição e relaxamento das ações de fiscalização e vigilância. Um desses decretos reduziu drasticamente a verba destinada ao órgão de controle de armas do Exército Brasileiro, conforme informa matéria do jornal O Globo, intitulada **Exército reduz orçamento para fiscalização de CACs para menos da metade**¹²⁵, e publicada em 01 de agosto de 2022.

Na prática, o conjunto de decretos e outros instrumentos legais e administrativos para a política de armamento de Bolsonaro tiveram como consequência o rápido aumento de circulação de armas e munições. Reportagem veiculada pelo portal G1, em 19 de janeiro de 2023, intitulada **Governo Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022**, além dos números relativos aos desdobramentos da política de armamento de Bolsonaro indicados em seu título, informa ainda que, até 2018, havia um pouco mais de 117 mil e 500 portadores de registro de Caçador, Atirador e Colecionador, mas depois da eleição de Bolsonaro, o número saltou para um pouco mais de 673 mil e 800 registrados. No primeiro ano de governo Bolsonaro foram liberadas 78 mil, 335 armas, em 2020, foram 137 mil, 851 armas, e em 2021, foram 257 mil, 541 armas, até chegar ao número de 451 mil, 11 liberações no ano de 2022, correspondendo aos 47% do total de liberações indicados no título da reportagem¹²⁶. Por conta dessas políticas, o número de CACs no Brasil é superior ao número de policiais militares ou do efetivo das forças armadas brasileiras. Reportagem do portal GZH¹²⁷, informa que, até a data de 01 de julho de 2022, enquanto o número das pessoas registradas como CACs superaram os 673 mil registros, o número de policiais militares era de 406 mil, e 360 mil o do efetivo das forças armadas.

¹²⁴ Disponível em: <<https://soudapaz.org/canetagatilho/>>

¹²⁵ RIBEIRO, Aline. **Exército reduz orçamento para fiscalização de CACs para menos da metade. Jornal O Globo.** 29 de julho de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/exercito-reduz-orcamento-para-fiscalizacao-de-cacs-para-menos-da-metade.ghtml>>

¹²⁶ STABILE, Arthur. **Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022.** Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml>>

¹²⁷ VALFRÉ, Vinícius; AFFONSO, Julia. **Número de caçadores, atiradores esportivos e colecionadores de armas no Brasil supera o de PMs.** Portal GZH. 26 de julho de 2022. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2022/07/numero-de-cacadores-atiradores-esportivos-e-colecionadores-de-armas-no-brasil-supera-o-de-pms-cl62vxxxe009u01gs4pbr3wjc.html>

O principal *locus* de organização dos CACs são os clubes de tiro, um segmento de grande poder econômico, assim como se mostrou também com grande potencial de financiamento de campanhas eleitorais e de mobilização de eleitores. A Folha de São Paulo, na sua edição de 26 de setembro de 2022, trouxe matéria intitulada **Empresários e Donos de clubes de tiro Financiam Candidatos Armamentistas**¹²⁸, informa que, na ocasião, 91 candidatos que já haviam feito suas prestações de conta receberam, juntos, 50 milhões de reais desse segmento em apoio às suas campanhas eleitorais. A matéria destaca, ainda, que muitos candidatos alinhados ao então presidente Bolsonaro e alinhados à sua política armamentista fizeram campanha nos clubes de tiro, nas eleições de 2022. Ainda a segundo matéria, é importante destacar que graças às políticas de flexibilização dos regramentos de acesso às armas implementadas pelo governo Bolsonaro possibilitou que o número de clubes de tiro aumentassem em até 1.162%, para efeito comparativo, no final do ano de 2019 havia no Brasil 151 clubes de tiro, que chegaram, no mês de junho de 2022, a 1.906.

Para além disso, a política de armamento do governo Bolsonaro associado à organização bolsonarista politizou os CACs, tornando-os em uma força política de grande expressão. Como tal, CACs se organizaram no Movimento Pró Armas que, por sua vez, formalizaram-se na Associação Nacional Movimento Pro Armas-Ampa¹²⁹, em 2022, tendo como presidente o advogado Marcos Zborowski Pollon. Já a Associação esteve à frente de 34 candidaturas ao Congresso (Câmara e Senado) e governos estaduais, em 2022, conforme notícia matéria publicada pelo Estado de São Paulo, em 26 de julho do mesmo ano, intitulada **CACs lançam 34 candidatos ao Congresso e organizam partido político**¹³⁰. Um dos candidatos foi o próprio presidente da Associação Nacional Movimento Pró Armas-Ampa, que concorreu pelo PL e foi eleito deputado federal pelo Mato Grosso do Sul com a maior votação daquele estado, sendo 103.111 votos. Dos 34 candidatos apoiados pela Associação, 23 deles foram eleitos, segundo reportagem publicado pelo portal da Revista veja, em 3 de

¹²⁸ LOPES, Raquel; MARCHESINI, Lucas. **Empresários e Donos de clubes de tiro Financiam Candidatos Armamentistas**. Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano. 26 de setembro de 2022.

¹²⁹ Dados cadastrais da empresa: <<https://cnpj.biz/37545009000198>>

¹³⁰ VALFRÉ, Vinícius; AFFONSO, Julia. **CACs lançam 34 candidatos ao Congresso e organizam partido político**. Portal Estado de São Paulo. 26 de julho de 2022. Disponível em <[-125-](https://www.estadao.com.br/politica/maior-grupo-armado-do-pais-cacs-lancam-34-candidatos-ao-congresso-e-organizam-partido-politico/#:~:text=A%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20presidida%20por%20Marcos,vamos%20criar%20um%20partido%20pol%C3%ADtico.>></p></div><div data-bbox=)

outubro de 2022¹³¹. Como quase um desdobramento natural, esse grupo de deputados eleitos com apoio da Ampa busca tanto constituir uma “bancada” no congresso nacional quanto formar um partido político, segundo afirmou o deputado Pollon. Seja como for, já tramita no Tribunal Superior Eleitoral¹³² a formalização do Partido da Segurança Privada, cujo presidente é o empresário da segurança privada Kelson Renato Ribeiro, e no estatuto¹³³ do partido se lê

Art. 2º O Partido da Segurança Privada - PSP constitui-se como instrumento de realização do processo político, fiel à Constituição da República do Brasil e aos princípios da soberania popular e da representação política, da separação de poderes, do estado democrático de direito, da forma federativa, da limitação do poder, da periodicidade dos mandatos, da moralidade, da transparência, da eficiência, da descentralização, da austeridade, da responsabilidade e da evolução gradual e natural da sociedade para a permanente proteção da vida, da família, das liberdades individuais, da legítima defesa, da propriedade privada, da livre iniciativa, dos valores culturais e religiosos dos brasileiros, defendendo a garantia da ordem social, moral e jurídica, da segurança pública e da estabilidade política e econômica, a fim de formar cidadãos livres e conscientes e garantir-lhes voz. (Imprensa Nacional, 2021)

Assim percebemos que a questão do armamento é mais uma daquelas que não surge com Bolsonaro, mas que tem nele um ponto de intensificação e realização política. Dizendo de outra forma, se Bolsonaro não foi o responsável por criar tais demandas, o seu governo se tornou momento em que essas demandas assumiram um caráter de política de Estado. Além disso, o bolsonarismo fez com que essa pauta, da mesma maneira que fez com algumas outras, deixasse de ser uma pauta de nicho e se tornem pautas populares com força suficiente, inclusive, para deslocar e colocar em posição defensiva pautas progressistas contrárias, muitas delas, antes, até bastante populares.

3.4. Militarização do Estado

No bojo da ascensão do bolsonarismo, ou seja nos movimentos políticos que antecederam a eleição de Bolsonaro em 2018, já acontecia o surgimento de candidatos aos parlamentos brasileiros oriundos do serviço militar, sejam eles das Forças Armadas ou das polícias

¹³¹ BECHARA, Victoria. **Grupo pró-armas elege 23 parlamentares e forma ‘bancada dos CACs’**. Portal Revista Veja. 3 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/grupo-pro-armas-elege-23-parlamentares-e-forma-bancada-dos-cacs>>

¹³² Informações do TSE sobre o Partido da Segurança Privada está disponível em: <<https://www.tse.jus.br/partidos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao>>

¹³³ Estatuto do Partido da Segurança Privada está disponível em: <<https://www.psp73.org.br/>>

militares - forças auxiliares das Forças Armadas -, e das polícias civil e federal. Cada vez mais ficou comum e notório o número de candidatos e eleitos que apresentam à frente de seus nomes a sua patente militar ou sua designação funcional na segurança pública.

Acreditamos ser importante lembrar que esse processo começa bem antes. Quando Dilma se reelegeu em 2014 passou a buscar uma aproximação com os setores conservadores da política nacional, simbolicamente falando, a substituição da consigna do primeiro governo, que era “Brasil, país rico é um país sem pobreza” para o da nova gestão, “Pátria Educadora”, vale mencionar que os dois governos Lula usaram o mesmo lema: “Brasil, um país de todos”. Enquanto o termo “pátria” é geralmente utilizado pela direita conservadora, é comum nos documentos do Partido dos Trabalhadores e de seus governos o termo “país” ou, em menor número, “nação”. Assim, o novo lema parece ter sido elaborado muito mais para soar familiar aos ouvidos conservadores que aos progressistas.

A pesquisa do professor Renato Sérgio de Lima, intitulada **Eleições de Policiais no Brasil e a Força do Partido Policial**, apresenta os seguintes dados: nas eleições de 2010 foram eleitos três deputados federais identificados com as forças de segurança pública e 24 deputados estaduais, nenhum Senador e nenhum Governador. Nas eleições de 2014 foram eleitos 13 Deputados Federais e 27 deputados estaduais que se identificavam dessa forma e ainda nenhum Senador e nenhum Governador. Nas eleições de 2018, foram eleitos cinco senadores, 28 deputados federais, 80 deputados estaduais e ainda dois governadores que se identificavam como agentes de Segurança Pública.

Outro dado interessante apresentado por essa pesquisa é o perfil ideológico de militares e policiais nos períodos eleitorais. Em 2010 o número daqueles que se identificavam como de direita era de 59,4%; como centro-direita; 16,8%; centro-esquerda, 14,9; e de esquerda, 8,9%. Já em 2014, os números eram 66,1%, 15,9%, 10,2% e 7,7%, respectivamente. No ano de 2018, o número daqueles que se identificavam como direita era de 77,7%; 12,3% eram aqueles que se identificavam como centro-direita, os que se identificavam como centro-esquerda eram 7,1%, e por fim os que se identificavam como esquerda eram 2,9%. Segundo os dados dessa pesquisa, portanto, identificamos uma flutuação da identificação ideológica desse segmento e da representação política que elegeram nos períodos eleitorais de 2010, de 2014 e de 2018, ano em que Bolsonaro foi eleito.

Ainda segundo a pesquisa, o bolsonarismo se aproveita da arquitetura da organização originada ainda durante o período da ditadura militar do Brasil para alcançar o seio dos setores militares e policiais. segundo o pesquisador

Por outro lado, Se quisermos romper com esse equilíbrio perverso, onde todos perdem, será preciso criar uma ação de modernização de maior intensidade do que as que hoje garantem a manutenção do status quo existente; que superem as medidas incrementais propostas até aqui e/ou as disputas corporativistas que paralisam. Ainda mais quando seu discurso 'antissistêmico' do bolsonarismo turva as fronteiras entre o conservadorismo político legítimo que tende a conquistar corações e mentes dos policiais - e de seus representantes candidatos - e o reforço de tentações autoritárias reacionárias, violentas e antidemocráticas, que não podem ser toleradas. (LIMA, 2021, pág. 177)

A busca pela política por parte de policiais e militares é antiga e apresenta particularidades interessantes. A detalhada pesquisa **Da Polícia à Política: Explicando o Perfil dos Candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados**, de Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) observou a participação de policiais em eleições federais entre os anos de 1998 e 2014, separando os seus partidos entre *grandes de direita, pequenos de direita, grandes de esquerda, pequenos de esquerda, grandes de centro, pequenos de centro e pequenos fisiológicos*. Os resultados apontaram que, ao longo do período investigado, houve uma clara oscilação na qual a maioria dos candidatos militares/policiais buscaram cada vez mais os partidos pequenos fisiológicos “que eles passam de 10,0% dos candidatos, no início da série, a 22,5%, ao final” (BERLATTO, CODATO, BOLOGNESI, 2016, pág. 107). Os pesquisadores acreditam que a flutuação ocorre por conta de quatro ordens de fatores principais, sendo eles:

- legal: provocado, principalmente, pelos impedimento legal imposto aos militares de filiarem-se aos partidos políticos, e, conseqüentemente, “faz com que os laços de lealdade com as organizações partidárias sejam altamente efêmeros e a escolha dessa ou daquela sigla muito contingente e ligada a fatores regionais, pessoais etc” (BERLATTO, CODATO, BOLOGNESI, 2016, pág. 108);
- político: a legislação eleitoral faz com que os partidos tenham como estratégia eleitoral lançar o maior número possível de candidatos, visando

assim alcançar uma massa votos suficientes para conquistam mais cadeiras nos parlamentos, conseqüentemente, há o rebaixamento no programa político e a valorização de candidaturas centradas na própria figura do candidato e não do partido e seu programa;

- organizacional: a capacidade dos candidatos militares em aglutinar em torno de si a sua categoria que passa a acreditar em sua capacidade de representá-la em suas demandas profissionais. Um exemplo apresentado no estudo foi a eleição do Cabo Daciolo, para a Câmara Federal, nas eleições de 2014, depois de ganhar notoriedade após liderar uma potente greve de bombeiros militares, no Rio de Janeiro, em 2011;

- ideológico: trata-se do posicionamento radicalmente contra a comunidade política tradicional, tanto os políticos em suas individualidades quanto os partidos. Por isso, a filiação aos partidos fisiológicos é uma estratégia que lhes garante maior liberdade e, ainda, têm um fator propagandístico já que se torna um fator de diferenciação em relação aos políticos tradicionais, um “sacrifício” que se faz para poder desafiá-los.

Essa pesquisa é interessante porque, ao ser cotejada com a pesquisa anteriormente comentada - **Eleições de Policiais no Brasil e a Força do Partido Policial**, de Renato Sérgio de Lima -, percebe-se como a entrada de militares e policiais na política, e a partir disso, buscando ao longo do tempo os partidos *fisiológicos de direita* tem sido um processo contínuo desde, pelo menos, o ano de 1998. Isso ajuda a explicar como que, entre as eleições de 2018 e 2022, esses partidos que passaram a abrigar tais políticos militares/policiais ocuparam o lugar que anteriormente era do PSDB como maior partido em oposição à esquerda. Isso pode ser um elemento que, se não explica, ao menos ajuda a entender o porquê a pauta da segurança pública se tornou, cada vez mais, uma pauta prioritária para a população¹³⁴. Pesquisas periódicas realizadas pela Confederação Nacional da Imprensa, a CNI¹³⁵, por exemplo, apontam que nos anos que antecederam a eleição de Bolsonaro, 2016 e 2017, a pauta manteve-se em 4ª posição dentre as preocupações populares, sendo 33% e 38%,

¹³⁴ Essa pauta é tão presente, que os programas sensacionalistas são quase que entretenimentos já naturalizados.

¹³⁵ CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Desemprego, corrupção e saúde são principais problemas do Brasil**. Retratos da Sociedade Brasileira, Ano 7, Número 41, Janeiro 2018. Disponível em <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d8/80/d8809d69-ae2c-47f2-8a4b-30cde9d92b11/retra_tosdasociedadebrasileira_41_problemasprioridadespara2018_v1.pdf>

respectivamente, atrás apenas dos temas “desemprego”, “corrupção”, e “saúde”, demandas que foram repetidamente gritadas nas ruas nos atos de 2013, por exemplo, e também nas manifestações “não vai ter Copa!”, em 2014. São demandas que podemos considerar do imediato, da sobrevivência - da biopolítica, diria Jacques Rancière -, cujas soluções são vistas, muitas vezes, em ações contundentes, e não necessariamente estratégicas, e embora não tenhamos muitas pesquisas que apontem essa relação, a eleição de tantos políticos que tenham a segurança pública como uma das principais pautas e que defendem, justamente, soluções contundentes, parece ser um grande indício dela. Apenas para estimular uma reflexão a respeito, na mesma pesquisa o tema “qualidade da Educação”, está em 5ª colocação, mas tem menos da metade da porcentagem da segurança pública, 14% e 13%, respectivamente. E o tema “pobreza/fome/miséria”, que pode ser visto como um dos motivos da violência pública e, portanto, deveria ser visto como um caminho para sua resolução, mas cujos investimentos são na área social e não policial, e são de longo prazo e não contundentes, ficou apenas em 8ª colocação na pesquisa, com 10% das menções em ambos os anos.

Evidentemente que a pauta da segurança pública é legítima porque a sua situação é crítica, e não é de agora. O documentário **Notícias de uma Guerra Particular**, roteirizado e dirigido por João Moreira Salles e Kátia Lund, em 1999, aborda a questão da guerra travada entre as forças de segurança pública e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, naquele período. Feito a partir de uma série de entrevistas com pessoas envolvidas, policiais, traficantes e população das regiões mais precárias fazem relatos dessa guerra aparentemente sem sentido. Um dos entrevistados é Hélio Luz¹³⁶, então chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Sua participação teve um papel tão determinante para desvelar o sentido oculto dessa guerra que ela foi disponibilizada na íntegra, posteriormente. Diz Hélio Luz

A instituição que existe é uma instituição que foi criada para ser violenta e corrupta. E o pessoal estranha, e por que foi criada para ser violenta e corrupta? A polícia foi criada para fazer a segurança do Estado e a segurança de elite. Então eles se protegem com o pessoal que foi recrutado na periferia, boa parte foi recrutada na periferia. Então, eles dão poder a esses homens, né, e não dão um salário, é quase um salário mínimo que eles recebem, e mandam ele se virarem E quanto a necessidade de proteção do patrimônio, entende?, na proteção do patrimônio sempre foi permitido sempre foi tolerado o uso da violência. Então, essa polícia foi feita para ser

¹³⁶ Luz estava à frente da Polícia Civil do Rio de Janeiro, entre 1995 e 1997, quando foram presos grandes chefes do crime, como Marcinho VP e Fernandinho Beira-Mar. Também no período, ele foi responsável pela diminuição do crime de sequestro, indo de 108, em 1995, para 58, em 1997. Foi deputado federal por uma única vez, pelo Partido dos Trabalhadores, entre 1999 e 2002, optando por não continuar na política.

corrupta e violenta, porque? Porque como é que você vai admitir que um homem da classe dominante vai se sujeitar, igual a qualquer homem comum, a entrar num inquérito, entrar numa ação penal, a ser julgado e tal Polícia chega e separa: não são todos iguais perante a lei. A polícia é feita para isso todos são iguais perante a lei. Depende de quanto cada um ganha, então, quem ganha mais de 5 mil de 20 mil reais, não precisa nem chegar isso, se ganhar mais de 2 mil reais tem outro tratamento... Isso é todas as polícias é assim só que lá a classe média lá está dentro da polícia a classe média do primeiro mundo está dentro da polícia então o padrão deles, entende, vai refletir isso. Aqui não... ela cumpre bem o seu papel de proteger o Estado e a classe dominante. Então, ela sempre foi violenta, ela sempre foi corrupta e sempre se tolerou isso Ponto de 90 para cá começar a reclamar disso querer uma polícia voltada para proteger a sociedade, aí inverteu, deu 180 graus. Agora, só que essa polícia não existe. Então vai ter que construir essa polícia, ela vai ter que ser construída. Essa é a questão.(CANAL HÉLIO LUZ, 2021)

A questão é que essa contradição ainda não foi resolvida, nem superada. A violência policial continua sendo parte da realidade brasileira, enquanto a periferia permanece sendo o local de recrutamento de policiais que receberão salários baixíssimos, criando um curto circuito perigoso de corrupção, violência e crime. Uma guerra particular. Os militares/policiais atuam politicamente nessa contradição, mas são poucos, e cada vez menos, os que apresentam soluções realistas que escapem desse círculo (BERLATTO, CODATO, BOLOGNESI, 2016). O que oferecem a maioria desses políticos são resoluções imediatistas que somente intensificam esse círculo.

Após sua eleição, a militarização do Estado passou a ocorrer também no executivo, ocupando os gabinetes do governo Bolsonaro. Não apenas os Ministérios passaram a ser ocupados por oficiais reformados ou não, mas também no segundo e terceiro escalões da administração federal. Também houve a manutenção do novo status do Ministério da Defesa que passou a ser encabeçado por um militar e não mais por um civil, mudança essa que ocorre no governo Michel Temer atendendo a uma perspectiva conservadora do estado que emerge a partir da deposição da presidente Dilma Rousseff.

Sobre esse tema, a pesquisadora Flávia de Holanda Schmidt (2022), coordenou pesquisa junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o IPEA, que analisou a presença de militares no Governo Federal, no período entre os anos de 2013 até 2021, portanto nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Segundo esse estudo, no período houve um aumento de 59% de militares em funções comissionadas no

Governo Federal. No entanto, quando se observa apenas a presença de militares nos postos civis o aumento é de 193%.

Embora esse aumento seja progressivo entre os anos de 2013 e 2021, ele se intensificou drasticamente a partir do governo Jair Bolsonaro. Em 2018, último ano do governo Temer, o número de militares na administração Federal era de 2.372; já no ano de 2021 esse número aumentou para 3.041 funcionários¹³⁷. Se considerarmos somente os postos civis, o número saltou de 638 para 1085. Outro dado extremamente significativo é o aumento de militares nos postos mais altos do funcionalismo público, no qual o número de militares aumentou mais de 60% em relação ao ano de 2018. E dentre esses cargos elevados, se considerarmos tão somente os de maior poder de decisão, a presença de militares teve um aumento de 204%. Além disso, ainda segundo a pesquisa do IPEA, no período de 2018 a 2021, houve um aumento significativo de 52% de presença de militares nas empresas estatais federais.

Para dar condições administrativas ao aumento da participação de militares na administração federal, inclusive aqueles ainda na ativa, o governo Jair Bolsonaro publicou série de decretos que no conjunto alteraram os regimentos da atuação de militares nos gabinetes do Governo Federal (SCHMIDT, 2022, pág. 4).

3.5. A Militarização do sonho olímpico

A militarização da sociedade ocorreu em diversas iniciativas. Uma delas, aparentemente menos significativa, mas que acreditamos poderia ter um grande potencial propagandístico não fosse a pandemia, foi o Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR) do Ministério da Defesa. Instituído pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. Trata-se

¹³⁷ No ano de 2020 circularam informações acerca de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União dando conta de que havia no governo Bolsonaro mais de 6 mil militares em exercício. No entanto, a nota técnica do IPEA aprofunda tal levantamento e faz uma devida diferenciação sobre a relevância dos cargos ocupados para a consecução de políticas públicas de interesse do governo. Na nota lê-se: “*Em 2020, foi realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) um levantamento que indicava a existência de 6.157 militares no governo naquele ano, e recuperava a evolução da presença desses militares em diferentes tipos de situações de ocupação de cargos civis. A operacionalização adotada pela Corte de Contas identificava ‘as situações de militares ativos ou inativos que estão recebendo vencimentos/proventos em órgãos civis’ (...). Os dados indicam que, em 2020, 1.969 dos militares identificados são inativos que foram contratados por tempo determinado para atuarem no INSS. Outro grupo representativo identificado são os 1.249 militares que acumulam cargos civis como profissionais de saúde, seguidos dos 179 militares que atuam como docentes. A soma destes três grupos representa 55,2% dos 6.157 militares identificados pelo TCU. Contudo, é razoável supor que os 2.643 militares que foram identificados como recebendo proventos ou vencimentos por ocuparem cargos em órgão civil estejam no centro da recente preocupação social sobre o tema. Em primeira análise, pelos dados apresentados na tabela 1, esse contingente representaria uma expansão de 34,5% em 2020 em relação ao quantitativo existente em 2016. Ainda que o aumento seja numericamente expressivo, qualificações adicionais relacionadas aos níveis decisórios dos cargos ocupados são necessárias para se avaliar se esta trajetória é ou não relevante para o processo de produção de políticas públicas.*” (SCHMIDT, 2022, pág. 4)

de uma iniciativa na qual atletas, por meio de aprovação em edital disponibilizado pelas Forças Armadas, incorporam-se a uma das Forças, com patente de terceiro sargento, e passam a receber todos os benefícios compatíveis, tais como: vencimentos, assistência médica e odontológica e outros, e recebem também serviços de fisioterapia e nutrição e ainda têm à sua disposição as instalações desportivas militares para treino. Mas, assim que incorporados, são obrigados a passar por processo de treinamento e formação militar compatível com a patente. Os atletas podem treinar em seus clubes, mas periodicamente passam por reciclagem e treinamentos militares. Além disso, ficam à disposição das Forças Armadas para representá-las em torneios militares, como o tradicional Jogos Mundiais Militares.

É sintomático o fato de que, embora o governo tenha feito imensos cortes nos gastos públicos nos governos Temer e Bolsonaro - inclusive nos programas voltados aos atletas olímpicos -, o Ministério da Defesa fez um aumento de 25% nos recursos do Programa Atletas de Alto Rendimento, tornando-se, assim, uma das poucas alternativas restantes aos esportistas. Os atletas militares nas Olimpíadas de Tóquio, em 2020, correspondiam a 30% da delegação brasileira. Nos Jogos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2016, período de franca ascensão do bolsonarismo, os militares correspondiam a 60% da delegação brasileira.

Embora não sejam obrigados a prestar continência à bandeira nacional, o gesto se tornou comum dos Jogos Pan-Americano de 2015 em diante, e a partir do governo Bolsonaro, foi visto como um gesto político por parte dos atletas que o fizeram. Ainda há que se fazer pesquisas a respeito do impacto que causa a incorporação de atletas de alto nível à vida militar e como isso se expressa na forma como eles se comportam em jogos de grande visibilidade. É sabido e pesquisado o quanto o esporte pode ser usado como instrumento de propaganda de um governo, seja diretamente ou de maneira enviesada; para a propaganda do regime militar, por exemplo, o esporte serviu a diferentes objetivos propagandístico em diferentes momentos e contextos, desde representação do sucesso do regime, passando à exaltação da nação e, já no ocaso do regime, como valorização do popular (OLIVEIRA, 2012). Seja como for, pensar o esporte como instrumento de propaganda é parte da história das Forças Armadas brasileiras, por isso contar com atletas de alto rendimento no pódio dos Jogos Pan-Americanos ou os Olímpicos prestando continência tem um imenso poder de comunicação. Infelizmente, para o governo Bolsonaro, os Jogos Olímpicos de Tóquio, que ocorreram durante seu mandato, foram marcados pelos impactos da pandemia de COVID-19, e conseqüentemente, era praticamente impossível se aproveitar dos sucessos militares no evento. Mas, por outro lado, Bolsonaro soube aproveitar do uso de camisetas de times de

futebol e, mesmo, participar da comemoração em campo, entre os jogadores, de conquistas, como fez, quando presidente eleito, em dezembro de 2018, entrou no campo para festejar com a equipe da Sociedade Esportiva Palmeiras o título campeão brasileiro que acabara de conquistar¹³⁸. Ou quando a Seleção Brasileira conquistou a Copa América, em 2019¹³⁹, ocasião em que também entrou no gramado para segurar a taça junto aos jogadores.

¹³⁸ PIRES, Breiller. **Palmeiras dá a Bolsonaro a honra de ser maior que seu próprio título**. El País. 3 de dezembro de 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/deportes/1543877645_183293.html> Consultado em 20 de maio de 2023.

¹³⁹ Globo Esporte. **Entre vaias e aplausos, Jair Bolsonaro participa de cerimônia e segura taça da Copa América**. 7 de julho de 2019. Disponível em <<https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/entre-vaias-e-aplausos-jair-bolsonaro-participa-de-cerimonia-de-premiacao-da-copa-america.ghtml>> Consultado em 20 de maio de 2023.

CAPÍTULO 2

GUERRA CULTURAL: EM BUSCA DE UM ENTENDIMENTO

Nos dias finais de fevereiro de 2022 espalhou-se por diversos canais de redes sociais a notícia de que o presidente Jair Messias Bolsonaro foi o responsável por certo movimento de desmobilização das forças russas que então acampavam junto às fronteiras com a Ucrânia¹⁴⁰. O presidente brasileiro estava em visita ao seu homólogo da Rússia, e teria aproveitado a ocasião para demovê-lo do intento de invadir o país vizinho. Essa ação de Bolsonaro teria sido inspirada pela vontade de Deus, que usou o político como uma espécie de instrumento para garantir a paz naquela região. Dias depois do regresso do presidente ao Brasil, as forças russas iniciaram a intervenção especial militar na Ucrânia, pondo por terra a factóide bolsonarista. Não causa nenhum constrangimento ou decepção entre os apoiadores do presidente o fato dos acontecimentos derrubarem aquela *narrativa política* porque os efeitos das factóides nem sempre precisam ser duradouras, nesse caso em particular, foram suficientes para alimentar o mito que une Bolsonaro à vontade divina. Por mais fantasiosa que seja essa notícia, ela é um dos factóides políticos (popularmente chamada no Brasil pelo termo em inglês *fake news*) que integram uma estratégia chamada de *guerra cultural* e que se tornou parte comum do que chamamos de bolsonarismo. Evidentemente que algumas explicações precisam ser feitas pelo bem do que pretendemos expor nesta tese. A experiência do governo Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) ainda é muito recente, bem como ainda são presentes as suas consequências, como o Congresso Federal que se formou nas eleições de 2022 que conta com diversos deputados e senadores eleitos por partidos alinhados ideologicamente com o ex-presidente. Por isso, é quase natural que informações e elaborações a seu respeito sejam costumeiramente chamuscadas pelo calor do momento. É claro que isso não invalida a maioria das análises atuais, mas contamina boa parte delas, com algum grau de insuficiência ou incompletude. Muitas vezes, elas surgem para responder a uma questão de ocasião, prestar uma contribuição a um debate de momento, e o faz com certa efetividade, mas acabam deixando muitas lacunas, o que é natural em formulações realizadas nessas situações.

¹⁴⁰ Conforme noticiou a CNN Brasil, a agência de pesquisa Qaest apontou que, na ocasião, 22% dos entrevistados em pesquisa sobre a matéria acreditavam que Bolsonaro era responsável pelo momentâneo recuo das forças russas que, naquela altura, se postavam nas fronteiras com a Ucrânia. Conferir: BRITO, José. **22% acreditam em notícia falsa sobre recuo de tropas russas a pedido de Bolsonaro, diz pesquisa**. CNN Brasil. 18 fev 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/22-acreditam-em-noticia-falsa-sobre-recuo-de-tropas-russas-a-pedido-de-bolsonaro-mostra-pesquisa/>>

Todavia, nosso esforço neste trabalho é dar alguns passos atrás para tentar olhar o desempenho de Bolsonaro, o bolsonarismo e sua guerra cultural em perspectiva histórica e cultural mais ampla, observado-os em alguns aspectos específicos que nos parecem necessários. Esses aspectos são, primeiramente, aqueles que dizem respeito ao entendimento do que é o bolsonarismo, qual sua substância política e histórica. Também é fundamental entender o que é a *guerra cultural*, e não apenas em sua expressão bolsonarista, mas como um posicionamento político e um mecanismo de disputa política em longa duração.

Claro é que a *guerra cultural* não é algo novo no país, mas o advento do bolsonarismo significou um forte incremento no seu uso, podemos mesmo falar em uma atualização que ocorreu não apenas nos meios de difusão, mas também de seus conteúdos, visto que serviu para emparelhar um emergente segmento de extrema-direta da sociedade brasileira ao seu congêneres estadunidense. Isso, evidentemente, tem a ver com a expansão do imperialismo, considerando toda a complexidade que constitui essa especificidade do capitalismo.

Algo importante para se saber sobre a guerra cultural é que ela ocorre na mal traçada fronteira entre a política e a cultura, espaço onde a vida cotidiana realmente acontece. É nesse campo fronteiro - que ora parece tão instintivo ora tão racional - que as tradições se tornam práticas, as decisões se tornam ordenamentos, as religiões são cultuadas, o cumprimento das leis são exigidos. Nele, o político sobe às tribunas das instituições para discursar sobre o futuro no exato momento em que um pescador ensina seu filho a como preparar uma isca, da mesma forma que seu pai havia lhe ensinado; o Estado caminha lado a lado às práticas ancestrais.

Assim, a cultura é totalmente determinante na organização política e econômica de uma sociedade, ainda que seja senso comum dizer que a cultura é o “modo de vida de um povo”, como se fosse apenas um conjunto de costumes e hábitos coletivos.

Cultura e política estão imbricadas, fazem parte da constituição da espécie humana, posto que somos uma espécie social e dotada de auto-consciência. O que é significativo e muda as relações que mantemos entre nós é o desenvolvimento não apenas da cultura e da política, mas das percepções que temos delas: se nossa espécie se caracteriza por ambas desde de sua origem, nem sempre tivemos clareza disso e, portanto, vivíamos as relações culturais e políticas como algo natural.

Mas o desenvolvimento de nossas capacidades cognitivas tornaram nossas relações mais complexas, permitindo o aprimoramento de nossas capacidades imaginativas e sociais. Quando da sedentarização da espécie humana, na revolução neolítica, a produção de excedentes exigiu mediações sociais mais elaboradas para garantir a hierarquização das sociedades. Deuses e cultos se tornaram mais complexos, desenvolvemos tecnologias cada vez mais refinadas, seja para a produção de alimentos, fabricação de instrumentos, construção de embarcações e veículos, produzir armas e fazer guerras. Estabelecer rotas de comércio, aprender e ensinar idiomas, fazer anotações e cálculos. A história humana é a história do desenvolvimento das capacidades cognitiva e criativa de homens e mulheres vivendo seu tempo e em seus lugares.

Raymond Williams (1979) localiza no Iluminismo as primeiras discussões modernas a respeito da cultura, ao menos, no ocidente. Ele percebe o conceito se diferenciando em dois significados, o primeiro, como “desenvolvimento íntimo”, “vida interior”, “subjetividade” e afins. a outra acepção tem a ver com a vida social, estando o campo mais específico da antropologia e da sociologia. Da evolução desta segunda acepção decorre a ideia de “culturas”, primeiramente aventada por Heder, para quem, segundo Williams,

o autodesenvolvimento histórico da humanidade... era demasiado complexo para ser reduzido a um desenvolvimento progressivo unilinear que culminasse na 'civilização europeia'. Era necessário... falar de 'culturas' e não de 'cultura', levando-se em conta a variabilidade, e dentro de qualquer cultura, reconhecer a complexidade e variabilidade das forças que lhe davam forma. (WILLIAMS, 1979, pág. 23)

Williams aponta, ainda, que o desenvolvimento da cultura padecia de um problema que ainda se mantém, que é a separação entre a ideia de cultura e a vida material, algo comum ao pensamento idealista, o que limitou as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas culturais mais densas e aprofundadas nas questões sociais e políticas¹⁴¹.

¹⁴¹ A esse respeito, escreveu Raymond Williams: “Assim, as possibilidades totais do conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria ‘modos de vida’ específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social e material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear. Ao mesmo tempo, a significação do conceito alternativo de cultura, definindo a ‘vida intelectual’ e as ‘artes’, foi comprometido pela evidente redução a uma condição de ‘superestrutura’, cabendo o seu desenvolvimento àqueles que, no processo mesmo de sua idealização, romperam as ligações que, no processo mesmo de sua idealização, romperam as ligações necessárias com a sociedade e a história, e nas áreas da psicologia, arte e crença, desenvolveram um forte senso alternativo do próprio processo constitutivo humano.” (WILLIAMS, 1979, pág. 25)

Terry Eagleton, por sua vez, percebe a divisão da cultura em uma perspectiva já politizada. Em sua reflexão, ela leva à distinção entre Cultura e cultura, sendo a primeira identificada com o que é chamado de alta cultura, uma visão elitizada sobre a produção artística, os costumes sofisticados - como frequentar museus e teatros -, e a cultura em seus aspectos mais antropológicos, mundanos, populares. Em seus termos, ele escreve

Neste sentido menos relevante, a cultura, enquanto identidade ou solidariedade, mantém alguma afinidade com o sentido antropológico do termo. Sente-se, porém, desconfortável com o que vê como preconceito normativo neste último, bem como com o seu nostálgico organicismo. É também hostil à tendência normativa da cultura estética, bem como ao seu elitismo. A cultura já não é, na exaltada acepção de Matthew Arnold, uma crítica da vida, mas a crítica de uma forma de vida dominante ou maioritária exercida por uma outra que é periférica. Enquanto a alta cultura é a alternativa falhada à política, a cultura enquanto identidade é a continuação da política por outros meios. Para a Cultura, a cultura é obscuramente sectária, enquanto para a cultura, a Cultura é fraudulentamente desinteressada. Para a cultura, a Cultura é demasiado etérea, e para esta, aquela é demasiado terrestre. Estamos aparentemente divididos entre um universalismo vazio e um particularismo cego. Se a Cultura é demasiado incorpórea e desenraizada, a cultura deseja demasiado uma casa própria. (EAGLETON, 2000, pág. 63)

Ao colocar a divisão no seio da cultura, partido-a em acepções distintas e, de alguma forma, excludentes, ao menos nesse sentido, ele também coloca em discussão as formas como a cultura passa a ser instrumentalizada politicamente. Podemos pensar isso a partir dos debates de grande espectro, como os geopolíticos, como quando a Otan é apresentada como defensora dos “valores ocidentais”, que são definidos como uma ideia vaga de “democracia” que se coloca em oposição aos “regimes autocráticos”, e que a sua defesa, portanto, é uma missão sagrada, como falou em discursos para militares dos EUA baseados na Polônia, conforme noticiou o portal da revista IstoÉ, em reportagem com o título **Biden diz na Otan que defesa da Europa é “obrigação sagrada”**, publicada em 14 de junho de 2021, e também a reportagem publicada pelo portal Época Negócios, intitulada **Na Polônia, Joe Biden diz que democracia está em jogo**, publicada em 25 de março de 2022. Exortações que são, por sua vez, rebatidas por Vladimir Putin, na mesma coloração, em discursos que defendem a cultura russa.

Mas, evidentemente, a forma de politização da cultura mais comum é aquela entre os que defendem a cultura em seus sentidos mais antropológicos, que distingue grupos populares, identidades coletivas, segmentos marginalizados etc, em sua luta constante contra

a Cultura, como vimos, por exemplo, nas defesas que o ex-secretário especial da Cultura, no governo Bolsonaro, Roberto Alvim, fez da alta cultura (ver página 114).

Ainda que o arcabouço cultural seja manipulado nesta ou naquela situação, o fato é que a cultura - em qualquer de suas acepções - são erroneamente percebidas isoladas das questões políticas. Para compreendermos como evoluem as dinâmicas nessa fronteira, no específico contexto da modernidade, acreditamos que a formulação teórica mais adequada foi prestada por Raymond Williams. Ele desenvolveu o que chamou de materialismo cultural, que em suas palavras é “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1977, pág.12). Dentre as várias categorias e dinâmicas elaboradas dentro do universo do materialismo cultural, a que destacamos neste ensaio é a ideia de *cultura comum*.

1. Cultura comum e guerra cultural

1.1. Cultura Comum

Foram profundas as mudanças promovidas pela ascensão da burguesia após superarem os regimes absolutistas. Uma nova e contraditória sociedade emergiu: o brutal processo de industrialização e de urbanização formou uma grande massa de operários apinhados nos bairros insalubres enquanto acentuava-se as diferenças entre a grande e a pequena burguesia. Um dos mais importantes traços dessa emergente sociedade é a formação do espaço público, onde ocorrem as disputas políticas.

Anteriormente, quando o absolutismo ordenava a sociedade, a política era algo muito restrito às camadas mais próximas do poder feudal¹⁴². Além disso, sendo uma sociedade organizada através de relações verticais de parentesco, era quase que totalmente interdita qualquer possibilidade de mudanças, daí sua longa resiliência¹⁴³. Apenas os nascimentos, os

¹⁴² “o caráter irredutivelmente feudal do absolutismo permanecia. Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade fundiária. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à sua mercê” (ANDERSON, 1985, pág 41).

¹⁴³ “Não há necessidade de sublinhar a importância dos vínculos de parentesco na sociedade feudal. Elas constituem sua estrutura principal, a tal ponto que um imenso número de relações que lhes são exteriores se estabelecem conforme o modelo apresentado por eles... É bastante evidente que o movimento demográfico é, em grande parte, comandando pela disposição das estruturas familiares, que todo o jogo da economia se ordena em função da base de produção e de consumo que essas estruturas constituem. Estas orientam também, em larga medida, o desenrolar da vida política, o jogo dos afrontamentos e das alianças, o curso das carreiras. Elas repercutem finalmente de forma muito forte nas atitudes mentais, exercendo notadamente uma influência poderosa sobre a evolução das representações religiosas: o cristianismo dos séculos XI e XII lhes deve, por exemplo, alguns de seus traços mais importantes, quer se trate de práticas funerárias, cujo desenvolvimento muito amplo foi imposto pela consciência familiar; quer se trate das correspondências ambíguas que percebemos entre as reflexões sobre a genealogia de Cristo e as formas de devoção mariana e, por outro lado,

casamentos e as mortes de nobres ou as guerras e as conquistas provocavam alguns sobressaltos no ordenamento cotidiano (HUIZINGA, 2021).

Mas quando a burguesia se constituiu como classe passou a formar sua própria visão de mundo, e nela o iluminismo¹⁴⁴ e o liberalismo¹⁴⁵ ocupavam posição central. Para alcançar seus intentos, os burgueses precisavam que a ordem social deixasse de ser assentada em relações de parentescos que davam a um monarca poderes absolutos e, ao contrário disso, que todas as pessoas estivessem em igualdades de direitos e deveres. Evidentemente que essa demanda seria para garantir aos grandes burgueses poderem decisórios que até então estavam exclusivamente sob a pena dos reis e das rainhas. Tanto é assim que, ao assumir o controle da sociedade, a grande burguesia passou a refrear a revolução que deflagrou; e os tensionamentos sociais deslocaram-se dos conflitos entre absolutismo e burguesia para os conflitos entre burguesia e classe trabalhadora¹⁴⁶. Tensionamentos que se davam, agora, no

as exigências afetivas que nasciam no quadro familiar. Raros são os aspectos da civilização medieval que não podem ser esclarecidos de algum modo pelo conhecimento das estruturas de parentescos” DUBY, Georges. “Estruturas Familiares na Idade Média.” *Idade Média, Idade dos Homens*, Companhia das Letras, 1989.

¹⁴⁴ O iluminismo trouxe para a esfera pública um conjunto de pensamentos, doutrinas e debates que, embora não construíssem uma escola filosófica fechada, traziam em seu bojo a crítica às tradições reais e nobiliárquicas, à religião e seus misticismos e às relações sociais então postas enquanto saudavam a racionalidade, a ciência, a justiça: “*A filosofia do Iluminismo fez sua essa reivindicação. Ela luta em todos os domínios contra o poder do costume, da tradição e da autoridade*” (CASSIRER, 1992, p. 315). Dentre todos os campos de saberes sobre os quais o iluminismo se debruçou, é a *filosofia do direito* o legado mais significativo deixado pelos iluministas aos interesses da burguesia. Na luta contra o absolutismo e a igreja, o direito positivo é a manifestação da razão por sobre as arbitrariedades e que media as relações de todos os homens, ou seja, “*O conteúdo da ideia do direito como tal não tem sua fonte no domínio do poder e da vontade mas no da razão pura. Nenhum ato de autoridade pode mudar ou retirar seja o que for ao que essa razão concebe como existente, ao que é dado em sua pura existência*” (CASSIRER, 1992, p. 322). É do campo das reflexões sobre o direito postas em movimento pelos iluministas que emergirá umas das principais bandeiras da modernidade e que integra o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Dos Homens e dos Cidadãos de 1789: “*Os homens nascem e são livres e iguais em direitos...*”

¹⁴⁵ “*O século XIX é a época do triunfo liberal; desde Waterloo até a eclosão da Primeira Guerra, nenhuma outra doutrina falou com a mesma autoridade ou executou uma tão vasta influência*” (LASKI, 1973, p. 177); nascido no bojo das críticas da burguesia ao absolutismo, assim como o iluminismo, o liberalismo se consolidou como filosofia econômica que amparou ideologicamente a luta da burguesia contra o absolutismo. Seu mote é a primazia do indivíduo em face à sociedade; e assim sendo, a sociedade deve ser formada por cidadãos voltados a cuidar de seus interesses privados. Tais interesses são, por sua vez, mediados por corpo jurídico impessoal e igual para todos. Assim, note-se, a centralidade da sociabilidade liberal é calcada no direito que paira acima de todas as pessoas e instituições. No entanto, destaca-se novamente, que trata-se de uma engenharia baseada nas livres relações entre indivíduos, por isso, o Estado, submetido às leis e delas apenas um operador, deve ter por princípio agir tão somente quando inevitável e em assuntos de mediação e segurança. A livre relação entre os indivíduos - para ser mais exato: a livre-concorrência entre eles -, é a única situação em que as potencialidades pessoais podem concorrer pelo progresso coletivo: ou seja, é o egoísmo que, na busca do melhor para si, propicia o melhor para a sociedade.

¹⁴⁶ “*A sans-culotterie e o movimento popular, fatores decisivos das lutas políticas e sociais depois de 1789 e mais ainda depois das 10 agosto de 1792, estão agora eliminados do cenário. As necessidades da guerra contra a aristocracia, contra a contra-revolução interna e a coalizão estrangeira, haviam imposto por um momento a aliança dos sans-culottes aos Montanheses, obrigando, estes, em contrapartida, a tolerar o ensaio de uma democracia popular. Os proprietários conservam por muito tempo a recordação terrível dessa tentativa: sua liberdade reduzida, o lucro limitado, a plebe impondo-lhes a lei! Inflexível e com a sua consciência de classe reforçada, a burguesia está disposta a impedir a qualquer preço que se renove a experiência do ano II.*”

ambiente dos Estados constitucionais, da democracia liberal, dos debates públicos, da circulação de jornais e livros, dos parlamentos, da organização de trabalhadores em sindicatos, ligas e partidos.

Todas essas mudanças não se concentram apenas nas relações objetivas, mas também modificaram as relações subjetivas que configuram o cotidiano¹⁴⁷. Novos significados e sentidos se formaram enquanto velhas tradições foram subsumidas ou atualizadas. Raymond Williams focalizou boa parte de suas preocupações em entender e descrever tais mudanças e percebendo como elas atuam justamente na fronteira da vida entre a cultura e a política. A

Organizou ciumentamente o seu poder. Com a primazia dos notáveis restaurada, a nação definia-se novamente no quadro estreito da burguesia centenária.” SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**, 1974.

¹⁴⁷ Peter Szondi, em **Teoria do drama burguês**, expõe a maneira como se formou essa expressão dramática trazendo em seu bojo a representação dos valores da sociabilidade burguesa, não apenas porque “*são agora os burgueses que agem sobre o palco e não mais príncipes e reis, são a diferença no sentido que tem a representação desse agir e a diferença no efeito que está destinado a exercer sobre os espectadores. Mostra-se não a natureza do mundo, mas a conduta de um indivíduo*” (SZONDI, 2004, p. 53). A dramaturgia foi um dos meios mais populares de divulgação desses novos valores, que se apresentam, como destaca Szondi, não apenas pelas novas personagens que adentram pelas tábuas do palco, até porque a apresentação de personagens burgueses não tornam em si o drama um drama burguês, mas, de maneira mais profunda, porque as suas tramas entrelaçam valores, significados, registros, sentidos e demais mediações socioculturais que sedimentam ideologicamente a vitória da classe que ascende. Escreve Szondi acerca da peça “**O mercador de Londres é um drama burguês não só ou não já porque seus heróis são burgueses, mas porque ele serve à propagação da ascense intramundana que possibilitou e determinou, ao lado de outros fatores, a marcha triunfal do capitalismo burguês e, assim, da própria burguesia.**” (SZONDI, 2004, p. 75). Também a literatura foi outro campo de construção e reprodução das representações dessa classe, como apresenta Ian Watt em seu estudo **A ascensão do romance**, no qual relaciona a formação do *romance* enquanto estética burguesa com o que chama de *realismo filosófico*, que podemos entender como a organização do pensamento burguês, e afirma: “*Certamente o moderno realismo parte do princípio de que o indivíduo pode descobrir a verdade através dos sentidos: tem suas origens em Descartes e Locke e foi formulado por Thomas Reid em meados do século XVIII.*” (WATT, 1990, p. 14). É importante destacar que o *realismo filosófico* portou-se como um divisor de águas entre a nova e a velha sociedade: “*A postura geral do realismo filosófico tem sido crítica, antitradicional e inovadora; seu método tem consistido no estudo dos particulares da experiência por parte do pesquisador individual, que, pelo menos idealmente, está livre do conjunto de suposições passadas e convicções tradicionais; e tem dado particular importância à semântica, ao problema da natureza da correspondência entre palavras e realidade. todas essas peculiaridades do realismo filosófico têm analogias com os aspectos específicos do gênero romance - analogias que chamam a atenção para o tipo característico de correspondência entre vida e literatura obtida na prosa de ficção desde os romances de Defoe e Richardson.*” (WATT, 1990, p. 14)

Também a classe trabalhadora como parte da nova sociabilidade passa a ser representada na produção artística. Assim, a emergente classe operária entra em cena como personagem e como consumidora de romances e espetáculos teatrais. Diana Cooper-Richet, em **Classe operária e literatura**, apresenta a formação da tradição literária que culmina na publicação do romance **Germinal**, de Émile Zola. A pesquisadora explica como essa tradição se forma a partir das mudanças ocorridas naquele período e que ocorreram em diversas dimensões da vida: a rápida ampliação da classe operária, a popularização da imprensa, o acesso - ainda que precário - à alfabetização, a circulação cultural etc. Destaca a autora, em sua obra, também o surgimento da tradição de operários-autores, cujo cunho “*predominantemente autobiográfico e a vontade de dar um testemunho de vida são centrais. tanto nos operários escritores do século XIX como da corrente literária da, poderíamos assim chamar, literatura operária*” (COOPER-RICHET, 2013, p. 102). Há que se mencionar, ainda que ligeiramente, artistas visuais como Honoré Daumier, Eugène Delacroix, Toulouse-Lautrec e tantos outros que retrataram em imagens a vida da sociabilidade burguesa, onde burgueses e operários compartilhavam as ruas e as fábricas, cada qual ocupando seus territórios social e economicamente determinados, as relações desiguais, a exploração do trabalho operário pela burguesia, as resistências, as revoltas e as submissões.

primeira incursão teórica de Williams sobre o tema ocorreu logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando voltou para a universidade. Seus primeiros resultados formaram o livro **Cultura e Sociedade**, publicado pela primeira vez em 1958¹⁴⁸. Na obra, o sociólogo estuda as contribuições feitas por diversos intelectuais entre os anos de 1780 e 1950. Sua premissa é a de que o espaço de debate público e disputa política inaugurados com a hegemonia burguesa permitiram que indivíduos pudessem promover e participar de amplos debates públicos, que em diferentes medidas pudessem intervir nas formas como a sociedade tratava os seus assuntos de maior interesse. Um excelente exemplo disso foi o famoso caso Dreyfus, ocorrido na França, em 1894. Albert Dreyfus, capitão do exército francês, foi acusado de espionagem a serviço da Alemanha. Nacionalismo, o ímpeto por buscar motivos para o conflito contra os alemães e o forte antissemitismo - Dreyfus era judeu -, se amalgamaram numa trama contra o oficial. O caso ganhou notoriedade nacional e foi amplamente debatido por meio da imprensa, mobilizando amplos setores da sociedade francesa, que ficou cindida entre os que defendiam a sua inocência e os que tinham certeza de sua culpa. A inocência de Dreyfus foi finalmente confirmada em 1906, sendo o caso conhecido como uma das mais debatidas questões daquele momento, graças ao poder mobilizador da imprensa e da participação de intelectuais e artistas como Anatole France e Sarah Bernhardt entre tantos outros, na defesa do oficial.

Mas um ponto importantíssimo destacado por Williams é que esses sujeitos que agem politicamente, e por meio dessa atuação contribuem com avanços e atualizações nos costumes de sua sociedade, são pessoas formadas segundo as tradições dessa mesma sociedade. Isso quer dizer que, geração após geração, as sociedades acumulam seus construtos: são práticas, valores, significados, costumes que configuram o que genericamente se chama de sua *cultura*. Essa cultura estabelece as instituições que têm, entre tantas atribuições, a sua reprodução; algumas dessas instituições são a língua, o ensino, a produção literária, dramática e audiovisual etc. Esses dispositivos atuam como verdadeiros instrumentos de perpetuação, reprodução e conservação da cultura.

Mas, dentre os diversos indivíduos que são instrumentalizados nessas instituições - nas palavras de Williams: “*treinados em sua cultura*” - alguns se utilizam desses mesmos dispositivos para criticar situações, momentos e movimentos de sua sociedade. Alguns deles têm menor poder de mobilização provocando debates apenas em nível regional, outros

¹⁴⁸ “A ideia desse livro nasceu da descoberta de que o conceito de cultura e a própria palavra, em seus usos gerais modernos, surgiram no pensamento inglês no período comumente chamado de Revolução Industrial”

conseguem mobilizar debates mais amplos, alcançando um público nacional; seja como for, utilizando-se dos códigos culturais de sua sociedade conseguem provocar mudanças e transformações sociais. Os autores dessas ações são intelectuais, políticos, artistas, jornalistas, enfim, geralmente sujeitos envolvidos em atividades de forte cunho público.

Williams superou, dessa forma, uma dicotomia quase que insolúvel até então comum às pesquisas sobre a arte e à cultura. Parte delas viam a cultura como a construção de longo prazo, silenciosa, coletiva, enquanto outra parte das pesquisas investigam os sujeitos criativos, inventivos, que se destacam em suas comunidades. Raymond Williams trouxe à baila a relação entre ambos os aspectos da relação entre a construção cultural em perspectiva antropológica e a produção de indivíduos notórios e conscientes. A essa relação, ele deu o nome de *cultura comum*.

O que Williams propõe, portanto, como *cultura comum* pode ser entendido como um movimento dialético em que os acúmulos de significados e sentidos compartilhados por uma comunidade formam os indivíduos que a compõem, enquanto a ação individual de alguns desses sujeitos promovem os avanços de sua comunidade. Se considerarmos a cultura também como *conservação* de significados e sentidos compartilhados por uma comunidade, as colaborações prestadas por tais sujeitos não deixam de promover tensões sociais. Os avanços que esses sujeitos provocam, quando assimilados passam também a ser conservados, ou podem ser parcial ou totalmente rechaçados. Assim, podemos afirmar que a cultura se desenvolve por meio de tensionamentos e assimilações provocadas pelas contribuições individuais. Nessa relação contraditória entre *conservação* e *avanço*, ou ainda, *coletivo* e *indivíduo*, o *dever*, ou seja, a sua superação, é o desenvolvimento constante da sociedade.

A seguir, apresentamos três chaves explicativas que nos ajudam a compreender com profundidade a questão da *cultura comum*, são elas: a renovação que Williams promoveu do entendimento do conceito de cultura sob a ótica do materialismo histórico; o papel das tradições na cultura; e por fim a noção de *experiência* como pensada pela tradição marxista inglesa do pós guerra.

1.1.1. Chaves explicativas

Para esmiuçar essa questão é preciso destacar algumas *chaves explicativas* que nos auxiliem a entender em qual situação Williams desenvolveu. A primeira delas é compreender como ele renovou a abordagem marxista da cultura. No livro **Cultura e Sociedade** ele adequa o significado do termo *cultura* ao contexto das transformações que configuraram a sociedade que surgiu com a Revolução Industrial. Tratam-se de mudanças drásticas não apenas pelo tempo curto em que se realizou, mas pelas radicais alterações que provocou na composição da sociedade. Não falamos apenas da urbanização e modernização da vida, do divertimento dos cabarés e dos pintores à beira dos rios, mas também dos cortiços em que a classe trabalhadora vivia apinhada em cubículos gelados, com paredes mofadas e sem ventilação, da falta de recursos e excesso de trabalho em máquinas muitas vezes mutiladoras e assassinas¹⁴⁹.

Para dar conta disso, Williams promoveu uma revisão na forma como a tradição marxista abordava a questão cultural. Iniciou revendo a forma como a relação de subordinação entre *base* e *superestrutura* era percebida pelos marxistas. Ele não negou de imediato essa relação, mas ajustou o termo "determinar", que era vista comumente como “a noção de uma causa externa que prediz ou prefigura por completo e que de fato controla totalmente uma atividade ulterior.” (WILLIAMS, 2011, pág 44) .

Diferentemente disso e recuperando o significado do termo em Marx, ele aponta “determinar” como o ato “de fixar limites e exercer pressões¹⁵⁰.” (WILLIAMS, 2011, pág 44) Isso põe por terra a ideia de que a *superestrutura* é uma expressão imediata e mecânica da *base*, colocando em seu lugar o entendimento de que “determinar” significa, para Marx, a capacidade de uma força social impor os limites mais largos de uma sociedade, as “linha vermelhas” que não podem ser ultrapassadas, mas isso não significa que os sujeitos e

¹⁴⁹ “Depois de pisarmos, por uns quatro dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os ‘bairros de má fama’ desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles serem humanos, com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios?” Engels...

¹⁵⁰ Há claramente uma diferença entre um processo de fixar limites e exercer pressões, seja por alguma força externa ou por leis internas de um desenvolvimento particular, e aquele outro processo em que um conteúdo subsequente é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por força externa preexistente, contudo, é justo dizer que, olhando para muitas aplicações da análise cultural marxista, é o segundo sentido - que muitas vezes tem sido utilizado, explícita ou implicitamente. (WILLIAMS, 2011, pág 44)

organizações entre tais linhas não consigam manter algum grau de movimentação, autonomia e força de disputa política.

Aprofundando ainda mais a questão, Williams também passou em revista o termo “base”, que geralmente é visto como “algo dado” e “consolidado”, ao passo que, para ele, deveria ser entendido em seu caráter processual, vivo, orgânico, como “as atividades específicas e as relações de homens reais... algo muito mais ativo, mais complexo e mais contraditório do que o desenvolvimento metafórico da noção de ‘base’ poderia permitir que percebêssemos”.(WILLIAMS, 2011, pág 47).

Assim, Williams refuta certa visão mecanicista sobre a cultura em voga entre boa parte dos marxistas, nas primeiras décadas do século 20. Em seu lugar, ele propôs um entendimento mais dinâmico e conectado com a dimensão material da vida social. A cultura não é, então, uma espécie de reflexo mecânico das relações de produção, mas sim, faz parte de sua própria constituição. E justamente por isso, ela não reflete a luta de classe, pelo contrário, é uma de suas dimensões, porque nela destaca-se um “sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz” (WILLIAMS, 2011, pág 53).

A segunda *chave explicativa* para compreensão da cultura comum é o conceito de *tradição*. Williams empenhou-se em estudar os significados do termo ao longo dos anos, elaborando-o e publicando suas reflexões e conclusões em diversos escritos e intervenções. Em **Marxismo e Literatura** (publicado originalmente em 1971), ele rejeita o entendimento comum que percebe *tradição* como “sobrevivência do passado” (WILLIAMS, 1971, pág 118). Ao contrário disso, ele explicou que as tradições servem para ajustar valores, significados e práticas sociais às “pressões e limites dominantes e hegemônicos” (WILLIAMS, 1971, pág 118). Isso acontece graças à ação consciente das classes dominantes que fazem a *seleção* e a *incorporação* das práticas e significados que lhes interessam disseminar e tornar como que naturais à toda a sociedade. Assim, a tradição não é o *passado*

*perpetuado*¹⁵¹, e sim, é um dispositivo que se utiliza de certa manipulação das simbologias do passado para legitimar as relações sociais do presente.

Cinco anos após publicar **Marxismo e literatura**, Williams publica **Palavras-chave** e nele apresenta uma definição de *tradição* um tanto diferente da anterior, mas não necessariamente excludente. Nela entende-se *tradição* como a transmissão de uma geração para outra de assuntos que carregam um “*sentido implícito muito forte e amiúde predominante de respeito e obediência.*” (WILLIAMS, 2007, pág 400). Assim, a *tradição* é tão somente conhecimentos, práticas, formas de pensar e sentir, representações etc, herdadas, elaboradas e legadas entre as gerações, que carrega em si um dispositivo de “*respeito e obediência*”, ou seja, há um elemento de submissão aceita em algum grau compartilhada. Apesar de mais sofisticada que a definição anterior, não nos parece que ela a negue, mas sim, deixa claro que o poder das tradições de transmitir de uma geração a outra significados definidos pelos interesses hegemônicos é mais sutil e complexo do que se pode imaginar à primeira vista.

Também é uma chave explicativa a noção de *experiência*, que é uma das categorias centrais nas discussões sobre cultura postas por Williams. A preocupação com a *experiência* enquanto chave para a compreensão dos acontecimentos históricos é um traço que marca parte significativa do pensamento marxista inglês que se formou a partir dos anos de 1950, e que se debruça sobre questões como *cultura e literatura*.

O historiador inglês Edward P. Thompson foi um dos que mais se empenhou em definir *experiência* como uma categoria. A esse respeito escreveu que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguidas, “tratam” dessa experiência em sua consciência e sua cultura (...) (THOMPSON, 1981, pág. 182).

Assim, o estudo de processos históricos a partir das *experiências vividas* por homens e mulheres promove um duplo movimento de apreensão: por um lado observa-se o objeto em sua dinâmica viva e singular e, por outro lado, o percebe em meio às determinações

¹⁵¹ “É sempre mais do que um segmento inerte historicizado; na verdade, é o meio prático de incorporação, mais poderoso. O que temos de ver não é apenas uma “tradição”, mas uma tradição seletiva: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativo no processo de definição e identificação social e cultural (WILLIAMS, 1971, pág 118)”

históricas, políticas, culturais e econômicas a que estão submetidos. Assim, experiência e história mantêm entre si uma conexão inescapável.

É dessa maneira com que Williams aborda seus objetos de pesquisa, observado-as no duplo olhar entre a experiência concreta das pessoas e os grandes movimentos políticos e históricos. É interessante notar como em alguns de seus livros a sua própria história pessoal é entrelaçada aos estudos que realiza. Como exemplo, destacamos dois textos, o primeiro, aparece em seu ensaio **A Cultura é algo Comum**

A cultura é algo comum, ordinário: devemos começar por aí. (...) Crescer naquela família era constatar a formação de modos de pensar: o aprendizado de novas habilidades, as mudanças de relacionamento, o surgimento de linguagens e ideias diferentes. Meu avô, um trabalhador vigoroso, chorou ao falar, com precisão e emoção, em uma reunião de paroquianos, sobre como tinha sido expulso da casa onde vivia e da fazenda em que trabalhava. Meu pai, um pouco antes de morrer, falava com calma e contentamento do tempo em que tinha fundado uma seção do sindicato e um diretório do Partido Trabalhista na cidadezinha em que morava, e, sem amargor, dos homens de “rabo preso” da nova política. Eu uso uma linguagem diferente, mas penso nessas mesmas coisas. (WILLIAMS, 2014, pág. 4)

Em **Campo e Cidade** volta a usar esse mesmo expediente, escrevendo

Tudo isso dá à experiência e à interpretação inglesa do campo e da cidade uma importância permanente, ainda que não exclusiva, é claro. Esta importância pode ser formulada, e terá que ser avaliada, enquanto problema geral. Vale dizer logo de início, porém, que, para mim, a questão sempre foi pessoal, desde que me tenho por gente. Isso porque, numa Grã-Bretanha predominantemente urbana e industrializada, quis o acaso que eu nascesse numa aldeia remota, uma antiquíssima povoação do interior, na fronteira entre Inglaterra e País de Gales. A trinta quilômetros da aldeia, no final uma linha de ônibus, havia, de um lado, uma antiga cidade com uma catedral; do outro, uma antiga cidade de fronteira que era um centro comercial; mas a apenas alguns quilômetros dali surgiram as primeiras cidades e aldeias da grande região produtora de carvão e aço do sul de Gales. Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação com uma clareza inesquecível.” (WILLIAMS 1989, 13).

Tais *chaves explicativas*, aqui ligeiramente esboçadas, dão conta de apresentar os fundamentos de como Williams compreendia as relações entre a tradição e a experiência de indivíduos criativos e o devir no processo de formação de uma *cultura comum*.

Profícuo pensador, Williams manteve diversas categorias que desenvolveu em constantes atualizações. Assim, acreditamos que se ele tivesse a oportunidade de revisitar a noção de *cultura comum* ele a atravessaria com novas determinações, agregadas pelas experiências da luta de classes, da Guerra Fria, das revoluções e lutas de libertação nacional na América Latina e Ásia, e todas as reflexões delas decorrentes. Marxista, Williams não trabalhou *cultura comum* como um conceito “fechado” mas como uma categoria histórico-política, que mantendo a constância de sua dinâmica interna, não deixa de ser atravessada pela luta de classes e, principalmente, pelos ajustes que se fazem necessário de acordo com o avanço dos conhecimentos e experiências.

Assim, sendo, operamos nesta tese com um ajuste da categoria *cultura comum*, observando-a para além dos limites da ambiguidade política vivida naquele momento por Williams. Trazendo para essa categoria as vivências, experiências e reflexões ulteriores às suas reflexões. Perde, assim, a visão de que os “indivíduos treinados” emergem como reformadores da cultura, mas também podem emergir como agentes de seus retrocessos, isso porque são eles atravessados e localizados na luta de classes. São formados em escolas e vivem em instituições que reproduzem e conservam os interesses das diferentes classes, transitam entre esses interesses - às vezes traíndo suas classes de origem - e fazem escolhas e se posicionam. A cultura é, então, não apenas parte das relações que tecem as formações econômico-sociais, dela emerge significados e direções, mas ela também é afetada por significados e direções oriundo de classes distintas que se impõem como hegemônico ou contra-hegemônico.

1.1.2. Cultura comum como categoria de análise da guerra cultural

Assim, o que pretendemos nesta pesquisa é operar a categoria *cultura comum* observando-a em associação com esses outros elementos analíticos elaborados por Williams, permitindo dessa forma o adensamento da análise e sua observação em múltiplas dimensões. Assim sendo, consideramos *cultura comum* como: **significados e sentidos dominantes formados na experiência concreta compartilhada de pessoas, ao longo das gerações, constituindo uma comunidade com suas instituições e tradições que os plasmam e os conservam; ao mesmo tempo em que, dessa comunidade, emergem indivíduos que prestam suas contribuições que representam visões emergentes promovendo avanços ou retrocessos nos seus significados e sentidos. O campo das disputas e negociações entre os diversos indivíduos e entre eles e a comunidade é o campo em que se dá a política.**

Compreender *cultura comum* nesse registro nos permite analisar processos culturais em duas perspectivas: a do coletivo e a das contribuições individuais, e em diferentes temporalidades e contradições coetâneas. Também nos permite compreendê-los na interação com a política pelo viés da luta de classes e grupos de interesses.

1.2. Entender a *guerra cultural*

Empreender uma *guerra cultural* é uma operação refinada e exige muitos esforços e disciplina. Um chefe de Estado não começa uma guerra convencional se já não tiver à sua disposição forças armadas, munição e suprimentos, um Estado Maior experiente, uma indústria capaz de suprir o que venha a ser consumido e, por fim, mas não menos importante, a maioria das instituições e da população ao seu lado. Todavia, uma *guerra cultural* pode ser iniciada por sujeitos e organizações mal formadas e muitas vezes com escassos contingentes e poucos recursos, como ocorreu na Alemanha nazista ou na Itália fascista. Mesmo quando é iniciada por uma instituição poderosa, como foi com a Igreja Católica e seus enfrentamentos contra o Estado da Itália e da Alemanha, tratava-se de um poder decadente, claro que uma instituição ainda proeminente, mas apenas uma sombra do que foi séculos antes.

Isso porque uma *guerra cultural* não é feita de ferro, chumbo e pólvora que podem ser amalhados e trancados a sete chaves em um arsenal ou paiol. As armas e as munições de uma *guerra cultural* são os códigos culturais compartilhados cotidianamente por uma comunidade, são representações que transitam de pessoa a pessoa em cada dia de vida, a todo momento, em qualquer situação. Por isso a *guerra cultural* é algo refinado: exige de seus operadores a capacidade de manipular tal arcabouço simbólico e para isso é preciso conhecê-lo profundamente. Conhecer também a comunidade que gera e mobiliza esse arcabouço, sua forma de agir e de não agir. Exige ainda a capacidade de operar com os meios de comunicação de massa de tal forma que as locuções de rádio, os panfletos, os discursos, os filmes e as mensagens em redes sociais parecem falar ao “pé de ouvido” de cada sujeito.

Quando se logra sucesso nesse processo de *guerra cultural* se consegue transformar a mais pacata das pessoas em um soldado disposto a matar e morrer pelo seu capitão. As maiores atrocidades tornam-se aceitáveis em nome de um bem maior, de causas muitas vezes entendidas como espirituais.

Assim, a *guerra cultural* tem a ver com a formação de um campo semântico dentro de um outro campo semântico maior; criar uma cultura dentro de outra cultura. Jacques Rancière diria que se trata da formação de uma *comunidade de significados* (2009) que, podemos dizer, organiza-se com o intuito de disputar a direção política da sociedade e controlar e

modificar o Estado. Não se trata apenas de ser uma força hegemônica - a disputa da hegemonia é algo comum da política - mas de eliminar politicamente, e até fisicamente, qualquer expressão de pensamento discordante.

Esse talvez seja o maior trunfo da guerra cultural: conseguir angariar densidade política manipulando os afetos mais profundos de uma comunidade, a ponto de convertê-la em força política. Mas isso é um paradoxo, pois, ao menos em tese, a política deveria ser o campo do debate entre opiniões divergentes, a busca pelo convencimento, o espaço das campanhas que ventilam ideias e propostas, construção de consensos etc. Mas a guerra cultural busca disputar os espaços políticos para, ao conquistá-los, esvaziá-los, convertendo-os em estruturas formais sem substância verdadeira. Claro que a cultura e a política são intrinsecamente conectadas, mas a guerra cultural não tem a ver com tal relação. Ela é uma guerra, antes de tudo, e usa as conexões entre cultura e política não como espaço de construção democrática, mas como arma de destruição.

Seja como for, as guerras culturais ainda são um fenômeno novo que ocorre em um campo específico, o espaço público, e por meio de instrumentos bem definidos, os meios de comunicação de massa. Tais campos e instrumentos não estavam amplamente disponíveis nas formações anteriores. Mal compreendemos as convencionais experiências de guerras culturais, hoje, com o advento da internet e das redes sociais que criaram uma nova *ágora*, virtual, e ampliaram e amplificaram o poder da comunicação de massa, essas guerras ganharam novíssimas e mais densas dimensões.

2.Cultura comum e guerra cultural, aproximações

Não é uma coincidência que a cultura comum e a guerra cultural sejam contemporâneas. Nem uma e nem a outra seria possível em outro ambiente se não o da sociedade burguesa. É nessa sociedade em que o espaço público é a arena de disputa política, das intervenções individuais, onde as ideias circulam por meio da imprensa, da literatura, dos discursos, das organizações civis, dos parlamentos e do voto.

A guerra cultural é uma forma específica de disputar a cultura comum, que corresponde aos interesses de uma classe específica - a pequena burguesia - que sob determinadas situações¹⁵² se lança com brutalidade na disputa política. A disputa política é

¹⁵² Ver página 44 e seguintes.

algo da natureza da cultura comum, e todos os que se lançam nela se utilizam dos valores culturais em algum grau. Valores, significados, sentidos são constantemente mobilizados, seja como motivo motivador ou como alvo de críticas. Uns advogam pelo respeito aos valores, outros creem que é preciso superá-los.

Todavia, os que realizam uma guerra cultural arrastam a disputa pela cultura comum ao nível da destrutividade dos oponentes, seja política ou física. Fazem isso buscando o convencimento e a adesão popular a uma agenda ultra-conservadora e, cada vez mais identificada com o fascismo.

Por tudo isso, cremos que é preciso buscar profundas compreensões do que é a guerra cultural. Uma compreensão que possa apresentar-se com algum grau de estabilidade para além das oscilações de ocasião e contexto. Ainda que seja impossível esgotarmos essa busca em uma única investigação, neste capítulo faremos o esforço de contribuir com essa empreitada. Para tanto, selecionamos três experiências históricas em que a guerra cultural foi central nas disputas políticas de grande envergadura. A proposta não é de traçar um fio contínuo entre essas experiências, como se riscássemos uma linha-do-tempo. Não se trata disso, mas sim, de percebermos que essas, e outras possíveis, experiências manifestam uma condição da sociedade burguesa. Claro que a diferença temporal entre elas permite que formem construtos, acúmulos, memórias e continuidades, mas isso é algo da história humana. A condição que expressam é a diversidade de formas que a luta de classes pode assumir.

As três experiências que abordaremos são: a disputa empreendida pelo papa Pio IX para restaurar os Estados pontifícios da Igreja Católica, enfraquecida com a consolidação da sociabilidade burguesa. A segunda é a forma como os nazistas, mais especificamente, como Adolf Hitler elaborou a sua guerra cultural, no livro **Minha Luta**. E, por fim, como James Hunter analisou os conflitos pelos *significados* e *sentidos* do que é “ser americano”, em pesquisa que fez nos EUA, no pós-guerra.

2.1. Papa Pio IX e a Questão Romana, o início de tudo.

A ideia que temos hoje de *guerra cultural* se inicia ainda no século 19, em meio a conflitos entre a Igreja Católica e a nova sociedade que surgia com a ascensão da burguesia e, mais especificamente, com a das revoluções burguesas. Disputar a primazia em toda a Europa (e de seus territórios coloniais) fez parte da história do cristianismo. Surgida como mais uma entre tantas seitas judaicas; restrito ao oriente médio, então periferia do Império Romano e

cultuado majoritariamente por pobres e miseráveis, o cristianismo empreendeu muitos esforços para tornar-se uma religião. Para isso, teve que opor-se tanto ao judaísmo quanto ao politeísmo romano. Em poucos séculos já era uma religião disseminada pela cidade de Roma, ganhando adeptos entre patrícios e ricos comerciantes. Já no século 3 deixou de ser uma seita perseguida para se tornar a religião oficial do Império Romano, passando a perseguir seitas e cultos considerados pagãos e, até mesmo, correntes internas que não estivessem de acordo com os códigos canônicos que foram definidos no alvorecer da Igreja Católica; neste desenrolar, a Igreja passou a assumir diversos serviços e funções políticas e sociais¹⁵³.

Já na renascença, duas novas condições se impuseram a Roma: primeiramente, as críticas internas aos desvios de caráter das altas instâncias da Igreja levaram a dissensões profundas e a consequentes rupturas irreparáveis, que formaram igrejas cristãs protestantes. Além disso, as grandes descobertas e invasões além-mar significaram a formação de um vasto território colonial. Em ambas as situações, era preciso empreender novos esforços para garantir a hegemonia católica, tanto para barrar o crescimento protestante nas nações

¹⁵³ Sob essa perspectiva, três momentos em sua história são significativos e nos parece apropriado apresentá-los aqui para que possamos compreender a constante luta política empreendida pelos cristãos. O primeiro deles ocorreu entre os anos de 43 e 65, quando Paulo de Tarso e seus seguidores realizaram viagens evangelizadoras pelo Oriente Médio. Nas suas pregações, negavam os preceitos e os rituais judaicos para que seus discursos falassem tanto aos judeus quanto aos gentios, deslocando, em definitivo, o cristianismo para fora do conjunto de seitas que formavam o judaísmo. O segundo momento determinante para a formação da Igreja Católica e de todo o cristianismo foi tornar-se a religião oficial do Império romano. Os esforços de Paulo de Tarso foram suficientes para fazer com que a nova religião circulasse por parte da periferia do mundo dominado pelos romanos, até que, finalmente, adentrasse a cidade de Roma, tornando-se primeiramente, muito popular entre as camadas mais baixas da população, inclusive os escravos, e, depois de um certo tempo, conquistasse adeptos entre as classes mais altas. Mas foi com três importantes decretos promulgados ao longo do século 4 que as coisas realmente começaram a mudar para os cristãos. Em 313, o primeiro deles lhes conferia liberdade de culto, interrompendo assim com as perseguições que sofriam de tempos em tempos. O segundo, em 346, condenava à morte os praticantes de cultos pagãos que oferecessem sacrifícios aos deuses, o que na prática colocava na clandestinidade todos os outros cultos, e assim, os cristãos, outrora perseguidos, se tornaram os perseguidores (FIORE, 2010, pág. 162). Por fim, em 380, o imperador romano Teodósio I promulgou o decreto de Tessalônica, que instituiu o cristianismo como religião oficial do Estado Romano. Graças a esse conjunto de normas o cristianismo passou a integrar, lentamente, as estruturas de poder e a burocracia do Império, e “*as igrejas começaram, aos poucos, a assumir papéis que antes eram cívicos: a proteção aos mais pobres – muito mais ampla do que a que era oferecida antes –, a oratória pública, a defesa contra os inimigos. As igrejas se tornaram os centros de reunião das comunidades*” (GUARINELLO, pág. 322). Foi nos primeiros séculos da Idade Média em que ocorreu o terceiro momento determinante para a consolidação da Igreja Católica como força política e ideológica na Europa. Carlos Matel era o rei dos francos, à frente da dinastia merovíngia. Mas, em 751, o seu mordomo do castelo, Pepino, o depõe em um golpe, iniciando sua própria dinastia, a carolíngia. A forma como se deu a deposição de Carlos Matel foi questionada pelos demais aristocratas, e Pepino recorreu à mediação do papa Zacarias, que lhe foi favorável, justificando sua chegada ao trono com a vontade de Deus. O papa não favoreceu o novo monarca gratuitamente, ele precisava de seu apoio em suas lutas territoriais contra os lombardos, e assim o recém empossado rei franco tornou-se “*o braço secular da Igreja, obtendo em troca a investidura como monarca por direito divino*” (RAIOLA, 2010, pág. 158).

européias quanto para garantir que os povos do Novo Mundo adotassem o catolicismo como sua única religião¹⁵⁴.

De certa maneira, a Igreja Católica se erigiu empreendendo *guerras culturais*. Mas o cenário no século 19 é bem diferente. A Igreja Católica não era apenas uma espécie de garantidor ideológico do antigo regime, mas ela própria constituía um Estado absolutista de grandes dimensões que as revoluções burguesas também colocaram abaixo. Essas poses eram formadas pelos Estados Pontifícios, também chamados de Estados Papais ou Patrimônio de São Pedro, e que chegou a ocupar toda a porção central da Itália, entre os mares Tirreno e Adriático, e boa parte da região ao norte do país; além disso, os papas exerciam forte influência sobre quase todas as cabeças coroadas da Europa. Assim, quando, em 1848, eclodiu a primavera dos povos, todo o Patrimônio de Pedro, como também eram chamados os Estados Papais, passou a ser totalmente anacrônico ao novo mundo que se descortinava.

O surgimento da burguesia provocou lentas, porém constantes mudanças na Europa que se agudizaram e se consolidaram quando, por fim, os burgueses realizaram suas revoluções. Ao suplantar o poder das aristocracias e reorganizar a ordem social, as burguesias arrastaram também a Igreja Católica, não apenas como legitimador ideológico do Antigo Regime, mas, sobretudo, como poder temporal que exercia o controle sobre milhares de almas sobre boa parte do mundo, sobre territórios e com toda sorte de cobrança de impostos e taxas que abasteciam seus tesouros. Um verdadeiro império que se manteve como que sobreposto aos impérios e reinos do mundo ocidental. Mas no século 19 esse império estava longe de ser o que havia sido alguns poucos séculos antes.

¹⁵⁴ foi nesse sentido que o papa Gregório XV fez publicar a bula **Inscrutabili Divinae Providentiae Arcano**, dentre outras providências ela instituiu a *Congregatio de Propaganda Fide*, entidade eclesiástica cuja atribuição central era organizar e centralizar a propagação da fé católica entre as pessoas no Velho e no Novo Mundos, garantindo assim o trabalho unificado e centralizado de todos os agentes de evangelização, onde quer que estivessem. No texto daquela bula escreveu Gregório XV: “*Pois não se pode recordar sem lágrimas essas muitas ovelhas dispersas que se desviaram da verdade nestes tempos calamitosos porque foram escravizadas pelos enganos de Satanás e, portanto, nunca conheceram a Santa Igreja Católica e o aprisco de Cristo. Por isso, movidos de compaixão por esses povos, voltamos nossos pensamentos para as imensuráveis multidões de pessoas que, por tantos anos, foram tomadas pela loucura mais impura de toda a raça dos Agarens, e, cegos pelas sombras dos mentirosos, voltaram-se para erros insanos. Estamos abalados de piedade, percebendo como essas raças populosas, virando as costas para os dons do céu, foram transformadas em bestas, e são nutridas e perpetuadas (propagari) para os fogos eternos preparados pelo diabo e seus mensageiros. Entre eles estão aqueles que permaneceram justos—que invocam o nome de Cristo; no entanto, mesmo esses homens foram infectados pelo veneno dessas heresias, de modo que muito poucos reconhecem a verdade, e quase todos esses - pecadores em muitas coisas, não apenas em uma - se voltaram totalmente para o pecado. Enquanto os pecados estão sendo cometidos por nós, o inimigo semeou ervas daninhas sobre as boas sementes em todo o Norte, e assim espalhou infecções terríveis e já destruiu inúmeras almas, províncias e até reinos tomados à força de Cristo e entregues à tirania .”*

As existências dos Estados Pontifícios e da autoridade papal foram severamente afrontadas, até a total dissolução, no processo de unificação da Itália. As afrontas começaram ainda em 1849, com a proclamação da Segunda República Romana, que dissolveu os Estados Papais e extinguiu os poderes temporais do papa, forçando-o a fugir de Roma e exilar-se, até abril de 1850, no município de Gaeta. A Áustria foi o primeiro país a reagir negativamente à proclamação da República Romana, mas foi a França, do recém eleito Luís Bonaparte (e que em pouco tempo daria o golpe de Estado analisado por Marx, em **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**, passando a ser chamado Bonaparte III), a principal responsável pela restauração do poder papal e a extinção da República Romana. Menos de duas décadas depois, a Itália já estava quase toda unificada sob o Estado chefiado pelo rei Vítor Emanuel II, mas Roma e seus arredores continuavam sob o comando papal e protegidos por uma armada francesa. No entanto, em julho de 1870 inicia-se a guerra entre a França e a Prússia, obrigando Napoleão III a retirar suas tropas de Roma. O governo italiano se aproveita da situação e ocupa, em definitivo, a cidade. O Papa Pio IX recusa acordos propostos pelo Estado italiano, que entre outras demandas, mantinha o Papa como chefe espiritual da Igreja Católica, e emite a encíclica **Rescriptores Ea**, segundo a qual se declara um cativo do Estado italiano, dando início ao impasse que ficou conhecido como Questão Romana¹⁵⁵. Os esforços deflagrados por Pio IX contra a dissolução dos Estados Pontifícios e contra a dissolução do poder papal, em suma, em defesa do poder absolutista da Igreja Católica, é o que constitui a primeira *guerra cultural* moderna.

Naquele tempo as coisas não iam bem para a Igreja Católica: o ímpeto nacionalista e republicano se opunha a toda sorte de absolutismo, e a autoridade papal seus Estados eram a expressão absolutista mais longa. Além disso, os socialistas intensificaram tais críticas acusando a dominação ideológica imposta pela igreja. Já os liberais, ainda que evitando quaisquer radicalismos (e até se aproveitavam de seu poder de conciliar as classes), também criticavam o anacronismo do poder papal, e se bem não queriam a extinção da Igreja, desejavam vê-la limitada aos seus assuntos de fé, sem qualquer ingerência nos negócios do

¹⁵⁵ Escreveu Pio IX na encíclica de 1870: “*É nossa intenção e nossa vontade que todos os domínios desta Santa Sé e os direitos da mesma permaneçam íntegros, intactos, inviolados e sejam transmitidos aos nossos sucessores; que qualquer usurpação deles, realizada agora e antes, é injusta, violenta, nula, irritante; e que a partir de agora todos os atos dos rebeldes e invasores são condenados, rescindidos, anulados e revogados por Nós, tanto aqueles que foram cometidos até agora, quanto aqueles que talvez no futuro contribuam para confirmar a referida usurpação de alguma forma. Além disso, declaramos e protestamos diante de Deus e de todo o mundo católico que estamos em tal cativeiro que não podemos de forma alguma exercer nossa suprema autoridade pastoral com segurança, rapidez e liberdade.*”

Estado, da indústria e do comércio. A Igreja Católica passava, ainda, por disputas internas acirradas: de um lado postavam-se os ultramontanos, conservadores que defendiam a centralidade do poder papal, e, do outro lado, os católicos liberais que defendiam a separação das questões de fé das de Estado, e, por isso, almejavam um nova organização dos católicos ao largo do trono de Roma; por ter origem na França, esse movimento ficou conhecido como galicismo. Por conta desse complexo cenário, o poder Papal estava já há muito estremecido.

Mas aquele período foi marcado também por fortes e, muitas vezes, espontâneas manifestações de fervor católico. O historiador Christopher Clarke (2003) reputa tais manifestações a uma constelação complexa de fatores, destacando dentre elas as diversas disputas daquele contexto, como aquelas entre os ultramontanos e galicanos, ou as que opunham católicos e políticos liberais, ou ainda aos socialistas. Em seu autoproclamado cativeiro em Roma, Pio IX pôs em marcha seus esforços para pôr novamente a Igreja na ordem do dia, aproveitando-se das disputas que estavam colocadas. Apoiando os partidários ultramontanos, passou a combater a dissidência católica ao poder papal, bem como se opôs aos liberais e socialistas. Neste sentido, estava alinhado com seu antecessor, o papa Gregório XVI, que já havia se posto em guarda contra essas novas ideologias, como demonstra, por exemplo, sua encíclica **Mirari Vos**, de 1832, que condena veementemente, chegando mesmo a chamar de “loucuras” o liberalismo, a liberdade de expressão e a de imprensa, e, ainda, a circulação de panfletos, jornais e outros impressos que sirvam de veículos para a difusão de tais ideias.

Mas Pio IX foi muito além de seu antecessor. Ao invés de apenas condenar a veiculação de tais ideias por meio de impressos, ele impulsionou uma rede de imprensa, manobrou as disputas políticas daquele contexto e, ainda, soube se aproveitar da força de mobilização do ultramontanismo. Evidentemente, não é possível afirmar que Pio IX tenha elaborado e realizado um planejamento de longo prazo, mas indubitavelmente soube atuar com desenvoltura nas situações colocadas, sobretudo, o impacto da Questão Romana sobre o imaginário popular.

Mas, ainda em acordo com as reflexões de Christopher Clarke (DATA), não podemos imputar à guerra cultural da Igreja Católica, naquele contexto do século 19, alguma tentativa de forçar uma regressão, uma volta ao passado. Como aludimos acima, a história da Igreja é feita de *guerras culturais*, por isso, o que ocorreu no século 19 foi, podemos dizer, uma atualização desse perene estado de guerra, agora, materializada nos marcos da nova sociabilidade liberal. Há dois principais traços que podemos distinguir nessa sociabilidade e que marcaram a dissensão entre o velho absolutismo católico e a nova sociedade burguesa,

que são: a disputa realizada na “esfera da sociedade civil” e o uso dos mecanismos de comunicação de massa para mobilizar e organizar as pessoas em torno de uma pauta específica.

Interessante notar que a disputa na esfera pública forçou uma mudança drástica na forma como a Igreja Católica lidava com seu rebanho. Se nos velhos tempos seu principal esforço era manter a população pacificada, agora era necessário mantê-la em um constante estado de excitação. Para tanto, não apenas se intensificou o discurso maniqueísta entre o bem e o mal que caracteriza as narrativas cristãs, mas, mais que isso, passou-se a afirmar que os agentes e representantes do mal não se restringiam ao “bárbaro” distante ou aos hereges facilmente reconhecidos nas ruas. Agora, eles estão dentro das comunidades cristãs, se misturam entre os bons, muitos se dizem cristãos e até frequentam as missas, alguns são, inclusive padres e sacristãos. Esses inimigos não mais buscavam dominar terras pela força de suas espadas e canhões, mas sim, a mente dos fiéis por meio de novas ideologias, como o liberalismo, o socialismo e o comunismo. Sua ofensivas eram sutis e insidiosas, provocando a confusão entre o rebanho de Deus¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Durante o seu longo pontificado, Pio IX publicou diversas encíclicas, bulas e outros documentos em que condenava tais ideologias. Como exemplo destacamos a encíclica **Qui Pluribus**, de 1846, em que ele escreveu: “*A nefasta doutrina do comunismo visa a isso, como dizem, a mais hostil à própria lei natural; uma vez admitido, os direitos de todos, coisas, propriedades, na verdade a própria sociedade humana, seriam virados de cabeça para baixo. As ciladas obscuras daqueles que, vestidos de cordeiros mas com espírito de lobos, se insinuam com falsas aparências da mais pura piedade e da mais severa virtude e disciplina: a isso aspiram suavemente, apertam suavemente, matam secretamente; eles distraem os homens da observância de todas as religiões e causam estragos no rebanho do Senhor.*” Já na encíclica **Quibus, Quantisque**, de 1849, ele escreveu: “*Quem não sabe que a cidade de Roma, a principal sede da Igreja Católica, agora se tornou, ai! uma floresta de bestas contorcidas, transbordando de homens de todas as nações, que são apóstatas, hereges ou mestres, como dizem, do comunismo ou do socialismo, e animados pelo mais terrível ódio contra a verdade católica, tanto verbalmente como por escrito e de qualquer outra forma, eles estudam com todo esforço para ensinar e disseminar erros pestíferos de todos os tipos, e corromper o coração e a alma de todos, de modo que na própria Roma, se fosse possível, a santidade da Religião Católica e a regra irreformável da Fé seriam estragadas?*” Devemos destacar, também, a encíclica **Quanta Cura**, de 1864, em que escreveu: “*De fato, o erro mais fatal ensinado e professado pelo comunismo e pelo socialismo é que “a sociedade doméstica ou a família toma emprestada toda a razão de sua existência da lei civil: portanto, todos os direitos dos pais sobre seus filhos derivam e dependem dela a lei civil, sendo o primeiro direito o direito à educação e ao cuidado”. Por essas opiniões e esquemas ímpios, esses homens mais enganosos têm como objetivo principal, que a doutrina salutar e a força da Igreja Católica possam ser completamente eliminadas da educação e treinamento da juventude, e que as mentes flexíveis e flexíveis dos jovens podem ser miseravelmente infectados e enganados por erros e vícios perniciosos. Pois todos aqueles que se esforçaram para perturbar os assuntos sagrados e públicos, para derrubar a ordem correta da sociedade e para destruir todos os direitos divinos e humanos, sempre contribuíram com todos os seus planos nefastos, estudos e esforços para enganar e perverter especialmente o jovem imprudente, como aludimos acima, e depositou todas as esperanças de sua juventude na corrupção. Por esta razão, ambos os cleros nunca cessam, dos quais, como testemunham vividamente os mais certos monumentos da história, eles derramaram tantas grandes vantagens na república cristã, civil e literária, para civilizar e pregar de quaisquer maneiras estranhas, o próprio clero “sendo, na verdade, e benéfico para o progresso da ciência e da civilização, um inimigo de todos que o cuidado e o dever de educar e educar a juventude devem ser removidos.*” Nesta mesma encíclica há um adendo chamado **Syllabus Complectens Praecipuos Nostrae Aetatis Errores**, trata-se de um programa de estudo para a cristandade em que aponta os erros sociais que devem ser acirradamente combatidos, e nela ele lista os diversos documentos em que aludiu ao tema.

Ou seja, não bastava mais observar os preceitos cristãos e seguir a vida conforme a vontade divina interpretada e anunciada pela representante de Deus na Terra, a Igreja Católica. Agora é preciso engajar-se na luta entre o bem e o mal até a vitória final. A humanidade viveria, portanto, uma espécie de dupla realidade, ou uma realidade dividida em dois planos, sendo um deles o imediato e perceptível e o outro, longe dos olhos das pessoas comuns, que é onde a luta é verdadeiramente travada (esse local não visível pelos comuns pode ser desde o plano espiritual até os bastidores obscuros do poder onde os poderosos tramam constantemente em benefício próprio).

Essa narrativa ultra-maniqueísta foi difundida e popularizada naquele contexto do século 19, mas podemos seguramente dizer que ainda mantém sua validade em muitas e amplas experiências, bastando ver, como exemplo, as narrativas fantasiosas no movimento QAnon que pulularam nos EUA, nos últimos anos, e sobre as quais nos debruçaremos pormenorizadamente mais adiante.

A Questão Romana só foi resolvida em 1929, quando, após mais de dois anos de tratativas, o Papa Pio XI e o Estado fascista de Mussolini assinaram o Tratado de Latrão, segundo o qual a autoridade papal reconhece o Estado Italiano enquanto, em contrapartida, a Itália reconheceria a Cidade do Vaticano como Estado Pontifício, lhe garantia recursos anuais e instituiu o catolicismo como religião oficial do país, situação que perdurou até o ano de 1984. Mais que isso, até hoje a cidade do Vaticano é um Estado teocrático, e, mesmo que o catolicismo não tenha o poder de influência política como até aquele momento, ainda mantém significativa importância entre as nações e, cada vez mais, envolve-se em disputas políticas locais. Mantém, principalmente, seu poder de influência na Itália, que, ainda que passe por um processo de secularização, é uma nação que mantém forte identificação com a Igreja Católica¹⁵⁷.

Por tudo isso, o Papa passou a ter que disputar no espaço público o seu lugar. Há nesse ponto uma sutil porém determinante situação: não se tratava mais de ser o chefe de uma ideologia hegemônica que dispunha cada segmento social em seu lugar próprio, mas de ser o líder de um grupo de adeptos que constituíam um grupo que passou a disputar politicamente a sociedade com outros grupos. Apenas a ideologia não foi suficiente para que o papado

¹⁵⁷ A matéria '**Uma relação castradora': qual é o real poder do Vaticano na Itália**, publicada em novembro de 2019, pela BBC Brasil, apresenta um interessante panorama sobre a influência católica na Itália, em tempos recentes.

pudesse manter seus territórios e, conseqüentemente, seus ganhos econômicos e políticos. Era preciso agora disputar o espaço político, e não mais dentro de uma comunidade transnacional formada por reis, rainhas e cortes, e sim, dentro de cada nação. E mais ainda, era preciso manter a disputa interna impedindo que esse desenho fragmentasse a Igreja.

Daí que ao papado se fez necessário o uso das mesmas armas que a burguesia utilizou na sua luta contra o absolutismo: a imprensa e a organização de massa.

Creio que podemos destacar alguns aspectos da *guerra cultural* empreendida pelo Papa Pio IX e que se tornaram comuns a todas as demais guerras dessa natureza. O primeiro desses aspectos é a questão do espaço público; sem dúvida alguma, trata-se uma das maiores contribuições das revoluções burguesas para a organização das sociedades modernas. Nos arranjos societários precedentes cada estamento cumpria um papel social estritamente definido e mantido pela coesão ideológica assentada nas crenças religiosas, e nos raros momentos de indisposição, as forças de repressão atuavam para o rápido restabelecimento. Mas, ao fim e ao cabo, era a coesão ideológica a principal força de sustentação daqueles sistemas, e ela era baseada na crença da predestinação divina que ordenava as sociedades segundo desígnios que não eram totalmente conhecidos por todos, mas que deveriam ser observados pelo bem comum e pela garantia da salvação das almas. Em mundos assim organizados, havia quase nenhum espaço para a constituição de espaços de organização coletiva. Evidentemente que podemos, por exemplo, destacar as experiências democráticas em Atenas, mas era muito mais uma exceção do que uma regra da Antiguidade; assim como, nem no mundo feudal e nem no absolutismo tais espaços foram amplamente constituídos.

O fato é que a ideia de espaços públicos nos quais as diferentes classes possam se organizar e disputar o poder de governo é algo moderno, que só seria possível quando a própria ideia de *Estado moderno* estivesse ela mesma constituída. Evidentemente que em última instância, a instituição dos Estados modernos foram arranjos que mudaram tudo para garantir que as coisas se mantivessem como sempre foram, mas, por outro lado, deram condições para que a condução dos Estados fossem, ainda que parcialmente, disputados por grupos de interesses distintos. Por outro lado, os Estados modernos também se assentam em ideologias, mas não mais quase exclusivamente naquela defendida pela Igreja Católica. Novas religiões surgiram ao mesmo passo em que a influência religiosa sobre a política sofreu deslocamentos e cerceamentos passando a ser exercido de maneira indireta; não bastasse isso, o ateísmo também ganhou algum espaço dentro da sociedade. À identificação religiosa juntou-se também a identificação nacional, e nem sempre ambas podiam ser

exercidas ao mesmo tempo, como quando, durante a Questão Romana, o Papa determinou que uma pessoa não pudesse se dizer italiano e, ao mesmo tempo, católica, visto que havia um conflito entre a autoridade de Reino da Itália e a dos Estados Papais.

A imprensa é o elemento primário da constituição do espaço público, sem ela não seria possível a circulação das ideias em disputas. Sem jornais, livros e revistas em quantidade, periodicidade, fluxo e abrangência não haveria em torno de ideias e posicionamentos o engajamento de pessoas de diferentes localidades. Mais que isso ainda, a imprensa está no cerne da formação dos estados nacionais modernos, como o historiador britânico Benedict Anderson apresentou em seu célebre estudo publicado com o título **Comunidade Imaginadas** (2019). Nele, Anderson apresenta três principais contribuições para a formação de uma “consciência nacional”. Primeiramente “e acima de tudo” a circulação de jornais e livros propiciou a formação de consolidação de línguas nacionais, que se não tem a abrangência do latim - alcançando pessoas de diferentes nações -, alcança públicos para além dos limites de dialetos locais. Além disso, Dessa maneira, a imprensa definiu as formas das línguas nacionais, fixando-as. Por fim, contribuiu para a definição das formas oficiais de cada língua ao selecionar uma variação em detrimento de outras.

Além de ser um mobilizador nas ocasiões em que estão colocadas disputas acirradas, a imprensa também é responsável por formar e manter mentalidades socialmente compartilhadas. Claro que estamos aqui falando da imprensa porque se trata dos mais avançados veículos de comunicação da massa àquele tempo, mas depois à ela veio juntar-se o cinema, o rádio, a televisão, e, bem mais recentemente, a internet e as redes sociais, sendo que nos deteremos com mais vagar sobre esses dois últimos mais para frente.

A organização de massa é marca preponderante da nova sociedade: não basta apenas informar e engajar as pessoas, é preciso que esse engajamento seja contínuo porque a sociedade civil é permanentemente disputada e, para isso, é preciso que sejam formadas organizações, entidades e empresas que deem força e densidade para os grupos de interesse. E na especificidade do contendor, as mobilizações religiosas, como procissões e outros ritos fizeram parte disso (CLARK, 2003).

Em suma, o fato sobre o qual queremos lançar luz é que Pio IX colocou em um outro patamar o ancestral e contínuo embate da Igreja Católica pela primazia ideológica, pelo controle de suas terras e pelo absolutismo. Sabendo que sua luta não poderia ser realizada nos

velhos marcos do *antigo regime* e que as dinâmicas da nova sociedade burguesa o arrastava para a esfera da sociedade civil, Pio IX lançou mão de expedientes típicos da sociedade burguesa em defesa da sua condição absolutista. Seus esforços foram, de alguma forma, o último canto do cisne do absolutismo, mas ele estava disposto a lutar o quanto fosse preciso pelo último grasnar.

Estamos falando, portanto, de uma experiência histórica que pode ser observada em diferentes dimensões, das mais imediatas e concretas até as mais profundas e de longa duração. A primeira delas é o evento imediato, ou seja, a obstinação do Papa Pio IX em frear a ofensiva nacionalista italiana que se antepunha ao seu poder transnacional; também é possível ler a partir dos esforços da Igreja Católica para evitar o dismantelamento de toda a sua estrutura de poder, assentada no absolutismo. Outra leitura possível é a partir da luta do *ancien régime* pela sua sobrevivência ante a ascensão e consolidação da sociabilidade burguesa. Por fim, podemos lançar luzes sobre o embate entre velhas tradições e uma nova sociedade baseada na razão humana e que busca revolucionar-se continuamente, inclusive ensejando suas próprias contradições progressivas. Vendo-as em perspectiva podemos perceber em movimento a relação entre os aspectos tradicionais que formam a cultura comum e as intervenções públicas dos sujeitos que acabam por transformar essa mesma cultura; tratando-se sempre de uma relação contraditória entre conservação e transformação. Daí ser mais que interessante a figura de Pio IX, que repetimos, não advogava um movimento regressivo que tinha por objetivo “voltar no tempo”, mas defender seus interesses e os da Igreja nesse novo mundo, utilizando de seus expedientes. Ou seja, ainda que não fosse seu objetivo direto, aquele papa atualizou a tradição, utilizou das ferramentas que tinha à sua disposição para mantê-la no senso comum. E aí está o ponto mais interessante: ele manteve o conservadorismo vivo, atualizando segundo a nova ordem social. E ainda devemos destacar: ao transformar a Igreja em um sujeito político moderno ele também tornou o conservadorismo um elemento cultural capaz de arrematar pessoas para a disputa política.

2.2. “Minha Luta”, cartilha de guerra cultural nazista

Muitos ainda têm uma dificuldade muito grande em debruçar-se sobre o livro escrito por Hitler, **Minha Luta**, certamente por tudo o que o autor significa e realizou. Mas essa aversão deveria ser superada, pois sua leitura é fundamental para sabermos como funciona a estruturação de uma *guerra cultural*. Isso porque **Minha Luta** cumpre duas funções: a primeira é trazer um conteúdo de *guerra cultural*, e a segunda é ser um manual de como

travá-la. Além disso, seu estudo é válido também pela forma eficiente como sistematiza e planeja sua *guerra cultural*. Eficiência que se revela não apenas pela ampla circulação que teve o livro nos anos 1930 e 1940 e que ainda continua tendo, mas também pela difusão de seu conteúdo por meio da abrangente cadeia de comando do Partido Nazi que ia desde o seu alto comando, encimado por Hitler, até agentes do partido com tarefas de organizar e mobilizar comunidades de bairro.

Minha Luta foi escrita enquanto ele esteve preso, entre os anos de 1923 e 1924, por ter liderado o frustrado golpe de Estado que ficou conhecido como “golpe da cervejaria”, e posteriormente publicado em julho de 1925, pela gráfica do Partido Nazi, a Franz Eher-Verlag, sob direção editorial de Max Amman. Hitler havia batizado seu manuscrito como **Quatro Anos e Meio de Combate Contra as Mentiras, a Tolice e a Covardia**, mas seu editor o convenceu de que esse nome seria pouco comercial, sendo provável que seria ele o responsável pelo conciso título com o qual foi publicado (VITKINE, 2009, pág. 17). Como o nome indica, tratava-se de uma publicação marcadamente autobiográfica.

Logo após a sua publicação, Hitler se anima para escrever-lhe a continuação, que é publicada em dezembro de 1926, cujo teor é muito mais político, apresentando a sua ideologia e seu programa. Foi a partir de 1930 que ambas partes passaram a ser publicadas como um único livro. Em alguns de seus capítulos está destacado os princípios e as orientações da propaganda na atividade política nazista, que foram disciplinadamente seguidas pelos nazistas. Compreender tais princípios e orientações, e cotejá-los com a experiência ocorrida na Alemanha nos permite duas compreensões fulcrais, a primeira delas é entender como foram pensados e organizados os seus planejamentos e procedimentos, seus programas e instrumentos utilizados. A segunda compreensão é entender como foi formada uma propaganda eficiente o bastante para, depois de mais de sete décadas da vitória aliada sobre os nazistas, ela ainda ser utilizada no campo da *guerra cultural*. Por isso, apontamos pontos em **Minha Luta**, que nos parecem ser centrais para compreender alguns princípios tanto a propaganda nazista quanto da atual Guerra Cultural fascista.

O primeiro ponto que pensamos ser importante é a propaganda como primeiro e mais importante elemento de aglutinação e organização. Hitler pensou a propaganda como algo que deveria ocorrer antes mesmo da formação do partido político. Isso porque, dessa forma, arregimenta-se partidários para uma organização cuja ideia central já estaria previamente definida, e não se correria o risco de ter sua formulação realizada por companheiros não

alinhados ideologicamente. Isso significa, portanto, que não se trataria da construção coletiva dos princípios ideológicos do partido, mas da construção de um partido em torno de uma ideia central definida de antemão pela sua liderança maior. Assim, a “*propaganda devia preceder à organização, conquistando o material humano necessário a esta.*” (HITLER, 2001, pág. 360).

A propaganda teria o efeito de arregimentar as pessoas em torno de sua ideia central, mas separando-as em dois grandes grupos, que Hitler definiu como *adesistas* e *combatentes*. Os primeiros, que deveriam constituir a maioria, seriam aqueles a aderirem ao programa partidário e sua política, não como militantes e filiados, mas somente como seus apoiadores. Ao *adesista* caberia, portanto, um papel passivo na disseminação da ideia pela população, dele nada sendo exigido senão que a compreenda em suas linhas gerais e a defenda publicamente. Já os *combatentes* são aqueles dentre os *adesistas* que demonstram firmeza no caráter, coragem e disposição para se colocarem a serviço integral da ideia. Se a propaganda seria a responsável por conquistar a massa de *adesistas* para a ideia, o *combatente* seria cooptado pela organização partidária.

Assim, a propaganda não deveria se preocupar com a qualidade na formação do *adesista*, deste se exige o mínimo, mas, em contrapartida, a organização deveria ser criteriosa na seleção dos *combatentes*, garantindo em suas fileiras apenas os mais qualificados para as ações e atividades para as quais seriam convocados; em síntese: “*A propaganda estimula a coletividade no sentido de uma idéia, preparando-a para a vitória da mesma; a organização tem de ganhar a vitória mediante concentração dos adeptos corajosos, capazes de combater pelo triunfo comum.*” (HITLER, 2001, pág. 361). Percebe-se, assim, uma relação de complementaridade entre a ação da propaganda e a organização, que Hitler vai definir nos seguintes termos

O primeiro dever da propaganda consiste em conquistar adeptos para a futura organização; o primeiro dever da organização consiste em conquistar adeptos para a continuação da propaganda. O segundo dever da propaganda é a destruição do atual estado de coisas e a disseminação da nova doutrina, enquanto que o segundo dever da organização deve ser a luta pelo poder para conseguir, por esse meio, o sucesso definitivo da doutrina. (HITLER, 2001, pág. 362)

Interessa destacar que para o líder-mor do nazismo o sucesso na disseminação da ideia por meio da propaganda, ou seja, o convencimento de um amplo espectro da população significa que não seria necessário a formação de uma grande organização; em outros termos,

quanto maior o número de convencidos menor deverá ser a organização partidária. E para ele uma organização menor significaria uma organização melhor, visto que o controle interno seria mais eficiente e direto, e Hitler é enfático sobre a necessidade de se garantir o rígido controle interno da burocracia partidária. Chega a escrever que sua direção deve ser exercida pelos seus primeiros fundadores, e que eles devem permanecer à frente do partido até que a ideia seja vencedora na luta pelo Estado e forme o senso comum da população. Só então, depois de consolidado esse cenário, as lutas pelo poder no seio da organização deverão apontar as novas lideranças a ocupar os cargos de direção partidária. Mas, repetimos, a qualidade dos partidários estaria diretamente vinculada à amplitude do alcance da propaganda em toda a nação. Apenas uma propaganda eficiente no convencimento da sociedade garantindo uma expressiva massa de *adesistas* poderia levar à formação de um partido com os melhores *combatentes* entre eles.

É interessante destacar a distinção entre a propaganda nazista e a comunista, sistematizada por Vladimir Ilyich Ulianov, o Lênin. Isso porque, apesar do uso comum do mesmo termo, “propaganda”, seus objetivos são diametralmente opostos e a comparação entre ambos nos ajuda a entender o seu uso pelos nazistas. É em seus aspectos subjetivos que a propaganda hitlerista mais se distancia da propaganda leninista. Em Lênin, a propaganda tem dois momentos bem específicos, no primeiro deles, e o mais conhecido pela militância atualmente, é aquele que aparece em seus primeiros escritos, notadamente os publicados nos primeiros anos do século 20, como **Carta a Um Camarada**¹⁵⁸, **O que Fazer? (1999)** e **As Tarefas dos Sociais Democratas Russos**¹⁵⁹. Naquele período, o líder comunista distinguia a agitação e a propaganda, sendo que a primeira seria a atividade voltada para as grandes audiências como os discursos, ou público atingido por panfletos ou volantes. Dado a perseguição czarista à qual as forças políticas dissidentes estavam submetidas, a agitação era uma atividade perigosa, e por isso sua realização levava em conta as limitações que se impunham. Eram ações rápidas, curtas, portanto, centradas em temas únicos: cada discurso, deveria tocar em um único, tentando ser de fácil entendimento. Já a propaganda, realizada por meio de aulas, artigos, palestras etc, eram atividades mais longas, densas e profundas, que visava explicar de forma mais detalhada os seus temas e objetivos. Portanto, dada a dificuldade do tema e para evitar os riscos impostos pelo czarismo, a propaganda era feita em

¹⁵⁸ LÊNIN. *Carta a um camarada*. Marxist.org. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm>>

¹⁵⁹ Lênin. *As Tarefas dos Sociais Democratas Russos*. Marxist.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1897/mes/tarefas.htm>

círculos mais restritos. Depois do sucesso da Revolução, em 1917, Lênin passou a apontar a propaganda como principal instrumento de preparação da sociedade russa para as grandes transformações que se iniciaram: era preciso que a população estivesse atenta e compreendendo o funcionamento do novo Estado, as novas relações societárias etc. Independentemente de se tratar da agitação ou da propaganda ou em qual contexto, seus princípios sempre foram os mesmos para os comunistas: a explicação científica e técnica dos seus temas. Agitação e propaganda são expedientes que elucidam as situações, que explicam o que está oculto, que apontam o olhar para aquilo que não é percebido à primeira vista. Assim, não bastaria apenas dizer que o salário está baixo, mas explicar o porque está baixo e porque, numa sociedade comunista, nem haveria salários.

Já para os nazistas a coisa é totalmente outra. A propaganda não tem por função elucidar, promover conhecimentos, ampliar a compreensão política e econômica das dinâmicas sociais, mas pelo contrário, ela tem por objetivo mistificar, convencendo a população pelas emoções e não pela razão. Primeiramente, a propaganda nazista tinha por finalidade trazer à percepção da massa algo que era de interesse dos nazistas sem que esse algo seja tratado de forma “científica”, nas palavras de Hitler (117): *“O fim da propaganda não é a educação científica de cada um, e sim chamar a atenção da massa sobre determinados fatos, necessidades, etc., cuja importância só assim cai no círculo visual da massa.”* Além disso, a propaganda, sendo voltada sempre para a massa, deveria ser pensada de forma a ser de fácil compreensão para o *“mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir”*, daí que seu *“nível espiritual”* (ou seja, sua complexidade e densidade) deve ser sempre o mais rebaixado possível e, quanto maior o seu público, mais deve-se rebaixá-lo.

Note-se, portanto, que a propaganda não visa uma elevação no nível de compreensão e entendimento do público, mas, ao contrário, visa ser de tal forma que se enquadre ao que seria considerado o seu mais baixo nível de ignorância. Por isso, a propaganda não visa a inteligência das pessoas que a recebe, mas sim suas emoções. A propaganda “fisga” seu público manipulando seus afetos, isso porque, segundo ele, o povo é de índole covarde e, na palavra de Hitler, *“feminina”*, ou seja, que se deixa levar muito mais pelos sentimentos do que pela razão. Além disso, tratando-se de afetos em nada complexos, mas que operam de forma binária: *“Esses sentimentos, porém, não são complicados, mas simples e consistentes. Neles não há grandes diferenciações. São ou positivos ou negativos: amor ou ódio, justiça ou injustiça, verdade ou mentira. Nunca, porém, o meio termo.”* (HITLER, 2001, pág. 119). Daí que um dos principais postulados da propaganda nazista é a repetição constante de poucos

pontos centrais. A repetição desses pontos, mesmo que diferentes meios, e fazendo-os sempre por mensagens simplificadas e reduzidas, leva ao convencimento não racionalizado da grande massa.

Assim, enquanto para os comunistas a propaganda deveria ter o efeito de popularizar conhecimentos científicos, críticos, tendo por referência o Materialismo histórico, e que visava a participação ativa da população na construção do Estado socialista, a propaganda nazista tinha por princípio a mistificação, o convencimento pela emoção e pela repetição constante de poucos pontos centrais, a formação de uma massa passiva e conformada.

Segundo Hitler

A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da grande massa. Ela encontra, por forma psicologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo. Que os nossos sabidos não compreendam isso, a causa está na sua preguiça mental ou no seu orgulho. Compreendendo-se, a necessidade da conquista da grande massa, pela propaganda, segue-se daí a seguinte doutrina: É errado querer dar à propaganda a variedade, por exemplo, do ensino científico. (HITLER, 2001, pág. 117)

A questão do convencimento sem debates nem elaborações racionais levou Hitler a perceber que o melhor horário para a realização de seus comícios era à noite, pois o pensamento de uma audiência cansada não poderia sustentar muita resistência a um orador enfático e determinado. Disto se destaca que para ele os discursos, comícios, falas públicas eram seus meios de comunicação preferenciais. Encarava-os como verdadeiros duelos ou embates corpo-a-corpo, sobre o que ele escreveu

Quase sempre acontecia, naqueles tempos, apresentai-me em reuniões de homens que acreditavam no contrário do que eu lhes queria dizer e queriam o contrário daquilo em que eu acreditava. Nossa missão era, durante duas horas, libertar dois a três mil homens das noções erradas que possuíam, por golpes sucessivos destruir os fundamentos dos mesmos e, finalmente, atraí-los para as nossas idéias, para a nossa doutrina.” (HITLER, 2001, pág. 289).

Esse espírito de pugilismo que animava Hitler também estava no embate que manteve com os comunistas naquele período. Não devemos esquecer que tratava-se do período conhecido como República de Weimar, no qual a Alemanha era uma nação politicamente convulsionada, tentando reerguer-se após a derrota na Primeira Guerra e submetida às consequências do Tratado de Versalhes. Governada pelos sociais-democratas, a Alemanha era

tomada pela agitação tanto de forças de extrema-esquerda como de extrema-direita. Os comícios das diversas organizações faziam parte desse embate, e Hitler em pouco tempo se tornou um dos principais oradores políticos naquele contexto. No documentário **O Fascismo de Todos os Dias** (1965), do soviético Mikhail Romm, vemos como Hitler era demasiadamente atento e cuidadoso com seu desempenho público, ensaiando e treinando constantemente gestos corporais e entonações de sua fala visando o máximo de efeito emocional. Desta forma, percebe-se como a conquista emocional da massa era o principal objetivo da propaganda nazista e não a sua formação intelectual e informação. Também o documentário **Hitler, Uma Carreira**, dos alemães ocidentais Christian Herrendoerfer e Joachim Fest, de 1977, apresenta como Hitler conquistou emocionalmente a maioria dos alemães; evidentemente enquanto fazia uma nada sutil campanha de eliminação de todos os seus opositores. Ainda assim, a eliminação dos que se opunham aos nazistas ocorreu às claras, portanto, no mínimo, com a aquiescência de imensa parte dos que eram chamados de *adesistas*, no livro **Minha Luta**. Apesar de certas controvérsias a respeito de seu entendimento sobre o fenômeno do nazismo, é inegável que o conservador Joachim Fest (responsável pelas pesquisas e pelo roteiro de **Hitler, Uma Carreira**) acertou ao perceber e por luzes sobre a complacência de expressiva parte do povo alemão à ascensão dos nazistas.

2.2.1. Minha Luta: difusão no mundo e no Brasil.

Desde sua publicação, **Minha Luta** tem sido um livro de grande circulação. Antoine Vitkine, em seu estudo **Mein Kampf: A História do Livro** afirma que foram quase 12 milhões e meio de exemplares vendidos entre sua primeira edição e 1944, quando as operações da Franz Eher-Verlag foram encerradas. Foram impressas edições das mais distintas formas, desde as mais luxuosas até aquelas feitas com papel de baixa qualidade, para o público com menor capacidade de aquisição. Mas além das vendas no varejo, milhares de exemplares de **Minha Luta** eram comprados por prefeituras para distribuição para diversos públicos, inclusive dado de presente aos casais na ocasião de seus casamentos. Em 1939, o Partido nazista fez uma circular apontando que cada organismo do partido tinha a obrigação de contribuir com a ampla difusão do livro, objetivando que “um dia toda família alemã, mesmo a mais modesta, possua a obra fundamental do Führer” (VITKINE, 2009, pág. 54).

Mas a ampla circulação de **Minha Luta** não ocorreu apenas entre os alemães; ela também ocorreu por diversas nações já em primeira hora. Vitkine informa que entre 1933 e 1934 quatorze países já dispunham de suas traduções, desde o extremo oeste europeu, Portugal, até a China e Japão, da Dinamarca até o Iraque; da sede da Eher-Verlag, em

Munique, eram expedidas licenças de tradução para todas as direções do mapa. Inclusive as duas principais nações ocidentais a integrarem os Aliados, EUA e Reino Unido, já contavam com suas traduções, respectivamente a cargo das editoras Houghton Mifflin, de Nova Iorque, e a londrina Hurst & Blackett. Hitler se preocupava com a repercussão entre as nações de sua política internacional, por isso determinou que trechos sobre tais temas fossem suprimidos nas licenças de tradução negociadas¹⁶⁰. Mas tais supressões não atingiram os trechos que expõem as políticas racistas do seu autor, Hitler não se preocupava com isso. Também os editores não se preocupavam com isso, pois sabiam que havia público para tal conteúdo. Evidentemente que nem todos que compravam seus exemplares o faziam por alinhamento às ideias que **Minha Luta** veicula; haviam aqueles que acreditam na necessidade de conhecer as sandices perigosas que expressa para que se pudesse evitá-las e combatê-las.

O mundo começa a ter conhecimento do texto integral apenas por volta de 1938, e por um motivo nada político que é descrita por Vitkine da seguinte forma

... em 1938 um pequeno editor americano, Stackpole, decide publicar uma versão completa da “bíblia nazi,” dispensando a concordância do autor. Seu direito invoca um argumento jurídico audacioso: como Hitler era oficialmente um apátrida ao registrar o copyright do livro, não estaria protegido pela lei americana de direitos autorais, pois ela estava sujeita ao princípio de reciprocidade entre os países. A Eher-Verlag protesta, a Houghton Mifflin move uma ação judicial. (VITKINE, 2009, pág. 70).

Apenas em 9 de junho de 1939 a justiça profere sua sentença a respeito determinando que a lei de proteção dos direitos autorais dos EUA também protegem os autores apátridas. Mas, até que essa sentença fosse proferida, milhares de exemplares com o texto integral de **Minha Luta** haviam sido comercializados. Apenas em 1940 e 1943 as versões integrais foram publicadas no Reino Unido e nos EUA, respectivamente.

Após o final da guerra, os direitos do livro foram repassados para o Estado Regional da Baviera que, por sua vez, determinou que não fossem mais publicados. Apenas com a

¹⁶⁰ “Mein Kampf percorre o mundo, é verdade, mas sob controle. Enquanto no interior das fronteiras alemãs o livro deve continuar sendo uma espécie de objeto de culto, no exterior a questão é controlar sua publicação. Em particular, as autoridades nazis dão a maior atenção à tradução na Inglaterra e nos Estados Unidos. Essas duas potências adquirem crucial importância para Hitler. O novo dirigente da Alemanha teme que elas se interponham no caminho de seu projeto de expansão europeia, e pretende assegurar-se de sua neutralidade. Em seu livro, Hitler não se demonstra excessivamente violento em relação à Inglaterra, chegando mesmo a preconizar uma aliança com ela contra a França. Já o é um pouco mais em relação aos Estados Unidos, execrando seu liberalismo e seu mercantilismo e considerando-o uma nação nas mãos dos judeus e dos banqueiros. Teme, contudo, que seus projetos belicistas alarmem esses dois países, muito preocupados com a estabilidade europeia.” (VITKINE, 2009, pág. 68).

proximidade de se completar 70 anos da morte de Adolf Hitler, o que colocaria o livro em domínio público, em primeiro de janeiro de 2016, o Governo da Baviera decidiu realizar uma edição crítica de **Minha Luta**, que ficou a cargo de uma equipe de especialistas liderada pelo historiador Christian Hartmann, do Instituto de História Contemporânea de Munique¹⁶¹. Essa publicação resultou em um livro em 2 tomos, com cerca de 2 mil páginas e 3 mil e 500 notas explicativas. Apesar de todas as polêmicas que envolviam uma nova edição de **Minha Luta** na Alemanha, a primeira desde o fim da Segunda Guerra, o livro acabou sendo um sucesso editorial, com mais de 80 mil exemplares vendidos e, ainda, foi, no mesmo ano de sua publicação, agraciado com o prêmio Sociedade Precisa de Ciência da Associação alemã Leibniz¹⁶². Poucos meses depois de enviar sua primeira edição de **Minha Luta** para as livrarias, o do Instituto de História Contemporânea de Munique já havia recebido solicitação de estabelecimento de tratativas de trinta editoras diferentes, até das distantes nações asiáticas, como Coréia, China e Japão, conforme noticiou o jornalista espanhol Luis Doncel, no portal El País. em 27 de fevereiro de 2016¹⁶³.

Em junho de 2021 o livro também ganhou uma edição crítica francesa, pela editora Fayard, que ficou a cargo da equipe de historiadores liderados por Florent Brayard, que atualizou e ampliou a edição crítica do Instituto de História Contemporânea de Munique¹⁶⁴.

Ainda que seja proibida qualquer forma de apologia ao nazismo no Brasil, desde 1989¹⁶⁵, já circulavam no país diversas edições de **Minha Luta** antes mesmo do livro se tornar de domínio público. A sua primeira edição brasileira foi publicada em 1934, pela Editora Globo, cuja tradução foi feita por Julio de Matos Ibiapina e com direção editorial de Henrique Bertaso, que também foi responsável por todas as sete edições que o livro teve até 1941, quando sua publicação e comercialização foi proibida pelo governo Vargas, dada a entrada do

¹⁶¹ Importante destacar como a publicação de **Minha Luta** gerou polêmicas e inseguranças que atingiu, inclusive, essa publicação comentada. Encomendada pelo Estado Regional da Baviera, em 2009, junto ao Instituto de História Contemporânea de Munique, o governo bávaro retirou, em dezembro de 2013, os subsídios para pesquisa e publicação da referida edição para atender às pressões políticas contrárias ao empreendimento, conforme informado por matéria publicada pelo portal eletrônico Deutsche Welle. HOFMANN, Sarah Judith. **"Mein Kampf" de Hitler permanece banido**. Deutsche Welle. 05/07/2014

<https://www.dw.com/pt-br/manifesto-de-hitler-mein-kampf-deve-permanecer-banido/a-17751616>

¹⁶² **Edição comentada de "Minha luta" é premiada na Alemanha**. Deutsche Welle. 18/11/2016. <https://www.dw.com/pt-br/edi%C3%A7%C3%A3o-comentada-de-minha-luta-%C3%A9-premiada-na-alemanha/a-36432164>

¹⁶³ DONCEL, Luis. **Edição crítica de 'Minha luta' é objeto de desejo no mundo todo**. Em País. 27 de fevereiro de 2016. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/26/cultura/1456508623_592314.html

¹⁶⁴ **Polêmico livro escrito por Hitler, 'Mein Kampf' retorna às livrarias francesas em edição crítica**. Uol. 20/05/2021.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/05/20/polemico-livro-escrito-por-hitler-mein-kampf-retorna-as-livrarias-francesas-em-edicao-critica.htm>

¹⁶⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm

Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados e contra o Eixo. A princípio, a publicação brasileira foi saudada entusiasticamente pela imprensa nacional e seu autor apresentado por ela como um grande líder; foi preciso a passagem de alguns meses para que começassem a surgir as primeiras críticas negativas ao livro, ao seu autor e ao programa político que defende (PAZ, 2016).

Apesar de estar subjogado à alguma forma de proibição ao longo do século 20, seja aquela imposta pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, ou pela ditadura militar de 1964-85¹⁶⁶, ou aquela determinada por lei, em 1989, o fato é que ao longo das décadas não era de todo impossível, apesar de difícil, conseguir um exemplar de **Minha Luta** no Brasil, mesmo que fosse uma fotocópia já desgastada de tanto passar de mão-em-mão. Já nas últimas décadas se tornou fácil conseguir uma das diversas edições digitalizadas à disposição na rede mundial de computadores. Quando se tornou de domínio público, algumas editoras brasileiras de dispuseram a publicar o livro, destacando-se a Editora Centauro, que já o havia lançado em 2005, mas cuja publicação fora embargada a pedido do Estado da Baviera; a Edipro, que acabou desistindo do empreendimento por pressão de diversos de seus leitores que questionavam o uso da tradução de Ibiapina, considerada defasada e, ainda, pela falta de notas explicativas; e por fim, a da Geração Editorial, com uma nova tradução feita por William Lagos, com três centenas de notas além de textos de apresentação e o apêndice publicado em edição estadunidense, de 1939, conforme noticiou o portal O Tempo, em matéria publicada em 18 de janeiro de 2016¹⁶⁷. Mas todas essas iniciativas não escaparam da polêmica envolvendo a publicação do maior manifesto publicitário do nazismo, diversas matérias publicadas em jornais e portais de notícias nos anos de 2015 e 2016 trouxeram ao público o debate, envolvendo desde informações sobre a proibição de impressão e comercialização imposta pela justiça carioca até textos de opinião defendendo tanto a censura quanto a liberdade de publicação do livro de Hitler¹⁶⁸; destacamos, inclusive, matéria

¹⁶⁶ SILVA, Eumano. **Ditadura proibiu no Brasil o livro Minha luta, de Adolf Hitler**. Metrópole. 20 de janeiro de 2020.

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ditadura-proibiu-no-brasil-o-livro-minha-luta-de-adolf-hitler>

¹⁶⁷ CÔRREA, Fábio. **A polêmica de “Minha Luta”**. O Tempo. 18 de janeiro de 2016. <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-polemica-de-minha-luta-1.1213963>

¹⁶⁸ Ver, por exemplo, as matérias: PAZ, Elaine Hatherly. **A censura mascarada**. Publishnews. 06 de janeiro de 2016. <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/01/05/a-censura-mascarada> ; também LÍSIAS, Ricardo. **Por que sou contra a publicação de Minha Luta, de Adolf Hitler, no Brasil**. Uol. 22 de janeiro de 2016. <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2016/01/22/por-que-sou-contra-a-publicacao-de-minha-luta-e-adolf-hitler.htm?cmpid=copiaecola> ; e ainda HUFFMANN, Sarah Judith. **"É preciso ler 'Minha luta', de Hitler", diz sociólogo**. Deutsch Welle. 28 de março de 2015. <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-preciso-ler-minha-luta-de-hitler-diz-soci%C3%B3logo/a-18346321>

veiculada pelo jornal Estado de Minas e assinada por Alessandra Mello, em 05 de fevereiro de 2017, dá conta de que uma edição apócrifa¹⁶⁹ de **Minha Luta** é um sucesso absoluto de venda na região central de Belo Horizonte. Fato é que desde 2016 acham-se facilmente edições do em livrarias e bancas de jornal, em sítios eletrônicos de venda de livros e de compartilhamento de livros digitalizados.

Ainda circula a ideia jocosa que **Minha Luta** é o best seller que quase ninguém leu, já que muitos exemplares daqueles 12 milhões distribuídos pelo regime nazista não foram lidos pela maioria das pessoas que os receberam. Não é possível mensurar realmente quem leu a totalidade das suas centenas de páginas, e talvez isso não importe de fato. Mesmo porque, os números oficiais de impressão e venda, sobretudo após 2016, não vão expressar o número de simpatizantes nazistas que leem de fato **Minha Luta**, eles se valem de edições clandestinas próprias de suas organizações, e não parecem ser o público interessado por edições críticas minuciosamente elaboradas por historiadores. E de qualquer maneira, o próprio livro deixa claro que, para Hitler, o que importa não é que os simpatizantes, ou em seu termo, os *adesistas*, estivessem plenamente conscientes e informados, mas apenas mobilizados e constantemente excitados; seu texto é voltado aos *combatentes*, ou seja, aos militantes mais bem preparados e bem formados.

Seja como for, **Minha Luta** exerceu e exerce ainda um papel importante de doutrinação entre simpatizantes e militantes nazifascistas. E sua força de convencimento está, sobretudo, na forma simplória e binária como explica a decadência da sociedade provocada por um agente externo a ela que tem como único objetivo a sua destruição; em outras palavras, sua força está na capacidade de articular elementos de *guerra cultural*. Daí que, apesar da indigência intelectual e estilística do texto apontada por críticos e especialistas, **Minha Luta** tem conseguido convencer muitas pessoas ainda hoje, inclusive no Brasil, haja visto o aumento de mais de 60% do número de casos de apologia nazista ocorridos na internet, entre 2020 e 2021, segundo informe da organização não governamental SaferNet Brasil¹⁷⁰.

¹⁶⁹ MELLO, Alessandra. Alvo de polêmica na justiça, livro de Hitler é sucesso de vendas no Centro de BH. Estado de Minas. 05 de fevereiro de 2017. [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/05/interna_politica,845039/livro-de-hitler-e-sucesso-de-ven](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/05/interna_politica,845039/livro-de-hitler-e-sucesso-de-vendas-no-centro-de-bh.shtml)

¹⁷⁰ Em 2021, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet recebeu e processou 14476 denúncias anônimas de neonazismo na internet. O número é 60,7% maior que as 9004 denúncias registradas em 2020. Safernet Brasil. <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano>. Dados

2.3. A guerra cultural nos EUA

Da mesma maneira que a Inglaterra foi para Marx o melhor estudo de caso para entender o capitalismo, pois tratava-se da nação em que ele estava mais desenvolvido, não é possível pensar a atualidade da *guerra cultural* sem observar como ela se desenvolve nos Estados Unidos. Por ser a nação que atualmente capitaneia o imperialismo, em que a democracia liberal é avançada e conta com instituições sólidas, onde os meios de comunicação de massas tem um papel determinante na formação da sua mentalidade, a *guerra cultural* tem uma dimensão gritante. Por isso, a guerra cultural naquele país nos serve como um amplo e completo estudo de caso sobre o tema.

Já no início da década de 1990, o sociólogo estadunidense James Davison Hunter retoma o termo Guerra Cultural em seu livro **Culture Wars: The Struggle to Define America**, para designar a disputa cada vez mais acirrada que atravessava a sociedade dos Estados Unidos da América¹⁷¹. Na disputa apontada por Hunter, opõem-se, de um lado, aqueles que defendiam uma visão tradicional da sociedade (baseada na moralidade conservadora judaico-cristãos), e de outro lado, os movimentos que defendiam pautas como a liberalização do aborto, os direitos civis para a comunidade LGBT, a defesa de uma forma de vida baseada no vegetarianismo, a liberdade sexual irrestrita e o vanguardismo na arte, dentre outros.

O que o sociólogo percebeu é que não se tratava de disputas pontuais sobre temas isolados, mas que cada um dos dois lados se viam como defensores de uma concepção profunda do que seria ser "americano" e do que deveria ser a "América". Como ilustração, ele publica em um dos capítulos do livro um excerto de debate travado naquela ocasião sobre a questão do aborto em que, de um lado está Randall Terry, porta-voz de um movimento anti-aborto, e, do outro lado, Faye Wattleton, ligada a uma organização civil de planejamento familiar. Ambos os contendores, a despeito da oposição radical entre suas ideias, as defendem em nome da mais verdadeira "tradição americana".

Para Hunter, a *Guerra Cultural* que presenciava não dizia respeito a uma transformação radical da sociabilidade estadunidense, algo como a superação do "modo de vida da América" por outro modo de vida qualquer, mas sim, de definir os marcos

detalhados podem ser analisados pelo banco de dados da Safernet, encontrado no acesso eletrônico <https://indicadores.safernet.org.br/>

¹⁷¹ É fundamental lembrar que Hunter é um intelectual conservador, com posições teóricas e políticas que certamente não se afinam com aquelas que dão sentido a esta tese. Por isso, embora tenhamos discordâncias fulcrais em relação às suas conclusões, reconhecemos a legitimidade e coerência de suas observações e reflexões acerca do cenário posto da guerra cultural nos EUA.

existenciais dessa sociabilidade. Por isso, para o sociólogo, tratava-se de definir os contornos e os significados mais profundos da cultura daquele povo. Se pensarmos no que Raymond Williams definiu como *cultura comum*, que é o conjunto de significados e valores que são formados pelas experiências de uma determinada comunidade e, ao mesmo tempo, seus impulsos à atualização e avanços, a *Guerra Cultural* testemunhada e estudada por Hunter é a disputa pelo que representa a memória e as tradições do povo estadunidense e, também, por qual caminho ambas seriam atualizadas. Isso não é pouca coisa: é tanto definir os significados do passado quanto os sentidos do futuro do país. Daí que é no presente onde estão entrincheirados os combatentes dessa guerra: organização familiar, Educação, Arte e Cultura, Ensino Superior e pesquisa, Direitos Civis, as formas de interpretar as Leis e de conduzir as instituições e outros aspectos da sociedade são, cada um e à sua maneira, um campo de batalha permanentemente mobilizado.

O sociólogo lembra que a formação dos Estados Unidos, realizada a partir de imigrantes protestantes, trouxe para o país preconceitos anticatólicos. Também fez parte desse arcabouço cultural preconceitos anti-semitas, assim como a história colonial daquela nação levou aos preconceitos raciais. Esses preconceitos levaram a disputas campo simbólicos muitas vezes acirradas. Mas, desde o início da segunda metade do século 20 ocorreu uma mudança qualitativa na divisão entre os diferentes campos semânticos: necessidades históricas levaram distintas visões de mundo a se organizarem estrategicamente em dois grandes campos, opondo, assim, de um lado os que Hunter designou como ortodoxos e, do outro, os progressistas. Hunter se preocupa em definir tais termos para evitar confusões por conta do senso comum, assim, para ele, definindo-os “como propriedades de um sistema de crença ou visão de mundo” (HUNTER, 1991, pág. 43). Dessa forma, os ortodoxos são aqueles que mantêm firme compromisso com valores superiores, cujos princípios seriam superiores e imutáveis, portanto, não poderiam ser julgados pela lei e pelos costumes dos homens¹⁷². No extremo oposto, no campo progressista, há a tendência a estabelecer diálogos entre a visão de mundo particular e o espírito do tempo, ou seja

Dentro do progressismo cultural, ao contrário, a autoridade moral tende a ser definida pelo espírito da era moderna, um espírito de

¹⁷² “...à ortodoxia, por exemplo, (e o que torna a ortodoxia mais de uma propriedade formal), é o compromisso por parte dos aderentes a uma propriedade externa, autoridade definível e transcendente. Tal autoridade objetiva e transcendente define, pelo menos em abstrato, uma medida consistente e imutável de valor, propósito, bondade e identidade, tanto pessoal quanto coletivo. Ela nos diz o que é bom, o que é verdadeiro, como devemos viver e quem nós somos. É uma autoridade que é suficiente para todos os tempos.” (HUNTER, 1991, pág. 43)

racionalismo e subjetivismo. Os ideais morais progressistas tendem, isto é, a derivar e incorporar (embora raramente esgotem) esse espírito. Deste ponto de vista, a verdade tende a ser visto como um processo, como uma realidade que está sempre se revelando. Há muitas distinções que precisam ser feitas aqui. Por exemplo, o que acontece com os progressistas que ainda se identificam com uma determinada religião? Para eles, pode-se notar uma forte tendência de traduzir os ideais morais de uma tradição religiosa, de modo que se conformem e legitimem o zeitgeist contemporâneo. Em outras palavras, o que todo os progressista compartilham em comum é a tendência de ressimbolizar fés históricas de acordo aos pressupostos predominantes da vida contemporânea. (HUNTER, 1991, pág. 45)

Ser ortodoxo ou progressista tem a ver, para Hunter, com “impulsos” de posicionamento cultural frente às dinâmicas políticas comuns à sociedade dos Estados Unidos. São esses impulsos que levam às associações e alianças entre sujeitos deste e daquele campo, ainda que historicamente pudessem ter divergências profundas. E mais ainda, provocando cisões profundas em muitos grupos, os “protestantes evangélicos, por exemplo, não estão presos em um conflito isolado com protestantes liberais. Nem os católicos progressistas lutam em isolamento com seus equivalentes conservadores na hierarquia romana. A guerra cultural contemporânea é muito maior e mais complicada. No coração do novo realinhamento cultural estão as alianças pragmáticas que estão sendo formadas entre as tradições religiosas” (HUNTER, 1991, pág. 48). Essas alianças inter-religiosas, verdadeiras frentes formadas por integrantes de diversas religiões e também por não religiosos, se unem programaticamente em torno de bandeiras culturais bem definidas que visam intervir na condução política. Mas, e isso é fundamental, a interferência não se restringe às dinâmicas de governo, mas visam, sobretudo, às estruturas institucionais de Estado.

Dessa forma, forças sociais condensam-se e adensam-se em campos drasticamente opostos, tornando-se forças políticas atuantes. É interessante que nessa dinâmica as forças sociais ganham relevância dentro da sociedade disputando as políticas em debates profundamente calcados nos sentidos culturais (princípios, valores, tradições etc) que defendem, arrastando as questões culturais para o centro das disputas políticas. Neste sentido, Hunter escreveu que: “O conflito cultural pode ser uma luta para controlar os símbolos da cultura pública, mas isso não significa que exista apenas no reino etéreo da filosofia especulação - como uma forma barulhenta e irritante de disputa sofista. O conflito cultural, na realidade, é muito mais consequente por uma razão simples. Os símbolos da cultura pública são sempre mediados no mundo social por uma variedade de instituições sociais. É, portanto,

no contexto das estruturas institucionais que o conflito cultural se cristaliza” (HUNTER, 1991, pág. 48).

O sociólogo percebeu que há cinco campos públicos em que esses debates ocorrem com mais frequência e força, sendo eles as políticas para a família, para a Educação, para as mídias e a arte, a lei e, por fim, as legislações eleitorais. Esses campos são os mais críticos pois, combinados, significam tanto as possibilidades de mudanças das dinâmicas sociais presentes como a estruturação das possibilidades de transformações futuras. Sobretudo, são por meio delas que se pode desenhar o que é e o que pode ser a sociedade.

Hunter conclui suas reflexões imaginando a possibilidade de formação de uma sociedade que pudesse abraçar tantas e diversas oposições, não mais no marco de uma disputa total em que cada lado almeja um vitória final sobre o seu oponente, o que, ao fim e ao cabo significaria o final da sociedade estadunidense como foi imaginada pelos seus fundadores, mas sim, atravessado pelo espírito integrador da nação.

3. Definindo um entendimento

Isso posto, podemos já realizar esforços para compreender e explicar o que é *guerra cultural*, agora como categoria de análise e não somente como um termo genérico, mas apreendendo-o como um processo histórico em movimento, tratando-se de fenômeno próprio da modernidade e que envolve a reação política de caráter ultra-conservador aos valores progressistas próprios da democracia liberal. Para isso, definimos quatro pontos delimitadores que nos permitem elaborar, ainda que provisoriamente, uma definição.

3.1. Quatro pontos delimitadores

O primeiro ponto que apresentamos é a afirmação de que a *guerra cultural* não é um conflito entre povos e culturas diferentes, mas é uma luta dentro de uma cultura (podendo ou não estarem restritas a um mesmo Estado) pelos *sentidos* e *significados* que estabelecem os contornos dessa cultura. Ou seja, trata-se de uma luta por *definir* os valores da sociedade, eliminando por completo os que se posicionam diferentemente deles ou, ao menos, isolando-os dos seus principais processos decisórios. Esse é um ponto de máxima importância porque marca a diferença entre a *guerra cultural* que é um embate pela interdição política do contraditório, e as disputas políticas nos diversos campos da sociedade (e da cultura, em particular) que não visa a interdição do contraditório, mas a construção de

espaços de convivência, mesmo que em condições desiguais, mesmo nos momentos de luta de classes mais acirrada. Também a distingue da propaganda política. Ainda que algo de *guerra cultural* possa integrar uma ou outra ação de propaganda, ou que a guerra cultural se utilize de expedientes de propaganda, ambas são distintas, em muitas ocasiões diametralmente distintas.

Outro ponto fundamental para nossa delimitação afirma que a *guerra cultural* se estende para além do campo da cultura. Na verdade, os que a empreendem parecem estar entre os que melhor compreendem as profundas conexões entre a cultura e a política. E ainda, os que compreenderam que é uma ilusão imaginar ser a pólis o espaço público dos debates entre os diferentes, construindo racionalmente o pensamento coletivo. Perceberam que as manifestações e os posicionamentos públicos são edificadas sobre construtos tradicionais formados por memória social, costumes comuns e práticas cotidianas e, a parte verdadeiramente racional, é pequena, senão ínfima, diante os aspectos não-rationais dos comportamentos coletivos. Ou seja, a guerra cultural **é um mecanismo de mobilização política por meio da manipulação de sentimentos e afetos atávicos.**

Outro importante ponto a se destacar é que a *guerra cultural* só se tornou possível quando: 1) a democracia liberal tornou-se um princípio nas chamadas democracias modernas; e, 2) quando os dispositivos de comunicação de massa se tornaram efetivos. Isso porque trata-se de uma guerra em que seus combatentes são mobilizados - mas não necessariamente organizados - por um paradoxal sentimento de coletividade e de individualismo. É assim pois a *guerra cultural* é uma disputa que envolve debates na ágora, e os consequentes processos de decisão, como o voto. Mas, para isso, os indivíduos convocados para as trincheiras dessa guerra precisam ser, a despeito do sentimento de pertencimento a um grupo, “capturados” ideologicamente sem mediações concretas.

Por fim, mas não menos importante, cada vez mais a *guerra cultural* é um dispositivo de disputa pelo poder usado pelas diferentes manifestações de fascismos. Mas isso não significa que apenas os fascistas se utilizem desse mecanismo; outros setores do conservadorismo também fazem uso dele e, por mais que possa parecer contraditório, até mesmo alguns agentes do progressismo empreendem seus embates no campo da guerra cultural, sendo, sem dúvidas, a *cultura woke* e a *prática do cancelamento* seus maiores exemplos, ainda que seja em dimensão e em intensidade diferentes dos mais radicais setores do fascismo.

Isso posto, podemos então sintetizar que **a guerra cultural é um dispositivo de disputa pelos *significados* e *sentidos* que formam uma comunidade/sociedade visando a tomada ou a manutenção do poder, isolando ou mesmo aniquilando seus adversários, e fazendo-o amparado e legitimado por um expressivo apoio popular.**

4. Trump e Brexit, um estudo de caso

Os escândalos eleitorais revelaram o poder da guerra cultural, a eleição de Donald Trump e o Brexit. Por isso, acreditamos que, visto a maneira como se formou a *guerra cultural*, é importante analisarmos ambos os processos para entender a atualidade dessa forma de guerra no tempo em que a comunicação de massa alcançou a sua máxima dimensão graças às redes sociais e a manipulação de algoritmos e de inteligência artificial.

A comunicação de massa é parte preponderante da guerra cultural. Há pouco vimos, por exemplo, como ela estava na centralidade das disputas entre Pio IX e os Estados da Itália e da Alemanha. Assim, como esteve também nas disputas ocorridas nas décadas finais do século 20, nos EUA, descritas por James Hunter. Não é diferente agora no alvorecer do século 21, mas os instrumentos privilegiados na comunicação de massas não são mais o jornal impresso, o rádio, a televisão ou o cinema; a sua centralidade foi deslocada para as redes sociais. E esse movimento alterou drasticamente o cenário da guerra cultural, isso porque as redes sociais não são apenas uma atualização no instrumental da comunicação de massa, nem significaram tão somente um incremento na sua abrangência, mas mudaram sensivelmente a forma como as mensagens chegam até cada um dos indivíduos. Não se trata, portanto, de uma indiferença quantitativa, mas de uma profunda transformação qualitativa nos modos de comunicar para grandes públicos.

Associado com a popularização da posse e do uso dos aparelhos celulares, as mensagens se tornaram cada vez mais personalizadas e as estratégias para sua disseminação extremamente mais sofisticadas. Dessa forma, a guerra cultural alçou dimensões que fariam Pio IX corar de vergonha eclesiástica.

Dois conturbados eventos eleitorais recentes no bloco ocidental nos servem como exemplares estudos de casos, tratam-se do referendo que levou à saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, e as eleições presidenciais dos Estados Unidos, de 2016, que levaram à vitória do republicano ultra-conservador Donald Trump. Ambos os casos

tornaram-se emblemáticos sobre como as avançadas tecnologias ligadas ao universo das redes sociais tornaram-se um poderosíssimo instrumento das guerras culturais.

Por trás das duas votações estava a mesma empresa britânica, a Strategic Communication Laboratories Group, SCL, e a sua subsidiária estadunidense - e muito mais notória que ela -, a Cambridge Analytica. A jornalista britânica Carole Cadwalladr empreendeu uma longa e profunda investigação sobre as relações entre financiadores, empresas de gerenciamento de dados e influência psicológica, o Facebook e as formas escusas como fizeram pagamentos e influenciaram as eleições; essas investigações se tornaram uma série de matérias publicadas pelo jornal The Observer, do Reino Unido. As investigações de Cadwalladr colocaram em evidência Robert Mercer como um dos principais operadores e financiadores de um grande movimento de extrema direita. Mercer é considerado alguém de inteligência ímpar, sendo, nos anos de 1960, responsável por um programa de pesquisas da IBM cujos desdobramentos resultaram no que hoje chamamos de inteligência artificial. Suas qualidades intelectuais atraíram a atenção do fundo de investimentos Renaissance Technology, que o contratou incubindo-o de desenvolver modelos matemáticos capazes de contribuir com os ganhos da empresa na bolsa de valores. Mercer conseguiu desenvolver tais modelos, garantindo imensos lucros não apenas para a Renaissance Technology - que chegou a ser o fundo mais rentável do mundo - mas para si próprio, criando condições para que construísse uma fortuna bilionária e tornando-se um dos proprietários da empresa.

Todavia, as suas pretensões não se restringiam ao mercado financeiro, mas se estendiam à política. Tanto nas matérias escritas por Carole Cadwalladr e publicadas pelo Guardian e pelo Observer quanto pelos documentários Driblando a Democracia e Privacidade Rackeada, e em tantas outras matérias e documentários, Mercer é apresentado como uma pessoa reservada e ultra-conservadora, que passou a usar sua fortuna para financiar campanhas e ações políticas com esse perfil ideológico. Em matéria escrita por Carole Cadwalladr e publicada pelo The Guardian, em 26 de fevereiro de 2017¹⁷³, a jornalista escreveu que

Um de seus fundos, o Medallion, que administra apenas o dinheiro de seus funcionários, é o mais bem-sucedido do mundo –gerando US\$ 55 bilhões até agora. E desde 2010, a Mercer doou US\$ 45 milhões para diferentes campanhas políticas – todas republicanas – e outros US\$ 50 milhões para organizações sem fins lucrativos – todas de

¹⁷³ CADWALLARD. Carole. **Revealed: how US billionaire helped to back Brexit.** The Guardian. 26 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/feb/26/us-billionaire-mercero-helped-back-brexit>>

direita, ultraconservadoras. Este é um bilionário que está, como os bilionários costumam fazer, tentando remodelar o mundo de acordo com suas crenças pessoais. (CADWALLARD, 2017)

Assim, Mercer voltou seus interesses para as disputas eleitorais dos Estados Unidos. Para tanto criou, em 2004, a Mercer Family Foundation, fundação cujo objetivo é realizar doações para comitês de ação política, entidades e imprensa conservadoras, financiamento de ações de propaganda ideológica e afins. Uma das principais ações que promoveu e financiou foi uma profunda mudança na legislação eleitoral dos Estados Unidos, que passou a permitir o financiamento ilimitado de candidaturas federais. Mercer, na ocasião, integrava o grupo denominado Citizens United, formado por conservadores organizados em torno de um programa político e ideológico próprio; o grupo havia produzido, em 2008, um vídeo difamando Hillary Clinton, então concorrente às primárias do Partido Democrata. A produção do vídeo *Hillary: The Movie* foi realizado pelo grupo no âmbito de um comitê de ação política (Political Action Committee, PAC, na sigla em inglês)¹⁷⁴. Todavia, segundo as autoridades eleitorais, a veiculação do vídeo feria o BCRA (Bipartisan Campaign Reform Act), legislação aprovada em 2002 que limitava o financiamento de campanhas eleitorais.

O Citizens United levaram o caso para a A Corte Federal do Distrito de Columbia que manteve o veto à sua veiculação. O grupo então recorreu à Suprema Corte Federal que, em votação apertada, deferiu em favor do grupo conservador determinando que o “BCRA era inconstitucional nas disposições que limitava o direito de empresas e sindicatos de difundirem propaganda política (ainda que indireta, e por meio de filmes e programas) nos sessenta dias que antecediam as eleições gerais e nos trinta dias que antecipavam as eleições primárias. A Corte reconheceu que empresas visam lucros, que essa pretensão é legítima, e que qualquer atuação política, em conexão com a atividade empresarial, seria possível, como

¹⁷⁴ “No modelo de financiamento de campanhas eleitorais norte-americano há ainda o Political Action Committee-PAC. Trata-se de comitê de campanha e que pode ser organizado com dois tipos de formulação. Há um padrão no qual se recolhe contribuições de pessoas jurídicas, sindicatos e associações comerciais, e que constitui fundo financeiro a ser utilizado em campanhas; são os denominados *Separate Segregated Funds-SSF*. O segundo modelo é denominado de *Nonconnected Committees*, no qual não há restrições para que se busque fundos financeiros junto ao público em geral. O PAC permite contribuições financeiras por parte de empresas, sindicatos e fornecedores (inclusive do Governo). Não há, assim, contribuição direta por parte das pessoas jurídicas. É por intermédio dos PACs que essas pessoas atuam nos regimes norte-americanos de financiamento de campanhas. A generalização do uso desse modelo resultou na criação dos *SUPERPACs*, financiados por grupos que se definem como independentes, o que permite a constante migração na escolha e apoio a vários candidatos. Bem entendido, os *SUPERPACs* não podem doar diretamente a candidatos e partidos. Atuam intensamente no patrocínio desses, de modo indireto, financiando propagandas, filmes, programas de televisão. Aparentemente, defendem causas, e não candidatos ou partidos. Lançam dúvidas e suspeitas sobre os *SUPERPACs* a inegável ligação com lobistas (ainda que essa atividade seja legalizada nos Estados Unidos) e a exploração de meios indiretos de propaganda. É visível o potencial de corrupção que esse modelo possibilita.” (GODOY, 2015, PÁG 13)

liberdade de expressão, no contexto protetivo da primeira emenda à constituição norte-americana”¹⁷⁵ (GODOY, 2015, PÁG 10).

Assim, a partir da definitiva decisão do Supremo no caso defendido pelo grupo Citizens United de Robert Mercer, os comitês de ação política (*political action committees-PAC*)¹⁷⁶ passaram a agir de forma totalmente independente, tornando-se “superPACs”, fazendo valer, dessa maneira, o poder econômico sobre as eleições dos Estados Unidos¹⁷⁷. Assim, desde

2010 permite-se que os SUPERPACs recebam contribuições ilimitadamente, o que na prática flexibiliza as regras gerais de limitação, do modo como monitorado pela agência reguladora. E também do ponto de vista mais prático, ainda que se possibilite a utilização de recursos e fundos públicos (...) tem-se uma maior utilização de recursos privados, por conta do menor número de restrições. E também do ponto de vista empírico, tem-se que o candidato que se socorre de recursos públicos está submetido a várias limitações e constrangimentos, situação que não se verifica quando o candidato opta pelo uso exclusivo de recursos privados. (GODOY, 2015, pág 13)

Graças a esses comitês, os apoiadores podem produzir ilimitadamente e sem qualquer regulamentação ações de divulgação e propaganda sem estarem diretamente vinculados aos comitês oficiais de cada candidatura. Ou seja, estratégias de comunicação, financiamento e

¹⁷⁵ A vitória do Citizens United foi fundamental para mudar a percepção a respeito do financiamento privado das campanhas eleitorais dos Estados Unidos e pavimentou o caminho da próxima vitória conservadora contra a regulamentação e o controle da relação entre as grandes fortunas e os candidatos, trata-se do processo impetrado pelo engenheiro elétrico e empresário Shaun McCutcheon, no caso que foi denominado McCutcheon x FEC. A decisão final da Suprema Corte foi, em decisão apertada, favorável à demanda do empresário.

¹⁷⁶ “No modelo de financiamento de campanhas eleitorais norte-americano há ainda o Political Action Committee-PAC. Trata-se de comitê de campanha e que pode ser organizado com dois tipos de formulação. Há um padrão no qual se recolhe contribuições de pessoas jurídicas, sindicatos e associações comerciais, e que constitui fundo financeiro a ser utilizado em campanhas; são os denominados *Separate Segregated Funds-SSF*. O segundo modelo é denominado de *Nonconnected Committees*, no qual não há restrições para que se busque fundos financeiros junto ao público em geral. O PAC permite contribuições financeiras por parte de empresas, sindicatos e fornecedores (inclusive do Governo). Não há, assim, contribuição direta por parte das pessoas jurídicas. É por intermédio dos PACs que essas pessoas atuam nos regimes norte-americanos de financiamento de campanhas. A generalização do uso desse modelo resultou na criação dos SUPERPACs, financiados por grupos que se definem como independentes, o que permite a constante migração na escolha e apoio a vários candidatos. Bem entendido, os SUPERPACs não podem doar diretamente a candidatos e partidos. Atuam intensamente no patrocínio desses, de modo indireto, financiando propagandas, filmes, programas de televisão. Aparentemente, defendem causas, e não candidatos ou partidos. Lançam dúvidas e suspeitas sobre os SUPERPACs a inegável ligação com lobistas (ainda que essa atividade seja legalizada nos Estados Unidos) e a exploração de meios indiretos de propaganda. É visível o potencial de corrupção que esse modelo possibilita.” (GODOY, 2015, PÁG 13)

¹⁷⁷

toda a estruturação desse apoio escapa de qualquer controle que o Estado exerça sobre os comitês de campanha diretamente ligados aos candidatos.

É assim que a Mercer Family Foundation se torna o maior contribuinte do candidato Ted Cruz nas primárias do Partido Conservador, com uma doação de 11 milhões de dólares¹⁷⁸. Mas seu candidato foi superado por Donald Trump, vencedor incontestemente daquelas primárias. Mercer, sem pestanejar, voltou seus esforços para a campanha eleitoral de Trump, investindo nela 15 milhões de dólares. Nas tratativas com o então candidato republicano a presidente da fundação de Mercer condiciona o apoio ao controle da campanha eleitoral colocando em sua coordenação Steve Bannon secundado por Kellyanne Conway, que havia sido coordenadora do comitê de apoio a Ted Cruz, e David Bossie, todos gozando de extrema confiança de Robert Mercer. Bannon não foi apenas o coordenador da campanha de Trump a pedido de Mercer, ele também era o vice-presidente da Cambridge Analytica, presidida por Mercer.

A história entre a Mercer e a Cambridge Analytica começa com a Strategic Communication Laboratories Group, SCL. Tratava-se, então, de uma empresa fundada no início da década de 1990 e atuava na área de pesquisa e desenvolvimento em ações de psicologia e propaganda de massa. Tinha como clientes desde empresas do setor comercial, governos, candidatos políticos de países em desenvolvimento até forças militares, como a OTAN. Em todos esses segmentos a Strategic Communication Laboratories pavimentou uma história de sucesso que envolvia ampla coleta e formulação de estratégias de manipulação de dados psicológicos das populações-alvo, e, a partir disso, criação de ações de propaganda, mobilização e agitação. Em matéria citada acima, escrita por Carole Cadwalladr e publicada pelo The Guardian, em 26 de fevereiro de 2017, podemos ler a respeito da SCL

*Emma Briant, especialista em propaganda da Universidade de Sheffield, escreveu sobre o SCL Group em seu livro de 2015, **Propaganda and Counter-Terrorism: Strategies for Global Change**. A Cambridge Analytica tem as ferramentas tecnológicas para efetuar mudanças comportamentais e psicológicas, disse ela, mas é a SCL que cria estratégias para isso. Especializou-se, ao mais alto nível – para a OTAN, o MoD, o Departamento de Estado dos EUA e outros – em mudar o comportamento de grandes grupos. Ele modela populações em massa e então muda suas crenças. A SCL foi fundada por alguém chamado Nigel Oakes, que trabalhou para a Saatchi & Saatchi na imagem de Margaret Thatcher, diz Briant, e a empresa*

¹⁷⁸ SELLER, France Steve. **How a reclusive computer programmer became a GOP money powerhouse.** washingtonpost. 06/out/2015. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/politics/how-a-reclusive-computer-programmer-became-a-gop-money-powerhouse/2015/10/05/1af0c1bc-50b7-11e5-8c19-0b6825aa4a3a_story.html>

vinha “ganhando dinheiro com a propaganda da guerra contra o terrorismo por um longo período de tempo. Existem diferentes ramos do SCL, mas é tudo uma questão de alcance e capacidade de moldar o discurso. Eles estão tentando ampliar narrativas políticas específicas. E eles são seletivos em quem vão: eles não estão fazendo isso pela esquerda”. (CADWALLARD, 2017)

Em 2013, Mercer encetou tratativas com a SCL que resultaram na fundação da Cambridge Analytica, unindo seu gênio e os intentos de seu Movimento à expertise da empresa. E assim a empresa se torna a principal estrutura de propaganda da campanha eleitoral de Donald Trump. E mais, no mesmo período ela ainda associou-se a Nigel Farage e as mobilizações da extrema direita do Reino Unido que se esforçava em convencer sua população a votar a favor do Brexit. Assim, a Cambridge Analytica tornou-se a principal formuladora e operadora das duas mais importantes campanhas ocidentais até então ocorridas no século 21 e que certamente desenharam o futuro dessas nações (CADWALLARD, 2017).

O escândalo em escala global que se formou quando se tornou pública a intervenção da Cambridge Analytica - com a participação do Facebook - nas eleições dos EUA pôs ênfase à crise de credibilidade nos processos eleitorais nas democracias liberais desde então, mas excetuando-se alguns documentários e matérias mais longas e aprofundadas, poucos se debateu os significados societários que tais intervenções evidenciaram. E é preciso que esses debates sejam encetados. Em associação com o Facebook a Cambridge Analytica realizou uma imensa coleta de dados de seus usuários. Tal coleta não se restringiu aos dados daqueles que, incautos, preencheram pesquisas tipo "quiz", mas também se estendeu para os “amigos” desses usuários. Além disso, coletou também as informações a respeito do comportamento dos usuários no Facebook: dados como “curtidas”, tempo de atenção em determinadas postagens, frequência e horários de uso etc, que foram processados através de sistemas de algoritmos que traçaram um profundo perfil psicológico de cada um desses milhares de usuários, permitindo que se conhecessem suas preferências, temores, expectativas etc. Com tais informações, foi possível à empresa criar propagandas específicas para cada perfil de usuário, atuando, sobretudo, na associação dos seus opositores (Hillary Clinton, no caso das eleições estadunidenses, e a permanência do Reino Unido na União Europeia, no referendo europeu) aos temores dos eleitores. O que foi interessante na estratégia usada era que ela foi voltada para aqueles considerados “persuasíveis”, pessoas temerosas, com alguma precariedade econômica e social e sem opinião formada em definitivo. Além disso, a propaganda foi dirigida a territórios específicos, nos quais a contração espacial de eleitores pudesse garantir a quantidade de votos suficientes para a vitória eleitoral, nas eleições dos

EUA, por exemplo, a propagando concentrou-se nos Estados de Michigan, Wisconsin, Pensilvânia e Flórida, que eram os que, ao mesmo tempo, tinham um grande número de eleitores “persuasíveis” e, ainda, garantiam um número expressivos de delegados para o colégio eleitoral que verdadeiramente decide as eleições presidenciais daquele país.

Mas isso não é tudo: um dos instrumentos mais utilizados naquelas propagandas foi o uso das “dark posts”, que são publicações de forte cunho emocional, atuando sobre os medos dos eleitores “persuasíveis”, que surgem tão somente nos seus *feeds* nos momentos em que costumemente acessam seus perfis de Facebook e, em poucas horas, desaparecem sem deixar rastros. Ou seja, as “dark posts” não podiam mais serem encontradas em uma eventual pesquisa ulterior no perfil dos usuários, e nem nas páginas que as dispararam.

Assim, nos Estados Unidos, surgiu o comitê de ação política batizado como **Fazer a América a Número 1** (*Make America Number 1*), cujo mote principal era “Derrotar a desonesta da Hillary” (*Defeat Crooked Hillary*). Já no Reino Unido, a Cambridge Analytica criou campanhas pró-Brexit baseadas tanto no medo infundado da constante migração muçulmana, sobretudo, de pessoas oriundas da Turquia, e no sentido de que a União Europeia explorava o país numa relação parasitária. Em 2019, a jornalista Carole Cadwalladr palestrou em um Ted Talk, ocasião em que apresentou imagens publicitárias de forte cunho xenófobo realizadas pelos comitês pró-Brexit. Além disso, ela também falou da investigação que fez em uma cidade do interior da Inglaterra, onde quase não havia imigrantes, mas boa parte da população com quem conversou falava sobre o medo dos imigrantes que “estavam por todos os lados”.

Os resultados dessas sofisticadas operações psicológicas são públicos e notórios: Trump eleito nos Estados Unidos e o Reino Unido excluído da União Europeia. As consequências desses resultados para os cidadãos de cada uma dessas nações e para o arranjo geopolítico são ainda mais evidentes.

A história da intervenção de Robert Mercer nesses processos políticos e eleitorais não é a narrativa das aventuras de um indivíduo em luta contra o mundo. A história é feita pelos indivíduos e suas formas de pensar e agir, mas ela é muito mais a forma como tais indivíduos organizam e são organizados como classes e grupos de distintos interesses e pressões. Charles Wright Mills, sociólogo estadunidense, em seu livro **A elite do Poder**, distingue os setores determinantes que formam a elite que detém o poder nos Estados Unidos da América, sendo eles o Estado, o empresariado e o militar. Secundados por outros - como a elite educacional e o religioso -, o Estado, o empresariado e o militar são aqueles que controlam o conjunto da

sociedade daquele país¹⁷⁹. Cada um deles formado por diferentes indivíduos, boa parte deles agrupados segundo suas identificações ideológicas e interesses econômicos. Mills se utiliza, acertadamente, ao nosso ver, da noção de “elite do poder”, que considera muito mais completa (não necessariamente antagônica) à idéia muitas vezes operada de forma genérica de “classe dominante”. Por “elite de poder” se compreende o arranjo entre os estratos mais altos de cada um desses setores. Arranjo que não é nem estático e nem organizado em sua plenitude e detalhamento, mas que congrega os diversos interesses de classe distribuídos por cada um dos setores, isso porque em cada um deles “a unidade institucional típica ampliou-se, tornou-se administrativa e, com a força de suas decisões, centralizou-se” (MILLS, 1975, pág. 15).

Ou seja, o desenvolvimento dos EUA como nação capitã do bloco imperialista, exigiu que (a) cada um desses setores desenvolvesse ao máximo as suas capacidades específicas, visando contribuir em alto nível para o sistema como um todo; e (b), fossem estabelecidas as necessárias formas de integração entre eles, também como forma de contribuir em alto nível para o sistema em sua totalidade. Esses estratos mais altos de cada um desses setores formam o que o sociólogo denominou de “altas rodas”, de forma que

No alto da economia, entre os grandes empresas, estão os principais executivos; no alto da ordem política, os membros dos diretórios políticos; no alto da organização militar, a elite dos soldados-estadistas se comprime em torno dos Estados maiores e do escalão superior. à medida que esses domínios coincidem entre si, as decisões passam a ser totais em suas consequências, e os líderes dezer três domínios do poder - os senhores da guerra, os chefes das empresas e o diretório político - se reúnem para formar a elite do poder da América. (MILLS, 1975, pág. 17)

Mas a “elite do poder” dos EUA não é uma instituição oficial, não surge como um desenho constitucional, mas formou-se pelas determinações e circunstâncias que constituem a história daquela nação e provocaram a emergência de uma burguesia que não precisou disputar a hegemonia da sociedade em formação, mas formou a sociedade enquanto se formava como classe, e isso significou que “essa burguesia monopolizou não só a riqueza, mas também o prestígio e o poder” (MILLS, 1975, pág. 21). Não é à toa que essa “elite do poder” consolida-se no pós-Segunda Guerra. Foi após aquele descomunal conflito que os

¹⁷⁹ “dentro da sociedade americana, a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e militar. As demais instituições são marginais para a história moderna e, ocasionalmente, subordinada àquelas três.” (MILLS, 1975, pág. 14)

EUA emergiram como principal potência global, e a gestão desse gigante só se tornou possível com uma elite integrada e que pudesse potencializar seus três setores determinantes. Isso significa dizer que, apesar das reais diferenças objetivas e subjetivas entre essas ordens, seus estratos superiores formam uma cúpula integrada que dirige os interesses de sua classe. Por outro lado, isso não significa que se trata de um “escritório” organizativo que atua sob uma única batuta. Ao contrário disso a “ elite do poder é formada por homens da política, da economia e dos militares, mas essa elite instituída está, frequentemente, sob tensão: só se une em certos pontos coincidentes e em certas ocasiões de ‘crise’” (MILLS, 1975, pág. 327). Isso equivale a dizer que dentro dessa esfera os sujeitos e suas organizações estão - em diferentes medidas de acordo com os contextos de ocasião -, disputando entre si. O Movimento de Mercer é um desses agrupamentos, assim como sua Fundação Família Mercier é um dos seus instrumentos de atuação e disputa.

Não é possível passar em revista a relação entre a tecnologia desenvolvida pela Cambridge Analytica e as eleições dos Estados Unidos e não nos lembramos do livro **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem**, escrito pelo filósofo canadense Marshall McLuhan. Publicado originalmente em 1964, McLuhan analisou a relação entre os desenvolvimentos dos meios que interconectam as pessoas e as sociedades e os seus impactos nas diferentes formações sociais. Segundo o canadense, o surgimento de uma tecnologia muda em diferentes graus ou níveis a forma como nos relacionamos; o surgimento do trem acelerou os deslocamentos e as trocas de mercadorias, e quando os aviões foram incorporados ao cotidiano, o ritmo da vida se tornou ainda mais rápido. O telefone praticamente extinguiu a distância entre as ideias de pessoas distanciadas fisicamente entre si, e assim por diante. As relações passam, então, a serem mediadas e modificadas pelo poder de realização dos meios envolvidos. Mas não se trata apenas de mudanças no ritmos das relações, mas suas naturezas são também drasticamente alteradas, tornando-se mais complexas, a “estrada de ferro não introduziu movimento, transporte, roda ou caminhos na sociedade humana, mas acelerou e ampliou a escala das funções humanas anteriores, criando tipos de cidades, de trabalho e de lazer totalmente novos” (MCLUHAN, 1964, pág. 22). Importa destacar que um meio de comunicação não é apenas o rádio, a televisão ou o cinema, mas qualquer instrumento que possa estabelecer ou facilitar a comunicação entre as pessoas, como uma estrada, um helicóptero ou uma palavra.

Mcluhan levanta luz para o fato de que os meios acabam operando uma forma de substituição entre uma parte do corpo, assumindo suas funções em um nível mais elevado de capacidade de realização, daí o título de sua obra aludir aos meios como “extensões do homem”; ou seja, um automóvel é um substituto aos pés, uma calculadora à parte do cérebro que realiza operações matemáticas, um guindaste à quantidade de braços que seriam necessários para mover algo pesado¹⁸⁰. Mas ele também nos alerta para o fato da substituição do membro humano pelo membro tecnológico operar uma espécie de “auto-amputação”, e nos exige esforços para adaptação e acomodação dos novos ritmos, formas de organização, funções e relações sociais que trazem como consequências¹⁸¹. Nesse sentido, a um jogo de “pressão e contrapressão” nesse processo: cada vez mais somos duramente pressionados por novas tecnologias graças aos avanços tecnológicos já alcançados, mas o alívio advindo do sucesso dessa atualização provoca uma sensação de alívio às próprias pressões embotam para o fato de que o alívio foi alcançado graças a uma “auto-amputação”, por isso, Mcluhan afirma que: “O princípio da auto-amputação como alívio imediato para a pressão exercida sobre o sistema nervoso central prontamente se aplica à origem dos meios de comunicação, desde a fala até o computador” (MCLUHAN, 1964, pág. 61). Nas palavras do autor

Fisiologicamente, o sistema nervoso central, essa rede elétrica que coordena os diversos meios de nossos sentidos, desempenha o principal papel. Tudo o que ameaça a sua função deve ser contido, localizado ou cortado, mesmo ao preço da extração total do órgão ofendido. A função do corpo, entendido como um grupo de órgãos de proteção e sustentação do sistema nervoso central, é a de atuar como amortecedor contra súbitas variações do estímulo âmbito físico e social. (MCLUHAN, 1964, pág. 61)

Podemos falar, portanto, em uma história das consequências psíquicas nas sociedade resultantes dos impactos sociais dos avanços tecnológicos. Um dos traços dessa história é a crescente exteriorização das funções humanas para fora de seu corpo e cujo ponto de maior radicalização ocorreu com “o advento da tecnologia elétrica”, pois, com ela, “o homem prolongou, ou projetou para fora de si mesmo, um modelo vivo do próprio sistema nervoso central” (MCLUHAN, 1964, pág. 61). Todavia, o crescente aumento de tecnologias que estendem nosso corpo, e projetam nossos sistema nervoso central, acabam provocando uma auto-alienação, pois a naturalização dessa situação faz com que não mais percebamos tais

¹⁸⁰ Sem contar que também operam no lugar de órgãos que não temos naturalmente, como os cilindros de oxigênio de um mergulhador que funcionam como aparelho de respiração aquática ou um balão como asas.

¹⁸¹ Nas palavras de Mcluhan: “Qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo. (MCLUHAN, 1964, pág. 63)

exteriorizações como nossas criações, mas elas ganham, de alguma maneira, autonomia e passam a figurar como “ídolos”: objetos de culto e admiração. Nos tornamos presas de nossa própria criação¹⁸², isso “porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas. Na verdade, não deixa de ser bastante típico que o ‘conteúdo’ de qualquer meio nos cegue para a natureza desse mesmo meio” (MCLUHAN, 1964, pág. 23)

Isso posto, não é indevido afirmar que as redes sociais funcionam como meios de aproximação entre as ideias defendidas pelas pessoas, ampliando a capacidade de comunicação entre alguém e um público. Alguns defendem mesmo que as redes sociais, como Facebook, funcionam como uma espécie de ágora virtual, uma praça não-presencial onde cada pessoa pode ecoar sua voz para os presentes que, por ventura, se interessem pelo que elas têm a dizer. Mas ao mesmo tempo, pouco sabemos da real natureza da ágora virtual das redes sociais, seja porque temos dificuldades de compreensão dos seus termos de uso e privacidade, ou a preguiça de lê-los por inteiro ou, o que é mais provável, por sermos reféns obrigados a usá-lo independentemente de gostarmos ou não dos seus regramentos - afinal, se todos já estão usando as redes, inclusive como instrumentos de comunicação em seus trabalhos, ficar de fora delas não é uma opção para a maioria das pessoas. E ao não sabermos de sua natureza, acabamos por tomá-las como entidades autônomas, espaços virtuais a que atribuímos muita força política e social. E sendo a natureza de nossa sociedade burguesa, operando por meio de valores quantitativos, “seguidores”, “curtidas”, “amigos”, “comentários” etc, se torna um valor em si. Cada perfil se torna uma commodity que é permanentemente trocada no mercado das visualizações e acessos nas redes sociais. Nos termos de McLuhan, Facebook, Instagram, WhatsApp e afins são extensões de nossos corpos que modificaram drasticamente os modos de comunicação entre as pessoas, tornando-se os principais - senão os únicos - mediadores das relações interpessoais.

Mas a questão não se encerra nisso. Esse corpo projeto também formou um novo sistema central, muito mais sutil e refinado do que McLuhan, a despeito de sua capacidade de antever os desenvolvimentos futuros, pode aventar: a Inteligência Artificial. Formada sobretudo pela sempre crescente capacidade de processamento de algoritmos, essa nova forma de inteligência, cada vez mais exteriorizada e, ao mesmo tempo, presente em nossas

¹⁸² “Durante séculos, o fracasso da Humanidade a esse respeito tem sido característico e total. A aceitação dócil e subliminar do impacto causado pelos meios transformou-os em prisões sem muros para seus usuários” (MCLUHAN, 1964, pág. 36)

vidas, tem ocupado um espaço impossível de ser comparado com outras tecnologias até então.

Essa nova praça, a ágora virtual formada pelas redes sociais, e organizada por meio de algoritmos e Inteligência Artificial, teve um papel preponderante nos processos eleitorais que levaram Trump à presidência dos EUA e selaram a saída do Reino Unido do Brexit. Sorrateiramente demonstram um imenso poder de persuasão e foram capazes de fomentar um “caldo cultural” ultra-conservador. Ou melhor dizendo, de organizar o pensamento ultra-conservador já existe, formando um “caldo cultural” capaz de influenciar, temporária ou permanentemente, aquelas pessoas indecisas que se encaixavam na categoria de “persuasíveis”.

Porém, e isso ainda é pouco debatido, essas tecnologias tiveram efeito não apenas nos processos eleitorais aqui referidos e em outros mais, mas também resultaram na formação e ampliação de uma cultura ultra-conservadora ao conectar pessoas predispostas a acreditarem em seus valores e ideias.

Para entender melhor como isso ocorre, é preciso destacar que McLuhan esclarece que, mais importante do que a mensagem transmitida, é o próprio meio que a transmite, em suas palavras: “o meio é a mensagem”. Ou seja, os meios, independentemente das mensagens que veicula, têm condições de formar a personalidade individual e social. O advento da prensa de tipo móvel, por exemplo, e a conseqüente popularização de livros e jornais, por exemplo, levaram à formação do “individualismo e o nacionalismo no século XVI” (MCLUHAN, 1964, pág. 35). E as redes sociais como as conhecemos hoje são instrumentos que nos levam a um grau extremo de individualização. Graças aos algoritmos, cada vez mais nossos perfis constituem as chamadas “bolhas”, mas não o são apenas porque elas nos restringem a um grupo cada vez menor de participantes, mas porque elas são cada vez mais formadas à nossa imagem e semelhança, sem que tenhamos consciência disso. Quanto mais viajamos pelas redes, curtindo, comentando, visualizando por um tempo maior e compartilhando esse ou aquele conteúdo, geramos milhares de informações que traçam nossas preferências, necessidades, afetos positivos ou negativos etc, e com isso, os mecanismos de controle das redes sociais acabam selecionando os que iremos receber em nossos *feeds*, de acordo com tais dados. Ou seja, cada vez mais nossas redes nos oferecem mais do mesmo do que, ao fim e ao cabo, já somos.

Mas os meios não são todos iguais e uma forma de distingui-los, segundo o intelectual, é separá-los entre os “quentes” e os “frios”. Por “quente” entende-se os meios que são completos em si, cujas mensagens chegam acabadas e em conformidade com as práticas

correntes já consagradas, ou seja, as que chegam por meio escrito em comunidades tradicionalmente leitoras, ou por meio falado nas tradicionalmente orais. Assim, por óbvio, os meios “frios” são aqueles que não chegam totalmente acabados, que permitem maior direta ou indireta e participação dos envolvidos. Um filme de cinema, por exemplo, é um meio “quente” ao passo que uma conversa pelo telefone se classifica como algo que ocorre em um meio “frio”.

Mas, acima de tudo, McLuhan esclarece que mais importante que a mensagem transmitida é o próprio meio pelo qual ela é realizada. O meio determina a forma, ou, em suas palavras, o “meio é a mensagem”.

McLuhan nutria grandes esperanças, acreditava que essa condição de alienação poderia ser revertida com uma nova conformação social, uma em que a arte e os artistas tivessem maior centralidade na sociedade, ou melhor dizendo, uma sociedade mais humanizada. O que o intelectual não percebeu é que por trás das tecnologias estão oligarcas que buscam operá-las de acordo com seus interesses pessoais e de classe. Assim, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das tecnologias não ocorre nem por algum tipo de geração espontânea e nem por desdobramentos naturais às próprias tecnologias, mas sim por pressões das camadas - ou, a elite do poder - que dirigem as sociedades que selecionam os desenvolvimentos que melhor atendam aos seus intentos. Camadas formadas por pessoas como Robert Mercer.

A presença dos algoritmos e da Inteligência Artificial no nosso cotidiano é uma realidade e um caminho sem volta e carregada de riscos e desafios. Um dos seus grandes riscos tem sido a facilidade com que coleta e processa dados de um número imenso de usuários e não usuários, processamento que envolve a elaboração de perfis psicológicos individuais e coletivos com grande precisão e rapidez. Tudo isso graças à evolução da técnica em muito mais rápida do que as discussões éticas a seu respeito. Entre seus desafios mais prementes está, justamente por isso, a criação de amplos debates e legislações abrangentes o bastante para limitar não apenas o que está posto, mas os avanços técnicos futuros e inesperados.

Hoje o debate acerca da coleta e dos usos dos metadados são aventados por representantes de diferentes correntes de pensamentos, mas é visível que há, entre todos, o consenso de que, por ora, cada vez mais esse universo parece ser maior do que a capacidade atual de controlá-lo e regulamentá-lo.

Robert Mercer e seus companheiros de lutas ideológicas integram uma longa tradição ultra-conservadora dos Estados Unidos da América. Essa tradição tem passado por processos de organização e reorganização constantes, sempre buscando atrelar seu poder econômico ao poder do Estado. Um dos mais importantes desses processos foi a recente organização do Tea Party, movimento ultra-conservador que se formou quando o governo Barack Obama propôs tanto o seu programa público de saúde quanto uma reforma tributária. Os opositores às propostas de Obama clamavam um no Partido do Chá, referência ao protestos que os então colonos ingleses na América do Norte realizaram contra o novo imposto promulgado pela coroa inglesa, em 1773. A historiadora estadunidense Jill Lepore escreve a respeito: “Eles queriam, nas palavras que mais tarde se tornaram o slogan de Donald Trump, tornar os Estados Unidos grande novamente.” (LEPORE, 2020, pág. 825).

Mas a maior relação histórico-política entre o Movimento de Mercer e seus antecessores do Tea Party é que foi aquele movimento a primeira experiência naquela nação de uma associação entre a grande mídia e os ultra-conservadores. “Com o Tea Party, a mídia conservadora e o movimento conservador se fundiram: o Tea Party era, de certa forma, um produto político fabricado pela Fox News. A ex-governadora do Alasca, Sarah Palin, que ganhou um lugar no centro das atenções quando McCain a nomeou companheira de chapa em 2008, assinou um contrato de um milhão de dólares por ano com a Fox, e depois começou a falar em comícios do Tea Party.” (LEPORE, 2020, pág. 826). Jill Lepore continua escrevendo a respeito

Mas o Tea Party era muito mais do que um produto da Fox News, ele era também um movimento sério e popular. alguns membros do Tea Party defendiam a interpretação da Segunda Emenda pela Associação Nacional de Rifles, ou se importavam profundamente com a oração nas escolas, ou se opunham ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Alguns tinham ressentimentos contra a globalização, contra a imigração e acordos comerciais, ecoando os medos da década de 1920, marcada pelo isolacionismo e pelo nativismo. A maioria tinha, havia muito tempo, queixas populistas, particularmente sobre impostos, e objeções a um programa federal de saúde que, como os planos para esses programas, tinha mais de um século de idade. (LEPORE, 2020, pág. 826)

Citamos a experiência do Tea Party para colocar em perspectiva, mesmo que num tempo recente, a evolução política do conservadorismo estadunidense, destacado em suas conexões com as formas mais avançadas de comunicação, seja a grande mídia, como a Fox News, seja com as modernas redes sociais e seus ainda obscuros mecanismo de captação de

dados privados de seus usuários e a manipulação de tais dados por meio de sofisticados mecanismos de algoritmos e inteligência artificial.

Mcluhan destacou a potencialização dos meios quando eles são hibridizados, ou seja, quando estabelecem profundas conexões entre si, ganhando novas formas e dinâmicas. É importante destacar isso porque, ao que parece, a relação entre a tradicional organização política (partidos e seus agrupamentos internos, movimentos, associações diversas e afins) e novos meios, como a televisão, e agora, com os novíssimos meios (internet, redes sociais, algoritmos, Inteligência Artificial e outros dessa natureza) elevou à enésima potência a capacidade de convencimento e persuasão em massa.

É também importante entender tais engrenagens por onde se movem os setores ultra-conservadores da sociedade estadunidense porque há estreitas relações entre eles e os seus congêneres brasileiros. E a proximidade do grupo político do bolsonarismo com o grupo de Robert Mercer, representado por Steve Bannon.

CAPÍTULO 3

A GUERRA CULTURAL BOLSONARISTA

A Avenida Beira Mar é uma das mais importantes da capital do Estado do Ceará, Fortaleza. Ela atravessa importantes bairros da alta burguesia, margeando a orla do mar, daí o seu nome. Sua vista é deslumbrante: de um lado o mar claro e o céu quase sempre de sol forte, do outro lado, prédios para pessoas com grande poder aquisitivo morarem ou passarem seus veraneios, quase todas de famílias tradicionais, uma parte delas oriunda de outros Estados do país que mantêm um apartamento ou casa para passar tempo livre.

Esse foi o cenário paradisíaco escolhido pelo coletivo Consciência Patriótica para realizar um *flash mob*, em 15 de outubro de 2018, com dezenas de pessoas cantando e dançando uníssonas em apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro¹⁸³. Os *flash mobbers*, como são chamados os participantes de eventos dessa natureza, vestiam camisetas verde-e-amarelas ou envergavam camisetas pretas com a famosa estampa estilizada do rosto de Bolsonaro em alto-contraste.

O *flash mob* é um fenômeno tão urbano quanto contemporâneo. Isso porque, justamente, só poderia ser realizado quando as cidades - as grandes cidades - se tornassem como são hoje. Esse é o cenário em que grupos de pessoas se reúnem para promover intervenções que rompem, momentaneamente, o fluxo cotidiano das grandes avenidas ou espaços de concentração de pessoas. A princípio, os *flash mobs* eram realizados sem ensaios, mas em pouco tempo se tornaram ações organizadas e ensaiadas e realizadas por meio de dança e canto, associadas ou não. Quando surgiu, os impactos que provocavam eram tão grandes quanto passageiros, mas com o desenvolvimento da tecnologia de filmagem, que hoje pode ser feito por meio de um celular qualquer, e com o advento das redes sociais, os flash mobs ganharam maior abrangência e perenidade.

Foi graças a essa combinação entre a facilidade de filmagem e a popularização das redes sociais que foi possível alastrar a *performance* dos jovens do Consciência Patriótica. O vídeo *viralizou* nas redes da extrema direita, que se regozijava tanto com a conquista do terreno sólido das ruas quanto do etéreo solo das redes sociais¹⁸⁴.

Além dos vídeos, um volume imenso de *memes* também foram compartilhados, com alguns temas constantemente repetidos. O pesquisador Viktor Chagas, por meio da

¹⁸³ O registro do *flash mob* pode ser visto em <<https://www.youtube.com/watch?v=1qKsKR9dQwM>>

¹⁸⁴ O vídeo também foi viral por entre a militância progressista e de esquerda, que assombrada, assistia esse avanço sem nada poder fazer.

Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração, apresentou detalhada pesquisa a respeito em que separa os temas em nove diferentes categorias que podemos aqui separar em três temas principais: a mitificação cristã de Bolsonaro, os ataques aos seus inimigos e a militarização da sociedade. Os memes constituem uma das comunicações mais instantâneas da atualidade, muito mais simplificada que as tradicionais tirinhas e cartuns que buscam se originais e artísticos, os memes se utilizam da pobreza criativa para aumentar a velocidade da comunicação. Para tanto, se aproveitam da repetição de imagens, de fotogramas de filmes famosos ou montagens com fotos de personalidades. Além disso, lançam mão do forte impacto emocional, seja pela apelação ou pelo humor rasteiro. No conjunto, tais expedientes conseguem

...cultivar um forte senso de identidade e pertencimento capaz até de suplantar as identidades minoritárias. Por isso, o nacionalismo, o folclore e a tradição religiosa são motivos fortes para os criadores desses conteúdos imagéticos. Compreender, portanto, quais são as características desse tipo de piada e avaliar como o humor conservador é construído tornou-se um desafio relevante. (CHAGAS, 2021, pág. 173).

Além de vídeos e memes, também fazem parte desse arsenal comunicacional muitas mensagens de textos e de áudio com forte apelo emocional. Os textos se utilizam, para isso, de letras em “caixa alta”, negritos e estampas da Bandeira do Brasil. Constantemente, seus cabeçalhos começam com “patriotas” ou “brasileiros” e suas mensagens criam climas de catástrofe imediata, de denúncia e escândalo, de alerta de perigo iminente, como a da imagem abaixo¹⁸⁵:

¹⁸⁵ Fonte da imagem: NASCIMENTO, Simon. **Interpretação equivocada de artigo 142 inflama bolsonaristas que mantêm atos.** O Tempo. 02 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/interpretacao-equivocada-de-artigo-142-inflama-bolsonaristas-que-mant-em-atos-1.2760075>>



Esse tipo de mensagem, apesar de exigir o exercício da leitura, por ser carregada de forte impacto emocional, acaba por conseguir efeito imediatista semelhante aos dos memes. Algo semelhante acontece com as mensagens de áudio. André Marinho, um jovem comediante brasileiro e detentor de um talento acima da média para imitar vozes, declarou em entrevista promovida pelo Movimento Brasil Livre (MBL) que gravou mensagens para apoiadores e possíveis eleitores como se fosse Jair Bolsonaro conversando com esse público¹⁸⁶. Na ocasião ele relatou mensagem destinada a trabalhadores de Serra Pelada e que resultou em mais de centena de mensagens de garimpeiros que, acreditando que se tratava realmente do candidato, agradeciam pela lembrança e pela mensagem¹⁸⁷.

Essa massa comunicacional em favor de Jair Bolsonaro não despontou do nada. No percurso dos grandes atos de 2013 uma alteração ocorreu: na disputa pelo controle dos sentidos daqueles eventos, a pauta “por uma vida sem catracas” deu lugar para “fim da corrupção”, “sem partido” e “o gigante acordou”. Tais consignas anunciavam a guinada à

¹⁸⁶ Para a compreensão de nosso objeto, não nos importa se tais mensagens foram gravadas por Bolsonaro ou um doublé de voz qualquer, ainda que seja absolutamente reprovável e antiético usar desse serviço; o que nos interessa destacar é o forte impacto que tais mensagens de áudio provocam.

¹⁸⁷ HOUS, Débora Sögur. **Filho de aliado diz que gravou áudios no WhatsApp imitando Bolsonaro durante campanha**. Folha de São Paulo. 27.nov.2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/youtuber-disse-que-gravou-audios-no-whatsapp-imitando-bolsonaro-para-campanha-eleitoral.shtml>> MELLO, Igor. **Filho de aliado diz que se passou por Bolsonaro em áudios durante a campanha**. O Globo. 20.nov.2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/filho-de-aliado-diz-que-se-passou-por-bolsonaro-em-audios-durante-campanha-23269056>>

direita dos atos, e dela para a extrema direita. Não é por outro motivo que, cada vez mais, organizações passaram a disputar as ruas com as organizações de esquerda, até hegemonizá-las com gritos pela deposição da presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, muitos coletivos surgiram em protesto ao governo petista e pela sua queda. Tratam-se de grupos como o Movimento Vem Pra Rua, fundado em outubro de 2014; Revoltados on Line, fundado em 2006¹⁸⁸; Movimento Brasil Livre, novembro de 2014; Movimento Nas Ruas, fundado em 2011; e Lux Brasil, fundado em 2018. Devemos também destacar a Campanha Não Vou Pagar o Pato, promovida pelo então presidente da FIESP, Paulo Skaf, em 2015, que apesar de não ser um movimento, criou ações de longa duração visando o enfraquecimento do governo petista; dentre outros movimentos. Há ainda grupos como o já citado Consciência Patriótica e a empresa de audiovisual Brasil Paralelo, criada em 2016.

A maioria desses grupos, aqueles que tinham por objetivo a mobilização nas ruas, eram provocados com discursos raivosos vociferados por seus líderes “cansados dos comunistas no poder”. Mas também realizaram muitos vídeos protagonizados por formadores de opinião, artistas, juristas etc, em apoio às grandes manifestações que aqueceram o clima anti-esquerda que atravessou aquele período¹⁸⁹.

É do clima político criado por todo esse processo que se inicia em 2013 e se estende até 2016, com a deposição da presidente, que emerge a figura de Bolsonaro como aglutinador político em nível nacional. Mas há na emergência bolsonarista um ponto de inflexão pouco percebido: o surgimento de Bolsonaro como um aglutinador político significou um decaimento dos argumentos racionais pela deposição da presidente¹⁹⁰. Quer concordemos ou não com eles, os argumentos jurídicos e morais apresentados para justificar a deposição da

¹⁸⁸ Matéria publicada pela revista Piauí conta como o Revoltados on Line surgiu como grupo de rastreamento de suspeitos de pedofilia ainda na rede social Orkut. Quando dos atos de 2013, seu líder, Marcelo Reis, investiu contra manifestantes de esquerda, chegando a arrancar-lhes as bandeiras e rasgá-las. Seu ato foi noticiado em rede nacional e converteu o grupo Revoltados on Line em um dos maiores agrupamentos contra a gestão Dilma Rousseff. Conferir: PAVARIN, Guilherme. **O Ostracismo do Maior Revoltado Online**. Revista Piauí. 26 de maio de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>

¹⁸⁹ Para o grande ato em protesto à presidente Dilma, por exemplo, o coletivo Vem Pra Rua, lançou uma série de vídeos com formadores de opinião conclamando a participação do público. Tratam-se de pessoas como o humorista Marcelo Madureira, o ator Malvino Salvador e o jurista Hélio Bicudo, que podem ser conferidos, respectivamente, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=roa7ERGF53g>> ; <https://www.youtube.com/watch?v=bWSEs15_9Hk> e <<https://www.youtube.com/watch?v=rMf8guO7xhk>>

¹⁹⁰ “Um novo capítulo da história do Brasil começou a ser escrito nas manifestações de 2013. A esquerda, que por décadas reinava sozinha nas ruas, se surpreendeu ao ter de dividir o espaço com manifestantes de direita. Mas a fratura na sociedade brasileira seria escancarada de fato nas eleições de 2014, quando seria rompida com violência a possibilidade de diálogo. Os partidos PT, PSDB e Rede Sustentabilidade se digladiavam em praça pública. A cisão se agudizar em 2018, com a popularização entre esquerda e direita. Parte do eleitorado mostrou que estava em busca de um outsider, alguém de fora do *stato quo* da política institucionalizada”. (DIEGUEZ, 2022)

presidente deram lugar a um tom messiânico que passou a girar em torno da figura do ex-capitão. Essa mudança surgiu ainda durante a sua campanha eleitoral, intensificou-se quando o evento do ataque a faca a que foi vítima quase fatal e, por fim, durante seu mandato. Talvez um ponto representativo dessa inflexão seja o vídeo produzido pelo coletivo Lux Brasil.

O vídeo é curto, não chega a 1 minuto e 40 segundos. Apresenta uma paisagem rural, o clima parece temperado, provavelmente o sul do país. Inusitadamente, aparece um cavaleiro a galope trajando uma fantasia que imita uma vestimenta de um templário (se bem que lembra, também, o traje de uma personagem de animação japonesa, como **Cavaleiros do Zodíaco** ou algo assim). Ele carrega uma lança com uma bandeira do Brasil. Atado ao cavalo, uma espada que parece de brinquedo. Depois de cavalgar, ele pára em uma posição imponente e começa seu discurso, com uma voz em falsete, algo como uma espécie de conclamação e grito esganiçado. Seu texto é

Patriotas, venho de longe, em sagrada missão. Dia 15 de março, venha (sic) comigo, contra os comunistas e traidores da pátria. Vamos resgatar nosso país, nossa bandeira.

O vídeo se encerra com o brado

Ordinem et progressus!

O Lux Brasil é um pequeno coletivo do sul do país. Seu canal de YouTube tem pouco menos de 2 mil e 500 pessoas, e o vídeo que comentamos ainda não tem sequer 1000 “curtidas”. Evidentemente não é possível dizer que se trata de um sucesso de comunicação, ainda que tenha repercutido com um certo sucesso em redes sociais como o Twitter. Mas esse vídeo junta-se a centenas, ou talvez milhares de elementos de agitação que formaram o imenso panorama comunicacional que constituiu, primeiramente, a campanha de deposição da presidente Dilma Rousseff e, a seguir, passou a integrar a campanha de Jair Messias Bolsonaro. Foram vídeos e mais vídeos circulando em perfis pessoais ou em grupos tanto do Facebook quanto do WhatsApp, redes sociais preferenciais no Brasil, naquele período.

Até aqui citamos, ainda que ligeiramente, material de agitação e propaganda produzido por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, e que portanto, não está oficialmente sob seu controle. Para além dele, há toda a produção realizada pela sua equipe de comunicação e, portanto, sob sua responsabilidade. Esse material é formado, em sua grande maioria, por vídeos veiculados em suas redes sociais, que podem ser divididos entre:

1) discursos na tribuna da Câmara Federal ou em eventos públicos, que por sua vez podem ser aqueles para os quais foi convidado, ou aqueles organizados em apoio direto às suas campanhas e ações, como as motocicletas; 2) participações em comissões parlamentares, 3) recortes de participações de Bolsonaro em programas de TV, sejam jornalísticos ou de entretenimento; 4) vídeos de campanha; 5) transmissões ao vivo (*lives*) periódicas; 6) denúncias morais contra a esquerda; 7) matérias jornalísticas diversas; 8) pautas de ocasião, como divulgações de apoiadores, parceiros, denúncias, divulgações etc.

Todo esse conjunto de redes sociais, vídeos, memes, mensagens e outros formam uma ampla esfera comunicacional que contribuiu para a ascensão de Bolsonaro. É claro que não podemos desprezar o apoio dado a ele pelas grandes empresas de comunicação nacional, mas esse apoio surgiu em um momento em que a figura do ex-capitão já estava consolidada por entre a massa de apoiadores e adeptos de suas ideias.

Todo esse arsenal de comunicação foi a base para a emergência de Bolsonaro como líder político nacional e foi seu armamento para a sua guerra cultural na etapa que o levaria até o governo. Depois de eleito, sua guerra passou a ser travada em uma nova frente: a mudança nos marcos institucionais do Estado, na qual a produção artística e a Educação foram os principais campos de batalha. A seguir, nos debruçaremos com mais atenção sobre essa primeira etapa, e, em capítulo posterior, sobre suas tentativas, à frente do governo, de implementar políticas que visavam mudar os sentidos da produção artística e da Educação no Brasil.

Há dois principais aspectos, de igual importância ao nosso ver, que foram determinantes para a emergência bolsonarista. O primeiro deles diz respeito ao meio virtual e as redes sociais, sobre os quais precisamos observar (a) as formas como são usados, e (b) como os meios atuam como construtores de significados, independentemente das mensagens que veiculam. O segundo aspecto é formado pelas representações criadas em torno de Bolsonaro.

1. Representações da mentalidade bolsonarista

Geralmente, as campanhas políticas se utilizam de consignas que servem para expressar em jogos de palavras as ideias-fortes que animam partidos e candidatos. Nas últimas décadas, porém, com o predomínio dos publicitários à frente das campanhas políticas e eleitorais, as consignas têm sido substituídas por *slogans* publicitários.

Entretanto, algo que se pode dizer a respeito de Bolsonaro é que ele não deu ouvidos a "marqueteiros" para criar suas consignas. Ao contrário disso, ele optou por tomar por lemas

políticos e eleitorais frases fortes, por vezes até agressivas, demarcando fundo seu território ideológico. Algumas dessas expressões foram repetidas inúmeras vezes em seus pronunciamentos, intervenções e entrevistas. Em outras ocasiões, são estampadas em memes, vídeos, mensagens e afins, produzidos por seus apoiadores. São também repetidas por seus apoiadores, aliados, pelos seus ministros e secretários. “Deus, Pátria, Família e Liberdade”; “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”; “nossa bandeira jamais será vermelha” e “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Dentre algumas outras, essas, efetivamente, têm sido as consignas mais popularizadas ao longo de sua vida política e intensificadas durante seu mandato presidencial, e também agora, quando vive os primeiros meses depois do fim de seu governo.

Todavia, a popularização e capilarização de tais consignas não é fruto apenas dos efeitos deletérios dos uso das redes sociais ou da movimentação de Bolsonaro pelo país, nos anos anteriores às eleições de 2018. A internet e as viagens disseminaram amplamente essas ideias pelo país, mas não inocularam a população com um novo pensamento. Elas acionaram **construtos culturais** que já fazem parte da cultura comum brasileira, fizeram emergir para a praça pública representações que estavam submersas, mas nunca ausentes, e que se manifestavam, quando muito, restritamente em conversas de canto-de-boca ou em piadas.

Tais construtos e as representações que os formam têm uma existência dinâmica e concreta. Formam-se a partir das experiências sociais e, em contrapartida, as animam e lhes confere sentido e direção. Por isso, é por meio do estudo das experiências sociais que se pode percebê-los e identificá-los.

Assim, o papel do instrumental comunicacional do bolsonarismo não é tão somente levar novas informações ao público, mas, primeiramente, agenciar tais afetos profundos, aquecendo-os no campo simbólico que forma nossa cultura. E assim, agenciados, tornados pauta cotidiana, podem ser capturados politicamente, formando uma *comunidade de significados* (RANCIÈRE, 2009) que podemos, ainda que com excessiva liberdade, chamar de *bolsonarismo*. Essa comunidade de significados nada mais é do que a massa de apoiadores que se unem não em torno de um projeto político racional, mas emocionalmente provocados.

Por isso, o olhar mais acurado revela os construtos culturais que subjazem a tais consignas e expõe parte das representações que animam o bolsonarismo e formam sua ideologia. Dentre tais construtos culturais, acreditamos ser importante observar de forma mais cuidadosa três deles. O primeiro a espera messiânica que habita o imaginário popular. A

formação do Brasil moderno é pontuado por eventos messiânicos de grande monta, que infelizmente foram desbaratados por meio das forças armadas do Estado nacional; mas para além desses eventos mais notórios, o messianismo atravessa nossa cultura e cotidiano.

Outro construto cultural é o verde-amarelismo. Também devemos considerar a presença, cada vez mais visível, da crença e da defesa de uma civilização ocidental judaico-cristã que estaria na origem da essência do que seria ser brasileiro. A crença nessa ideia de civilização é antiga e disseminada, sobretudo, pela Europa ocidental, EUA, Austrália, e entre parte das elites que mantêm uma certa identidade ou sentimento de ancestralidade com as antigas metrópoles. Cada nação vivencia essa percepção de acordo com seus contextos, no caso brasileiro, há uma identificação com as origens portuguesas, e que se estende com força por entre as correntes monarquistas que ainda existem em nosso país.

Além desses dois construtos citados, e que abordaremos a seguir pormenorizadamente, há outras representações que formam o imaginário bolsonaristas, e as quais queremos citar, ainda que ligeiramente, dado a relevância para o entendimento do universo de representações do bolsonarismo. A primeira é o papel da ideologia militar na formação do pensamento bolsonarista. Não podemos esquecer que os militares têm uma participação profunda na formação do Brasil moderno, inclusive como agentes da ação que levou ao fim do império e início da República (CASTRO, 1995). Mas, do mesmo modo que abriram o país para o pensamento republicano, também foram responsáveis por tensionamentos e retenções de progressos sociais e políticos. Isso porque as forças armadas, e notadamente o Exército brasileiro, além de constituírem um importante aparelho repressivo de Estado, no Brasil assumem também uma função política cujas pesquisas a respeito ainda estão em seu início. Pelo seu caráter político, o militarismo no país constituiu uma ideologia própria, que se consolidou durante o regime militar, de 1964 a 1985 (OLIVEIRA, 1976). Como o bolsonarismo prega, as Forças Armadas atuam, ou deveriam atuar, como um “poder moderador”, esse ímpeto de atuação por dentro do Estado tem se desenvolvido entre as lideranças militares desde antes da emergência do bolsonarismo e a eleição de Bolsonaro (ORTEGA, MARIN, 2020). O encontro entre ambos - militarismo e bolsonarismo - abriu as portas para um avanço dos militares em seus intentos políticos e, com isso, para o desenvolvimento de sua ideologia (DOMINGOS NETO, 2022).

Outra representação que merece mais estudos e que gostaríamos de apontar é a valorização do “homem comum” como elemento político. Por “homem comum” não estamos aludindo às pessoas comuns, à uma política de soberania popular envolvendo a todos e todas,

mas sim, à ideia do sujeito vulgarizado, isolado, convertido em massa, mas que foram agenciados e mobilizados politicamente pela figura de Bolsonaro, mas mantendo-se vulgarizados, ou seja, sem salto de consciência social e de classe. A esse respeito, a professora Luciana Villas boas (2022) escreveu um destacado ensaio intitulado **A República de Chinelos** em que aborda a forma como a imagética construída pelo bolsonarismo - carregada de desleixo, vulgarização e bravatas - operou um desmonte das representações das instituições de Estado e das relações democráticas cujo objetivo foi a ruptura com a política de construção de consensos, que deveria ser o sentido de governos eleitos, para estabelecer um constante ímpeto belicista para a permanente disputa pelo poder absoluto¹⁹¹.

Por fim, mas não menos importante, queremos destacar outra importante representação que atravessa a mentalidade bolsonarista que é a *narrativa política* apresentada pelo projeto Orvil. O professor João Cezar de Castro Rocha (2021) abordou o tema, em obra já citada anteriormente nesta tese. O projeto Orvil é, na verdade, um documento elaborado pelas forças militares intitulado **As tentativas de tomada do poder**. Seu conteúdo é uma exposição das quatro tentativas dos comunistas em tomar o poder no Brasil¹⁹². As duas primeiras, ligeiramente abordadas no documento, foram o levante comunista de 1935 e as mobilizações que realizaram em 1964. A terceira, abordada com mais vagar, reúne as iniciativas de luta armada em resistência ao regime militar imposto a partir de 1964. Por fim, a quarta tentativa, e que se configura na principal *narrativa* que sustenta o discurso militarista, se apresenta como um estudo que revela uma estratégia que se inicia numa

¹⁹¹ “as bravatas do presidente mobilizam um poder orientado para a disputa de poder e não para a formação de consenso. A conquista ou defesa do poder se sobrepõe ao exercício do poder pelo chefe de governo. O presidente vituperante não é capaz de zelar pelo bem comum. Para cumprir com esta exigência do cargo, ele precisa ser incluyente e comunicar-se, para além das suas próprias bandeiras, com a sociedade como um todo. O poder enquanto ação comunicativa voltado para a intermediação de interesses e a construção de consenso, evidentemente, não existe sem a esfera pública. A declaração de inimizade em relação à esfera do público é uma renúncia ao instrumento, à instância fundamental da comunicação democrática. Não espanta que a recusa a essa forma de comunicação democrática coincida com a defesa do armamento, do uso da força e da coação. Afinal, Bolsonaro atrela a realização da liberdade não ao debate e à persuasão, mas ao uso da violência. E, nos vários momentos de evidente impotência, ele invoca a sua prerrogativa de recorrer às forças armadas” (VILLAS BOAS, 2020, pág. 41). E ainda: “A lição que se pode tirar da iconografia política do presidente Bolsonaro diz respeito a algo mais fundamental do que a suspeita de populismo. Diz respeito à investidura simbólica do poder representativo e às condições da sua inteligibilidade. A investidura, tudo o que cobre e reveste - os símbolos, a liturgia e os espaços do poder -, é o dispositivo simbólico capaz de associar a pessoa ao cargo. Por esta razão, os chinelos, a área de serviço e o baixo calão são a negação da investidura, do ‘hábito’ que codifica a visibiliza o poder. A ruptura da simbologia do poder implica a renúncia à comunicabilidade e à aberturidade do poder. Isto porque - eis a lição de Bolsonaro - a investidura da presidência é inseparável das instituições imaginárias que reúnem a esfera do público e através das quais se materializa a democracia.” (VILLAS BOAS, 2020, pág. 44)

¹⁹² “O Orvil forjou uma poderosa matriz narrativa: desde março de 1922, por meio do Partido Comunista no Brasil, não se passou um dia sequer sem que o movimento comunista internacional não tenha levado adiante ininterruptas tentativas de tomada do poder. As três primeiras iniciativas lançaram mãos das armas, fiéis à noção da violência revolucionária. Dado o fracasso do modelo da luta armada, começou uma nova tentativa de tomada do poder em 1974.” (ROCHA, 2021, pág. 266)

autocrítica dos comunistas. Nessa autocrítica, os comunistas teriam percebido que não obtiveram êxito porque não conseguiram amplo apoio popular para a revolução e por isso precisariam, a partir de então, dedicarem-se a conquistar a população por meio da cultura. Para tanto, iniciaram um processo de infiltração nos meios educacionais, artísticos, jornalísticos e demais formas de comunicação e formação de opinião pública. Sem sombra de dúvida, como alude o professor João Cezar, o Orvil constitui uma significativa obra de guerra cultural, e que teve o poder de influenciar os militares e a extrema direita brasileira, e que anima, certamente, o bolsonarismo da maneira mais profunda. Assim, ainda segundo o professor João Cezar, o ímpeto destrutivo do governo de Bolsonaro se explica porque fez do gabinete presidencial uma trincheira defendida contra o poder avassalador dos comunistas¹⁹³ em sua quarta tentativa de revolução.

Isso posto, partamos para a abordagem tanto do messianismo como do verde-amarelismo como construtos fundamentais para entender o bolsonarismo. Esses construtos não são estanques e nem constituem existências isoladas. Pelo contrário, há sobreposições, continuidades, amalgamações entre eles. Também há superações, rupturas e rompimentos. São dinâmicos e vivos.

1.1. Messianismo

O termo *messianismo* é bem conhecido nos estudos da História e da cultura, sobretudo no Brasil, terra onde ocorreram experiências como Canudos - cuja trágica experiência foi acompanhada *in loco* por Euclides da Cunha que a narrou com profundidade no clássico **Os Sertões** -, e Contestado o evocam. Mas talvez tenha sido o dramaturgo Jorge Andrade quem ofereceu o melhor entendimento sobre o messianismo no Brasil com sua obra **Vereda da Salvação**, publicada em 1958. Na peça, os moradores de um pequeno aldeamento rural de agregados a uma grande fazenda estão vivendo o seu último dia de penitência, aguardando apenas o raiar do Sol para irem em peregrinação para Tabocal. Quase todos são devotos recém convertidos a uma nova crença que por lá chegou pela pregação do missionário Onofre, que por lá passa em visitas esporádicas. O aldeamento tem dois líderes, um é Joaquim, seu líder espiritual, escolhido por Onofre. Ele e sua mãe, Dolor, já viveram em

¹⁹³ “Na mentalidade bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional construtivo, não importa em que direção; na verdade, o propósito real é promover a destruição das instituições que foram aparelhadas no decurso da quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda! Daí, o modelo desastroso de um governo enquanto arquitetura da destruição, movido por uma narrativa conspiratória.” (ROCHA, 2021, pág. 271)

diversas outras paragens sem nunca conseguir fixar-se em lugar algum, e faz poucos anos que moram nesse aldeamento. Joaquim tem algum grau de leitura e a vida errante que leva com Dolor lhe confere alguma experiência e conhecimento do mundo que é respeitado pela comunidade.

O outro é Manuel, o líder temporal, que mora naquela região desde seu nascimento. Manuel é um veterano, analfabeto, tem cerca de 50 anos, e conta que seus pais moravam ali desde quando tudo era apenas mato fechado. Mas com o tempo, quando ele ainda era pequeno, uma estrada foi aberta e latifúndios foram montados. A região onde morava virou parte de um desses latifúndios, e por isso, seus pais e outros moradores passaram então a viver de favor cedido pelos donos das terras, como agregados, passando a trabalhar para eles. Manuel mantém uma relação íntima com Artuliana, que está grávida, e planejam se casar assim que chegarem em Tabocal, onde encontrarão uma autoridade religiosa. Manuel também têm dois filhos, Ana, que se recusa a se converter à nova crença, preferindo continuar católica, e Geraldo, que se tornou um fanático e sempre ao lado de Joaquim.

A espera pelo amanhecer é tensa: Joaquim, por um lado, almeja ser o único líder do aldeamento, e por isso, tenta jogar a comunidade contra Manuel, e o motivo que encontra para isso é acusá-lo de não ter força suficiente para ser líder da comunidade, pois sequer consegue converter a filha. Por outro lado, o líder religioso está cada vez mais convicto de que é a reencarnação de Cristo. Com o passar das horas, os aldeados estão cada vez mais fanatizados e seu comportamento torna-se mais e mais místico, até chegarem ao transe coletivo, vendo anjos e santos, mas também demônios, ao ponto de matarem uma criança vendo nela um espírito maligno.

Enquanto Joaquim e os seus seguidores vivenciam seu transe místico, o dono da fazenda ordena aos seus capangas que matem todos os aldeados, pois já estavam loucos e incontrolláveis. Joaquim e a grande maioria dos aldeados, entre cânticos e abluções, dizem que as balas já não podem mais atingi-los, pois os anjos vão defendê-los. Por seu turno, Manuel e alguns poucos decidem lutar e se armam de foices e machados, pois não querem deixar a única terra que tem, onde viveram e enterraram seus mortos.

No desfecho da peça, todos os aldeados são mortos pelos capangas do fazendeiro, os seus pobres casebres são queimados e a ordem é para que ninguém mais more naquele lugar, que deve virar apenas local de pasto para o gado.

Jorge Andrade coloca em cena os diversos elementos que a socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu livro **Messianismo no Brasil e no Mundo**, publicado em

1965, e agraciado com o Prêmio Jabuti de Ciências Sociais, em 1966. Nesse estudo ela analisa diversas monografias que abordaram distintas experiências milenaristas em diferentes tempos históricos e localidades. Essa análise permitiu à pesquisadora compor compreensões sobre esse tipo de fenômenos sociais, localizando-os tanto em relação às condições que levam à sua realização, suas dinâmicas e especificidades que os distingue de outros fenômenos semelhantes. Faz isso à luz de uma sólida base teórica tendo como centralidade os estudos de Max Weber a respeito do assunto.

A professora Maria Isaura oferece um modelo explicativo inicial segundo o qual os processos messiânicos ocorrem em sociedades submetidas a algum tipo de crise e que não conseguem encontrar soluções para ela que não seja algo mágico, que envolve a presença de um líder que possa conduzir o povo atingido para uma terra melhor. Mas é importante que a certeza de um paraíso futuro seja parte das crenças comuns dessas sociedades, constituindo uma *legenda messiânica* - que é também uma condição de *espera* - latente em todas elas. Quando advém a crise, pode-se surgir um messias cujas pregações acionam essa *legenda messiânica*, e aglutinam em seu entorno um grupo de pessoas. Essas pessoas se dividem em um grupo menor, que constitui seus *discípulos*, e o restante formam seus *seguidores*. Assim, constitui-se o *movimento messiânico*. Esse movimento passa a orientar seu cotidiano e seus esforços no sentido de esperar o momento adequado para sair em peregrinação para seu paraíso. Conseguir ou não realizar a peregrinação não é relevante para a determinar a completude do processo. Mais importante é compreender a natureza cíclica do movimento, pois ao final do processo, instaura-se novamente a *legenda messiânica*, agora acrescida dessa nova experiência vivenciada.

As sociedades em que surgiram os movimentos messiânicos observados no estudo de Maria Isaura são assentadas em relações de parentesco. É importante frisar que a autora deixa claro sua dúvida se seria ou não possível esse tipo de movimento em sociedades assentadas em relações econômicas. Tratando-se de uma dúvida honesta, deixa a autora o caminho aberto para que outros pesquisadores se debrucem sobre a questão. Seja como for, a socióloga baseou sua pesquisa nos aspectos não-culturais dessas sociedades, pois, enquanto a observação das culturas lançava luz sobre radicais diferenças entre as sociedades analisadas, era possível perceber suas semelhanças quando eram observadas a partir de suas relações sociais, focalizando, sobretudo, seus aspectos estruturais, organizacionais e suas dinâmicas. Isso não significou, no estudo, o total abandono dos aspectos culturais, sendo que, um deles, tem papel de máxima relevância no processo, a religião.

Isso posto, avancemos. A socióloga distingue três principais espécies de crise; essa distinção é fundamental em suas análises, pois os desdobramentos de cada uma delas levará às distinções entre as diferentes formas de movimentos messiânicos e suas funções específicas. Evidentemente, não há uma relação mecânica e automática entre as crises, sejam de quais espécies forem, e o surgimento de movimentos messiânicos. Há outras possibilidades políticas e sociais de lidar com elas, inclusive, há a possibilidade de total inatividade social.

A primeira espécie de crise que ela apresenta é a **crise de formação de sociedades globais**. Essa forma diz respeito à organização social da comunidade e, portanto, não tem por objetivo a mudança da sua ordem estrutural. Ela pode ocorrer em duas situações diferentes: a primeira delas ocorre a anexação de uma sociedade independente por outra, criando uma profunda perturbação que pode ter movimentos messiânicos que visam a segmentação da sociedade. A segunda situação é quando a perturbação ocorre devido não à anexação entre diferentes sociedades, mas quando uma única sociedade se divide em duas ou mais outras. Então, o movimento messiânico teria como motivação o retorno à antiga unidade. Em ambas as situações o movimento messiânico tem, como pano de fundo, o retorno à forma organização antiga.

A forma seguinte diz respeito à **crise de configuração interna da sociedade**. Nela, os processos também podem eclodir a partir de suas distintas situações. Na primeira delas, a sociedade é abatida pela dissolução da ordem na qual estava assentada sem que nenhuma outra seja erigida em seu lugar, gerando uma anomia. Nessa situação, o movimento messiânico se formaria buscando restaurar a ordem perdida, sendo, portanto, um processo que ocorre especificamente no âmbito da organização social. Já a segunda situação é mais radical e diz respeito ao processo em que ocorre uma profunda mudança na estrutura social, indo de uma sociedade baseada no parentesco para outra centrada nas relações econômicas. Então, o movimento messiânico visa romper com a nova estrutura em formação e construir uma nova estrutura baseada em relações de parentesco. Nesse caso, Maria Isaura os classifica como movimento messiânico revolucionário.

Por fim, na terceira espécie principal de crise apresentada pela socióloga está a **crise de formação e configuração de sociedade globais**, ou seja, trata-se de uma crise mista. Ela ocorre quando o contato entre duas distintas sociedades globais ameaça ou efetiva a submissão de uma à outra. Se o movimento messiânico ocorre quando a submissão é ainda apenas um risco, ele tende a ser *segregador* e *conservador*. Mas quando a dominação de uma

sociedade pela outra se efetiva, formando uma *relação colonial*, o movimento messiânico tende a ser *segregador e subversivo*.

Um dos principais destaques apresentados por Maria Isaura **O Messianismo no Brasil e no Mundo** é o caráter eminentemente social e político dos movimentos messiânicos. Ela ressalta que, evidentemente, as sociedades poderiam encontrar soluções religiosas para suas crises, mas quando acabam avançando para um processo messiânico, escolhem, ainda que inconscientemente, uma solução que busca provocar efetivas mudanças sociais - sejam na organização, sejam na estrutura - que, em muitas ocasiões, podem empurrá-las para enfrentamentos diretos ou indiretos. Em algumas experiências, enfrentamentos militares. O fato é que o movimento messiânico representa uma nova ordem instaurada no seio de sua comunidade, transforma as relações e estabelece novos valores e práticas, ou seja, não se trata apenas de uma postura religiosa, afinal, “os componentes do grupo não se ocupam somente em ouvir as pregações do líder e em nelas acreditar; quando tal se dá, estamos ainda na fase de espera messiânica, precedendo a formação do movimento. Organizado o grupo, postas em prática as normas que do Além recebem os adeptos por intermédio do emissário divino, o Reino Messiânico efetivamente existe” (QUEIROZ, 1965)

A peça **Vereda da Salvação** traz em sua trama os elementos apresentados por Maria Isaura. Joaquim inicia a peça como um discípulo de Onofre, e depois passa, ele mesmo, à posição do messias, tendo em Geraldo, o filho de Manuel, um de seus discípulos mais próximos. Vivem em uma comunidade organizada pelo parentesco, sendo Manuel seu patriarca. Joaquim, por seu turno, é o líder místico que se destaca entre a sua comunidade, com algum grau de entendimento e leitura acima da média, o que lhe confere alguma autoridade diante dos demais, autoridade que ele reivindica em sua disputa pela liderança absoluta da comunidade

JOAQUIM: Eu sou chefe de Deus! Sei ler as palavra dele no livro. Dei alegria pros irmão e ensinamento pra muita coisa que ninguém assuntava. Ele arranjou terra, mas eu dei a palavra certa do livro.

A comunidade em que vivem essas personagens passa por uma crise histórica, que se iniciou com a chegada dos latifúndios e que desestruturou a vida cotidiana. A presença dos latifúndios é a chegada de novas relações de trabalho e exploração, em outros termos, é a chegada das relações capitalistas no campo, que no modelo explicativo de Maria Isaura,

corresponde à **crise de formação e configuração de sociedade globais**, aquela na qual a dominação se completou, formando uma relação colonial. A identificação de comunidade em oposição aos latifundiários é destacada na peça quando, mesmo agredido e isolado por Joaquim, Manuel se opõe à intervenção dos homens da fazenda, mesmo que estes o respeitem, como se pode ver no excerto do diálogo entre ele e Dolor

MANOEL: Você acha que a Ana foi pra fazenda?

DOLOR: Parece que foi. Ela sumiu.

MANOEL: Já falei pra Ana que isso não presta pra nós.

DOLOR: Do que você tem medo, Manoel?

MANOEL: Essa gente do Comércio não tem entendimento de crença. Não viu o que aconteceu com os crente da fazenda Gameleira? Estavam na cacimba, lavando o corpo no banho da purificação... tudo num respeito só... sem malícia... quando chegou os soldado e deu voz de prisão. (meio revolucionário) Não tiveram bate-boca, malquerença nenhuma! Nada! Só foram de encontro deles, dizendo: nós somos de paz... e os soldados sentaram fogo!

DOLOR: Você é conhecido deles. Isso é de valia... Eles respeita.

MANOEL: Possança é coisa cega, Dolor, pior que cachorro louco. (aprensivo) Tudo isso é assunto nosso. Questão de irmão. Ninguém precisa vim com entrevo.

O tensionamento entre ambas sociedades, na peça, caminhou ao seu ponto mais drástico com o enfrentamento armado, ainda que desigual, entre a comunidade e os capangas a mando do latifundiário. O dramaturgo Jorge Andrade apresenta a dupla condição do messianismo - religioso e político-social - na cena final, colocando os dois líderes a liderar a comunidade, Manuel, reivindicando o direito à terra e organizando aqueles que se armam contra os homens a mando da fazenda

MANOEL: Nasci aqui... trabalhei a vida inteira como um burro de carga e só tenho o corpo. (de repente) Vamos lutar! Chama os outro, Geraldo!

Assim também, Joaquim, acreditando ser o messias, se mantém em seu papel de liderança frente aos demais camponeses.

JOAQUIM: Então, pra que fugir?

DOLOR: Esqueci... esqueci que a gente já ia pro céu... que eles não pode mais fazer maldade. Não tenho nenhuma dúvida.

JOAQUIM: O outro Cristo morreu na cruz... não fugiu, mãe!

DOLOR: Eu sei, meu filho. Nem você vai fugir.

JOAQUIM: Quem haverá de levar os irmãos?

DOLOR: Só você! Só você, meu filho!

JOAQUIM: (alegre novamente) Essa gente não tem poder. Nosso corpo é santo, bala não atravessa.

Vereda da Salvação é inspirada nas experiências messiânicas ocorridas no Brasil e foi escrita por um dramaturgo com aguda percepção das condições coloniais que ainda atravessam a sociedade brasileira. É uma ficção que ilustra plenamente a dinâmica dos processos messiânicos para além de seus aspectos místicos, alcançando suas dimensões políticas e sociais.

A edificação do Estado brasileiro se fez às custas de muitas lutas empreendidas contra movimentos populares. Do início do Segundo Reinado aos primeiros anos da República, revoltas e levantes foram violentamente reprimidos - seja pela força da resistência popular, seja para desestimular novas iniciativas -, e casos de degola, estripamentos e humilhações públicas eram comuns. Nem sempre era preciso ser necessariamente uma revolta ou levante propriamente dito para sofrer a repressão do Estado, iniciativas que buscavam uma forma alternativa de vida, que afrontava poderes locais, nacionais e, sobretudo, a expansão do capital eram já motivos mais que suficientes para provocar o peso e o calor das armas dos governos. Movimentos milenaristas estavam entre tais formas de vida alternativa que foram alvo das forças militares brasileiras. O combate empreendido pelas forças militares brasileiras contra os Muckers (Rio Grande do Sul, 1873-1874), contra Canudos (Bahia, 1896-1897) e contra o Contestado (1912-1916), por exemplo, constituem, ao nosso ver, casos claros da **crise de formação e configuração de sociedades globais** que se formou quando os desdobramentos das revoluções burguesas avançaram sobre as relações sociais no Brasil, transformando o país.

A primeira pergunta que precisamos fazer é se o ímpeto messiânico que animava tantos sertanejos no final do século 19 e início do século 20 ainda está presente na cultura comum brasileira ainda hoje. É um desafio difícil, e para ele não cremos ser possível encontrar uma Pedra de Roseta que seja definitiva por apresentar um elemento concreto. Por isso, já nos damos por satisfeitos em apresentar indícios suficientemente sólidos. Dois significativos indícios que nos parecem ser mais importantes: a presença do cristianismo e a condição colonial ainda não superada e a pista que seguiremos é compreender a crise de formação e configuração de sociedade globais.

É preciso lembrar que na segunda metade do século 19 a Igreja Católica estava atravessada por diferentes enfrentamentos, como já abordamos anteriormente, e por isso apenas retomamos alguns poucos pontos para avivar a memória: desde a formação e consolidação de diversos Estados nacionais as grandes posses que formavam os Estados foram dilapidadas, reduzindo o outrora imenso império da Igreja em poucos territórios no

centro da Itália. Além disso, o papa ainda estava em disputa com os fiéis que alinhavam-se com o liberalismo e os Estados nacionais, e por isso criticavam a centralização do poder católico no Trono de Roma, e, ao contrário, se esforçavam pelo fortalecimento das instâncias nacionais e regionais da Igreja Católica. Por fim, os papas ainda precisavam lutar contra o crescimento tanto do liberalismo e do socialismo quanto do protestantismo.

Apesar de todas essas disputas, a Igreja Católica tinha um papel determinante nas diferentes estruturas políticas do país. Desde o período colonial, passando pela condição de Reino Unido, até a nascente República, os representantes do Trono de Roma no país estavam ao lado do poder de ocasião, legitimando-o e legitimando-se através dele. Havia, portanto, uma relação institucionalizada entre Estado e Igreja. Por isso, o cristianismo oficial era brutalmente conservador, hierárquico e centralizado. O messianismo, por sua vez, erige-se em um cristianismo mais selvagem, místico, comunitário, que floresce no entorno de figuras consideradas, de alguma forma, santas ou santificadas. Não se trata necessariamente de uma ruptura com o cristianismo oficial, mas de zonas de sobreposição entre a Igreja Católica e as manifestações cristãs populares e místicas.

Os dados consolidados do IBGE mais recentes, de 2010, apresentam informações relevantes sobre o cristianismo no Brasil, atualmente. Somados, os católicos (64,8%), os evangélicos (22,2%) e os espíritas (2%) representam 89% da população¹⁹⁴. Os dados demonstram também que está em curso um movimento histórico no qual cresce a proporção de evangélicos enquanto decai a de católicos, ainda que, por ora, os católicos continuem a ser maioria, com mais de 60% da população declarando-se como tal. Esse movimento é revelador, pois pode estar associado a uma busca por um cristianismo mais popular e comunitário.

Outra revelação é perceber que esse movimento ocorre, principalmente, nas regiões nordeste e norte, as mais pobres do país, embora, repetimos, a predominância, inclusive nessas regiões, continua sendo católica. Os católicos são maioria também na região sul, mais especificamente em sua área rural. Enquanto o catolicismo é expressivo sobretudo nas áreas rurais, o público evangélico concentra-se em meio urbano.

A questão urbana é um ponto chave para se entender o Brasil. Embora a maioria da população brasileira habite, atualmente, o meio urbano, a verdade é que grandes cidades como São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, por exemplo, são a exceção e não a regra.

¹⁹⁴ O espiritismo, no Brasil, afastou-se de seu caráter mais “científico” e aproximou-se fortemente ao cristianismo carismático, que marca cerca de 2% da população.

Segundo o IBGE, mais de 70% das 5 mil e 500 cidades brasileiras têm menos de 20 mil habitantes, e 4 em cada 10 delas não possuem saneamento básico.

Também devemos nos atentar para o fato de que, segundo a Confederação Nacional de Transporte, apenas 12% da malha viária que atravessa e liga as cidades brasileiras é pavimentada. Em outras palavras, as cidades do chamado “Brasil profundo” vivem em precárias condições de contato e integração e, conseqüentemente, mantendo em isolamento aldeamentos e distritos em áreas rurais¹⁹⁵. Nada diferente da forma como Caio Prado Júnior descreveu a ocupação do país ao final do século 18, em seu livro **Formação do Brasil Contemporâneo**, publicado em 1942. Segundo o historiador, a distribuição da população era “grandemente irregular”, formada por núcleos dispersos, poucos deles populosos, mas todos isolados uns dos outros, raramente havendo entre um e outro algum tipo de “povoamento ralo”.

O Brasil de hoje é aquilo que Maria Isaura define como sociedade econômica, e ela afirma, em seu livro de 1965, que não saberia dizer se seria possível ou como seria uma experiência messiânica nesse tipo de sociedade pois nenhuma delas integrou seu escopo de observação. Seja como for, não nos parece estranho pensar que, de alguma forma, uma espera messiânica ainda seja um elemento presente e marcante no construto da cultura comum do Brasil. Diversos elementos sócio-culturais e políticos que criaram o ambiente propício para o surgimento do *messianismo* no Brasil ainda estão presentes; e mesmo que na superfície a sociedade urbana brasileira aparente ser moderna e integrada pelas redes sociais, o fato concreto é que a vida comunitária, a deferência a líderes comunitários e religiosos continuam vivas na cultura. Seja nos pequenos vilarejos brasileiros, ou nos bairros periféricos de metrópoles como São Paulo, as portas das igrejas continuam abertas e a assistência continua esperando por um paraíso. Como cantou Gilberto Gil

*Olha lá vai passando a procissão
Se arrastando que nem cobra pelo chão
As pessoas que nela vão passando
Acreditam nas coisas lá do céu
As mulheres cantando tiram o verso
Os homens escutando tiram o chapéu*

¹⁹⁵ Conferir: **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>; **Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país**. Agência IBGE Notícias, 22 de junho de 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais>> ; **Transporte Rodoviário, Desempenho do Setor, Infraestrutura e Desempenho - 2017**. Confederação Nacional de Transporte. Disponível em <<https://cnt.org.br/pesquisas>>

*Eles vivem pensando aqui na Terra
Esperando o que Jesus prometeu*

Evidentemente que seria preciso um estudo específico sobre messianismo e atualidade brasileira - o que demandaria a feitura de outra tese - para conseguir dar conta de entender e explicitar como esse sentimento místico dialoga, por exemplo, com as lideranças neopentecostais que atuam por meio de um amplo aparato de comunicação eletrônica de massa. Assim como entender o papel das redes sociais nesse processo.

1.2. Verde-amarelismo

As ideias de “nação” e “nacionalismo”, como temos hoje, são formulações políticas recentes, como abordaram Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Patrick Geary, por exemplo. formulações que precisam ser amparada por elaborações ideológicas capazes de legitimar tanto a violência empreendida na formação de muitos nações quanto manter a coesão entre classes e segmentos que, por natureza de suas condições, deveriam estar em luta aberta, e não colaborando entre si.

Mas as ideologias não são narrativas únicas e excludentes. Ao contrário, são formadas, por sua vez, por uma rede de outras narrativas ideológicas que se conectam em diferentes níveis e dimensões. Nesse cenário, podemos destacar algumas importantes formulações que animam o nacionalismo em cada nação, como foi com o *destino manifesto*, nos EUA, por exemplo.

Nesse sentido, notabiliza-se no Brasil o verde-amarelismo. Uma ideologia que, de tempos em tempos, foi recuperada e atualizada de acordo com as demandas de ocasião. Para abordar o tema, nos valem de duas importantes reflexões feitas a respeito, a primeira pelo crítico Mário Pedrosa e a segunda pela filósofa e professora aposentada da USP Marilena Chauí.

1.2.1. Verde-amarelismo como vertente modernista

Para Mário Pedrosa (1998), a Semana de Arte Moderna de 1922, abriu o caminho para a percepção da modernidade no Brasil. O crítico, em conferência proferida em 1952, falou que o modernismo significou uma busca do pensamento ocidental ao mundo “primitivo”, e nesse movimento, artistas e intelectuais europeus encontraram nas nações colonizadas o material de inspiração e elaboração para suas obras. Mas para os brasileiros o

movimento foi outro, e significou, justamente, um afastamento da influência direta europeia e a busca pelas raízes culturais brasileiras¹⁹⁶. De certa maneira, foi o encontro de um Brasil ocidentalizado e outro Brasil, rústico, selvagem, profundo. A Semana de Arte Moderna inaugurou uma busca por uma síntese que, em outros termos, poderia esboçar uma identidade nacional ou, ainda, em uma expressão tão em voga, um projeto nacional.

Assim, se o movimento modernista foi algo que surgiu em várias sociedades avançadas no mundo, no Brasil ela teve especificidades muito sensíveis. Daí não ser possível dizer que se tratou de uma forte influência estrangeira no Brasil, ou uma importação mecânica e automática, mas uma forma muito particular de dar um curso próprio aos ventos que varriam boa parte do planeta. Por isso, citando Mário de Andrade, Pedrosa disse que: “Por paradoxal que possa parecer, foi pela consciência do seu 'internacionalismo modernista', na expressão de Mário, que o movimento chegou - outra expressão de Mário - ao seu 'nacionalismo embrabecido’” (PEDROSA, 1998, pág. 139).

Mas o crítico aponta também que uma segunda vertente se formou na efervescência modernista dos anos 1920. Que ao invés do ímpeto progressista da primeira, constituiu um caráter regressivo. Artisticamente estéril e desprovido de criatividade e originalidade, essa vertente praticou um decalque do modernismo regressivo e autoritário europeu e guinou suas forças para o campo político. Assim, organizou movimentos militarizados e hierarquizados e formulou suas teses. Apesar da sua indigência estética, essa vertente apresentou, entre suas teses, formulações acerca da cultura brasileira, que se iniciou com o programa Verde e Amarelo, e seus desdobramentos posteriores.

Quando da palestra de 1952, Pedrosa acreditava que a ideologia verdeamarelista estava já superada por conta de suas próprias insuficiências, ficando capturada pelos movimentos políticos que mimetizava seus congêneres europeus. Ou seja, não se constituiu em uma ideologia nacional, mesmo em seu campo político¹⁹⁷.

¹⁹⁶ “E assim os modernistas brasileiros não precisavam ir, como seus êmulos europeus super civilizados, às latitudes exóticas da África e da Oceania para revigorar as forças em fontes mais puras e vitalizadas de certas culturas primitivas. Então virando-se para dentro do país, de costas para o mar, o líder intelectual do modernismo tece a noção de um Brasil caboclo, diferente do da capital, primário e irredutível na sua realidade física, capaz de lhe dar motivo para conjugar o cultural e instintivo.” (PEDROSA, 1998, pág. 144.)

¹⁹⁷ “E realmente o movimento modernista acaba bifurcando-se em duas correntes, uma de pura vivência psíquica e de alta vitalidade espiritual e artística, e a outra de mera expressividade anedótica e pitoresca que degenera em modismos preconceituosos para terminar em estilo de tropos oratórios. De arte não resta mais senão a fórmula morta, e é, com efeito, curioso notar que dessas derivações literárias (não propriamente artísticas) frustradas da segunda corrente do modernismo brasileiro, como o 'verde-amarelismo' e depois o indianismo anacrônico da "Anta", nada ficou de esteticamente ou mesmo de especulativamente válido a não ser algumas imagens soltas de Cassiano Ricardo. Entretanto, o nacionalismo verde-amarelista não tardou a sair do plano espiritual da criação artística propriamente dita para coagular-se, desta vez como produto importado

Ao nosso ver, frustraram-se as expectativas e certezas de Mário Pedrosa acerca da incapacidade do verdeamarelismo em condensar-se numa potência ideológica para além daquele momento histórico. Ao contrário disso, o discurso verdamarelista emergiu em outros momentos históricos mas, sobretudo, tornou-se numa descomunal força ideológica que foi capaz de disputar e vencer as ruas quando dos atos de 2013 e, ainda, impulsionar a candidatura de Bolsonaro e manter-se durante seu mandato e nos atos políticos e de campanha eleitoral que promoveu. As duas principais cores da bandeira nacional e as suas representações no ideário verdamarelista tomaram as ruas, materializadas em bandeiras do Brasil, camisetas da seleção brasileira ou com a estampa do rosto de Bolsonaro, ou ainda com os dizeres “meu partido é o Brasil”, ou algumas outras estampas que representavam os movimentos de ocasião. Mas sem qualquer margem de dúvida, o verdeamarelismo anima o bolsonarismo.

Os modernistas, no seu conjunto, mantinham críticas comuns aos parnasianistas, aos românticos, aos naturalistas e a qualquer referência estética antiga e subjetivista, porém, quase nunca pelas mesmas motivações. Mas quando elaboraram a Semana de 1922, tais diferenças não eram tão evidentes. Encerrada aquela Semana, os debates, as elaborações e as provocações continuaram, e em poucos anos as diferentes visões de mundo se consolidaram. O mundo do pós-guerra tornou patente que havia um esgotamento das expectativas liberais e que, portanto, era preciso colocar-se com força no arranjo internacional, exigindo, assim, a consolidação de nações fortes. E enquanto a Europa focaliza seus esforços para a sua reconstrução física e moral, no vasto continente americano havia nações aptas a ocupar o espaço por ela deixado. E o Brasil, com seu tamanho e riquezas, era uma dessas nações aptas, mas faltava-lhe, ainda, consolidar-se como tal. Daí que as motivações políticas engajaram certa *intelligentsia* nesse objetivo; artistas e intelectuais foram chamados a esse movimento, com a missão de formar a identidade nacional que pudesse ligar brasileiros e brasileiras a um mesmo e comum interesse pátrio.

Os austeros leitores do Correio Paulistano acompanharam as publicações em favor da Semana de Arte Moderna de 1922, o que deve ter provocado estranhamento em boa parte deles, já que tratava-se de um tradicional jornal conservador. Fundado em meados de 1854, o Correio Paulistano servia de porta-voz aos ideólogos do Partido Republicano Paulista, mas

mesmo da Europa, num movimento exclusivamente político totalitário, decalcado nos gestos e na indumentária e em resíduos das ideias do fascismo italiano e nazismo alemão" (PEDROSA, 1998, pág. 145.)

contava, entre seus redatores, com Menotti Del Picchia, um dos criadores e participantes da Semana de 1922, daí o apoio dado ao jornal aos modernistas de São Paulo. E foi nas suas páginas que Del Picchia, junto a outros modernistas, publicaram, entre 1926 e 1928, diversos artigos acerca da criação e das atividades do Movimento Verdeamarelo. Seus principais companheiros de empreitada foram Plínio Salgado, que viria a fundar a Ação Integralista Brasileira, e Cassiano Ricardo. O trio contou, ainda, com contribuições esporádicas de Cândido Motta Filho, Francisco Pati, Paulo Brasil, Aníbal Silveira, Brito Broca, Genolino Amado, Almeida Magalhães, Alfredo Ellis, dentre outros (QUEIROZ, 2011).

Em 1927, o movimento passa por uma ruptura. Del Picchia, Salgado e outros deram continuidade às suas elaborações agora sob o nome Escola da Anta, animal que passa a representar, como um totem, o espírito verdeamarelista.

Em maio de 1929, publicam o artigo *O Atual Momento Literário* no qual, de certa forma, fizeram uma recuperação dos princípios ideológicos do movimento. Suas argumentações principiam-se com a crítica à tradição intelectual europeia à qual opõem o sentimentalismo como alma a animar o sentido nacional; mas não um sentimentalismo qualquer. Sendo o país formado por diversos agentes, como o “índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poet, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o francês, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas imensas, o Crueiro do Sul, o café, a literatura francesa, as políticas inglesa e americana, os oito milhões de quilômetro quadrados...” (DEL PICCHIA, pág. 363), era preciso que houvesse um elemento capaz de estabelecer um mediação entre todos evitando, assim, que um deles se sobressaísse sobre os demais. Essa mediação deve ser feita, segundo os verdamerelistas, pelo espírito tupi. É esse espírito que propiciaria o sentimento, e não a razão, necessária à formação da nacionalidade.

Temos de aceitar todos esses fatores, ou destruir a Nacionalidade, pelo estabelecimento de distinções, pelo desmembramento nuclear da ideia que dela formamos. (DEL PICCHIA, pág. 363)

Ainda segundo o manifesto, o espírito conciliador do tupi foi responsável pela sua assimilação pelos outros agentes. Porém, ao mesmo passo em que eram assimilados, os tupis se tornavam o espírito do povo brasileiro¹⁹⁸. É somente assim, animados pelo espírito

¹⁹⁸ “Toda a história desta raça corresponde (desde o reinol Martim Afonso, ao nacionalista `verdamelelo', José Bonifácio) a um lento desaparecer de formas objetivas e a um crescente aparecimento de forças subjetivas nacionais. .O tupi significa a ausência de preconceitos. O tapuia é o próprio preconceito em fuga para o sertão. O jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, e o tupi é que havia conquistado para si a religião do jesuíta. O português julgou que o tupi deixaria de existir; e o português transformou-se, e ergueu-se com fisionomia de

desprovido de preconceitos do povo tupi, que os demais povos podem encontrar equilíbrio e harmonia para coexistir pacificamente e criativamente constituindo, por fim, um povo nacional.

Pela própria natureza selvagem do jovem espírito nacional, deve-se negar o racionalismo cultivado na velha Europa. A nação não se constrói pela elaboração metódica, mas pela ação prática e espontânea. Assim, se há uma filosofia a embasar o nacionalismo verdamarelo, é a “não filosofia” tupi. Ainda assim, por ter sido assimilado até o desaparecimento e graças à sua índole pacífica e acolhedora, o índio constitui o elemento fundante da identidade nacional¹⁹⁹.

Assim, animados pelo conciliador espírito tupi, o nacionalismo proposto pelos verdamarelistas seria despojado tanto do preconceito étnico, religioso e político. Não haveria, assim, nenhuma forma de racismo real instituído em nossa cultura e história, afinal, “quando foi o 13 de maio, havia negros ocupando já altas posições no país.” (DEL PICCHIA, pág. 364). Também a igreja católica no país é “demasiadamente tolerante, e tão tolerante, que os próprios defensores extremados acusam a Igreja Brasileira de ser uma organização sem força combativa” (DEL PICCHIA, pág. 364). Por fim, também não haveria por parte dos verdamarelistas motivos para se discriminar pessoas ou projetos por suas inclinações políticas, bastando, para tanto, que seus esforços sejam sempre em benefício da construção do país em toda sua grandeza.

Esse total despojamento de preconceitos seria o freio às inclinações ideológicas e, por consequência, o necessário para evitar dissensões internas. Por isso, as construções teóricas que fazem parte da tradição política europeia perderiam qualquer efetividade no Brasil.

País sem preconceitos, podemos destruir as nossas bibliotecas, sem a menor consequência no metabolismo funcional dos órgãos vitais da Nação. Tudo isso, em razão do nacionalismo tupi, da não-filosofia, da ausência de sistematizações. (DEL PICCHIA, pág. 364)

Na disputa pelo que seria o caminho da construção da identidade nacional, a vertente verdamarelista do movimento modernista propunha uma direção contraditória. Visando a

nação nova contra metrópole: porque o tupi venceu dentro da alma e do sangue do português.” (DEL PICCHIA, pág.362)

¹⁹⁹ “*A filosofia tupi tem de ser forçosamente a ‘não filosofia’. O movimento da Anta baseava-se nesse princípio. Tomava-se o índio como símbolo nacional, justamente porque ele significa a ausência de preconceito. Entre todas as raças que formaram o Brasil, a autóctone foi a única que desapareceu objetivamente. Em uma população de 34 milhões não contamos meio milhão de selvagens. Entretanto, é a única das raças que exerce subjetivamente sobre todas as outras a ação destruidora de traços caracterizantes; é a única que evita o florescimento de nacionalismos exóticos; é a raça transformadora das raças, e isso porque não declara guerra, porque não oferece a nenhuma das outras o elemento vitalizante da resistência.*” (DEL PICCHIA, pág. 363)

formação de uma nação moderna e criativa, que pudesse, inclusive, estar na dianteira do arranjo internacional, o que tinham a oferecer foi uma rota baseada num regressismo mítico e anti-intelectual, acreditando ser possível estabelecer um projeto comum que se baseava na crença da unidade étnica e social assentada em uma visão tão ingênua como cruel do genocídio indígena. Acreditavam que, morto o povo tupi, seu espírito se tornaria a alma da nação.

Tratando-se de uma modernidade regressiva, a proposta verdamarelista chegava a propor a “liberdade de pensamento”. Todavia, contraditoriamente, a modernidade só poderia realizar-se por meio das instituições conservadoras²⁰⁰.

1.2.2. Verde-amarelo e o mito fundador em Marilena Chauí

Em um ensaio escrito na ocasião da efeméride dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil, a filósofa brasileira Marilena Chauí escreveu o ensaio **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**, publicado originalmente pela Fundação Perseu Abramo, em 2000. No seu texto, ela discorre sobre a formação do Brasil pela perspectiva da sua “fundação mítica” como nação. Chauí opõe, assim, a compreensão da formação histórica do país à crença de sua fundação a partir de representações que constituem uma densa ideologia que tem servido para manter a estrutura de classes vigente desde o período colonial. O verde-amarelismo tem sido, para a filósofa uspiana, uma das principais representações a servir na manutenção dessa estrutura política e social.

Uma representação que atua, de fato, como um *mito fundador*. A filósofa aponta a distinção entre a formação histórica da nação, por um lado e, do outro, a ideia de *fundação*. A primeira representa o estudo dos processos e suas diferentes dimensões que levam à formação de uma nação, compreendendo as disputas políticas, as questões econômicas, o desenvolvimento das culturas etc. Já a *fundação* pressupõe um marco não-histórico que se perpetua como um totem ou uma narrativa que explica e distingue a nação e seu povo²⁰¹.

²⁰⁰ “Aceitamos todas as instituições conservadoras, pois é dentro delas mesmo que faremos a inevitável renovação do Brasil, como o fez, através de quatro séculos, a alma da nossa gente, através de todas as expressões históricas.” (DEL PICCHIA, pág. 367)

²⁰¹ “Insistimos na expressão *mito fundador* porque diferenciamos *fundação* e *formação*. Quando os historiadores falam em *formação*, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em *transformação* e, portanto, na *continuidade* ou na *descontinuidade* dos acontecimentos, percebidos como *processos temporais*. Numa palavra, o registro da *formação* é a *história* propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias).

Diferentemente da *formação*, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a *fundação* visa a algo tido como *perene* (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A *fundação* pretende situar-se além do

Como parte do mito fundador do Brasil enquanto nação, o verde-amarelismo tem atravessado a história do Brasil. Todavia, estando o Brasil localizado nas franjas do sistema global capitalista, as mudanças geopolíticas tendem também a provocar rearranjos em dinâmicas domésticas, mesmo que isso, por enquanto, não tenha mudado nem uma palha de sua estrutura. E na medida em que os contextos políticos e econômicos mudaram, também as ideologias sofreram alterações, e dentre elas, a ideologia verde-amarelo.

Assim, surgida nos escombros do colonialismo, o verde-amarelismo tinha por objetivo legitimar a manutenção do poder das elites brasileiras, notadamente, o latifúndio. E por isso, até as primeiras décadas após a proclamação da República²⁰², animou o discurso que celebrava os valores morais de uma sociedade agrária.

Já na década de 1920 e início da década seguinte, quando das propostas modernistas, o verde-amarelismo ressurgiu, fazendo novas elaborações que possam manter os valores primais da nação brasileira, acrescentando a eles novas formulações a respeito de uma sociedade que se urbaniza no contexto do pós-primeira guerra mundial, o que vimos no início desta seção.

Mas, para Chauí, uma das grandes mudanças ocorridas no verde-amarelismo se deu por conta do Estado Novo varguista, que empreendeu boa parte de seus esforços para centralizar o poder nacional, até então disperso numa cadeia de oligarquias regionais que controlavam economicamente e politicamente os estados nacionais. Isso significou a emergência de uma nova noção do que é a figura do Estado. Além disso, tratava-se de um outro período do desenvolvimento brasileiro, no qual se destacava a industrialização brasileira, a formação do operariado e, principalmente, a organização política da classe trabalhadora, o que levou ao acirramento da luta de classes.

Por isso, era preciso a reconfiguração das ideologias. A partir daquele momento, valorizar não somente os valores nacionais, suas representações naturais, étnicas e morais, mas, também, valorizar o papel do Estado como unificador nacional e do “povo” acima das diferenças de classes²⁰³.

tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar.”

²⁰² “De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o império e o início da república (1889).” (CHAUI, 2013, pág.170)

²⁰³ “Em outras palavras, o verde-amarelo, sob a ideologia da ‘questão nacional’, precisou incorporar a luta de classes em seu ideário, mas o fez de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, pudesse imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, o que foi feito não só pela legislação trabalhista (inspirada pelo corporativismo fascista) e pela figura governante como ‘Pai dos pobres’, mas também por participação do ‘caráter nacional’ isto é, como membro da família brasileira, generosa, fraterna,

Mas o verde-amarelismo também enfrentou adversários. Nos anos de 1950, por exemplo, enfrentou uma nova ideologia, o desenvolvimentismo. Opondo-se ao atraso social provocado pelo poder do latifúndio, pela burguesia mercantil e pela ignorância das massas populares, o desenvolvimentismo propunha a identidade nacional assentada em um projeto nacional no qual todos tomariam parte, independentemente de sua localização de classe. Ou seja, uma identidade nacional que paira acima da luta de classes - de conciliação, portanto -, e que levaria o país para uma nova ordem sem o rompimento da ordem vigente. Nesse ambiente, se daria o desenvolvimento industrial do Brasil, que entraria, triunfantemente e finalmente, na modernidade, ocupando seu devido e merecido lugar nas primeiras fileiras do arranjo internacional das grandes nações.

Sob tal ataque, o verde-amarelismo ganhou novos significados, agora negativos. No primeiro deles, passou a representar o nacionalismo popular, de massa, ingênuo e espontâneo. Na segunda acepção, representava a visão das elites retrógradas, como os latifundiários.

Foi a ditadura civil-militar que operou a recuperação ideológica do verde-amarelismo, associado agora a uma ideia de um Brasil Grande, imponente, capaz de auto-construir-se graças à unidade nacional em torno da ordem e da disciplina propiciada pelos militares. Uma ideologia que legitimava a ideia de que o desenvolvimento do Brasil era, antes de tudo, uma guerra disputada em duas ou três frentes distintas: era preciso vencer a todo custo e rapidamente o atraso, vencer a falta de integração territorial e, sobretudo, vencer os “inimigos do Brasil”. O verde-amarelismo dos militares foi embalado pelos versos “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo. Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil. Eu te amo, meu Brasil, eu te amo. Ninguém segura a juventude do Brasil”, cantados pelos jovens cabeludos d’Os Incríveis. E animou a comemoração popular quando Pelé, Gerson, Jairzinho e Carlos Alberto Torres, numa bomba, definiram a vitória brasileira contra a Itália, na final da Copa do Mundo de 1970, no México.

Não foram poucas as ocasiões em que se acreditou que o verde-amarelismo estivesse superado. Momentos em que se acreditou que o salto para a modernidade foi, finalmente, dado. Se a sua superação está, verdadeiramente conectada à superação da condição periférica do país no arranjo internacional, como crê Chauí, a sua resiliência explica-se porque, de fato, nunca deixamos essa localização, a despeito de ilusões e utopias vividas. O pleno

honesto, ordeira e pacífica. O verde-amarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado” (176)

desenvolvimento do país nunca esteve na ordem do dia; mesmo que governos diferentes tenham anotado em seus discursos e programas, o fato é que às elites nacionais não interessa uma outra condição que não seja as bordas do concerto de nações.

Um ponto da reflexão de Chauí que merece ser evidenciado é a “dualidade ambígua” (179) com o verde-amarelismo opera. De um lado, fala de um Brasil que é algo dado, seja a Natureza seja um dom divino. Mas por outro lado, a nação é algo inacabado, e que, portanto, conclama à sua realização. Assim, há um sujeito responsável por essa realização, um sujeito que é triplo: ao mesmo tempo ele é Deus, é a Natureza e é o Estado. Isso coloca a realização da nação em um duplo plano: é, ao mesmo, mítico e político. Ao fim e ao cabo, o Estado deixa de ser uma construção histórica e torna-se, ele também, um ente mítico, superior, intocável²⁰⁴.

1.2.3. Síntese em outras cores

Um ponto importante no texto de Chauí é a relação entre a não realização da modernidade brasileira e o verde-amarelismo. Parece comprovar, ao menos empiricamente, essa premissa a relação entre o grande projeto desindustrializante iniciado com a deposição da presidente Dilma Rousseff, passando pelo projeto implementado pelo governo Michel Temer - pomposamente batizado de “Ponte Para o Futuro” -, e o aumento contínuo de verde amarelistas pelas ruas. Consequentemente, o verde-amarelismo parece representar uma legitimação ideológica e um mobilizador popular atuantes contra projetos, mobilizações, políticas que visem, ainda, a realização de um projeto modernizador. Se há, como aponta Florestan Fernandes, uma contra-revolução permanente, o verde-amarelismo parece ser seu instrumento ideológico furtivamente acionado quando necessário.

Não há dúvida que a emergência do bolsonarismo promoveu mais uma atualização do verde-amarelismo, cujo principal mérito é ter conseguido torná-lo, pela primeira vez, algo popular e direto. Anteriormente, o verde-amarelismo foi uma elaboração de poucos

²⁰⁴ “De fato, é curiosa a permanência dessa figura do Estado (como sujeito que antecede a nação e a constitui) no momento em que se encerra o período colonial e a época imperial luso-brasileira. Com efeito, no período colonial, como lembra Raymundo Faoro, a realidade é criada pela lei e pelo regulamento, isto é, ‘desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem [...] recebe a forma do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole’. Se, para uma colônia, o Estado é anterior e exterior à sociedade, não pode ser esta a situação de uma República independente. Em outras palavras, seria de esperar que, com a República, a interioridade do Estado à nação se tornasse evidente, pois teria sido a nação o sujeito que proclamou a República e instituiu o Estado brasileiro. Paradoxalmente, porém, a imagem do lugar do Estado não se alterou.”

intelectuais, circulando em grupos restritos que se encontravam em palestras e saraus. Havia, claro, publicações em jornais e em livros, mas ainda assim, não se tornou algo verdadeiramente popular. O Estado Novo conferiu alguns grau de massificação do verde-amarelismo, graças ao investimento de Estado na propaganda; assim também fez a ditadura empresarial-militar.

Mas foi com o bolsonarismo que o verde-amarelismo ganhou as ruas em grandes manifestações que, de maneira quase espontânea, tomou essas cores para si. Para sermos de todo sinceros, o uso das camisetas verdes e amarelas iniciou-se com as manifestações pela deposição da presidente Dilma, mas foi com Bolsonaro que as cores ganharam status de uniforme de um exército ideológico popular.

Todavia, contrariando as experiências anteriores, o verde-amarelismo bolsonarista não tem pretensões intelectuais, como foi com os modernistas, nem se preocupa em associar-se a artistas e esportistas, ou com ações de propaganda criativas e elaboradas. Trata-se de um verde-amarelismo tosco, brutal, sem elaborações nem formulações. Não é a representação de um povo pacífico, mas de um exército em prontidão.

Se o bolsonarismo despojou o verde-amarelismo de qualquer pretensão teoricista, lhe deu, pela primeira vez, a oportunidade de instituir-se como força popular disposta ao combate. Não por outro motivo, nas eleições presidenciais de 2022, os eleitores bolsonaristas envergam suas camisetas verdes e amarelas como um uniforme, usando-as para afrontar seus adversários e marcar terreno na disputa simbólica pelos espaços públicos. E mesmo derrotado o candidato à reeleição, seu público continua usando as mesmas camisetas, como soldados que, mesmo derrotados, não deixam de desfilar garbosamente com seus uniformes esperando pelos próximos combates.

2. As redes sociais

Se considerarmos o Instagram, Facebook e Twitter, principais redes sociais da atualidade, Bolsonaro conta atualmente com 25,2 milhões, 15 milhões e 11,1 milhões de seguidores, respectivamente, sem considerar que as mesmas pessoas que o seguem em uma delas podem segui-lo nas demais. Ainda assim, levando em conta apenas seus seguidores no Instagram, teremos um universo em torno de 10% da população brasileira. Para efeitos comparativos, o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, conta com 12,9 milhões de seguidores no Instagram, 5,5 milhões no Facebook e 7,4 milhões no Twitter.

No Youtube, plataforma onde realizou suas famosas *lives*, o canal de Bolsonaro tem 6,5 milhões de inscritos (o canal de Lula, para comparação, tem menos de 1 milhão e 300 mil inscritos) e conta já com mais de 323 milhões e 600 mil visualizações. O canal foi criado em 30 de junho de 2009, e nele encontram-se, atualmente, mais de 3 mil e 600 vídeos²⁰⁵.

Entretanto, o principal meio de disseminação das consignas bolsonaristas foi o WhatsApp. É importante considerar que, no Brasil o Instagram, Facebook e Twitter, ainda, não têm o mesmo alcance de público que o WhatsApp. O *mensageiro* que pertence à *big tech* Meta, mesma proprietária da marca Facebook, tem números mais que expressivos no Brasil. E o primeiro desses números não é exatamente de usuários do aplicativo, mas do número de portadores de aparelhos de telefonia móvel, necessário para o seu uso: pesquisa realizada em 2021²⁰⁶ atesta que 130 milhões de brasileiros possuem um aparelho tipo *smartphone*. Desses aparelhos, 99% contam com o aplicativo instalado e 93% dos usuários o acessam diariamente. Outro dado muito expressivo é o uso do aplicativo para realizar mensagens de voz: 78% de seus usuários fazem uso desse recurso, e desse grupo, 46% realizam chamadas de voz diariamente ou quase diariamente, e 30%, algumas vezes por semana. Por fim, 65% afirmam que realizam mais ligações pelo WhatsApp do que pelos planos de minutos oferecidos pelas operadoras. Essa massa de pessoas que utilizam esse recurso representa 50% da totalidade dos usuários do WhatsApp. Recentemente, pesquisas preliminares publicadas pelo portal **Resultados Digitais** já dão conta do aumento do número de usuários de WhatsApp para 169 milhões de brasileiros²⁰⁷.

São quase 70% da população brasileira usando o aplicativo, seja para o envio de mensagens de texto, de voz ou para realizar chamadas. No período anterior aos resultados eleitorais de 2018 o uso do WhatsApp era muito mais flexível²⁰⁸, permitindo a criação de

²⁰⁵ As redes sociais citadas foram consultadas em 18 de março de 2013.

²⁰⁶ Trata-se da pesquisa **Panorama Mobile Time/Opinion Box – “O brasileiro e seu smartphone”**. Em sua apresentação, ela especifica: “...é uma pesquisa independente realizada por uma parceria entre o site de notícias Mobile Time e a empresa de soluções em pesquisas Opinion Box. O questionário foi elaborado por Mobile Time e aplicado on-line por Opinion Box entre 13 e 22 de junho de 2022 com 2.104 brasileiros que acessam a Internet, respeitando as proporções de gênero, idade, faixa de renda e distribuição geográfica desse grupo. A margem de erro é de 2,1 pontos percentuais. O grau de confiança é de 95%.”. Disponível em: <www.panoramamobiletime.com.br>

²⁰⁷ VOLPATO, Bruno. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais**. Resultados Digitais. 16 de março de 2023. Disponível em: <[²⁰⁸ Conforme documento assinado por Chris Daniels, então alto executivo da empresa WhatsApp, e publicado pela Folha de São Paulo, em 17 de outubro de 2018, intitulado **Como o WhatsApp combate a desinformação**](https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=WhatsApp,-O%20WhatsApp%20%C3%A9&text=Pela%20base%20de%20c%3%A1culos%20usadas,a%20169%20milh%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios.></p></div><div data-bbox=)

grandes grupos e a possibilidade de compartilhamentos em massa em todos eles com poucos cliques. Por isso, da noite para o dia surgiram empresas capazes de promover troca de mensagens em escala industrial, inundando os celulares das pessoas com mensagens, vídeos, áudios e memes em pouco tempo, o que provocou a preocupação das autoridades brasileiras.

O WhatsApp é um instrumento importante para a maioria dos brasileiros. Por conta da nossa condição subalterna do país no arranjo internacional do capitalismo, acabamos por nos tornar uma sociedade marcada por fortes ondas migratórias internas, sobretudo nas décadas da segunda metade do século 20. Esses movimentos faziam com que famílias e amigos se separassem e ficassem com fortes dificuldades de se comunicar entre si. Mas a partir do advento da internet, essas dificuldades ficaram cada vez menos duras, e finalmente, com o WhatsApp, a comunicação alcançou um grau de acessibilidade técnica e econômica nunca visto até então.

Mas esse instrumento também permite que grupos políticos e empresariais passassem a ter acesso direto com cada pessoa, sem filtro ou mediação alguma. Numa sociedade de baixa escolarização, sem qualquer vivência ativa de participação democrática, isolada em pequenas cidades e em áreas rurais, o WhatsApp se torna uma ponte direta e curta para corações e mentes da população brasileira. E é importante destacar que a aparente falta de filtros é determinante para entender o grau de influência que o aplicativo de mensagens pode ter. Relembrando o que já citamos acerca do pensamento de Marshall McLuhan, as comunicações frias - aquelas em que se cria a sensação de que os receptores podem participar na elaboração da comunicação -, acabam formando um ambiente emocional mais propício à captura do público.

Mais ainda, não falamos de um meio de comunicação que exige estar a postos em horário e local específicos, e, ainda próximo de algum equipamento que precisa estar acomodado em um lugar onde possa captar alguma forma de onda e ser alimentado com energia elétrica, como era com o rádio, com a TV e o cinema. Também não exige nenhum grau de abstração e reflexão, como é com a leitura de jornais, livros ou revistas. O WhatsApp é um meio de comunicação que se carrega no bolso, para todos os cantos, pelo qual se pode

no Brasil, aponta-se as preocupações da empresa para reduzir os riscos de factóides políticas e compartilhamentos em massa, tais como a realizados dos primeiros testes de redução do número de possibilidade de postagens: *“Para manter essa característica pessoal e privada do WhatsApp, nós começamos a testar neste ano um limite do número de vezes que uma pessoa pode encaminhar um conteúdo para 20 conversas. Antes, as pessoas podiam encaminhar uma mensagem para 256 conversas. Esse teste foi baseado na ideia de manter o WhatsApp como um ambiente para conversas privadas.”* Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/10/como-o-whatsapp-combate-a-desinformacao-no-brasil.shtml>

mandar mensagens escritas, de áudio, fotos ou fazer uma ligação a qualquer momento. E, sobretudo, as mensagens chegam por meio de contatos pessoais ou grupos de parentes, amigos, colegas de trabalho ou assuntos de interesses, ou seja, chegam legitimadas por algum grau de confiança. Tomamos contato com tais informações por meio desses contatos pessoais, e pouco nos preocupamos como essas mensagens chegaram a eles, ou aos contatos que enviaram para ele. A alienação em relação à cadeia comunicacional que está além dos nossos contatos primários é de tal monta que coloca longe dos olhos qualquer possibilidade de filtragem das informações.

O uso empresarial e político de um meio tão poderoso em termos de imediatidade e influência como o WhatsApp em muito supera qualquer coisa que já foi pensado em termos de propaganda e agitação feitas no passado pelos fascismos do passado.

Mas o problema principal é que as redes sociais e os *mensageiros* não foram criados para facilitar a vida das pessoas, mas para torná-las, de alguma forma, um ativo comercial. No conjunto, esses aplicativos tem como objetivo aprisionar a atenção do público, ampliando o tempo de uso contínuo e garantindo, assim, os lucros das empresas proprietárias. Esse fenômeno tem levantado fortes críticas ao redor do mundo, das quais se destacam dois principais temas: o primeiro o controle de informações de cada usuário por parte das empresas, o segundo, o decaimento do padrão de comportamento social. No final, as críticas centram-se nos problemas sociais e políticos que a massificação das redes sociais têm acarretado.

Não é possível deixar de pensar em tais questões quando nos lembramos da eleição de Bolsonaro, em 2018, sua quase reeleição, em 2022, e, ainda, no sucesso eleitoral bolsonarista para as duas casas do Congresso Nacional. Desde sua primeira eleição, a campanha do ex-presidente está envolvida em usos indevidos de recursos para envios em massa e factóides políticas (*fake news*), e ainda que não seja a única campanha a fazer isso desses dispositivos, é a que melhor os compreendeu e os utilizou. A matéria escrita por Patrícia Campos Mello²⁰⁹ e veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, em 08 de outubro de 2019, informa a respeito e publica o primeiro reconhecimento público da empresa WhatsApp sobre o uso de envio maciço de mensagens. Na matéria, Ben Supple, executivo da empresa, fala sobre como o apelo emocional é manipulado para capturar o público-eleitor: “Vemos esses grupos como

²⁰⁹ MELLO, Patrícia Campos. **WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018**. Folha de São Paulo. 08 de novembro de 2018. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>

tabloides sensacionalistas, onde as pessoas querem espalhar uma mensagem para uma plateia e normalmente divulgam conteúdo mais polêmico e problemático”. E a matéria continua

Supple reconheceu a influência do aplicativo em processos eleitorais. “Sabemos que eleições podem ser vencidas ou perdidas no WhatsApp”, disse. E afirmou que o WhatsApp despachou equipes para acompanhar as eleições de Índia, Indonésia e Parlamento Europeu no primeiro semestre. (MELLO, 2019)

A fala do executivo ocorreu durante um evento latinoamericano de jornalismo e direitos humanos, o Festival Gabo. No mesmo período, no âmbito da comissão parlamentar mista de inquérito do Congresso nacional que investigava factóides políticas no processo eleitoral, a empresa WhatsApp respondeu a solicitações por meio de um ofício²¹⁰ no qual escreveu

Juntando tudo isso, nós banimos cerca de 2 milhões de contas por mês em todo o mundo. Durante o período especificado em sua carta (15 de agosto de 2018 a 28 de outubro de 2018), nós banimos mais de 400.000 contas do Brasil por violação aos nossos Termos de Serviço. Como o WhatsApp é uma plataforma criptografada, nossas decisões contra atividades automatizadas e de envio de mensagens em massa são baseadas no comportamento das contas ao invés do conteúdo de mensagens. (PODER 360, 2019)

Ou seja, a empresa reconheceu comportamentos suspeitos de centenas de milhares de contas durante o processo eleitoral brasileiro, e as banuiu, depois disso. Todavia, devemos destacar que a empresa não faz varreduras sobre conteúdos veiculados pelas contas, mas sobre a maneira como se comportam: se enviam mensagens maciçamente e fazem compartilhamentos em larga escala, se o fazem depois de muito tempo inativa etc.

Assim, partiremos para uma dupla exposição. A primeira, abarcará os construtos culturais que nos parecem contribuir com a formação do bolsonarismo. A segunda, apresentará os mecanismos de disseminação de tais construtos, tanto aqueles que foram acionados antes das eleições quanto aqueles que foram elaborados a partir de governo instituído.

²¹⁰ Disponível em: WhatsApp. “Re: Request 206/2019-CPMI FAKE NEWS.” . - *YouTube*, 20 May 2020, <https://static.poder360.com.br/2019/11/DocumentoRecebidoCPMIFakeNews21Carta18112019103506383RECIBOCOD2800.pdf>. Accessed 2 July 2023.

3. A conquista da Educação

A promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, marcou um momento de vitória e expectativas, mas também de decepções e fracassos futuros. Arquitetada sob os escombros de um regime militar brutal, ela traz na sua composição as contradições que marcaram a composição dos deputados constituintes que a elaboraram. O parlamento, dividido entre liberais-conservadores e sociais-democratas (contando com as oscilações entre o centro e os extremos desse espectro político), se esforçaram por formar em seus capítulos, artigos, parágrafos e alíneas uma Carta que desse conta de atender os interesses do capital quanto do trabalho. Isso em um país ainda alocado nas franjas do arranjo das nações.

O tempo tem demonstrado que essa conciliação não é factível e a severidade com que ativistas e militantes pelo direito à terra e à moradia são perseguidos e, não incomumente, assassinados, é a prova de fato disso. Apesar do quanto o espírito das leis a respeito são consideradas avançadas, a realidade é que há nelas um campo nebuloso por onde grandes proprietários e especuladores se aproveitam das terras e dos imóveis vazios para manter seus interesses e intentos. As questões das terras e dos imóveis podem ser algumas das mais ruidosas, mas estão longe de serem as únicas: no Brasil, toda sorte de direitos são costumeiramente desrespeitados, seja pelos setores privados, seja pelos entes públicos. Boa parte desse desrespeito não acontece à margem da lei, mas são frutos das insuficiências e das contradições da Constituição Federal e sua tentativa de conciliar duas visões de mundo que não navegam nas mesmas águas.

A Educação brasileira é um dos campos mais disputados, e se não consegue provocar tanto barulho como a disputa pela terra e pela moradia, suas consequências para a população não são de menor monta. O fato é que a preocupação com a Educação, sobretudo por parte das autoridades, é um fenômeno recente na história do país. Ou melhor, dizendo, a Educação como uma obrigação de Estado e um direito popular. Desde a colônia até as reformas pombalinas os jesuítas tinham o monopólio da educação no país, e depois delas, os princípios impostos por aquela ordem religiosa continuou a exercer sobre ela forte influência, situação que só mudou quando da chegada da corte portuguesa, em 1808. Mas, ainda assim, mesmo sendo a Educação de qualidade e popular discurso corrente nos palanques políticos, ela continua submetida ao arranjo dos interesses das classes e das facções dominantes. Daí a frase de Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”, continua válida e explicando sinteticamente a realidade nacional. A Educação é um dos mais

importantes aparelhos ideológicos de Estado, por isso, o seu controle é determinante para a manutenção da ordem.

O bolsonarismo demonstrou, desde sua primeira hora, a compreensão do papel da Educação para o controle do Estado. Por isso, uma das suas principais operações foi o controle de conteúdos, em parte, limitando ao máximo o que considera ser de perfil progressista e, em outra parte, impondo novos princípios e conteúdos.

3.1 - Escola sem partido

Por “Escola Sem Partido” podemos entender um duplo movimento, primeiramente, trata-se de trazer para o debate o argumento segundo a qual o sistema de ensino seria tomado por professores de esquerda que se aproveitariam de sua posição de poder e referência frente o alunado para, de forma insidiosa, impor-lhes uma visão de mundo unitária, monolítica, toda ela de esquerda, centrada na teoria marxista. Em sua versão mais sectária, esses educadores não agem de forma individual, mas organizadamente e seguindo um programa de atuação política pensado e organizado pelo teórico marxista Antonio Gramsci. Para isso, foram criados potentes organizações civis, com capacidade de mobilizar importantes setores da sociedade e, mais importante e sensível, sensibilizar pais e alunos que passaram a se sentir ameaçados por professores doutrinadores e, em reação, começaram a se armar e escudar com seus celulares e câmeras filmando e denunciado como “doutrinação marxista” qualquer tema abordado ou assunto tratado em sala de aula que assim entendiam ser. Para isso, destacaram-se, por exemplo, a organização do movimento Escola Sem Partido, e da atuação da empresa produtora de audiovisual Brasil Paralelo, sem desconsiderar as diversas ações promovidas localmente por comitês de ativistas e militantes do projeto “escola sem partido”, além de think tanks como Movimento Brasil Livre (MBL), gabinetes de deputados federais e estaduais e de vereadores vinculados a partidos e lideranças liberais-conservadores.

Colocado esse debate publicamente, passasse ao segundo movimento, que é a implementação de uma lei que regulamente o trabalho de cada professor em sala de aula, limitando e pautando sua abordagem de temas referentes à luta de classes, organização das classes trabalhadoras, teorias como a marxista etc. Esse segundo movimento tem como principal instrumento o projeto de lei (PL) 867, de 2015²¹¹, que recebeu o nome de “Escola

²¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 867/2015 — Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1050668>. Accessed 2 July 2023.

Sem Partido”, de autoria do então deputado, e hoje senador, Izauci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Quem se dispõe a ver a genealogia do projeto de lei do deputado Izauci Lucas, percebe que ele é mais um apensado ao PL 7180, de 2014, de autoria do então deputado pela Bahia o pastor da igreja Assembleia de Deus Erivelton Santana, na ocasião filiado ao Partido Social-Cristão (PSC). O PL do pastor Santana, por sua vez, propunha a inclusão do de um 13º Inciso à Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). O teor do inciso proposto era

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

A "árvore de apensados"²¹² do PL 7180/2014 é constituído, até o momento, de 24 projetos de lei, além de diversos pareceres, substitutivos, emendas aos substitutivos e requerimentos diversos.

A partir de sua apresentação, diversos outros PLs foram a ele apensados, formando uma verdadeira disputa entre parlamentares progressistas e conservadores, como o PL 502 de 2019, de autoria da deputada federal Talíria Petrone²¹³, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que propõe o programa “Escola Sem Mordaca”, frontalmente contrária ao “Escola Sem Partido”, de Kicis, e o PL 1859, de 2015²¹⁴, de autoria do deputado Alan Rick, do Republicanos do Acre, que propunha o acréscimo do seguinte parágrafo único ao 3º artigo da LDB²¹⁵

²¹² <CÂMARA DOS DEPUTADOS. “apensados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/606722/arvore-de-apensados>. Accessed 2 July 2023.>

²¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 502/2019 — Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2191271>. Accessed 2 July 2023.

²¹⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 1859/2015 — Portal da Câmara dos Deputados - Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1302894>. Accessed 2 July 2023.

²¹⁵ A respeito do debate ocorrido entre parlamentares defensores e opositores do PL “Escola Sem Partido”, sugerimos visitar o sítio eletrônico: <CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Escola sem Partido x Escola sem Mordaca: deputadas defendem projetos sobre os temas - Notícias.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/noticias/551792-ESCOLA-SEM-PARTIDO-X-ESCOLA-SEM-MORDACA:-DEPUTADAS-DEFENDEM-PROJETOS-SOBRE-OS-TEMAS>. Accessed 2 July 2023.

>

Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’

Um dos importantes apensados ao processo foi o substitutivo²¹⁶ apresentado pelo deputado Flavinho, do Partido Social Cristão (PSC), que tornava ainda mais duras as propostas inicialmente apresentadas. Esse processo se encerrou no final de 2018, com o projeto Escola Sem Partido sendo arquivado, por falta de consenso entre os deputados que formavam a comissão parlamentar que o analisavam²¹⁷, bem como pela forte mobilização de ativistas e entidades de defesa da educação²¹⁸, empurrando para o ano seguinte qualquer iniciativa de reiniciá-lo²¹⁹.

No entanto, a legislatura que se iniciou em 2019 ainda mais conservadora que a eleita em 2018²²⁰ e, como tal, apoiadora do projeto “Escola Sem Partido” que voltou a tramitar por iniciativa da deputada federal Bia Kicis²²¹, do Partido Liberal (PL). Apesar da simplicidade do texto do PL, constituído de apenas doze artigos, ele é inteligentemente elaborado, abrangendo a atuação do professor, que passaria a ser restrita por limites tão mal definidos que dá condições para que instâncias administrativas e jurídicas possam julgá-los como bem lhes convier de acordo com seus interesses e condições; além disso, garante ao alunado o direito de gravar as aulas sem terem que fazer qualquer consulta prévia ao professor em sala ou à coordenação escolar. Por fim, o projeto ainda implica diretamente o Ministério Público, ao determinar, em seu décimo primeiro artigo, que: “*O Poder Público contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato parágrafo único: As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos*

²¹⁶ < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1050668> >

²¹⁷ BASILIO, Ana Luiza. “Escola sem Partido é arquivado e tramitação fica para o ano que vem – CartaCapital.” *Carta Capital*, 11 December 2018, <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-e-arquivado-e-tramitacao-fica-para-o-ano-que-ve-m/>. Accessed 2 July 2023.

²¹⁸ < BASILIO, Ana Luiza. “Quais são as estratégias para retardar a votação do Escola sem Partido?” *Carta Capital*, <http://www.cartacapital.com.br/educacao/quais-sao-as-estrategias-para-retardar-a-votacao-do-escola-sem-partido/>. Accessed 2 July 2023.

²¹⁹ < BASILIO, Ana Luiza. “Escola sem Partido é arquivado e tramitação fica para o ano que vem – CartaCapital.” *Carta Capital*, 11 December 2018, <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-e-arquivado-e-tramitacao-fica-para-o-ano-que-ve-m/>. Accessed 2 July 2023.

²²⁰ Ver nota 84.

²²¹ O projeto de lei de autoria de Bia Kicis pode ser conferido em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037 >

direitos da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade.”, ou seja, qualquer reclamação apresentada por qualquer responsável ou aluno não passará por mediações internas da escola, como direção ou coordenação ou mesmo associação de pais e responsáveis, mas são diretamente encaminhadas para a instrução jurídica, o que tem o efeito de aumentar a insegurança e o receio por parte dos professores.

A deputada Bia Kicis aproveitou esse acúmulo de PLs para reiniciar a tramitação do projeto de lei, fruto da intensa organização e mobilização realizada em torno de seu tema. Assim, percebe-se que houve, por um lado, o aproveitamento do debate feito tanto no seio da sociedade civil quanto no parlamento, bem como o aproveitamento do momento político, em que as pautas conservadoras encontram amplo eco junto à população.

Mesmo que o primeiro “Escola Sem Partido” tenha sido arquivado em 2018, e o novo, de Bia Kicis, ainda esteja em tramitação, o fato é que os princípios que o constituem tomaram o país gerando PLs em assembleias estaduais e câmaras municipais. Geralmente, esses PLs não passavam de cópias do PL de Kicis, e as diferenças que apresentavam com ele eram muito mais ajustes que alterações. Essas eram poucas e visavam, comumente, deixá-las até mais radicais que seu modelo original. Em Osasco, por exemplo, o então vereador Tinha Di Ferreira²²², foi o responsável por apresentar uma versão do “Escola Sem Partido” na cidade. E como ocorreu em diversas cidades do Brasil, a mobilização de sindicatos, entidades, ativistas, partidos e esquerda e outras agremiações realizaram diversas mobilizações visando impedir a tramitação ou forçar votações majoritariamente contrárias aos PLs²²³.

Ao fazer publicar no Diário Oficial o decreto 10.004, de 05 de setembro de 2019, Bolsonaro não criava a relação entre o Ensino e a caserna, essa já existia no Brasil desde pelo menos, as primeiras décadas após a Guerra do Paraguai, mas certamente ele dava um novo e mais forte fôlego a essa relação, a ponto de transformar um movimento que era defensivo em outro, agora ofensivo.

²²² < Visão Oeste. “Vereador apresenta projeto Escola Sem Partido na Câmara de Osasco.” *Visão Oeste*, 1 dezembro 2018, <https://www.visaooeste.com.br/vereador-apresenta-projeto-escola-sem-partido-na-camara-de-osasco/>. Accessed 2 July 2023.>

²²³MARCELINO, Paulo. “.Projeto de lei que cria o Escola sem Partido em Osasco sofre resistência.” *Portal Região Oeste*, 20 May 2020, <http://portalregiaoeste.com.br/projeto-de-lei-que-cria-o-escola-sem-partido-em-osasco-sofre-resistencia/>. Accessed 2 July 2023.

3.2 Militarização das escolas

3.2.1. Escolas militares, uma antiga tradição

Um dos legados deixados pela Guerra do Paraguai foi um número significativo de órfãos: crianças e jovens filhos de soldados, boa parte deles já teriam dificuldades na vida se os pais estivessem vivos. A ausência deles agravou essa situação. Um dos meios encontrados pelo Estado brasileiro para atender as famílias nessa situação foi criar o Colégio Militar do Rio de Janeiro para abrigar esses “filhos da guerra”. Foi assim que surgiu a primeira escola sob tutela dos militares no Brasil²²⁴. Depois dela, a partir de 1912, novas escolas foram fundadas, “até a consolidação de uma rede de escolas militares federais de educação básica, como conhecemos atualmente” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 5).

Segundo os pesquisadores Eduardo Junio Ferreira Santos e Miriam Fábria Alves (2022), até o ano de 2019 a rede de escolas militares federais era formada por 15 unidades, distribuídas em diversas capitais do país, e estão subordinadas à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (Depa), subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (Decex). Essa rede tem por principal objetivo atender filhos e dependentes de oficiais das três Armas, sendo abertas ao público civil apenas quando houver vagas remanescentes, cedidas mediante processos seletivos.

O órgão responsável por essa rede escolar afirma ter por missão garantir o mesmo nível de ensino em todas as unidades. Isso porque, dada a sempre presente possibilidade de transferência de uma região para outra do país a que estão submetidos, assegura-se a qualidade e o mesmo programa de ensino para os seus filhos e dependentes.

Além dessa rede, fora da esfera da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, há a Fundação Osório, fundada em 1921, originalmente voltada ao atendimento do público feminino, órfãs e filhas de militares.

Além de seu caráter de assistência, essas escolas se destacam, desde quando fundadas, por defenderem e cultivarem o que chamam de “valores militares” e, conseqüentemente, pela preocupação de manter distância da forma como as instituições civis encaram o ensino.

²²⁴ “Consideramos o ano de 1889 como um marco temporal importante do ingresso institucionalizado dos militares na educação básica, pois foi o ano em que se fundou, na então capital federal, o Colégio Militar do Rio de Janeiro (nomeado, por alguns meses, de Imperial Colégio Militar), destinado inicialmente ao atendimento de filhos e dependentes de militares vitimados pela Guerra do Paraguai – no início apenas alunos do sexo masculino eram aceitos” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 5)

Com essas mesmas preocupações, as forças policiais militares passaram a reivindicar, entre os anos de 1940 e 1950, a constituição de escolas semelhantes àquelas mantendo, assim, seus “membros e familiares livres das influências do mundo civil, buscando, a exemplo do caminho seguido pelas Forças Armadas, manter uma formação hermética dos potenciais futuros membros dessas tropas” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 6)²²⁵. A partir do final dos anos de 1990, foi a vez dos bombeiros militares reivindicarem e implementarem escolar de ensino básico nos moldes dos demais militares.

Todas essas escolas são consideradas, ainda pelos pesquisadores Eduardo Junio Ferreira Santos e Miriam Fábria Alves (2022), essas são **escolas militares** de educação básica, que “são aquelas criadas no interior do organograma de suas respectivas corporações militares, utilizando-se, em geral, de verbas destinadas à defesa (no caso das escolas militares federais) ou à segurança pública (no caso das escolas militares estaduais)” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 5).

3.2.2. Escolas militarizadas

Em 1986, ocorreu em Cuiabá, em Mato Grosso, a primeira experiência de militarização de uma escola pública. Ou seja, os recursos para sua implementação eram oriundos da pasta da Educação, e não da segurança pública, e suas vagas não eram reservadas aos familiares de militares, mas à comunidade em geral. Além disso, sua base pedagógica estava submetida ao “regime militar”²²⁶. A conversão de escolas públicas em escolas “militarizadas” continuou ocorrendo ao longo da década de 1990.

Mas a militarização de escolas públicas nesse modelo era fruto de ações políticas de ocasião e submetidas às legislações locais (no que diz respeito ao papel de estados e municípios na Educação, segundo a Constituição Federal), o que fazia com que houvesse

²²⁵ “Concernente a essas características, constatamos nos documentos levantados o anseio de corporações de polícias militares em construir escolas de educação básica que incentivassem ou mesmo preparassem os filhos e dependentes de policiais militares a seguirem a mesma carreira de seus progenitores. Por isso, compreendemos que a instituição de escolas militares de educação básica, construídas, mantidas e financiadas pelas corporações, além de atenderem a reivindicações assistenciais de seus membros, também atendem a uma compreensão dessas tropas de que é necessário manter seus membros e familiares livres das influências do mundo civil, buscando, a exemplo do caminho seguido pelas Forças Armadas, manter uma formação hermética dos potenciais futuros membros dessas tropas.” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 6)

²²⁶ “Entendemos a transformação dessa escola estadual – que atendia a alunados do público em geral, construída com recursos da educação, situada no organograma da secretaria de educação do estado – em uma escola da “polícia militar”, submetida a um “regime militar”, como uma política divergente da política de construção ou de criação de escolas militares. Ao cruzar os dados levantados nesta pesquisa, podemos afirmar também que o processo vivido por essa escola em Cuiabá constitui a primeira militarização de uma escola pública que logramos registrar.” (SANTOS, Eduardo J.F; ALVES, Miriam F., 2022, pág 9)

diferentes dinâmicas e desenvolvimentos em cada uma delas²²⁷. A partir de 2019, primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, inicia-se o processo de reformulação do ensino cívico-militar no Brasil, cujos objetivos primeiros foram incentivar a militarização de escolas e criar maior uniformidade entre elas. O primeiro passo foi o decreto 9.665, de 02 de janeiro de 2019, que criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM), posteriormente alçada para a condição de Diretoria (DECIM), pelo decreto 10.195, de 30 de dezembro de 2019, cujo objetivo está inscrito seu 15º artigo

Art. 15. À Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares compete:

I - formular; coordenar; monitorar e avaliar a implementação de políticas, programas e ações para escolas cívico-militares...

No âmbito dessa estrutura burocrática foi assinado, pelo presidente Jair Bolsonaro, o Decreto 10.004 que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e que, de fato, inaugurou a militarização das escolas como uma preocupação do Estado brasileiro. A institucionalização do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares configura uma forte inflexão, visto que a militarização de escolas, que eram até então ações isoladas de prefeitos e governadores, tornou-se um destacado programa de Estado, unificado e centralizado e com metas de desenvolvimento e ampliação. Em seus artigos e parágrafos expressa-se esses objetivos

Art. 3º São princípios do Pecim... VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares...

Art. 4º São objetivos do Pecim... VII - colaborar para a formação humana e cívica do cidadão...

Art. 5º São diretrizes do Pecim... II - utilização de modelo para as Ecim baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; III - implementação do modelo das Ecim de forma gradual, nas modalidades fomento e fortalecimento, nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal...XI - emprego de oficiais e praças das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa...

²²⁷ “Os modelos de escola cívico-militar existentes à época, não possuíam padronização ou fomento, se tratava normalmente de modelos regionais e específicos em sua maioria criados sem legislação própria.” (2022, pág. 50)

Art. 11º. O modelo de Ecim é o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. § 1º A gestão na área educacional será alcançada por meio de ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao desenvolvimento pleno do aluno e ao seu preparo para o exercício da cidadania...

Se as tradicionais escolas militares tinham como princípios resguardar e afastar parentes de militares do mundo civil, ou seja, uma postura defensiva, o decreto do governo Bolsonaro constituiu-se numa ofensiva, cujo objetivo foi disseminar e popularizar os valores militares defendidos por esse tipo de ensino. Gestores do DECIM, em publicação promovida escreveram a esse respeito

Dentre os profissionais que participam da gestão na área educacional, os militares exercem dois papéis importantes: o oficial de gestão educacional e os monitores. Os militares são os profissionais que contribuem com a formação dos jovens, incorporando os valores éticos de sua profissão de forma apropriada ao contexto educacional em uma proposta de educação integral. No eixo educacional concentra-se o principal esforço dos militares monitores: atividades cívicas, melhorias das taxas de abandono e evasão escolar, redução da violência escolar e melhoria da rotina escolar são ações desenvolvidas por eles. (2022, pág. 27)

Acreditamos que há três aspectos sobre essa política que nos ajuda a compreendê-la enquanto disseminadoras dos construtos culturais que animam o bolsonarismo, sendo eles: 1. o papel dos militares envolvidos com atividades de formação ideológica; 2. o território preferencial de militarização das escolas; 3. envolvimento da família e da comunidade no entorno da unidade escolar. É importante frisar que esses três aspectos não são estanques, pelo contrário, há sobreposições e conexões entre eles.

3.2.3. A atuação dos monitores-militares

As Diretrizes das Escolas Cívico-Militares do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, são explícitas acerca do papel dos monitores militares na formação ideológica os alunos das escolas militarizadas: “É recomendado que o desenvolvimento de valores e atitudes, bem como atividades cívicas e de cidadania, façam parte da matriz curricular das Ecim, com uma hora-aula semanal de cada turma, que serão conduzidas pelo

Corpo de Monitores e pelo Corpo Docente sob orientação da Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica)”. Tais valores defendidos foram definidos pelas diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. São eles

Art. 7º As Ecim baseiam-se nos seguintes valores: I – civismo: colocamos o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais; II – dedicação: acreditamos que, tanto no trabalho quanto nos estudos, precisamos empenhar o melhor dos nossos esforços; III – excelência: buscamos o mais alto nível de qualidade em tudo o que fazemos; VI – honestidade: pautamos as nossas relações pela verdade, integridade física e psicológica e correção de atitudes; e V – respeito: procuramos tratar os outros com deferência e atenção à sua dignidade e aos seus direitos, bem como respeitar as instituições, as autoridades e as normas estabelecidas.

Talvez em outro contexto políticos nenhum desses valores descritos suscitaria qualquer preocupação ou dúvida, mas acreditamos que sob um governo de extrema direita ganham relevos claros e preocupantes acerca do seu sentido.

3.2.4. O envolvimento da família e da comunidade do entorno

Artigo escrito por gestores do DECIM apresenta resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2020, na qual foram entrevistados os diretores das escolas militarizadas. Seus resultados demonstram um alto impacto positivo para a redução da violência escolar, redução de faltas e abandono escolar, melhoria da rotina escolar, entre outros pontos. Em que pese não ser uma pesquisa realizada por uma entidade externa, seus resultados são significativos para entender como o Programa atua no enquadramento disciplinar do ambiente escolar a partir de uma cultura militar²²⁸, e ao mesmo tempo, atendendo a demandas de preocupação das famílias da comunidade no entorno das escolas.

A participação das famílias consta entre as diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

²²⁸ “Na mesma pesquisa quantitativa já citada, em relação à gestão educacional, foi perguntado se a atuação do gestor educacional e dos monitores tem contribuído para redução da violência escolar. Dos entrevistados, 65,38% responderam afirmativamente e 19,23% responderam que a contribuição é parcial. Também foi perguntado sobre a contribuição dos militares na redução de faltas, abandono e evasão. Nesse caso, 85,71% responderam afirmativamente e 7,1% responderam que a contribuição foi parcial. Quanto à atuação dos militares na contribuição para a melhoria da rotina escolar (cumprimento de horário das aulas ou atividades remotas), com vistas a aumentar o tempo efetivo de ensino, 72,73% responderam afirmativamente e 9,09% responderam que a contribuição foi parcial. Em relação à contribuição dos militares para estimular a integração da comunidade escolar, 76,67% responderam afirmativamente e 16,67% responderam que a contribuição foi parcial. No que tange à contribuição dos militares para as atividades cívicas proporcionando aos alunos o sentimento de pertencimento, 65,52% responderam afirmativamente e 10,34% responderam que esta contribuição foi parcial.” (Ministério da Educação, 2022, pág. 27)

Art. 5º A finalidade das Ecim é promover uma educação básica de qualidade, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a formação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional. ...

IX – participação ativa da família na escola. (Ministério da Educação, 2021))

Essa participação deve ocorrer, inclusive, com o envolvimento dos familiares em atividades internas, como eventos culturais, palestras e ações recreativas, edificando um dos pilares do que foi chamado, por essa política, de “sensação de pertencimento ao ambiente escolar...”²²⁹. Fato é que o Programa visa estabelecer relações amplas com famílias e com a comunidade no entorno das escolas, inclusive no plano assistencial, como expressa os norteadores do Programa em seu artigo 80, onde se lê: “*As ações e os programas promovidos pela escola podem ser, inicialmente, direcionados para atender aos alunos mais carentes, às suas famílias e a outros membros da comunidade local.*”

Matéria publicada pela Agência Brasil, em 24 de novembro de 2021, e intitulada **Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022**, afirma que o governo federal anunciava a implementação de 216 escolas até o final de 2022, o que significaria alcançar antecipadamente as metas do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares²³⁰. Ainda segundo a mesma matéria, naquele momento havia 176 escolas participando do Programa, espalhadas em 26 estados do país e atendendo a mais de 83 mil famílias. Na ocasião, o Programa já contava, segundo informações prestadas pelo então ministro da Educação para a matéria, com uma lista de espera com mais de 300 cidades.

Em outra matéria, intitulada **Qual o resultado das escolas militarizadas do DF? Balanço depois de um ano**, publicada pelo Correio Braziliense, em 22 de janeiro de 2020, pais e alunos falam da militarização de forma positiva, sobretudo, no que diz respeito à

²²⁹ “*A integração das famílias à escola, o desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas e culturais, a orientação educacional conduzida pela Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica), buscando elevar a autoestima do aluno e mostrando a importância do estudo para um futuro melhor, são algumas das ações que podem contribuir para a permanência dos alunos na escola.*” 46

²³⁰VILLELA, Pedro Rafael. **Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022**. Agência Brasil. 24 de novembro de 2021. Disponível em: <[-233-](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022#:~:text=Atualmente%2C%20de%20acordo%20com%20o,esse%20modelo%20em%2026%20estados.>></p></div><div data-bbox=)

questão da diminuição da violência e da sensação de segurança e da qualidade de ensino²³¹. Em 2022, pesquisa realizada pelo portal Metrôpole e pelo Idea atestam que do Distrito Federal 46,6% da população era favorável à expansão da militarização das escolas, contra 39,1% que se posicionavam contrariamente ao Programa²³². Destaca-se que as mulheres são as que mais defendem a militarização, 49,3%, contra 43,6%. Segundo o então presidente da Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal, esses números atestam a boa acolhida do Programa pelas famílias, inclusive pelo dado que indica maior aceitação entre as mulheres, pois, como informa, são: “normalmente as mães que cuidam da educação dos filhos” (GARZON, 2022)

Outro ponto de maior relevância, é a relação com a comunidade. No artigo 3º do Decreto 10.004, no qual estão explícitos seus princípios, lemos: “II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social”. Isso significa que um dos motivadores do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é atuar preferencialmente em ambientes socialmente instáveis e degradados²³³. Em tese, essa preocupação é bem adequada, visto que problemas disciplinares e de segurança nas escolas públicas brasileiras são mais que notórios. No entanto, as propostas de resolução desses problemas via militarização das escolas não é aceita por pedagogos, sociólogos e demais especialistas envolvidos como a forma adequada de atuação.

Seja como for, o que nos interessa nessa pesquisa e fato de que a rotina militarizada nas escolas e o sucesso real ou imaginário no que diz respeito à questão da segurança e do ensino que possa alcançar acaba por reforçar e ampliar a popularização dos valores defendidos pelo bolsonarismo, afinal, qualquer avanço em termos de segurança e ensino, mesmo que pequeno, representa um grande benefício para familiares dos estudantes. Sobretudo, por conta dos territórios onde as escolas são militarizadas.

²³¹ ALVES, Wanessa. **Qual o resultado das escolas militarizadas do DF? Balanço depois de um ano.** Correio Braziliense. 22 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/01/22/interna-educacaobasica-2019,821952/resultado-das-escolas-militarizadas-do-distrito-federal-apos-um-ano.shtml>

²³² GARZON, Matheus. **Metrôpoles/Ideia: 46,6% do DF é a favor da expansão de escolas militarizadas.** Metrôpole. 22 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/metropoles-ideia-466-do-df-e-a-favor-da-expansao-de-escolas-militarizadas>>

²³³ “O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) surgiu em 2019 com o objetivo de implantar o modelo de gestão de excelência em unidades escolares públicas do ensino regular, em escolas que ofereçam as etapas finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, cujos alunos estejam em situação de vulnerabilidade social e as escolas apresentem baixo IDEB. Nesse sentido, o referido programa parece ser mais um esforço público no sentido de atender a demanda de melhoria educacional.” (2022, pág. 71)

3.2.5. Escolas e territórios

Como citado acima, entre seus princípios o PECIM destina-se, preferencialmente, a escolas públicas em situação de vulnerabilidade. Para evitar dubiedades pelo termo “preferencial”, no Parágrafo único do 13o artigo do Decreto 10.004 lê-se: “No Pecim, serão priorizados os alunos, os gestores, os professores e os demais profissionais das escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social.”. Além disso, em suas diretrizes, o Programa apresenta 04 objetivos estratégicos, sendo eles: 1 - Melhorar a Gestão Escolar; 2 - Melhorar o Ambiente Escolar; 3 - Melhorar as Práticas Pedagógicas; e 4 - Melhorar o Aprendizado e o Desempenho Escolar dos Alunos. A eles correspondem 18 iniciativas estratégicas que em seu conjunto abordam questões como violência escolar, evasão, aumentar a disciplina e afins²³⁴.

Por fim, a cartilha de implementação do Programa apresenta como critérios de eletividade

Poderão aderir ao Programa: o Distrito Federal, os estados e os municípios que possuam escolas que atendam aos critérios a seguir: Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos...

Assim, percebemos que os territórios de implementação do Programa são as periferias de regiões urbanas, com significativo grau de violência, baixo desenvolvimento escolar e escolas de médio e grande portes. Embora não seja colocado de forma expressa, percebe-se que um dos principais objetivos do Programa tem muito mais a ver com a segurança pública do que com a Educação propriamente dito. Como no livro *Minority Report*, parece querer

²³⁴ O conjunto de 18 iniciativas estratégicas que integram as diretrizes do PECIM são: 1 Potencializar o trabalho do Supervisor Escolar (coordenador pedagógico), envidando esforços para que ele receba apoio de um Psicopedagogo. 2 Constituir, normatizar e capacitar os conselheiros e zelar pelo funcionamento regular do Conselho Escolar. 3 Possuir quantidade suficiente de professores, gestores e funcionários. 4 Reduzir os índices de violência na escola. 5 Aumentar o nível de satisfação dos alunos, profissionais e responsáveis com a escola. 6 Aumentar o percentual de alunos, profissionais e responsáveis que se sentem respeitados na escola. 7 Possuir as dependências/instalações listadas no Marco Desejado. Pedagógicas 8 Reformular os currículos de acordo com a BNCC. 9 Atingir as metas do Ideb para a escola. 10 Possuir todos os profissionais com formação necessária ao exercício da sua função. 11 Aumentar a qualificação de professores, gestores e funcionários. 12 Definir e respeitar o efetivo máximo de alunos em todas as salas de aula da escola 13 Garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos da Educação Especial. 14 Melhorar o aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. 15 Aumentar a assiduidade e a pontualidade da equipe escolar. 16 Aumentar os índices de aprovação da escola. 17 Diminuir o índice de faltas e reduzir as taxas de abandono e evasão escolar. 18 Elevar as médias da escola no Enem.

evitar o crime antes que ele ocorra, desmontando qualquer atração ou inclinação que os jovens poderiam desenvolver por ele. Faz isso acreditando ser possível trocar a presença do “crime” pela presença das forças de segurança pública no ambiente e nas rotinas escolares. A esse respeito, o sociólogo e educador Miguel Arroyo disse à revista Carta Capital que: “Não são as infâncias que são violentas. Elas são sim violentadas pela sociedade, pela pobreza, pelas favelas, pelas desigualdades sociais, de raça, gênero e isso chega às escolas. Mas preferem ocultar isso, a olhar com seriedade. As infâncias são vítimas de violência e respondem da mesma maneira às violações que sofrem”²³⁵.

O Programa é, de certa forma, a materialização de uma disputa territorial entre a polícia e o que o governo bolsonarista imagina ser o “crime”. Todavia, a visão simplista sobre a relação entre “crime” e o ensino das forças de segurança pública é compartilhada pela população média, tornando a presença dos policiais no ambiente escolar muito mais aceitável e desejada por pais e mães sinceramente preocupados com o presente e com o futuro de seus filhos. A política do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar se aproveita dessa preocupação familiar para estabelecer seu conjunto de ações integradas que envolvam discentes (militares e civis), docentes, familiares e a comunidade no entorno em geral, sob orientação centralizada do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa. Quem declarou esse objetivo foi o próprio presidente Bolsonaro: durante discurso em evento oficial de certificação de escolas militarizadas, o presidente Jair Bolsonaro disse: “O que nós queremos com as escolas cívico-militares? Mostrar para todos os pais que onde há hierarquia, disciplina, respeito, amor à pátria, dedicação, a garotada tem como aprender e ser alguém lá na frente”, afirmou.

3.2.6. Quem controla a escola...

Quem controla a escola controla a formação e a reprodução de significados de uma sociedade. Louis Althusser distinguiu o que chamou de Poder de Estado e Aparelho de Estado, dividindo-se este entre Aparelhos Repressivos de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado. Os aparelhos Ideológicos de Estado são responsáveis por perpetuar uma determinada visão de mundo, uma forma de compreendê-lo em vivenciá-lo. Não se trata, evidentemente,

²³⁵ BASILIO, Ana Luiza. **5 pontos que colocam em xeque a militarização das escolas**. Carta Capital, 21 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/>>

de estabelecer uma visão única do viver, mas sim, de determinar os horizontes do que é aceito como comum, ou, em termos marxistas, estabelecer a *hegemonia burguesa*.

Até a derrocada do absolutismo, a Igreja era responsável pelo ensino e, portanto, era o principal aparelho ideológico daquela formação, como foi no Brasil, por exemplo, quando com os jesuítas eram os únicos responsáveis pela Educação na colônia. Mas a sociabilidade burguesa assenta-se na separação entre o que é público e o que é da vida privada, e assim, quando tornou-se hegemônica, a fé ficou restrita ao universo privado, ao passo que o Ensino tornou-se uma preocupação pública.

Por isso, para Althusser, a escola tornou-se o mais importante aparelho ideológico a partir do momento em que a burguesia tornou-se a classe dominante²³⁶. O filósofo lembra que as crianças passam horas por dia, quase todos os dias da semana, na Escola, ano após ano, desde criança pequena até a adolescência²³⁷. Além disso, as escolas seguem um programa comum, unificado em todo o território nacional, permitindo o controle centralizado do que é ensinado em cada país.

O “fim da História” aventado por Fukuyama, apesar do absurdo, serve como perfeita ilustração da ideologia burguesa acerca da constituição do presente como o último estágio do desenvolvimento societário humano. Isso porque, para a classe social dominante, é fundamental a certeza que nada há para além dessa sociedade, assim, como definiu István Mészáros, para a burguesia “o tempo só pode ter uma dimensão: a o do *eterno presente*” (MÉSZÁROS, 2009, pág. 23). O *eterno presente*, enquanto ideologia, alimenta, portanto, a ideia de que não há alternativas para a realidade posta, e que, assim, problemas sociais só podem ser abordados dentro dos limites estruturais da sociedade atual, devendo ser interdito qualquer discurso que coloque em perspectiva histórica a sociedade burguesa e apresente sua superação como única possibilidade de resolução de suas contradições²³⁸.

²³⁶ “De facto, a Igreja hoje foi substituída pela Escola no seu papel de Aparelho Ideológico de Estado dominante. Está emparelhada com a Família como outrora a Igreja o estava.” (68)

²³⁷ “Mas nenhum Aparelho Ideológico de Estado dispõe durante tanto tempo da audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita ...), 5 a 6 dias em 7 que tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista” (ALTHUSSER, s.d.pág. 66)

²³⁸ Naturalmente, enquanto se mantiverem a aparência da universalidade eterna e necessidade natural intranscendível, qualquer tentativa de questionar a viabilidade da ordem estabelecida se encontra numa posição extremamente desconfortável no interior do discurso teórico, pois é muito difícil discutir com a própria Natureza, especialmente quando ela tem ao seu lado a autoridade da própria Razão, munida do inegável arsenal de suas regras formais circulares e multiplicáveis. (MÉSZÁROS, 2009, pág. 43)

Como construção ideológica, é necessário que essa ideia seja constantemente reproduzida socialmente, e mais ainda, apresentada não como ideologia da classe dominante, mas como certeza científica politicamente neutra. Em **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** Althusser aponta esse suposto caráter de neutralidade que a Escola assume, como se seus conteúdos e programa fossem regidos por um conjunto de conhecimentos e saberes que se assentam na razão e na ciência desprovida de ideologias e não passíveis de crítica à sua própria natureza²³⁹. Esse conjunto de conhecimento e saberes são instituídos como política de Estado e como tal, sempre que possível, são tratados como *consenso técnico* e não como disputa política.

Michael Apple (1982), também teceu debates acerca da neutralidade do conhecimento escolar, afirmando que ela é parte constitutiva do discurso hegemônico e insufla a crença de que a sociedade se forma a partir de um *consenso* social que lhe dá forma e substância. Por isso, entende-se que o que existe é algo dado, que tem sua própria história, mas que não pode ser historicamente e politicamente criticado²⁴⁰. Esse consenso atua como legitimador da ordem burguesa liberal e é vivenciado pelos alunos na forma de *conteúdo oculto* dos programas de ensino. Os alunos vivenciam o conteúdo oculto no dia-a-dia das relações escolares, iniciando-se desde a divisão entre “escolas para quem pode pagar pelo ensino” e “escolas para quem não pode pagar por ele”, as regras de convivência, a organização das relações de dos espaços, nas hierarquias e nos critérios de recompensas e sanções. O cotidiano escolar reproduz em seu microcosmo as relações do macrocosmo da sociedade, e o faz para um público constante, desde a tenra idade até o início da vida adulta, e ao reproduzir tais relações as ensina a cada um qual seu papel do arranjo da sociedade.

Ao promover políticas como o Escola sem Partido e as escolas militarizadas, o bolsonarismo busca rearranjar o *currículo oculto* das escolas no Brasil. Deslocando até certa medida os valores liberais que constituem a legislação educacional brasileira, acomodando ao seu lado os valores ultra-conservadores que defende. E se realiza seus intentos com uma

²³⁹ “Os mecanismos que reproduzem este resulta.do vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia (visto que laico), em que os mestres, respeitosos da ‘consciência’ e da liberdade’ das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos ‘pais’ (os quais são igualmente livres, isto é, proprietários dos filhos) os fazem aceder à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos pelo seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela literatura e pelas suas virtudes ‘libertadoras’” (ALTHUSSER, s.d. pág. 67)

²⁴⁰ “...as instituições, as regras do senso comum e o conhecimento sejam vistos como relativamente pré-dados, neutros e basicamente inalterados, pois todos continuam a existir por ‘consenso’” (APPLE, 1982, pág. 127)

certa ousadia ao desafiar o consenso necessário para o equilíbrio social, o faz argumentando com um novo conjunto de tecnicidades, como pode ser visto em todos os documentos relativos ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares aqui citados, conseguindo com isso criar um certo verniz de legitimidade para seus discursos.

3.3. O currículo oculto do bolsonarismo

Não é somente o que os militares no ambiente escolar ensinam em suas intervenções, nem tampouco o estabelecimento de uma rotina militarizada, da obrigatoriedade de uniformes e das continências, que são o cerne do ensinamento bolsonarista. É principalmente a noção e a prática da hierarquia rígida e com localizações de relações duramente determinadas que se constituem no principal ativo do projeto de ensino defendido pelo bolsonarismo.

Contraditoriamente, o Escola Sem Partido, a outra joia da coroa do ensino bolsonarista, propõe a inversão da hierarquia escolar, colocando o alunado como o vigilante constante dos professores, controlando seus conteúdos apresentados em sala de aula. A vigilância, por sua vez, se faz para evitar “conteúdos” censurados extra-oficialmente pelo bolsonarismo. Ou seja, o bolsonarismo legitima seu discurso afirmando fazer a defesa da neutralidade do ensino que teria sido ferida por professores de esquerda interessados em influenciar seus alunos com ideologias que deveriam estar longe das salas de aula.

Mas a contradição entre o rígido respeito à hierarquia nas escolas militarizadas e a sua inversão no projeto Escola Sem Partido é apenas aparente. Tanto um quanto o outro são instrumentos de disseminação e popularização do mesmo *conteúdo oculto* (APPLE, 1982): a defesa dos valores ultra-conservadores que expressam os construtos culturais já abordados.

Assim, é interessante notar que o bolsonarismo compreendeu a importância do controle do sistema de ensino para dar conta de controlar os processos de produção de pensamentos e sentimentos sociais. Na verdade, a relação entre bolsonarismo e escola compreende um conjunto de esforços no sentido de forçar a construção de um novo consenso, justamente por compreender o papel das dinâmicas escolares na manutenção da sociabilidade ou, em momentos de mudanças de paradigmas societários, no estabelecimento de novas formas de pensar e conviver²⁴¹.

²⁴¹ “Pode-se aprender um pouco a respeito da importância do ensino tácito ou oculto dos textos sobre a sociabilidade política. Está começando a ficar claro que o ‘aprendizado incidental’ contribui mais para a sociabilização política de um estudante que, digamos, as aulas de Educação Moral e Cívica ou outras formas

Em outras palavras, a formação do Brasil que tentaram passava, predominantemente, pelo controle dos conteúdos escolares, porque assim seria possível não apenas o controle do imediato, mas também do futuro. Por isso, percebendo que o ensino é um potente aparelho ideológico, o bolsonarismo manteve suas miras focadas no ambiente escolar em todos os níveis e instâncias, atuando coordenadamente sobre eles.

de ensino deliberado de orientação de valor específicas. Ensina-se às crianças como lidar e se relacionar com a estrutura de autoridade da coletividade a que pertencem por meio de padrões de interação a que estão expostas até um certo ponto nas escolas. (APPLE, 1982, pág. 129)

CONCLUSÕES

O bolsonarismo inaugurou um novo tempo na política brasileira. Como insistimos, não porque representa a formação de uma “nova direita”, posto que ela não é nova. Mas sim porque, a partir da crise deflagrada para provocar a derrocada do governo Dilma Rousseff, houve uma reacomodação das forças que formam o espectro político brasileiro e dos partidos que as representam. O PSDB, principal representante político da burguesia associada, entrou em franca decadência, tornando-se uma força menor. No mesmo passo, partidos que giram em torno do ex-presidente Jair Bolsonaro, notadamente aquele pelo qual concorreu às eleições de 2022, o PSL, cresceram e se tornaram uma das principais forças políticas no país.

Mas esse novo tempo não se resume ao arranjo volátil dos partidos políticos no Parlamento Nacional. A principal novidade que arrasta para a cena pública é a prática da guerra cultural. A mobilização popular em alta intensidade, a manipulação dos construtos culturais e o endurecimento do trato político são algumas das características dessa novidade. Também o são um certo clima de hostilidade, insegurança e ansiedade.

A guerra cultural é parte da natureza do bolsonarismo. E estudar ambos é fundamental tanto para entender a história recente do país quanto para entender a sua formação política. Por isso, nos esforçamos nesta tese em combinar seus aspectos diacrônicos e sincrônicos, ou seja, entendemos que tanto o bolsonarismo quanto a prática da guerra cultural têm histórias que são mais antigas do que os fenômenos que configuram. Observá-los em longa duração não significa tentar buscar, equivocadamente, suas “origens”, mas sim, perceber continuidades que atravessam o tempo, muitas vezes obscurecidas pelo lusco-fusco do cotidiano da política. A partir de agora, teceremos algumas observações e conclusões acerca de nossos estudos.

Consideramos que é preciso aceitar que a emergência do bolsonarismo e sua guerra cultural inauguraram um novo tempo na política brasileira. Não porque se trata, como alguns têm colocado, de uma “nova direita”, mas sim, porque se trata de um importante, senão o maior, sintoma do esgotamento da Nova República. Ou seja, o bolsonarismo não se explica por si só - o que, na política, poderia ser explicado por si só? -, mas exige abordagens sobre a complexidade das relações econômicas e políticas brasileiras. Isso significa que nossas reflexões devem ser desdobradas em diferentes aspectos. O primeiro deles, e mais específico,

diz respeito ao bolsonarismo em suas dinâmicas políticas mais imediatas. Bolsonaro foi figura central na articulação política de diversos setores, como evangélicos, olavistas, militares e outros. Não tanto apenas pela sua habilidade política, mas também porque sua notoriedade atraiu para o seu entorno diversos sujeitos políticos buscando se aproveitar do seu crescente capital político. Como demonstramos, o bolsonarismo se tornou uma força política poderosa, ainda ativa e com potencial de crescimento. Todavia, se Nicos Poulantzas (1975) estiver correto, a organização da pequena burguesia tende a não ser duradoura, e assim, não se pode descartar que a força política bolsonarista venha a se esvaír até tornar-se marginal no espectro político nacional, ou mesmo que seja absorvida por uma força maior. Como parte do bolsonarismo, inclusive o próprio Bolsonaro, são oriundos do baixo clero do Congresso Nacional, não seria surpreendente que fosse por ele absorvido. Mas por ora, são só especulações que não têm qualquer pretensão de assumir-se como um prognóstico científico. Em todo caso, a força política do bolsonarismo está em grupos sociais, econômicos e políticos distintos, geralmente não considerados porque, isoladamente, pouco representam, mas agrupados foram determinantes para a ascensão bolsonarista, e isso, por si, já demonstra como tais setores marginais deveriam ser constantemente observados. Todavia, a atitude tanto do meio acadêmico quanto político tem sido de desdém em relação a eles. Essa é uma postura que deveria ser mudada.

Por outro lado, um dos grupos de maior envergadura que contribuíram para a ascensão do bolsonarismo, ainda que de forma conflituosa, é o chamado baixo clero do Congresso Nacional. Como abordamos anteriormente, Marcos Nobre abordou a questão tratando-a por pemedebismo; parece-nos que o tema necessita ser objeto de mais e diversificados estudos aprofundando o entendimento de como operam seus integrantes, não apenas nos corredores, nos gabinetes e nas mesas dos cafés do Congresso, mas de como se estende em seus diversos grupos políticos espalhados pelo país, nas cidades, nos bairros, nas áreas rurais. Cada um dos congressistas do baixo clero mantém em seu entorno grupos políticos que operam na fronteira entre a política e o cotidiano das pessoas mais simples e, em muitas vezes, mais necessitadas. Entender e expor como essa operação ocorre é urgente.

Outro desdobramento que nos parece importante diz respeito à Nova República e o seu possível esgotamento, como escrevemos acima. Com a Carta Cidadã tentou-se edificar um Estado que pudesse reconstruir uma nação após 21 anos de ditadura militar girando em torno de princípios democrático, mas garantindo o atendimento dos diversos interesses das classes dominantes, em outros termos, como ponderou o professor e historiador David Maciel

(2020), da Universidade Federal de Goiás, a Nova República apenas reorganizou as forças que compõem a autocracia burguesa. Já há uma farta bibliografia acerca da redemocratização e suas contradições, por isso não nos parece necessário abordá-las aqui nesta conclusão, mas há um ponto que nos é importante: a Nova República equilibrou a oposição entre duas forças políticas, de um lado os setores que representam a grande burguesia associada e que tem como seu principal representante o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, e do outro, o PT, que surge como um partido operário mas que, com o tempo, tornou-se representante de setores burgueses não associados (BOITO, 2018). Todavia, os governos petistas, entre 2003 e 2016, fracassaram em sua tentativa de manter esse equilíbrio sem provocar substanciais transformações no Estado brasileiro, o que desencadeou uma “transição política autoritária” (MACIEL, 2020), que se inicia com o golpe de 2016 e o consequente governo de Temer e, depois, no governo de Bolsonaro. O fato é, a Constituição Cidadã não fundou um novo país, não teve condições de fundar uma república em seus sentidos mais profundos (GALUPPO, 2007), e essa incompletude nos deixa exposto às construções dessa natureza. Por isso, passar em revista a Nova República, ou melhor dizendo, a república que precisa ainda ser fundada, é uma urgência, nos parece. O bolsonarismo e sua guerra cultural são frutos dos tensionamentos de classes e como eles são mediados pela Constituição Federal. Por isso, quando dizemos que a República precisa ser passada em revista, dizemos que é preciso fazê-lo não apenas no âmbito da política institucional - que ao fim e ao cabo é parte interessada e controladora do processo -, mas sobretudo nos meios populares. E para isso, as organizações políticas têm um papel determinante como espaços formativos e comunicacionais, devem agir como aparelhos ideológicos e não apenas como instrumentos para adentrar as dinâmicas de governo do Estado. Ou seja, é preciso que as organizações políticas voltem a se preocupar com sua função formativa e organizadora e não priorizar seus intentos eleitorais.

Esse é um outro ponto de suma importância: acreditamos que as grandes organizações políticas, destacadamente partidos e sindicatos de esquerda e/ou progressistas, parecem ter se afastado de suas funções organizativas e formativas das classes trabalhadoras em favor de uma agenda eleitoral que, ao fim e ao cabo, apenas reforça o caráter de cooptação do Estado brasileiro (MACIEL, 2020). Achamos importante evitar qualquer tom militante nesta tese, mas não é possível fazer vistas grossas ao fato de que a abordagem crítica ao bolsonarismo é também uma ação de embate ao fascismo. Mas trata-se de uma ação que precisa ser feita por entidades o mais autônoma possível do Estado, ou em outras palavras, é preciso que a sociedade civil seja protagonista nesse movimento, partidos e sindicatos, coletivos,

movimentos populares etc deveriam engajar-se em um amplo movimento formativo acerca da tradição fascista brasileira, até seu ápice político, o bolsonarismo. Somos um dos países que engajaram-se na luta contra o nazifascismo, lutando na Itália e participando com protagonismo em batalhas determinantes. No entanto, quase não há, por exemplo, literatura, filmes, músicas ou peças teatrais a respeito. Apenas como um exemplo, o filme mais recente sobre a participação do Brasil nos conflitos da Segunda Guerra é Estrada 47, de Vicente Ferraz, de 2015, ao passo que A Cobra Vai Fumar, peça teatral escrita e dirigida com César Vieira, do grupo Teatro União e Olho Vivo, de 2014, é a única montagem teatral realizada sobre o tema nas últimas décadas. Enfim, um Brasil engajado na luta antifascista não faz parte da cultura popular, não está colocada no senso comum.

II

Horkheimer escreveu que não é possível falar de fascismo se não se quiser falar de capitalismo, Poulantzas (1972) escreveu que não é possível fazê-lo se não se quiser falar de imperialismo; sem querer igualar esta tese aos estudos desses dois grandes pensadores, acreditamos que não é possível falar de guerras culturais se não quisermos falar dos limites da democracia e do Estado liberal.

Nos últimos anos, tem sido recorrente a produção de uma bibliografia que aborda algo que podemos chamar de “crise da democracia”. Esse tema, inclusive, tem sido debatido em diversas instâncias, desde as mais acadêmicas passando por agentes políticos até as conversas populares. Nesses debates abordam-se temas como “democracia de baixa intensidade” (SANTOS, 2016), e abunda uma literatura com títulos como **A Dificil Democracia: Reinventar as Esquerdas**, de Boaventura Souza Santos, **Como as Democracias Morrem**, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, **Democracia na Periferia Capitalista: Impasses do Brasil**, de Luis Felipe Miguel, **Democracia em Risco?**, vários autores, **Impasses da democracia no Brasil**, de Leonardo Avritzer e outras obras mais. Alguns deles escritos por acadêmicos, outros por jornalistas, mas todos tentando dar conta do que tem sido chamado de crise da democracia. No entanto, nos parece que esse debate não deveria ficar em qualificativos que pouco são eficientes para designar os problemas reais da democracia. Ao contrário disso nos parece que o primeiro ponto a ser observado está mais recuado no tempo, o que nos força a lançar nosso olhar para o momento em que os primeiros debates sobre democracia estavam sendo feitos na modernidade ocidental, para ser mais específico, na luta

contra o absolutismo. Na ocasião, duas propostas democráticas foram apresentadas, de um lado as burguesias defendiam uma proposta de democracia liberal, de outro lado, os trabalhadores apresentando sua proposta de democracia social (ROSENBERG, 1986). Apesar dessa divergência lutaram lado a lado contra o absolutismo mas, como já conhecemos a história, em diversos momentos a burguesia acabou por associar-se às aristocracias (SOBOUL, 1974) e, como resumo da ópera para não nos determos demasiadamente nas particularidades de cada um dos processos que ocorreram àquela altura, o que se consolidou foram as democracias liberais, tornando-se a democracia social uma forma política potencialmente viável e que, em algumas ocasiões, se materializou como socialismo em algumas nações.

Abordamos tal questão para iniciarmos nossa reflexão com uma pergunta: se trata de uma crise da democracia ou uma crise da democracia liberal? A democracia liberal ela é, antes de tudo, uma democracia quantitativa, ou seja, ela não se realiza tendo por métrica a qualidade do sujeito político, mas sim, tão somente a quantidade individual de eleitores. Dito de outra forma, o voto é uma unidade de medida política, sem gênero, sem cor de pele, sem classe, cada pessoa vale um voto, ou, como se fala popularmente “uma cabeça, um voto”. Evidentemente que essa premissa é absolutamente positiva, mas o fato concreto é que a quantificação e não a qualificação do voto faz com que classes e segmentos sociais não sejam representados proporcionalmente nos parlamentos e nos executivos. Isso porque, nas sociedades burguesas, a quantificação garante que a representação represente as camadas dominantes da sociedade, e não suas maiorias. Mas pode-se argumentar que atualmente existem políticas afirmativas e de reconhecimento que exigem cotas de diversas naturezas para permitir que se busque a formação de espaços de representação mais plurais e diversos. Todavia, ao que nos parece, a lógica continua sendo a da quantificação, os filtros de elegibilidade são os mesmos, enfim, a lógica da democracia liberal impera. A democracia da quantificação é o espaço perfeito para a ascensão da extrema direita, posto que a desorganização permanente da sociedade permite que a propaganda mistificada - a guerra cultural - tenha condições de convencer um grande público em um curto espaço de tempo mobilizando para isso os construtos culturais profundos que são, como vimos nesta tese, representações da sociedade de classe.

Não seria indevido estendermos nossa reflexão para o próprio Estado. Se a democracia é um princípio e um procedimento é o Estado que institui a arquitetura na qual a sociedade vivenciar democracia se transforma em realidade. Assim sendo, talvez a crise não

seja do princípio, posto que a democracia é reivindicada à direita e à esquerda, e nem é de procedimento, posto os mecanismos como eleições, funcionamento de parlamentos, separação de poderes e entes etc, também tem funcionado. Então devemos verificar se a crise não está na própria arquitetura do Estado.

O Estado como conhecemos hoje surge no mesmo contexto em que surgiu a democracia, na luta contra o absolutismo. Estado constitucional, onde as leis estão acima dos privilégios e igualam os cidadãos, princípio sobre o qual escreveu o espirituoso escritor francês Anatole France: “A majestosa igualdade das leis, que proíbe tanto o rico como o pobre de dormir sob as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar pão.”

Mas de fato o Estado Moderno, ou estado burguês, ou estado democrático de direito São ao fim ao cabo a Arena na qual as classes dominantes faltam faltam os princípios Pelos quais os conflitos de classe serão mediados daí que uma das mais argutas observações sobre o estado foi feita pelo escritor francês Anatole France que escreveu: " a majestosa igualdade das leis, que proíbe tanto rico como pobre de dormir sobre as pontes, de mendigar nas ruas e de roubar pão "

Todavia a luta de classes, evidentemente, é dinâmica; afinal, é uma luta. E ela se desenvolve no tempo. E em seu desenvolvimento histórico chegamos a um dos pontos mais críticos dessa luta, a ponto de muitos analistas afirmarem que as crises conjunturais recorrentes do capitalismo terem sido subjugadas por uma crise estrutural cuja magnitude ainda não pode ser dimensionada (MÉSZÁROS, 2009; CARCANHOLO, 2011). Oras, se a pequena burguesia reacionária encontra nas crises os momentos mais propícios para sua organização e ascensão política, nos parece evidente que quanto mais se tornam constantes as crises do capitalismo, maiores são as possibilidades de emergência política dos setores mais retrógrados da pequena burguesia e mais e constantes se tornam as guerras culturais.

Esse é um ponto importante para as reflexões que desenvolvemos nesta tese. Acreditamos que as guerras culturais não podem ser pensadas sem serem consideradas também as conexões que têm com a sociedade como um todo. As guerras culturais existem porque existe luta de classes, trata-se de uma luta política cujo principal objetivo é a conquista de corações e mentes de um número de pessoas que, ainda que não seja a maioria da população, seja suficiente para formar pressão política. Como reafirmamos reiteradamente neste estudo, as guerras culturais mobilizam politicamente sentimentos profundos, construtos culturais, memórias e tradições, mas não o fazem aleatoriamente. Há um motivo claro e coerente para isso: a conquista quantitativa de um eleitorado constantemente mobilizado.

Isso representa uma contradição profunda desta democracia que é ao mesmo tempo princípio e procedimento do Estado liberal. A guerra cultural demonstra como é possível fazer política atentando contra a própria política. Apesar de parecer uma

Em **O Ódio à Democracia** (2014) Jacques Rancière defende que, embora os Estados modernos autointitular-se democracias e governos garantirem serem os mais democráticos que seus eleitores poderiam escolher, a democracia não é nem um modelo de constituição, nem uma maneira de governar e nem uma forma de organização social. Dessa maneira, também não se poderia resumir a ideia de democracia à reunião de homens e mulheres decidindo coletivamente seus interesses. Para o filósofo, a democracia é a conquista do povo que, não tendo títulos que lhes auferirem poder de decisão - seja o de mais velho, o de filiação nobre, ou uma conexão com o divino, ou a cor da pele certa - conseguiram se antepor aos detentores do poder e impor sua agenda²⁴². Assim, os Estados modernos são aqueles que, não sendo democráticos, tornaram-se Estados de direito oligárquico²⁴³, ou seja, a oligarquia manter os aparelhos de poder, todavia, a relação com a população é mediada por um conjunto de leis que garantem o respeito à soberania popular e à liberdade individual. Direitos que só foram alcançados porque a população os arrancou através de ações democráticas de reivindicação e enfrentamento. Dessa forma, um Estado não é democrático porque sua constituição garante determinados direitos políticos aos seus cidadãos, mas é aquela em que a população mantém um certo grau de tensionamento em relação aos seus governantes; dito de outra forma, o que torna um Estado ou governo mais ou menos democrático é o quanto sua população consegue tensionar e enfrentar os seus limites²⁴⁴. Um Estado ou governo

²⁴² “É isso, sobretudo, que democracia quer dizer. A democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados” (RANCIÈRE, 2014, pág. 63)

²⁴³ “Não vivemos em democracias. Tão pouco Vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder não oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais conhecemos bem as vantagens desse tipo de estado, assim como seus limites. As eleições são livres. Em essência, assegura a reprodução, com legendas intercambiáveis, do mesmo pessoal dominante, mas as urnas não são fraudadas e qualquer um pode se cientificar disso sem arriscar a vida. A administração não é corrompida, exceto na questão dos contratos públicos, em que elas se confundem com os interesses dos partidos dominantes. As liberdades dos indivíduos são respeitadas, à custa de notáveis exceções em tudo que diga respeito à proteção das Fronteiras e a segurança do território. A imprensa é livre: quem quiser fundar um jornal ou uma emissora de televisão com capacidade para atingir o conjunto da população, sem ajuda das potências financeiras, terá sérias dificuldades, mas não será preso os direitos e Associação, reunião e manifestação permitem a organização é uma vida democrática, isto é uma vida política independente da esfera estatal. Permitir é evidentemente uma palavra ambígua. Essas liberdades não são dádivas dos oligárquicos. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação. Os Direitos do Homem e do Cidadão são os direitos daqueles que o tornam reais.” (RANCIÈRE, 2014, pág. 93)

²⁴⁴ “Consideremos as coisas em ordem. O que queremos dizer exatamente quando dizemos que vivemos em democracias? Estritamente atendida, a democracia não é uma forma de Estado. Ela está sempre aquém e além dessas formas. Aquém, como fundamento igualitário necessário e necessariamente esquecido do Estado

democrático é, então, aquele que está sempre em risco de deixar de ser o que é pela ação de sua população. Isso significa que tais Estados e governos operam negociações com a população visando manter o equilíbrio entre interesses de uns e demandas de outro. A democracia é, então, um paradoxo porque “como forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele” (RANCIÈRE, 2014, pág. 17). É justamente ao instaurar o desequilíbrio social afrontando os títulos de poder e reivindicando o poder de quem não tem títulos²⁴⁵ a democracia inaugura a política.

Mas é preciso compreender a ideia de soberania popular nos Estados oligárquicos de direito em suas complexidades e contradições. Ela tem como principal objetivo submeter a maioria a uma minoria forte, “incluir o excesso democrático” nos limites do interesse do poder oligárquico. Todavia, esse inclusão não impede que o povo seja partido, não impede que ao lado da ideia de povo inscrita na constituição forme-se outro, que pela sua atuação faz “da política um domínio de opções contraditórias, remetendo não só a opiniões, mas a mundos opostos” (RANCIÈRE, 2014, pág. 98). Essa capacidade de “escapar”, ao menos em parte, dos limites do Estado é onde reside a possibilidade de crítica e disputa e, quando viável, de conquista política.

As reflexões de Rancière avançam em outros pontos muito interessantes, todavia, para as nossas reflexões, o que acabamos de apresentar é o suficiente. Acreditamos serem pertinentes os entendimentos do filósofo a respeito da democracia. Ou seja, não há Estado nem governo democrático, o que há é, por um lado, a busca pela igualdade, o que coloca a democracia como algo não realizado e, por outro lado, a extrapolação dos limites impostos pelo Estado pela ação democrática, o que contraditoriamente coloca a democracia além do

oligárquico. Além, como atividade pública que contraria a tendência de todo Estado de monopolizar e despolitizar a esfera comum... Nesse sentido, as formas constitucionais e as práticas dos governos oligárquicos podem ser denominadas mais ou menos democráticas. Toma-se usualmente a existência de um sistema representativo como critério pertinente de democracia. Mas esse sistema é ele próprio um compromisso instável, uma resultante de forças contrárias. Ele tende para a democracia na medida em que se aproxima do Poder de qualquer um. Desse ponto de vista, podemos enumerar as regras que definem o mínimo necessário para um sistema representativo se declarar democrático: mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis, não renováveis, monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis; proibição de que funcionários do Estado represente o povo; redução ao mínimo de campanhas e gastos com campanhas e controle de ingerência das potências econômicas nos processos eleitorais. Essas regras não tem nada de extravagante e, no passado, muitos pensadores ou legisladores, pouco inclinados ao amor e refletido pelo povo, examinaram atentamente como meios para garantir o equilíbrio dos poderes, dissociar a representação da vontade geral de representação dos interesses particulares e evitar que consideraram o pior dos governos: o governo dos que amam o poder e são hábeis e se assenhorar dele.” (RANCIÈRE, 2014, pág. 93)

²⁴⁵ “Democracia quer dizer, em primeiro lugar, o seguinte: um “governo” anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar. Podemos simplesmente excluir o título democrático, já que se trata da contradição de qualquer título para governar.” (RANCIÈRE, 2014, pág. 57)

Estado. A democracia é, portanto, tensionamento e, conseqüentemente, política em processo. Em outros termos, a política se exerce quando sujeitos - mesmo que desprovidos de títulos como filiação, sangue, antiguidade ou quaisquer outros marcadores diferenciadores - se fazem ouvir e interferem nos processos decisórios públicos. A democracia é, então, como escreveu Renato Janine Ribeiro, desejo. O que escapou à discussão de Rancière é que a divisão do povo, tão importante para a realização da política, pode gerar frações que tenham em suas demandas propostas retrógradas. E que essas frações retrógradas podem ser acionadas de fora para dentro. Ou seja, a separação entre o Estado oligárquico de direito e o povo não é estanque, há entre ambos áreas de cooptação, mesmo que seja apenas no campo ideológico, criando expectativas e dinâmicas nebulosas entre ambos. Mas isso não invalida, pelo contrário atualiza e reforça as reflexões do filósofo sobre um ponto determinante que é o fato de que não há democracia como forma, mas como expectativa e como prática, que não são cedidas pelo poder, mas são exercidas apesar dele e nos limites possíveis da realidade concreta.

A questão que queremos destacar, portanto, é que a democracia é usurpada não quando a extrema direita assume o poder político e passa a geri-lo no sentido de atender aos seus interesses e aos de seus patrocinadores, posto que apesar de todo discurso e cantilena, o fato é que foram eleitos pelos procedimentos aprovados e legalizados. A usurpação da democracia ocorre quando extrema direita apresenta-se forte o bastante para ocupar o espaço de tensionamento além do aparelho estatal, tornando-se um dos principais mobilizadores e organizadores populares. Quando a esquerda brasileira assumiu o governo em 2002, o fez abdicando dos espaços de tensionamentos extra-estatal, trouxe para o seio do Estado os grandes confrontos nacionais acreditando ser possível pacificá-los por meio da mediação constitucional. Se Rancière estiver correto nos pontos que destacamos acima, a esquerda no governo confundiu maioria dos votos e apoio parlamentar com democracia, e ao fazê-lo, deixou o campo do exercício democrático em aberto. A extrema direita não lutou contra a democracia, pelo contrário, utilizou dela para chegar ao governo e, depois dele, conseguir formar uma massa expressiva de parlamentares. A contradição e a ironia nisso é que o uso que faz da democracia, nesse sentido, é para, através da política, reinstaurar os títulos marcadores de quem deveria ser detentora do poder, que podem ser resumidos em um único título: cidadão de bem.

Pode parecer estranho afirmarmos que o bolsonarismo - ou qualquer outro sujeito político da extrema direita - faz uso da democracia, não é isso que prega o senso comum progressista que reina atualmente. Mas o fato de que quando ouvimos pessoas que defendem

de alguma forma esse campo político dizer “mas é a minha opinião” ela está fazendo a mais pura reivindicação democrática possível que é, indiferentemente de ser um professor universitário ou uma dona de casa evangélica, um *gamer* de 15 anos ou atirador profissional, está dizendo: “eu tenho direito de falar o que eu quiser”. E podem falar coisas realmente assustadoras, mas na lógica do pensamento democrático é o que acreditam que podem fazer. Atualmente, recorre-se aos Aparelhos de Estado para coibir que seja dito mais do que o bom senso permitiria, as falas têm sido judicializadas e leis têm sido criadas para coibir novos abusos. No entanto, embora tal movimento seja legítimo e, até certo ponto necessário, ele é uma fuga para dentro do Estado oligárquico de direito, e não para fora dele, para a democracia como prática. Não são os espaços políticos progressistas que são fortalecidos para, democraticamente - ou seja, na disputa política - fazer frente à guerra cultural. São os dispositivos estatais que são fortalecidos, o que, na prática, pode levar a um processo ainda mais despolutizante e, conseqüentemente, enfraquecendo a democracia.

Seja como for, deslocar a democracia para dentro dos limites do Estado só pode significar que se utiliza da ação democrática não para ampliar a soberania popular, mas para ocupar o governo. Se há um bloco no poder, é preciso entender as nuances desse poder. Jaime Osório, em **O Estado no Centro da Mundialização** (2019), apresenta a direção do Estado dividida entre as *classes dominantes* e a *classe reinante*. As primeiras são aquelas que efetivamente dominam o Estado, e por isso têm o poder de fazer com que seus interesses sejam percebidos como interesses coletivos, ou seja, o Estado é o instrumento pelo qual seus projetos societários. A *classe reinante*, por sua vez, é a que ocupa os altos postos do Estado, seja no executivo, no parlamento, no judiciário e no comando das forças armadas²⁴⁶. Não necessariamente sujeitos da classe reinante são oriundos das classes dominantes, mas mantêm com elas alguma aproximação e defenderá seus interesses já que o Estado de que se servem é, ao fim e ao cabo, desenhado aos interesses dela. Osório distingue ainda as *classes mantenedoras*, como as classes na qual são cooptados, sendo a principal delas a pequena

²⁴⁶ “Denominamos de classe reinante o corpo de funcionários que ocupa as posições mais altas dentro do aparato de estado, como: presidentes, ministros de estado, funcionários de cargos superiores a secretarias e Ministérios, autoridades parlamentares, ministros da corte, altos comandos militares etc

Do ponto de vista de sua presidência social, a classe reinante não pertence necessariamente às classes dominantes, ainda que, pela sua posição no aparato de estado, nos grandes debates e nas definições políticas tenderá a se posicionar a favor dos interesses dessas classes...

A ocupação de posições dentro de uma estrutura fortemente hierárquica e com funções e papéis definidos faz com que a classe reinante tenha limites precisos dentro dos quais pode se mover. Essas hierarquizações e funções estão delimitadas pelo caráter de classe do poder do estado. Assim, a classe reinante pode transmitir em sua gestão estilo pessoal de governar, mas estará limitada pelas fronteiras demarcadas pelos interesses de classe que o estado representa.” (OSÓRIO, 2019, pág. 41)

burguesia não proprietária (a nova pequena burguesia, nos termos de Nicos Poulantzas). Importante destacar que certas “franjas desta classe - como profissionais e técnicos cada vez mais especializados - tendem a se formar como classe reinante, funcionando inclusive como suporte para uma burocracia estatal média, enquanto os setores menos especializados daquela mesma classe fornecem os funcionários para parte da média e sobretudo baixa burocracia estatal” (OSÓRIO, 2019, pág. 43).

O *bloco no poder* é o conglomerado das classes dominantes e as dinâmicas e relações que estabelecem entre si de acordo com seus interesses e projetos de ocasião ou de longo prazo. Em determinados contextos e situações, algumas dessas classes e suas frações impõem-se sobre as demais, estabelecendo a sua hegemonia. Outro termo importante apresentado por Jaime Osório é a *frente de poder*, que corresponde às relações que são estabelecidas entre as classes dominantes e a classe reinante. É por meio do equilíbrio que se forma na frente de poder que se destaca a forma particular com que o grupo governante atua, algo como seu “estilo pessoal” (OSÓRIO, 2019, pág. 45).

Quando abordamos, portanto, a prática da ação democrática não para provocar os limites do Estado, tensionando-o, mas para usá-lo como mecanismo de força para ocupar o Estado, chegando aos mais altos postos da classe reinante é um sequestro da democracia. O Estado, assim, fortalece-se porque, de um lado, cada vez mais a força democrática é reduzida e, por outro, despolitiza-se a população que se torna uma espécie de espectador dos acontecimentos. Por conseguinte, desloca-se para dentro do Estado a luta política, que passa a ser disputada apenas por aqueles que têm os títulos de poder. E a disputa se restringe aos postos do Estado: disputa nos parlamentos, nos gabinetes, nas sessões do judiciário etc. Os distintos grupos e seus sujeitos disputam entre si. Mas, a extrema direita, por sua condição de classe, é aquela que, para manter-se elegível para os títulos de poder, precisa manter, em algum grau, seus apoiadores como um povo em separado, e mobilizado como grupo de força, por isso a sua guerra cultural é constante. Todavia, reiteramos, que essa ação que é democrática a princípio passa a ser manipulada, pois ambiciona-se o controle do Estado.

III

É preciso pensar nos equívocos com que as guerras culturais têm sido tratadas, seja pelo meio acadêmico, seja pelo campo progressista seja, inclusive, pelo campo conservador

que não apoia as suas camadas mais extremadas. O primeiro desses equívocos é pensar que a guerra cultural é uma guerra no campo da cultura na qual devem ser engajados tanto os exércitos de um lado quanto de outro. A guerra cultural não é uma guerra no campo da cultura, esta ocorre na disputas do campo simbólico e dizem muito mais respeito às disputas no seio dos aparelhos ideológicos de Estado, não que a alguns expedientes e dispositivos de guerra cultural não possam ser acionados em algum momento nas disputas culturais, mas se ocorrem, é sempre de maneira marginal e, em muitas ocasiões, de forma não planejada.

A guerra cultural tem mais a ver com uma contrapropaganda, se entendermos esse termo como o inverso de propaganda. Para explicar isso, tomemos o significado de propaganda para os comunistas. Em diversos de seus escritos Lênin esclarece que o papel da propaganda e da agitação comunistas deve ser o de tornar compreensível para as classes trabalhadoras os complexos mecanismos de dominação econômica a que estão submetidos²⁴⁷. O revolucionário russo ajustou os procedimentos da propaganda comunistas de acordo com as situações, capacidades e necessidades. Por isso, nos primeiros anos de organização, privilegiavam fazer propaganda para grupos pequenos de pessoas, enquanto a agitação seria feita para grupos grandes (LENIN: 1999,41), mas quando já à frente do Estado russo, nos primeiros anos da edificação do socialismo na Rússia, Lênin afirmou que já se deveria deixar a agitação de lado e fazer propaganda para grandes massas. Seja em uma ou outra situação, os objetivos eram os mesmos: explicar à população a natureza da luta de classes, o que estava em curso no processo revolucionário e provocando o engajamento ativo da população. Também em Che Guevara vemos a mesma preocupação, tendo escrito “princípio fundamental da propaganda popular, que é a verdade; é preferível dizer a verdade, pequena quanto a dimensões efetivas, do que uma grande mentira” (GUEVARA: 1980, 88), mesmo que o processo revolucionário fosse bem diverso daquele na Rússia. Assim também foi em outro processo, aquele realizado pelo Partido dos Panteras Negras, dos Estados Unidos da América.

²⁴⁷ “ *A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população. Todo aquele que orienta a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusiva ou preponderantemente para ela própria, não é um social-democrata; pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não apenas teórico... Ou melhor: não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política.* (LÊNIN: 1999, pág. 44)”

Em todas essas experiências e outras mais realizadas por organizações revolucionárias a propaganda era, antes de tudo, expedientes de esclarecimento e formação política.

Neste sentido, afirmamos a guerra cultural como uma contrapropaganda pois utiliza-se dos mesmos expedientes que os comunistas - artes gráficas e plásticas, cinema, literatura, teatro, jornais, panfletos etc -, mas o objetivo é a mistificação dos temas. Ao invés de trazer a complexidade dos fatos e das relações, como é na tradição revolucionária, a guerra cultural torna-os simplórios, dividindo-os entre o “bem” e o “mal”, como abordamos com mais detalhamento quando nos debruçamos sobre o livro Minha Luta, à página 160.

Entender a guerra cultural como contrapropaganda e não como disputa no campo simbólico não é apenas uma questão retórica. Essa percepção muda, ou deveria mudar, todas as estratégias de compreensão e de embate à guerra cultural. De certa forma, não se deveria combater a guerra cultural utilizando-se de seus expedientes, como muitos influenciadores digitais progressistas têm optado por fazer, porque isso apenas fortalece a guerra cultural.

Outro equívoco é imaginar que a guerra cultural se faz unicamente pela liberdade dos usos das redes sociais. E então, bastaria limitar ou regular esses meios para se equilibrar ou mesmo eliminar a guerra cultural. Claro é que as redes sociais têm uma função importantíssima na guerra cultural, mas não se realiza exclusivamente por meio dela. Acreditar que as redes são determinantes nessas guerras mascara seu ponto central: que a guerra cultural se faz pela mobilização dos sentimentos profundos da população, de suas crenças, de suas tradições e de seus valores, construindo a narrativa de que estão sob risco existencial.

Se os procedimentos da Guerra cultural criam narrativas superficiais por vezes quase que inacreditáveis, o fato é que por baixo delas subjaz sentimentos legítimos, ainda que mobilizados e manipulados politicamente. Não é possível mudar tais sentimentos por decreto presidencial, decisão judicial ou ameaça de cancelamento. Os estudos em longa duração demonstram que as mudanças culturais podem ser muito lentas, muito mais do que se deseja em muitas ocasiões. Isso significa que talvez seja necessário entender o papel das políticas culturais e artísticas muito além das formas liberais que existem hoje no país, em que são realizadas de forma fragmentária, competitiva e centradas na consecução de projetos de curta duração e sem perspectivas de continuidade. E sobretudo, sem engajar a população em projetos de envolvimento e engajamento planejados e sustentados.

Considerado tudo isso é importante lembrarmos o alerta feito pela militante comunista Clara Zetkin, em documento apresentado à reunião do pleno da Internacional comunista, em 1923, de que o fascismo não se vence apenas militarmente, mas que a sua superação só será completa se for vencido politicamente e ideologicamente²⁴⁸. Zetkin mostrou, já às primeiras horas da ascensão do fascismo na Itália, a sua complexidade. Sua prevenção de que a vitória militar não seria suficiente para superá-lo se mostrou acertada. É preciso vencê-lo politicamente e ideologicamente. Retomando as reflexões do filósofo Jacques Rancière, o político é o espaço no qual a ação democrática ocorre, para além dos limites do Estado e dos governos. Isso significa que a disputa principal contra o fascismo e a guerra cultural não pode ser delegada às instâncias de Estado, ainda que, em alguma medida, elas tenham participação nisso. A disputa principal ocorre no âmbito democrático, naquele espaço em que se desafiam os limites do Estado oligárquico, espaço em que a política ocorre em seu pleno significado. Evidentemente que isso não ocorre em abstrato, nem somente nas ações individuais. Falamos do papel das organizações sociais e populares, como partidos, sindicatos, movimentos, entidades etc. Espaços em que a população se organiza, debate, forma e informa.

Os desdobramentos recentes na história brasileira demonstram que a atuação política progressista e de esquerda não tem sido fácil nem eficiente. Acreditamos que essas dificuldades têm um percurso próprio que carece de estudos, por isso, apontaremos apenas alguns indícios sabendo de suas fragilidades e possíveis equívocos. Acreditamos que o primeiro deles diz respeito ao processo de cooptação de movimentos sociais e lideranças para projetos eleitorais. Os partidos de esquerda brasileira, notadamente o Partido dos Trabalhadores, buscaram nos movimentos sociais e entidades seus quadros partidários e nos governos. Todavia, além do problema de defasar tais organizações de seus melhores integrantes, ocorre ainda um agravante: ao constituírem governos de conciliação de classe que, evidentemente, servirá de freio a avanços acentuados nas políticas, tais lideranças nos partidos e nos governos acabam atuando para diminuir e abafar críticas.

²⁴⁸ “Não é de forma alguma o Fascismo é a vingança da burguesia contra o levante militante do proletariado. Em termos históricos, visto de forma objetiva, o fascismo apresenta-se muito mais como uma punição pelo fato de que o proletariado não tenha sustentado e aprofundado a revolução que foi iniciada na Rússia. E a base do fascismo não repousa sobre uma pequena casta, mas em amplas camadas sociais, grandes massas, inclusive o proletariado. Devemos entender essas diferenças essenciais se quisermos lidar com o fascismo de forma bem sucedida. Meios militares, por si só, não poderão subjugar-lo, se puder usar esse termo; é necessário combatê-lo até sua queda também política e ideologicamente” (ZETKIN, 2019, pág. 34)

Além disso, trata-se de um tempo histórico em que as relações sociais passaram a ser fortemente mediadas pelas redes sociais. Do comércio aos relacionamentos amorosos, do ensino ao entretenimento, da mobilização popular à participação política, todas as conexões têm ocorrido por meio de instrumentos como Facebook, Instagram, WhatsApp e outros. As redes sociais se tornaram a nova ágora que reúne as pessoas e seus interesses. Mas, diferentemente das praças que são espaços públicos, essas redes têm seus donos e acionistas, são empresas privadas, visam lucros e têm seus próprios objetivos e interesses. As redes sociais realmente têm provocado mudanças profundas na sociabilidade, e estão ainda longe de serem devidamente mensuradas e avaliadas. O que se pode dizer é que as redes sociais se constituem em um dos mais potentes aparelhos ideológicos de Estado, mais potentes e mais versáteis, pois são os únicos que são carregados nos bolsos²⁴⁹, que se autoalimentam e que têm poder de atualizar seus dispositivos de atração e persuasão²⁵⁰. Porém, diferentemente dos demais aparelhos ideológicos, as redes parecem não permitir muita disputa política, pois seus mecanismos de regulação e controle - notadamente os algoritmos e a inteligência artificial -, fazem com que as vozes dissonantes ou sejam pouco distribuídas e/ou restritas aos nichos de interesse.

Talvez as redes sociais sejam o estágio mais avançado da formação daquilo que Herbert Marcuse (1973) chamou de sociedade unidimensional. Se ainda resta alguma disputa ideológica nas redes ela está restrita, atualmente, às disputas entre a direita tradicional e a extrema direita, que, por enquanto, tem sido no sentido de enquadrar as empresas controladoras à legislação de interesse das classes dominantes. Na prática, isso significa uma marcha mais acentuada no rumo da unidimensionalidade da sociedade²⁵¹. Muita gente que vê as redes como uma ágora crê que é possível que seja uma praça de ação democrática em

²⁴⁹ “O crescente uso das plataformas de mídias sociais, em conjunto com a popularização de smartphones com sensores que permitem o monitoramento constante das atividades de seus usuários, tornou esse um ambiente perfeito para a colonização da vida.” (MACHADO, 2021, pág. 56)

²⁵⁰ “A oferta de novos serviços é, pois, a principal estratégia para que grandes empresas como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft extraiam cada vez mais dados pessoais de seus usuários. A partir do processamento desses dados, essas empresas conseguem ofertar serviços personalizados, manter o público cada vez mais presente em suas plataformas e ampliar seus lucros, mediante processos de microtargeting, ou seja, venda de anúncios customizados. Sistemas de georreferenciamento, agenda, entretenimento, monitoramento de exercícios físicos e ferramentas para educação online são alguns dos diversos aplicativos que coletam dados que enriquecem as bases de dados dessas empresas. Muitos desses serviços são disponibilizados de forma gratuita e utilizados pelos usuários, de forma acrítica e sem reflexão, nas atividades e rotinas pessoais, favorecendo o seu aprisionamento aos sistemas e aplicativos desenvolvidos por essas empresas.” (AVELINO, 2021, pág 71)

²⁵¹ “Na esfera política, essa tendência se manifesta em marcante unificação ou convergência de opostos. O bipartidarismo na política externa se sobrepõe a interesses competitivos de grupos sob a ameaça de comunismo internacional e se estende à política interna, onde os programas dos grandes partidos se tornam cada vez mais indiferenciáveis, até mesmo no grau de hipocrisia e no odor dos chavões.” (MARCUSE, 1973, pág. 38)

disputa (SIQUEIRA, 2019), mas, pelo que se tem percebido, elas tem funcionado muito mais como um instrumento de plena colonização que ocorre pelo controle de dados.

Tudo isso não necessariamente é favorável ao fascismo e à sua guerra cultural, mas a despolitização que decorre da massiva presença das redes sociais na vida cotidiana é um fator determinante para a redução do potencial de participação democrática da população. Essa redução é ainda mais profunda porque a captura se estende para a subjetividade da população, que se torna ainda mais fragmentada, atomizada, intensificando o efeito de reificação que faz parte da sociedade capitalista.

Se estivermos corretos e o bolsonarismo e sua guerra cultural integrarem a tradição fascista brasileira, ele não apenas é o seu estágio mais recente, mas também o que mais sucesso político alcançou, posto que chegou ao governo, em 2018, e se não se reelegeu, em 2022, foi derrotada por uma estreita diferença de votos e, ainda, garantindo uma significativa presença no Parlamento brasileiro. Isso nos exige mais estudos não apenas sobre o bolsonarismo e seu futuro, mas também sobre a tradição fascista brasileira e sua atualidade. Afinal, essa tradição se inscreve na história do país e, ao fim e ao cabo, é parte da história da luta de classes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência IBGE *Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país*. Agência IBGE Notícias, 22 de junho de 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-no-pais>>

ALONSO, GUICHENEY, SOUZA. *Os governos e as ruas*. Le Monde Diplomatique Brasil. 6 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/os-governos-e-as-ruas/>>

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa, Editorial Presença. 1970.

ALVES, Wanessa. *Qual o resultado das escolas militarizadas do DF? Balanço depois de um ano*. Correio Braziliense. 22 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/01/22/interna-educacaobasica-2019,821952/resultado-das-escolas-militarizadas-do-distrito-federal-apos-um-ano.shtml>

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Perry. “As idéias e a ação política na mudança histórica.” *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007, pp. 401-415. <http://biblioteca.clacso.edu.ar>, <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715083029/cap17.pdf>. Accessed 15 janeiro 2021.

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1982

ARISTÓTELES. *A poética*. São Paulo, Editora 34, 1994.

ATTANASIO, Angelo. “Uma relação castradora’: qual é o real poder do Vaticano na Itália.” *BBC*, 2 Novembro 2019, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50175709>. Accessed 2 July 2023.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart, as lutas sociais no Brasil - 1961-1964*. São Paulo, Editora da Unesp. 2010.

BARCA A. J.; JIMÉNEZ C. *O banco dos BRICS começa a andar*. 15 de julho de 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/15/internacional/1405454630_765296.html>

BASILIO, Ana Luiza. *5 pontos que colocam em xeque a militarização das escolas*. Carta Capital, 21 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/>>

BASILIO, Ana Luiza. “Escola sem Partido é arquivado e tramitação fica para o ano que vem – CartaCapital.” *Carta Capital*, 11 December 2018,

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-e-arquivado-e-tramitacao-fica-para-o-ano-que-vem/>. Accessed 2 July 2023.

BASILIO, Ana Luiza. “Quais são as estratégias para retardar a votação do Escola sem Partido?” *Carta Capital*, <http://www.cartacapital.com.br/educacao/quais-sao-as-estrategias-para-retardar-a-votacao-do-escola-sem-partido/>. Accessed 2 July 2023.

BBC Brasil. *Do auge ao processo de cassação: a trajetória de poder de Cunha em 5 capítulos*. BBC Brasil. 7 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36668191>>.

BECHARA, Victoria. *Grupo pró-armas elege 23 parlamentares e forma ‘bancada dos CACs’*. Portal Revista Veja. 3 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/grupo-pro-armas-elege-23-parlamentares-e-forma-bancada-dos-cacs>>

BERLATTO, Fábila, et al. “Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, no. 21, 2016, pp. 77-120. *SciELO*, <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/THW9gqqKq5HFmrD59Y3LjjM/abstract/?lang=pt#>. Accessed 29 junho 2023.

BERNARDO, João. *Labirinto do fascismo, a teia dos fascismos*. São Paulo, Editora Hedra, 2022.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita, estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Editora Zahar, 2002.

BOITO Jr, Armando. *Reforma e crise política, os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, Editora Unesp, 2018.

BOITO Jr, Armando. “o caminho brasileiro para o fascismo.” *Caderno GRH*, vol. 34, no. 1, 2021, pp. 1-23.

BOITO Jr, Armando. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo.” *Crítica Marxista*, vol. 1, no. 50, 2020, pp. 111-119.

BONET, Pilar. *BRICS fortalecem colaboração para combater inquietação econômica*. 09 de julho de 2015. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/internacional/1436458594_428518.html>

BRACHT, Alessandro. “O nacionalismo dos skinheads brasileiros.” *Saeculoum Revista de História*, vol. -, no. 12, jan-jun 2005, pp. 95-111.

BRASILINO, GODOY, NAVARRO. *O Junho de 2013*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2 de julho de 2013. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/o-junho-de-2013/>>

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2019.

BRAVA, Silvio Caccia. *Um Brasil sem catracas*. Le Monde Diplomatique Brasil. 2 de julho de 2013. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/um-brasil-sem-catracas/> >

BRITO, José. *22% acreditam em notícia falsa sobre recuo de tropas russas a pedido de Bolsonaro, diz pesquisa*. CNN Brasil. 18 fev 2022. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/22-acreditam-em-noticia-falsa-sobre-recuo-de-tropas-russas-a-pedido-de-bolsonaro-mostra-pesquisa/> >

BRUM, Eliane. “Acima dos muros | Opinião | EL PAÍS Brasil.” *El País*, 28 Março 2016, https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html. Accessed 29 junho 2023.

BURKE, Gregory. *Gagarin Way*. Scotland, Faber & Faber, 2001.

CADWALLARD, Carole. *Revealed: how US billionaire helped to back Brexit*. The Guardian. 26 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/feb/26/us-billionaire-mercator-helped-back-brexit>>

CÂMARA, Pe. Helder. “Pedagogia Integralista.” *Enciclopédia do Integralismo*, Livraria Clássica Brasileira, s/d, pp. 27-38.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “apensados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/606722/arvore-de-apensados>. Accessed 2 July 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Escola sem Partido x Escola sem Mordaca: deputadas defendem projetos sobre os temas - Notícias.” *Câmara dos Deputados*, Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/noticias/551792-ESCOLA-SEM-PARTIDO-X-ESCOLA-S-EM-MORDACA:-DEPUTADAS-DEFENDEM-PROJETOS-SOBRE-OS-TEMAS>. Accessed 2 July 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 1859/2015 — Portal da Câmara dos Deputados - Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1302894>. Accessed 2 July 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 502/2019 — Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2191271>. Accessed 2 July 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 867/2015 — Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, Câmara dos Deputados, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1050668>. Accessed 2 July 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “PL 867/2015 — Portal da Câmara dos Deputados.” *Câmara dos Deputados*, <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1050668>. Accessed 30 June 2023.

Canaltech. *EUA espionaram Dilma Rousseff e alto escalão do governo brasileiro*. 06 de julho de 2015. disponível em <<https://canaltech.com.br/espionagem/eua-espionaram-dilma-rousseff-e-alto-escalao-do-governo-brasileiro-44591/>>

CANAL HÉLIO LUZ. “Entrevista completa para o documentário "Notícias de uma Guerra Particular" (1999).” *YouTube*, 11 September 2021, https://www.youtube.com/watch?v=DtgW-2pK_MQ. Accessed 30 June 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora.” *Aurora*, vol. 1, no. 6, 2010, pp. 1-10.

CARLÀ, Filippo. “Da cidade ao campo.” *Idade média, bárbaros, cristãos e muçulmanos*, Dom Quixote, 2010, pp. 50-55.

Carlos Augusto, diretor do Jornal Grande Bahia. “Discurso de inspiração nazista provoca demissão de Roberto Alvim do Governo Bolsonaro.” *YouTube*, 17 January 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=aNqAiyMxYRw>. Accessed 30 June 2023.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. “Uma velha novidade: o Integralismo no século XXI.” *Boletim do Tempo Presente*, vol. 1, no. 03, 2012, pp. 1-26.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise 1919-1939*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

CASARA, Rubens R. R. *Bolsonaro, o mito e o sintoma*. São Paulo, Editora Contracorrente, 2020.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

CASTRO, Lúcia Rabello de. “Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum.” *Revista Sociologia Política*, vol. 16, no. 30, 2008, pp. 253-268.

Censo Demográfico. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010*. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>;

CHAGAS, Viktor. *Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil*. 72 ed., vol. 34, Rio de Janeiro, Estudos Históricos, 2021. *SciELO*, <https://www.scielo.br/j/eh/a/vXzQKJb4KJY4LV7ZXXGSzvH/?format=pdf&lang=pt> <https://www.scielo.br/j/eh/a/vXzQKJb4KJY4LV7ZXXGSzvH/?format=pdf&lang=pt>. Accessed 20 junho 2023.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. in *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Autêntica, 2013.

CHECCHIA, Luiz Carlos. *A irresistível ascensão do fascismo de coalizão*. Le Monde Diplomatique Brasil. 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-irresistivel-ascensao-do-fascismo-de-coalizao/>>

CLARK, Christopher. *Culture War, Secular-Catholic Conflict in nineteenth-century Europe*. Cambridge University Press, 2003.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. ***Desemprego, corrupção e saúde são principais problemas do Brasil***. Retratos da Sociedade Brasileira, Ano 7, Número 41, Janeiro 2018. Disponível em <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d8/80/d8809d69-ae2c-47f2-8a4b-30cde9d92b11/retratosdasociedadebrasileira_41_problemasprioridadespara2018_v1.pdf>

CNT. *Transporte Rodoviário, Desempenho do Setor, Infraestrutura e Desempenho - 2017*. Confederação Nacional de Transporte. Disponível em <<https://cnt.org.br/pesquisas>>

COOPER-RICHET, Diana. *Classe operária e literatura, ensaio sobre as representações e os fenômenos de aculturação*. São Paulo, Editora FAP-UNIFESP, 2013.

CÔRREA, Fábio. *A polêmica de “Minha Luta”*. O Tempo. 18 de janeiro de 2016. <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-polemica-de-minha-luta-1.1213963>

COSTA, Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, José Fernando Andrade. “Artigo Quem é o “cidadão de bem”?” *SciELO*, Psicologia USP, 2021, <https://www.scielo.br/j/pusp/a/wZ8DHtsYrgSc7tTZKJZSszS/?format=pdf&lang=pt>. Accessed 2 July 2023.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso: Legislativa 2015-2019*. Brasília, DF, 2014

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Novo Congresso Nacional em números: 2019-2023*. Brasília, DF, 2019.

DERICQUEBOURG. Baptiste. **Os Dilemas do Syriza**. Nueva Sociedad. agosto de 2016. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/os-dilemas-do-syriza/>> Consultado em 28 de maio de 2023

Deutsche Welle. **Edição comentada de "Minha luta" é premiada na Alemanha**. Deutsche Welle. 18/11/2016. <https://www.dw.com/pt-br/edi%C3%A7%C3%A3o-comentada-de-minha-luta-%C3%A9-premiada-na-alemanha/a-36432164>

_____. *O chanceler do regresso*. 151 ed., Revista Piauí, abril 2019.

DIEGUEZ, Consuelo. *O ovo da serpente, nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*. São Paulo, Companhia das Letras. 2022.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese de doutorado. Janeiro 2007.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

DOMINGOS NETO, Manuel. *Comentários a um delírio militarista*. São Paulo. Ed. Gabinete de Leitura. 2022.

Deutsche Welle. *Edição comentada de "Minha luta" é premiada na Alemanha*. Deutsche Welle. 18/11/2016.
<https://www.dw.com/pt-br/edi%C3%A7%C3%A3o-comentada-de-minha-luta-%C3%A9-premiada-na-alemanha/a-36432164>

DONCEL, Luis. *Edição crítica de 'Minha luta' é objeto de desejo no mundo todo*. Em País. 27 de fevereiro de 2016.
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/26/cultura/1456508623_592314.html

DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. São Paulo, Editora Vozes, 1989.

DURHAM, Eunice Ribeiro. "Família e reprodução humana." *A dinâmica da cultura*, Cosacnaify, 2004, pp. 323-356.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa, Actividades Editoriais, 2003.

Exame. *Conservadores põem fim ao governo de Tsipras na Grécia*. 07 de julho de 2019. Disponível em:
<<https://exame.com/mundo/conservadores-poem-fim-ao-governo-de-tsipras-na-grecia/>>.
Consultado em 28 de maio de 2023

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. "Notas sobre o fascismo na América Latina." *Poder e contrapoder na América Latina*, Expressão Popular, 2015.

IORE, Giacomo Di. "A Difusão do cristianismo e as conversões." *Idade média, bárbaros, cristãos e muçulmanos*, Dom Quixote, 2010, pp. 159-168.

FONTES, Virginia. "Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho." *Marx e o Marxismo*, vol. 5, no. 8, 2017, pp. 45-67.

FRANÇA, Carlos Eduardo. "As múltiplas percepções, representações e ressignificações das formações identitárias dos "Carecas do Brasil" e do Poder Branco Paulista." *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília*, vol. 03, no. 05, 2010, pp. 89-97.

FRESU, Gianni. *Nas trincheiras do ocidente*. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2017.

Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. *Ernesto Araújo - Discurso de posse*. 19 de novembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>>

G1. “Pesquisa Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região.” *G1*, 3 October 2018, <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml>. Accessed 2 July 2023.

GALUPPO, Marcelo Campos. “A constituição pode fundar uma república?”. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC*, 10 lul/dez 2007, http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-039-Marcelo_Campos_Galuppo.pdf. Accessed 3 July 2023.

GARZON, Matheus. *Metrópoles/Ideia: 46,6% do DF é a favor da expansão de escolas militarizadas*. *Metrópole*. 22 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/metropoles-ideia-466-do-df-e-a-favor-da-expansao-de-escolas-militarizadas>>

GASPAR, Malu. *Calheiros, Dono do Brasil*. *Revista Piauí*. 8 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/renan-calheiros-dono-do-brasil/>>;

_____. *Lá Vai Flecha*. *Revista Piauí*. 3 de julho de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/la-vai-flecha/>>

_____. *Quatro Ases Contra Temer*. *Revista Piauí*. 12 de junho de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/quatro-ases-contra-temer/>>;

Gazeta do Povo. *Brasil e mais 29 países participam de encontro sobre defesa da vida e da família*. 2 de junho de 2022. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/breves/brasil-29-paises-encontro-defesa-vida-familia/>>. Consultado em 2 de fevereiro de 2023.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*. São Paulo, Conrad Livros, 2005.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

Globo Esporte. *Entre vaias e aplausos, Jair Bolsonaro participa de cerimônia e segura taça da Copa América*. 7 de julho de 2019. Disponível em <<https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/entre-vaias-e-aplausos-jair-bolsonaro-participa-de-cerimonia-de-premiacao-da-copa-america.ghtml>> Consultado em 20 de maio de 2023.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. “O financiamento das eleições presidenciais nos Estados Unidos: da doutrina do one man, one vote ao dogma do one dollar; one vote.” *Universitas JUS*, vol. 26, no. 2, 2015, pp. 1-21. *Universitas JUS*, <https://www.arqcom.uniceub.br/jus/article/viewFile/3581/2812>. Accessed 20 junho 2023.

GREENWALD, Glenn, MIRANDA, David. *NSA's top brazilian political and financial targets revealed by new WikiLeaks disclosure*. The Intercept. 04 de julho de 2015. Disponível em <<https://theintercept.com/2015/07/04/nsa-top-brazilian-political-and-financial-targets-wikileaks/>>

GULLINO, Daniel. *Após reunião, Bolsonaro e presidente da Hungria defendem 'valores familiares'*. Portal O Globo. 11 de julho de 2022. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/07/apos-reuniao-bolsonaro-e-presidente-da-hungria-defendem-valores-familiares.ghtml>> Consultado em 3 de dezembro de 2022.

GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós, a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra*. São Paulo, Editora Contexto, 2016.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo, Centauro, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. Cia das Letras, 1994.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HOCKENOS, Paul. *Livres para odiar; neonazistas: ameaça e poder*. São Paulo, Scritta, 1993.

HUFFMANN, Sarah Judith. *"É preciso ler 'Minha luta', de Hitler", diz sociólogo*. Deutsche Welle. 28 de março de 2015. <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-preciso-ler-minha-luta-de-hitler-diz-soci%C3%B3logo/a-18346321>

_____. *"Mein Kampf" de Hitler permanece banido*. Deutsche Welle. 05/07/2014 <https://www.dw.com/pt-br/manifesto-de-hitler-mein-kampf-deve-permanecer-banido/a-17751616>

HOUS, Débora Sögur. *Filho de aliado diz que gravou áudios no WhatsApp imitando Bolsonaro durante campanha*. Folha de São Paulo. 27.nov.2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/youtuber-disse-que-gravou-audios-no-whatsapp-imitando-bolsonaro-para-campanha-eleitoral.shtml>>

HUNTER, James Davison. *Culture Wars, the struggle to define America*. BasicBooks - Harper Collins Publishers, 1991.

Imprensa Nacional. "Estatuto do Partido da Segurança Privada - PSP." *Imprensa Nacional*, 22 março 2023,

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/estatuto-do-partido-da-seguranca-privada-pp-309746009>. Accessed 30 June 2023.

KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo, Cosac Naify, 2009.

LASKI, Harold J. *O liberalismo europeu*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1973.

LEAL, Carine de Souza. *Imprensa Integralista (1932-1937): propaganda ideológica e imprensa partidária de um movimento fascista no Brasil dos anos 30*. Monografia - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

LEFEBVRE, Henri. "Perspectiva da Sociologia Rural." *De lo rural a lo urbano*, Ediciones Península, 1979, pp. 61-76.

LÊNIN. *As Tarefas dos Sociais Democratas Russos*. Marxist.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1897/mes/tarefas.htm>

_____. *Carta a um camarada*. Marxist.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm>

_____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global Editora, 1979.

_____. *O que fazer?* São Paulo, Expressão Popular, 1999.

LEPORE, Jill. *Estas verdades: A história de formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.

LIMA, Renato Sérgio. "Eleições de Policiais no Brasil e a Força do 'Partido Policial.'" *Segurança Pública após 1988: história de uma construção inacabada*, 1 ed., vol. 1, Editora FGV, 2021, pp. 137-154.

LÍSIAS, Ricardo. *Por que sou contra a publicação de Minha Luta, de Adolf Hitler, no Brasil*. Uol. 22 de janeiro de 2016. <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2016/01/22/por-que-sou-contra-a-publicacao-de-minha-luta-de-adolf-hitler.htm?cmpid=copiaecola> ;

LOPES, Raquel; MARCHESINI, Lucas. *Empresários e Donos de clubes de tiro Financiam Candidatos Armamentistas*. Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano. 26 de setembro de 2022.

LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. São Paulo, Instituto Lukács, 2020.

MALATIAN, Teresa. "Imprensa italiana em São Paulo e o fascismo: o Fanfulla (1921-1942)." *História (São Paulo)*, vol. 34, no. 01, jan/jun. 2015, pp. 195-215.

MANNHEIM, Karl. "O pensamento conservador." *Introdução crítica à Sociologia Rural*, Hucitec, 1981, pp. 77-131.

- MANOÏLESCO, Mihail. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- MARCELINO, Paulo. “Projeto de lei que cria o Escola sem Partido em Osasco sofre resistência.” *Portal Região Oeste*, 20 May 2020, <http://portalregiaoeste.com.br/projeto-de-lei-que-cria-o-escola-sem-partido-em-osasco-sofre-resistencia/>. Accessed 2 July 2023.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial, o homem unidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- MARTEN, Ludo. *a URSS e a contrarrevolução de outubro*. São Paulo, Edições Nova Cultura, 2016.
- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil lúmpen e místico*. Editora Contexto, 2017.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MARTINS, Rafael Moro. *Cunha Quer Falar, Palocci não Para*. Revista Piauí, 11 de junho de 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cunha-quer-falar-e-palocci-nao-para/>.
- MARX, Karl. *O manifesto comunista de 1848*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1967.
- MATA, Sérgio. *A teologia política do governo Bolsonaro*. in *Do fake ao fato, des(atualizando) Bolsonaro*. Vitória, Editora Milfontes, 2020.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- MELLO, Alessandra. Alvo de polêmica na justiça, livro de Hitler é sucesso de vendas no Centro de BH. Estado de Minas. 05 de fevereiro de 2017. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/05/interna_politica,845039/livro-de-hitler-e-sucesso-de-vendas-no-centro-de-bh.shtml
- MELLO, Daniel. *Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos*. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>
- _____. *Junho de 2013 foi marco no processo de criminalização de lutas sociais*. Agência Brasil. 4 de junho de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-foi-marco-no-processo-de-criminalizacao-de-lutas-sociais>;
- MELLO, Igor. *Filho de aliado diz que se passou por Bolsonaro em áudios durante a campanha*. O Globo. 20.nov.2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/filho-de-aliado-diz-que-se-passou-por-bolsonaro-em-audios-durante-campanha-23269056>

MELLO, Patrícia Campos. *WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018*. Folha de São Paulo. 08 de novembro de 2018. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

Metrópolis. *Espetáculo KIEV - Juliana Galdino e Roberto Alvim 14 de agosto de 2017*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DLSzsR8m2Wc>

Metrópolis. *Mario Bortoloto e Roberto Alvim - Metrópolis - 21/04/15 - Bloco 2* disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jhdhi69pQdk&t=636s>>

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

MILNER, Andrew. “Estudos culturais.” *Palavra-chave*, Boitempo editorial, 2007, pp. 420-427.

Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: da concepção do modelo aos primeiros resultados*. Brasília, 2022.

Ministério da Educação e Ministério da Defesa. *Cartilha e orientação - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*. s.d. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/cartilha_orientacao_04092019.pdf>

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1977.

MOURA, Matheus. *Pastores Usam a Bíblia Para Defender Posse de Armas de Fogo no Brasil*. Agência Pública. 19 de abril de 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/04/empresas-de-armas-e-seguranca-miram-governo-e-policias-para-lucrar-com-guerra-urbana/>>

MOURA, Mauricio; Juliano CORBELLINI. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2019.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Thais Reis. “Sem consenso, Escola Sem Partido fica para o ano que vem – CartaCapital %.” *Carta Capital*, Carta Capital, 11 December 2018, <https://www.cartacapital.com.br/politica/sem-consenso-escola-sem-partido-fica-para-ano-que-vem/>. Accessed 2 July 2023.

ORTEGA, André; Marin, Pedro. *Carta no Coturno*. Editora Baioneta. São Paulo. 2020.

OSÓRIO, Jaime. *O estado no centro da mundialização - a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

PADINGER, Germán. *Entenda o crescimento da extrema-direita na Europa nos últimos anos*. CNN Brasil. 26 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/>>. Consultado em 05 de dezembro de 2022.

Pânico Jovem Pan. “Assista à entrevista com Nikolas Ferreira na íntegra.” *YouTube*, 28 outubro 2022, <https://www.youtube.com/watch?v=iWEqit3X8s4>. Accessed 29 June 2023.

Panorama Mobile Time/Opinion Box – “*O brasileiro e seu smartphone*”. Disponível em: <www.panoramamobiletime.com.br>

PASCHOALETO, Murilo Antonio. “Imprensa Integralista: uma discussão acerca de sua importância para a expansão da Ação Integralista Brasileira.” *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 01, no. 124, 2011, pp. 97-105.

Poder 360. *Pastor “abençoa” armas de policiais após culto em Curitiba*. Poder 360. 15 de março de 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/brasil/pastor-abencao-armas-de-policiais-apos-culto-em-curitiba/>>

PAVARIN, Guilherme. *O Ostracismo do Maior Revoltado Online*. Revista Piauí. 26 de maio de 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

PAZ, Elaine Hatherly. *A censura mascarada*. Publishnews. 06 de janeiro de 2016. <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/01/05/a-censura-mascarada> ;

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

PEDROSA, Mário. *Semana de Arte Moderna*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PIRES, Breiller. *Palmeiras dá a Bolsonaro a honra de ser maior que seu próprio título*. El País. 3 de dezembro de 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/deportes/1543877645_183293.html> Consultado em 20 de maio de 2023.

PIRES, Carol. *A Ratoeira de Cunha*. Revista Piauí. 6 de maio de 2016. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-ratoeira-de-cunha/>> ;

_____. *Eternizando Cunha no Poder*. Revista Piauí. 21 de abril de 2016. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/eternizando-cunha-no-poder/>> ;

Poder 360. *Lei Rouanet terá teto de R\$ 3.000 por artista, diz secretário*. 8 de janeiro de 2022.<

(<https://www.poder360.com.br/governo/lei-rouanet-tera-teto-de-r-3-000-por-artista-diz-secretario/>>

PODER 360. “DocumentoRecebidoCPMIFakeNews21.” *Poder 360*, 13 novembro 2019, <https://static.poder360.com.br/2019/11/DocumentoRecebidoCPMIFakeNews21Carta18112019103506383RECIBOCOD2800.pdf>. Accessed 30 June 2023.

Portal G1. “Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual.” *G1*, 26 October 2018, <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>. Accessed 29 June 2023.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. vol. I e II, Porto, Portucalense Editora, 1972.

PRADO Jr, Caio. *Evolução política do Brasil - colônia e império*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

PRATES, Daniela Magalhães. *A alta recente dos preços das commodities*. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300001#:~:text=Ao%20longo%20da%20segunda%20metade,os%20pre%C3%A7os%2C%20assim%20com%20a>

PROJETO DE LEI Nº DE 2019 Institui o “Programa Escola sem Partido”. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica instituído, https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037. Accessed 2 July 2023.

QUEIROZ, Helaine Nolasco. *Antropófago e Nhengaçu Verdeamarelo: dois manifestos em busca da identidade nacional brasileira*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1956.

RAIOLA, Marcella. “A Igreja de Roma e o poder temporal dos papas.” *Idade média, bárbaros, cristãos e muçulmanos*, Dom Quixote, 2010, pp. 155-159.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo, Martins fontes, 2001.

RIBEIRO, Aline. *Exército reduz orçamento para fiscalização de CACs para menos da metade.* *Jornal O Globo*. 29 de julho de 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/exercito-reduz-orcamento-para-fiscalizacao-de-cacs-para-menos-da-metade.ghtml>>

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio (crônica de um Brasil pós-político)*. Goiânia, Caminhos, 2021.

ROSENBERG, Arthur. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Global Editora, 1986.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos, corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo, Autêntica, 2016.

Safernet Brasil. *Denúncias de neonazismo safernet aumentam 60% em um ano*. Safernet Brasil. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano>>. Dados detalhados podem ser analisados pelo banco de dados da Safernet, encontrado no acesso eletrônico <https://indicadores.safernet.org.br/>>

SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. Editora das Américas, 1956.

SAMPAIO Jr, Plínio de. “Jornadas de junho e a revolução brasileira.” *Jornadas de junho, a revolta popular em debate*, Instituto Caio Prado Jr, 2014, pp. 85-108.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira, e ALVES, Miriam Fábila. “.Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional.” *Caderno de Pesquisa*, vol. 52, no. 09144, 2022, pp. 1-18.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. *Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal*. Nota técnica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022.

SELLER, France Steve. *How a reclusive computer programmer became a GOP money powerhouse*. *washingtonpost*. 06/out/2015. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/politics/how-a-reclusive-computer-programmer-became-a-gop-money-powerhouse/2015/10/05/1af0c1bc-50b7-11e5-8c19-0b6825aa4a3a_story.html>

SILVA, Eumano. *Ditadura proibiu no Brasil o livro Minha luta, de Adolf Hitler*. *Metrópole*. 20 de janeiro de 2020. <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ditadura-proibiu-no-brasil-o-livro-minha-luta-de-adolf-hitler>

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Os fascismos.” *O século XX*, vol. II, Civilização Brasileira, 2005, pp. 109-163.

SILVA, Wlisses J. de F. “A linguagem da intolerância e seu fruto mais extremado: um breve histórico dos skinheads no Brasil e no Mundo.” *Jamaxi, Ufac*, vol. 01, no. 01, 2017, pp. 164-174.

SINGER, André. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras., 2012

SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

_____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia*. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 1976.

STABILE, Arthur. *Bolsonaro liberou em média 619 novas armas por dia para CACs; 47% dos registros foram em 2022*. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/19/governo-bolsonaro-liberou-em-media-619-novas-armas-por-dia-para-cacs-47percent-dos-registros-foram-em-2022.ghtml>>

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.

TV Brasil. “Roberto Alvim apresenta políticas públicas para a cultura.” . - *YouTube*, 20 May 2020, https://www.youtube.com/watch?v=1i_jqgZwpIM&t=1501s. Accessed 2 July 2023.

UOL. *Polêmico livro escrito por Hitler, 'Mein Kampf' retorna às livrarias francesas em edição crítica*. Uol. 20/05/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/05/20/polemico-livro-escrito-por-hitler-m-ein-kampf-retorna-as-livrarias-francesas-em-edicao-critica.htm>

URBIM, Emiliano. “Quem é Roberto Alvim, o artista convertido ao bolsonarismo que atacou Fernanda Montenegro.” *O Globo*, 27 September 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/quem-roberto-alvim-artista-convertido-ao-bolsonarismo-que-atacou-fernanda-montenegro-23976446>. Accessed 30 June 2023.

U.S. Department of State. *Secretary Clinton Swearing In Ceremony*. YouTube. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K5hwCA6b6o0&t=906s>>

VALFRÉ, Vinícius; AFFONSO, Julia. *CACs lançam 34 candidatos ao Congresso e organizam partido político*. Portal Estado de São Paulo. 26 de julho de 2022. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/politica/maior-grupo-armado-do-pais-cacs-lancam-34-candidatos-ao-congresso-e-organizam-partido-politico/#:~:text=A%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20presidida%20por%20Marcos,vamos%20criar%20um%20partido%20pol%C3%ADtico.>>>

VIANA, Natalia. *Brasil, Produtor e Exportador de Armas*. Agência Pública. 27 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://apublica.org/2012/01/brasil-produtor-exportador-de-armas/>>

VIANA, Natalia. *Em Cinco Anos, 4,3 Milhões de Armas Nas Ruas*, de 27 de janeiro de 2012. <<https://apublica.org/2012/01/em-cinco-anos-45-milhoes-de-armas-nas-ruas/>>

VILLELA, Pedro Rafael. *Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022*. Agência Brasil. 24 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022#:~:text=Atualmente%2C%20de%20acordo%20com%20o,esse%20modelo%20em%2026%20estados.>>

Visão Oeste. “*Vereador apresenta projeto Escola Sem Partido na Câmara de Osasco.*” *Visão Oeste*, 1 dezembro 2018, <https://www.visaoeste.com.br/vereador-apresenta-projeto-escola-sem-partido-na-camara-de-osasco/>. Accessed 2 July 2023.

Visão Oeste. “*Vereador apresenta projeto Escola Sem Partido na Câmara de Osasco.*” *Visão Oeste*, 1 dezembro 2018, <https://www.visaoeste.com.br/vereador-apresenta-projeto-escola-sem-partido-na-camara-de-osasco/>. Accessed 2 July 2023.

VITKINE, Antoine. *Mein kampf: a história do livro*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2009.

VOLPATO, Bruno. *Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais*. Resultados Digitais. 16 de março de 2023. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=Watsapp,-O%20Whatsapp%20%C3%A9&text=Pela%20base%20de%20c%3%A1culos%20usadas,a%20169%20milh%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios.>>

VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

WhatsApp. “*Re: Request 206/2019-CPMI FAKE NEWS.*” . - *YouTube*, 20 May 2020, <https://static.poder360.com.br/2019/11/DocumentoRecebidoCPMIFakeNews21Carta18112019103506383RECIBOCOD2800.pdf>. Accessed 2 July 2023.

WikiLeaks. “*Bugging Brazil.*” *WikiLeaks*, <https://wikileaks.org/nsa-brazil/selectors.html>. Accessed 2 July 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

- WILLIAMS, Raymond. *Palavra-chave*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. “A cultura é algo comum.” *Recursos da esperança*, Editora UNESP, 2014, pp. 3-28.
- WILLIAMS, Raymond. “A ideia de uma cultura comum.” *Recursos da esperança*, Editora UNESP, 2014, pp. 49-57.
- WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista.” *Cultura e materialismo*, Editora UNESP, 2011, pp. 42 - 68.
- WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo, Boitempo editorial, 2014.
- ZETKIN, Clara. “A luta contra o fascismo.” *Como nasce e morre o fascismo*, Autonomia Literária, 2019, pp. 32-75.
- “Como o WhatsApp combate a desinformação no Brasil.” *Portal Folha de São Paulo*, <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/10/como-o-whatsapp-combate-a-desinformacao-no-brasil.shtml>. Accessed 2 July 2023.
- “Discurso de inspiração nazista provoca demissão de Roberto Alvim do Governo Bolsonaro.” *YouTube*, 17 January 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=aNqAiyMxYRw>. Accessed 2 July 2023.